

# TERRITORIALIDADES & FRONTEIRAS

MNEMOSINE REVISTA. Programa de Pós-graduação em História/UFCG  
Vol. 5 – nº 2 Jul/Dez 2014.  
Campina Grande: PPGH, 2014.  
Semestral.  
ISSN: 2237-3217.  
Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-graduação em História.

Programa de Pós-graduação em História  
Endereço: Rua Aprígio Veloso, nº 882 – Bodocongó –  
Campina Grande – Paraíba  
BRASIL – CEP:58.429-140  
Telefone: 2101-1742  
E-mail: mnemosinerevista@gmail.com  
Site: <http://www.ufcg.edu.br/~historia/ppgh/>

***Equipe de Realização:***

Edição de Texto: Alisson Pereira Silva  
Arte: Lays Anorina Barbosa de Carvalho

## **MNEMOSINE REVISTA**

Número 2 - Volume 5 – Jul/Dez 2014

### **UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

Reitor: Prof. Dr. José Edilson de Amorim

### **DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Coordenadora Administrativa: Profª. Dra. Marinalva Vilar de Lima

### **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Coordenador: Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira

### **COMITÊ EDITORIAL**

Prof. Dr. João Marcos Leitão Santos - Editor

Prof. Dr. José Otávio Aguiar

### **CONSELHO EDITORIAL**

Alarcon Agra do Ó (UFCG)

Antônio Clarindo Barbosa de Souza (UFCG)

Elizabeth Christina de Andrade Lima (UFCG)

Gerválio Batista Aranha (UFCG)

Iranilson Buritide Oliveria (UFCG)

João Marcos Leitão Santos - Editor Chefe (UFCG)

Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

Keila Queirós (UFCG)

Luciano Mendonça de Lima (UFCG)

Maria Lucinete Fortunato (UFCG)

Marilda Aparecida de Menezes (UFCG)

Marinalva Vilar de Lima (UFCG)

Osmar Luiz da Silva Filho (UFCG)

Regina Coelli (UFCG)

Roberval da Silva Santiago (UFCG)

Rodrigo Ceballos (UFCG)

Rosilene Dias Montenegro (UFCG)

Severino Cabral Filho (UFCG)

## Sumário

### Apresentação

André Figueiredo Rodrigues 05

### DOSSIÊ TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS

#### DESBRAVANDO PERCURSOS: A INSERÇÃO DOS (RÁDIO)TELÉGRAFOS E DAS ESTRADAS NO TERRITÓRIO DO ACRE

Jefferson Henrique Cidreira 07

#### LUTA PELA POSSE DA TERRA EM UMA REGIÃO DE FRONTEIRA: TOLEDO – PR

Nilton Marques de Oliveira / Leandro de Araújo Crestani  
Rosângela Maria Pontili / Moacir Piffer 24

#### VITÓRIA DE SANTO ANTÃO EM IMAGENS FOTOGRÁFICAS: COTIDIANO E SINTOMAS DO MODERNO (1880-1930)

Leandro Antão dos Santos / Gerválio Batista Aranha 39

#### INCURSÕES MISSIONÁRIAS PROTESTANTES NA CIDADE DE MOSSORÓ E NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO

Elioenai de Souza Ferreira 51

#### A CENTRALIDADE CULTURAL DO REINADO DE D. JOÃO V E A GOVERNABILIDADE DO IMPÉRIO: O SURGIMENTO DE UM NOVO TIPO SOCIAL DE OFICIAIS RÉGIOS PARA O ULTRAMAR PORTUGUÊS

Mônica da Silva Ribeiro 66

#### NOS TRILHOS DO CAFÉ: FERROVIA E URBANIZAÇÃO EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Henry Marcelo Martins da Silva 83

### ARTIGOS DE FLUXO

#### “EIS QUE VENHO SEM DEMORA!”: O LIVRO DE APOCALIPSE E SUA RELAÇÃO COM O CRISTIANISMO NASCENTE DO SÉCULO I d.C

Alisson Pereira Silva 99

**UM ISOLAMENTO OPCIONAL: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM  
DO IMIGRANTE NÃO INTEGRADO AO BRASIL DA OBRA**

**UM RIO IMITA O RENO**

*Rodrigo Luiz dos Santos* \_\_\_\_\_ 110

**“EU ENSINAVA AOS MENINOS A LAVAREM AS MÃOS...”:  
PEDAGOGIA DA HIGIENE E DA CURA POPULAR NO  
CARIRI PARAIBANO (1950-1980)**

*Iranilson Buriti de Oliveira / Taianara Catarine Ratis Santiago* \_\_\_\_\_ 125

**O PRINCIPADO DE TIBÉRIO CÉSAR: A QUESTÃO DA CONTINUIDADE  
DOS PRECEITOS POLÍTICOS DE AUGUSTO E OS ANOS DE  
GOVERNO DE ROMA (14 – 26 D.C.)**

*Rafael da Costa Campos* \_\_\_\_\_ 137

**INQUISIÇÃO COMO TERRITÓRIO DE PUREZA:  
AS ESTRATÉGIAS DE PROPAGANDA NORMATIZADAS PELOS  
REGIMENTOS DE 1552 E 1613 E SUA ATUAÇÃO NO BRASIL**

*Carlos André Cavalcanti / José Runivaldo Marques Pascoal* \_\_\_\_\_ 156

**MANOEL BOMFIM: CRÍTICA AO ESTADO PATRIMONIALISTA  
E UTOPIA EDUCACIONAL EM  
AMÉRICA LATINA MALES DE ORIGEM (1905)**

*Luiz Carlos Bento* \_\_\_\_\_ 169

**AS FORMAS SIMBÓLICAS RETRATADAS NOS PORTÕES  
DA IGREJA ABACIAL DE NOSSA SENHORA DO MONSERRATE  
DO RIO DE JANEIRO – PREFÁCIO HISTÓRICO  
E DEVOCIONAL DE UMA SOCIEDADE**

*D. Mauro Fragoso, OSB* \_\_\_\_\_ 179

## Apresentação

### O território em suas múltiplas concepções

Brasil, Dezembro de 2014.

Nesse volume 05, Nº 2, JUL/DEZ 2014, apresentamos aos leitores da *Mnemosine Revista* o Dossiê Territórios e Fronteiras, uma coletânea com artigos que abordam diferentes apropriações do conceito de Território e Fronteira, onde o território pode ser pensado e elaborado de acordo com os objetivos de estudo/pesquisa tentando-se incorporar a múltipla temporalidade dos objetos estudados, assim com múltiplos são as compreensões da ideia de fronteira e territorialidade.

O território pode ser analisado a partir de uma multiplicidade de concepções. Rogério Haesbaert apresenta em seu trabalho intitulado "Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade (2004) vertentes que tratam este conceito a partir de três enfoques: jurídico-político; cultural e econômico, a partir dos quais também entendemos as problemáticas aqui tratadas.

De início, o trabalho remisso a antiguidade intitulado *O principado de Tibério César: a questão da continuidade dos preceitos políticos de Augusto e os anos de governo de Roma (14 - 26 d.c.)*, apresenta discussões que tratam o território como uma resposta as relações de poder político-administrativos num período em que as bases da sociedade ocidental estavam se firmando nas mais diversas áreas.

O segundo artigo, *A centralidade cultural do reinado de d. João V e a governabilidade do império: o surgimento de um novo tipo social de oficiais régios para o ultramar português*, exemplifica a frase do Ives Lacoste, quando esse afirmou que a "Geografia serve antes de tudo para fazer a guerra", parafraseado "o território é espaço de guerra" abordando como a institucionalização de novas relações de poder de um governante em relação ao conhecimento do território por ele constituído, influenciando nas relações com outras nações, repercutindo a demarcação de territorialidades na construção das identidades.

Depois, nos aproximamos do Brasil, com tempos e territorialidades regionais diversas, começando com o artigo, intitulado *Visitações do Santo Ofício, métodos judiciais e territórios: as estratégias de propaganda normatizadas pelos regimentos de 1552 e 1613 no Brasil*, no qual se discute como o poder exercido pela Igreja Católica subjugou a colônia portuguesa, beneficiando-se da fragmentação do território em Capitanias, como um mecanismo de poder para a consolidação da dominação, como único caminho a ser seguido, frente às dissidências do espaço colonial.

Ainda na dimensão da organização da cultura, e o papel da religião, o próximo texto, *Incursões missionárias protestantes na cidade*

de Mossoró e na província do Rio Grande do Norte: um estudo introdutório, traz a concepção de território a partir da relação de poder estabelecida com a inserção de novas práticas religiosas e a consolidação de um grupo sociopolítico dominante nas três últimas décadas do século XIX, como fórmula de ruptura e reordenamento das fronteiras em dimensão simbólica em que operam os sistemas religiosos.

Na sequência, lemos o artigo Vitória de Santo Antão em imagens fotográficas: cotidiano e sintomas do moderno (1880-1930), no qual os autores buscam, através da análise de fotografias e textos diversos referentes a temporalidade indicada, retratar o território como espaço de vivência coletiva e cotidiana.

Nessa dinâmica de mobilidade de sujeitos e ideias, o migrante é um personagem central, como se vê indicado no trabalho *Um isolamento opcional: a construção da imagem do imigrante não integrado ao Brasil da obra um rio imita o Reno*, quando se refere a uma pesquisa que se baseia numa obra elaborada no ano de 1939 e que trata da percepção de território cultural, onde o imigrante não se percebe parte mesmo habitando o território formal.

Ainda no movimento de transitar o Brasil, o artigo seguinte, *Desbravando percursos: a inserção dos (radio)telégrafos e das estradas no território do Acre*, utiliza o

conceito de território enquanto Estado-Nação e a concepção de integração a partir da comunicação, primeiro em seu sentido mais restrito: emissor-receptor-emissor, para em seguida ampliar a eficácia da comunicabilidade para traduzir o sentido mais amplo, como elos físicos desse território, no século XX.

Por fim, mas não por último, o artigo *Luta pela posse da terra em uma região de fronteira: Toledo/PR*, trata sobre a construção de territórios de poder e conflitos a partir da produção rural entre as décadas de 1960-70, evidenciando a atualidade do tema e os conflitos econômicos e o reordenamento social.

Finalmente, todos os artigos apresentados nessa edição primam pelo uso do conceito de território evidenciando a multiplicidade de usos a partir da história humana ao longo do tempo, sugerindo nesta própria prática a condição contingente da ideia de fronteira e território de tempo e lugar, e dos universos simbólicos e culturais.

Assim, desejamos a todos uma excelente leitura!

Dra. Janaína Barbosa da Silva  
Geógrafa, professora da Universidade Federal  
de Campina Grande

Ms. Emmanuela de Almeida Lins  
Historiadora professora da Universidade do  
Vale do São Francisco

## DESBRAVANDO PERCURSOS: A INSERÇÃO DOS (RÁDIO)TELÉGRAFOS E DAS ESTRADAS NO TERRITÓRIO DO ACRE

Jefferson Henrique Cidreira<sup>1</sup>

### Resumo

Neste artigo, procuramos traçar um percurso sobre a inserção dos telégrafos no Acre, e sua eminência como um meio de comunicação capaz de ligar o Território acreano internamente; e externamente (com o restante do país). Foi através da Comissão Rondon que lugares antes "inalcançáveis" pelas dificuldades das vias fluviais e terrestres, passaram a inserir novas pessoas, antes "excluídas", esquecidas pela sociedade. Além da crucial importância no âmbito da comunicação, pois "abriu" as portas para que outros meios de comunicação pudessem ser instalados no Acre. Para tal estudo, utilizaremos como aporte teórico/metodológico os estudos sobre os telégrafos de Milton Vargas, Laura Antunes Maciel, Edilberto Coutinho, dentre outros, além de pesquisas em jornais locais datados desde 1906.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comissão Rondon, Telégrafos, Acre.

### Abstract

In this article, we try to chart a course over the inclusion of Telegraphs in Acre, and his eminence as a medium capable of binding the Acre Territory internally; and externally (with the rest of the country). It was through the Rondon Commission places before "unreachable" by the difficulties of river and land routes, new people began to enter before "excluded", forgotten by society. Besides the crucial importance in communication because "opened" the door for other media could be installed in Acre. For this study, we use as the theoretical / methodological

studies on the telegraph Milton Vargas, Laura Antunes Maciel, Edilberto Coutinho, among others, in addition to research in local newspapers dating from 1906.

**KEYWORDS:** Rondon Commission, Telegraph, Acre.

### INTRODUÇÃO:

Quando falamos dos meios de comunicação "modernos" na Amazônia acreana é inevitável pensarmos em um primeiro momento nos telégrafos, o primeiro meio de comunicação elétrico do país e do mundo.

O telégrafo tem sua história iniciada durante a Primeira República Francesa, como nos afirma Vargas, "o Eng. francês Claude Chappe inventou um telégrafo semafórico (óptico), que em 1794 conseguiu comunicar a vitória francesa sobre os exércitos austríacos" (VARGAS, 1994: 315).

Vargas (1994) nos afirma ainda que a história do telégrafo continua somente no decorrer do século XIX com os trabalhos do italiano Alessandro Volta, com a transmissão de informação elétrica codificada, o que permitiria assim a materialização do telégrafo elétrico. Daí a ideia do aparelho elétrico passou pela Alemanha, quando houve as primeiras demonstrações de uma linha aérea de telégrafos. Depois a ideia foi parar na Inglaterra até chegar aos Estados Unidos, onde Samuel Morse desenvolveu um equipamento e um código binários bem mais eficiente; em 1844 seu sistema começou a se espalhar rapidamente pelo mundo, conhecido hoje como código Morse.

<sup>1</sup> Mestre em Linguagem e Identidade / UFAC Professor de História / SEEAC.  
[jjeffersonhenrique@hotmail.com](mailto:jjeffersonhenrique@hotmail.com)

Apenas alguns anos depois, os relatórios do Ministério da Justiça começaram a anunciar as experiências realizadas com os telégrafos. O ministro Eusébio de Queiroz assim manifestou-se a respeito dos serviços telegráficos:

Tenho o prazer de anunciar-vos, que dentro de pouco tempo se acharão em exercicio os telephrafos electricos, e ainda que sobre linhas de pequena extensão, considero de grande importancia este primeiro ensaio de tão prodigiosa descoberta. A communicação dos pensamentos, das ordens, das notícias já não encontra demora na distancia [...] (QUEIROZ, apud MACIEL, 2001: 130).

## 1.A implantação dos telégrafos no Brasil: a marcha da Comissão Rondon

No Brasil, em 1852, o imperador D. Pedro II incumbiu ao engenheiro e professor de Física Guilherme de Capanema a missão de estudar e implantar o primeiro sistema de telégrafo no país. Desse modo, o telégrafo foi inaugurado em 11 de maio do mesmo ano. Assim, nos afirma Alencar:

As primeiras linhas telegráficas do País datam de 1852, poucos anos após a introdução do telégrafo nos Estados Unidos por Samuel Morse. A instalação dessas linhas foi devida aos esforços do então Ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara, com o auxílio de um proficiente e dedicado professor de física da Escola Central, Dr. Guilherme Schuch de Capanema [...] (ALENCAR, 2011: 2).

Ainda segundo Alencar (2011), em 1854 ocorreu à primeira ligação telegráfica entre o Palácio de São Cristóvão e o Ministério da Guerra, e em fins do século XIX

registrou-se uma ampliação do serviço telegráfico, passando a incluir outras províncias, como Paraíba e Pernambuco.

A utilização do telégrafo só seria comprovada na Guerra contra o Paraguai (1864-1870), quando o aparelho se mostrou eficiente para passar orientações rápidas no avanço das tropas e redefinição das estratégias militares.

A experiência da guerra deixou clara a precariedade das comunicações com o restante do Território imperial, e a fragilidade da defesa de suas fronteiras. Logo, foi isso que, segundo Maciel, "determinou o início imediato da construção de linhas telegráficas, por iniciativa e sob a responsabilidade da RGT (Repartição Geral de Telégrafos), visando unir e integrar as províncias brasileiras" (MACIEL, 2001: 132).

No Brasil, o telégrafo ganhou uma conotação crucial, pois foi compreendido como aparelho "mágico", quase mítico, que teria o poder de transformar tudo por onde passasse, tudo em sua volta:

Nas cidades ele revolucionaria o comércio, a indústria e o mercado financeiro, agilizando a troca de informações e auxiliando no transporte de mercadorias. No interior ou nos sertões, sua utilidade estaria associada às noções militares de defesa do território, do governo e administração de populações dispersas, de manutenção da ordem e progresso da nação (MACIEL, 2001: 138).

É nesse momento que entra em cena Cândido Mariano da Silva Rondon. Rondon nasceu em 5 de maio de 1865 na sesmaria Morro Redondo, ou Mimoso, Estado de Mato

Grosso, optou pela carreira militar onde se fizera soldado do 3º Regimento de Artilharia e Cavalo no ano de 1881. Em 23 de dezembro de 1889 Rondon é nomeado auxiliar de Gomes Carneiro, na Comissão das Linhas Telegráficas, e em 1900 se torna chefe da Comissão de Linhas Telegráficas do Estado do Mato Grosso e da Comissão Estratégica de Instalação de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas.

No ano de 1906, o presidente da República Alfonso Pena determinou a execução de medidas que consolidassem a incorporação dos territórios do Acre, do Purus e do Juruá, com a extensão da linha telegráfica ao vale amazônico, a qual foi confiada a Rondon.

Desejou o presidente que a tomada de posse daquele sertão fosse feita dentro de um ponto de vista que sempre fora o do próprio Rondon: com a exploração científica do território e a sua incorporação ao mundo civilizado como elementos convergentes de um só objetivo [...] (COUTINHO, 1968: 77).

A comissão Rondon foi de suma importância para a integração da Amazônia com o restante do Brasil, sendo de grande contribuição para conhecermos a geografia e a história do vale amazônico, já que “os trabalhos de reconhecimento e determinações geográficas, o estudo das riquezas minerais, da constituição do solo, do clima, das florestas e dos rios caminhariam paralelamente com os trabalhos de instalação das linhas telegráficas” (COUTINHO, 1987: 77).

Já Maciel (1999) afirmou que em renomear rios, serras e campos, a Comissão Rondon ia se apropriando

de espaços, memórias, culturas e conhecimentos, ao mesmo tempo em que conhecia, mapeava e imprimia suas marcas. Além do que, com a renomeação e a locação de rios em mapas, traria a incorporação de um espaço dito “vazio” para a administração do estado republicano.

Edilberto Coutinho, em sua obra *“Rondon e a Integração Amazônica”*, vai além quando fala a respeito do chefe desta Comissão:

Ele colocou no mapa uma imensa região, que antes figurava como DESCONHECIDA, doando ao Brasil um território igual ao da França, no qual estendeu quilômetros e quilômetros de fios telegráficos. [...] Como autêntico bandeirante do século XX, em suas expedições científicas foi desbravando rios, corrigindo o curso de numerosos afluentes do Amazonas, catequizando e pacificando nações indígenas, descobrindo as lendas e mistérios dos povos primitivos, e propiciando à indústria todos os recursos da floresta secular [...] (COUTINHO, 1968: 17).

Porém tal empreendimento não foi um trabalho tão simples. A Comissão enfrentou muitos obstáculos nessa missão, desde a escassez de alimentos e consequentemente a fome, doenças diversas, animais perigosos, enfim, os perigos da selva amazônica, além da dificuldade de recrutamento, insubordinações por parte de seus “soldados”, uma vez que muitos temiam aquele lugar “exótico”, considerado um “inferno verde”, cheio de perigos.

A respeito dos perigos encontrados na floresta amazônica pela Comissão, Edilberto Coutinho nos elucida:

Morte e perigo rondaram os expedicionários, [...] piranhas hemófagas, crocodilos, sururis, onças. Na linha de conta dos perigos maiores do sertão, Rondon enumerava: os mosquitos e as febres que ocasionavam, as formigas venenosas, a disenteria, a fome [...] Flechadas dos índios (nas primeiras marchas [...] (COUTINHO, 1975: 14).

Entretanto, vale ressaltarmos aqui que os índios reagiam dessa forma, pois suas terras estavam sendo invadidas, o seu espaço estava sendo violado por desconhecidos e intrusos. Contudo, a Comissão Rondon teve importante ajuda dos índios na abertura da mata para a implementação dos fios telegráficos, como destaca Coutinho:

Depois dos Bororos, Rondon utilizou os Parecis em trabalhos da Comissão. Encarregaram-se da conservação da linha, de Saueruíná ao Juruena, numa extensão de 232 quilômetros. Alguns Parecis lhe serviram, também, como guias na Amazônia [...] (COUTINHO, 1975: 81).

Esse fato deveu-se à habilidade de Rondon em ser um “pacificador”, evitando confrontos com as tribos no meio de sua marcha, onde estabeleceu um lema que, segundo Coutinho, “nortearia toda a sua obra indigenista e que seria palavra de ordem para seus oficiais e soldados: ‘Morrer, se necessário for; matar, nunca’” (COUTINHO, 1975: 59). Além disso, outras medidas eram tomadas por Rondon, como respeito aos “sinais” deixados pelas tribos indígenas, e ao mesmo tempo, os presenteava como forma de “amizade” e confiança,

Os índios [...] só atacavam quando a expedição penetrava em suas terras e assim mesmo davam sinais de perigo,

com os galhos amarrados e presos ao chão por setas. O que significa: ‘Fora, voltem’. Rondon exigia respeito a tais sinais, que cedo aprendeu reconhecer. ‘Não podemos avançar, sem que consintam. Não é covardia correr dos índios’. [...] os expedicionários deixavam, junto aos sinais de perigo, presentes de facas, machados e ferramentas para os homens, e panos vistosos para as mulheres. Assim, foram transformando a boa vontade natural dos índios em confiança absoluta [...] (COUTINHO, 1975: 80-81).

Outra dificuldade que Rondon enfrentou para consagrar o seu ideal foram as frequentes deserções e insubordinações dos seus comandados, tais atos se deviam a alguns motivos particulares, como: a “origem” das pessoas que iam servir na Comissão, o medo de “enfrentar” aquelas terras desconhecidas e repletas de perigos, e também sua “mão de ferro”, ou seja, sua rigidez no comando, o que incluía castigos corporais. Na tese de doutorado do professor Francisco Bento da Silva, *Acre: A “Pátria dos Proscritos”: Prisões e Desterrados para as regiões do Acre em 1904 e 1910*, observamos alguns dos tipos das pessoas (*desterrados*<sup>2</sup>), que eram enviadas para o trabalho nas linhas telegráficas entre 1910 e 1911:

No feriado de natal de 25 de dezembro, partiu do Rio de Janeiro o navio *Satélite* com 436 prisioneiros [...] De acordo com o jornalista Edmar Morel, entre eles estavam 293 prisioneiros retirados da Casa de Detenção, que seriam ‘modestos operários e servidores públicos’, presos por serem considerados apenas simpáticos à revolta. Existiam outros 66 marinheiros recolhidos no Quartel do Exército, que também foram desterrados. Do quartel do 01º Regimento de Infantaria saíram mais

<sup>2</sup> Pessoas obrigadas pelas autoridades políticas a deixar o lugar onde moravam, ou seja, pessoas exiladas.

31 marinheiros. E por fim, embarcaram ainda 44 mulheres retiradas também da Casa de Detenção. [...] Nesse navio também embarcaram muitos civis recolhidos nas ruas e prisões da cidade, pelos simples fato de carregarem a fama de vagabundos e criminosos inveterados. Não importava se essa má fama correspondia de fato ou era apenas algo construído pelas autoridades para justificar tais medidas [...]. (BENTO, 2010: 120-121)

O autor salienta ainda o local de desembarque dos desterrados,

As localidades indicadas como destino final são: Manaus (01 pessoa), Humaitá (18 pessoas), Santo Antônio do Madeira (129 pessoas), Linhas Telegráficas (141 pessoas) e sem indicação de onde ficaram, aparecem quatro nomes. Na vila de Santo Antônio, os desterrados seriam destinados aos trabalhos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas - CLTEMA. Sobre as observações apensadas ao lado de alguns nomes, estas trazem expressões como: 'ladrão perigoso', para Adriano Lopes ou Abrahão Lopes, Arlindo Escóssia da Paixão e Armando Adriano Mendes; 'desordeiro e ladrão perigoso', para Gastão Ribeiro dos Santos (vulgo Capenga) e Januário Seabra de Souza; 'desordeiro perigoso' é também o termo imputado a José Ribeiro da Silva; [...] Com estes, [...] noventa e quatro (ex-marinheiros), aparecem como designados para os trabalhos da CLTEMA [...] (SILVA, 2010: 177-178).

No que se refere às mulheres desterradas que tinham como endereço inicial o território do Acre, segundo Bento (2010) muitas também tiveram destino igual, trabalhar na Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, "consta que as 44 desterradas foram recolhidas na Casa

de Detenção no Rio de Janeiro e destinadas às seguintes localidades: dezenove para Santo Antônio, **vinte e uma para as linhas telegráficas** (grifo nosso), e quatro teriam ficado em Manaus". (BENTO, 2010: 179)

Não foi à toa que Rondon enfrentou diversas dificuldades no que se refere às deserções, dado que muitos destes trabalhadores eram civis, não tinham experiência alguma no serviço militar, e dos soldados, que de fato havia (militares e marinheiros), estes não estavam devidamente preparados para enfrentar os obstáculos que a selva lhes reservaria, tais como animais ferozes, doenças, ataque de índios, o manejo com ferramentas que eram usadas para abrir caminhos na selva, assim como nos elucida Diacon a respeito desses acidentes e da vida "dura" dos "soldados" de Rondon em comparação aos demais soldados brasileiros:

O Dr. Joaquim Augusto Tanajura como médico oficial da Comissão Rondon, viajava incessantemente por toda a área de construção das linhas telegráficas para tratar de doentes e feridos, praças e civis que se cortavam às vezes gravemente ao abrirem picadas na mata [...] Ferimentos desses tipos foram frequentes que quase se tornaram rotina durante a construção das linhas telegráficas. A vida dos soldados brasileiros no começo do século XX não era fácil em nenhuma parte do país. Mas a vida do soldado que servia na Comissão Rondon eram mais difícil e perigosa. [...] (DIANCON, 2006: 65-66).

Somando-se a isso, a alta rigidez com que o tenente-coronel Rondon, depois coronel nomeado em 1912, comandava seus "soldados", submetendo-os, quando necessário,

a castigos corporais por atos de indisciplina. Porém, em suas próprias palavras, Rondon mostrava-se “amargurado” por tais atitudes e também magoado, se assim posso dizer, por receber pessoas “despreparadas” no que diz respeito à disciplina militar:

[...] Voltei ao navio, muito amargurado. Doía-me profundamente ter sido forçado a empregar o processo do Conde Lipe<sup>3</sup>. Entreguei-me a amargas reflexões sobre o fato de serem enviados para servir homens indisciplinados, na fase ainda da obediência forçada [...] (COUTINHO, 1975: 58).

Além disso, outro ponto a respeito das insubordinações que merece destaque aqui são as constantes rebeliões e fugas feitas pela grande insatisfação dos soldados da Comissão. E um desses episódios nos é esclarecido na obra: *Rondon, o civilizador da última fronteira*, de Edilberto Coutinho. O autor revela que Rondon enfrentou outro problema, na volta do Rio, onde revoltosos queriam tirar sua vida:

[...] Entre os soldados da leva mais recente, estavam cem revoltosos da fortaleza de Santa Cruz. Resolveram eliminá-lo. Na hora do pagamento, tomariam conta do acampamento, liquidariam todos os oficiais e o comandante daquela missão a que vieram servir como castigo [...] (COUTINHO, 1975: 59).

O desfecho desse episódio inclui o acovardamento de alguns envolvidos na revolta e nas suas fugas do acampamento, com um desertor contando o plano dos revoltosos e a apreensão dos fugitivos e as surras ou castigos

corporais aplicados nos insubordinados.

Assim, entre “trancos e barrancos”, superando diversos obstáculos, onde muitas vidas já haviam sido ceifadas nesse longo trajeto de sua “marcha monumental” rumo à defesa e à integração do território, a Comissão Rondon continuava o curso da idealização à efetivação das linhas telegráficas da capital Rio de Janeiro ao território amazônico. Além, é claro, de disseminar e ampliar o campo da comunicação amazônica.

## 2.1- Comissão Rondon chegou ao Acre?

No Acre, põe-se em discussão se as linhas telegráficas de Rondon realmente se efetivaram ou chegaram nesse Território, já que encontramos certas divergências entre estudiosos nessa área. Segundo a autora Laura Antunes Maciel, Rondon teria atingido sua missão: chegar ao Território acreano, conforme ela mesma afirma em seu artigo, “[...] Rondon, comandante de expedições militares que construíram milhares de quilômetros de linhas telegráficas nos Estados de Mato Grosso, Acre e a Amazonas nos primeiros anos do século XX [...]” (MACIEL, 2001: 138).

Já Coutinho afirma que Rondon chegou “apenas” até o vale do Jamari, território do atual Estado de Rondônia, concluindo assim sua missão:

Volta Roosevelt aos Estados Unidos e Rondon ao seu acampamento na selva amazônica. Faltava completar a ligação do vale do Ji-Paraná ao do Jamari, [...] Terminando esse trabalho, em 1915, apresenta-se ao

<sup>3</sup> Em 1762, Marquês de Pombal nomeou Schaumburg-Lippe, também conhecido como Conde de Lippe, ao posto de Marechal General dos Exércitos de Portugal, dando-lhe o cargo de governo das armas de todas as tropas de infantaria, cavalaria, dragões e artilharia, além de diretor geral de todas elas. Durante esse tempo Conde de Lippe escreveu os Regulamentos para Infantaria, Cavalaria e os chamados Artigos de Guerra, os quais foram aplicados em Portugal e no Brasil até a entrada em vigor dos Códigos afetos à área criminal militar. O regimento de Lippe regulava várias áreas da atividade militar, além da questão disciplinar. Todavia, é pela severidade das penas impostas que Conde de Lippe é lembrado. Era comum além das prisões os castigos corporais com açoites, chicotadas, pranchadas, e até mesmo a pena de morte.

Disponível em: [www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=5732](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5732).

Acesso em 19 de setembro de 2012.

ministro da Viação: 'Entrego concluída, a Linha Telegráfica' (COUTINHO, 1975: 87).

Porém, acreditamos que o material levantado nas pesquisas realizadas nos jornais da época, entre 1909 e 1912, possa nos elucidar tal questão como veremos mais adiante.

No ano de 1910, no Departamento do Alto Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul, via-se ainda o desejo incessante da população da instalação do telégrafo no Departamento, o qual "modificará radicalmente a vida acreana, dando um rumo seguro ao progresso regional" (Jornal *CRUZEIRO DO SUL*, 1910: 1). A esse incessante desejo o periódico *Cruzeiro do Sul* acrescenta a notícia em sua manchete: Melhoramentos no Acre, o estabelecimento do telégrafo na "região acreana é o melhoramento maximo e o mais urgente a realizar-se no Territorio, como providencia indispensavel ao desenvolvimento das forças economicas desta zona magnifica" (Jornal *CRUZEIRO DO SUL*, 1910: 1).

Em junho de 1911, a esse desejo aliaava-se agora a euforia com a iminência desse serviço em Território acreano, conforme noticiou o jornal *Cruzeiro do Sul*,

Nova Era e Novos Horizontes: Trata-se da instalação, no Territorio do Acre, do telegrapho sem fio, para a rapida communicação das sédes dos Departamentos entre si, e de todos elles com a capital Federal e com outras cidades importantes (Jornal *CRUZEIRO DO SUL*, 1911: 2).

E o jornal continuava, no ano seguinte, a noticiar a porvir instalação da Estação

Radiotelegráfica. "Temos fundadas esperanças de communicarmo-nos com o mundo, radiographicamente, até o dia 25 do corrente" (Jornal *CRUZEIRO DO SUL*, 1912: 2). O que foi realizado somente no dia 5 de março de 1912, conforme a matéria do jornal:

Estação Telegraphica: As duas horas da tarde precisamente, terça feira, 5 do corrente, o sr. dr. Paulo Müller, engenheiro encarregado do serviço de instalação da Estação do "Monte Fleury", acompanhado do sr. Max Ehlk, telegraphista contractado e competente interprete, fez entregar, ao Exm. Sr. Capitão Francisco Siqueira [...] dois primeiros radiogrammas [...] Esse auspicioso momento offereceu ensejo ao operoso republico, que é chefe do executivo departamental, de, fazendo servir aos dois dignos membros da Comissão da Empreza Telefunquem e pessoas presentes, um profundo copo de cerveja, [...] (Jornal *CRUZEIRO DO SUL*, 1912: 1).

A propagação deste serviço não iria tardar, já havendo notícias de mais Estações Radiotelegráficas a serem instaladas no território, "Já está a caminho o material para a Estação Radiographica, que, em curto espaço de tempo, deverá ser inaugurada, em 'Villa Seabra', no Tarauacá" (Jornal *CRUZEIRO DO SUL*, 1912: 1).

Apesar das divergências entre alguns estudiosos no assunto, no Acre os telégrafos só chegaram por volta do segundo semestre de 1911 e do primeiro semestre de 1912, conforme confirma a manchete do jornal *Folha do Acre* do dia 23 de fevereiro do ano de 1913, "Pedimos gentileza intervir junto honrado ministro Viação, fim conseguir regularização serviço radiographico

Acre, cujas estações inauguradas mais de um anno, não funcionam [...]" (Jornal *FOLHA DO ACRE*, 1913:1). E estes não eram a linhas e sim sem fios, por isso, Radiotelegráficos, o que credita que as Linhas telegráficas da Comissão

Rondon realmente não chegaram a este território. Entretanto, esse fato não tira o mérito inegável de sua alta contribuição para a ampliação dos meios de comunicação "modernos" no Acre.



Estação Radiotelegráfica no Acre (Figura 1).

Observamos na figura 1 uma das primeiras estações Radiotelegráficas do Território acreano. Não conseguimos datá-la, entretanto fazemos tal afirmação, de ser uma das primeiras estações do nosso território, por causa da sua estrutura arquitetônica, onde notamos que essa Estação é construída toda em madeira e rodeada por uma grande varanda, muito parecida com a sede da prefeitura e da polícia de Rio Branco antes dos anos 1920, já que as construções em alvenaria só seriam "aplicadas" com mais ênfase no Acre,

se assim podemos definir, a partir do governo Hugo Carneiro, de 1927 a 1930, que construiu o Mercado Municipal, o quartel da Polícia Militar e iniciou a obra do Palácio do Governo, todos com uma arquitetura moderna nos moldes europeus e em alvenaria.

No Acre, o serviço de telegráfico veio a se juntar há outras vias de comunicação, como as cartas, os jornais ou periódicos de circulação da época e a agência dos Correios. Esta última instalada no dia 11 de agosto de 1910, de acordo com a Encyclopédia dos Municípios

Brasileiros (1957), como já afirmava antecipadamente o Jornal *O Alto Purus* em sua manchete: "Correio do Territorio" onde informava a criação oficial da Administração dos Correios de 4ª classe no território do Acre:

O presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorisação que lhe confere o nº XXXVI do art. 16, da lei nº 2050, de 31 de setembro de 1908, decreta: Art Iº Fica creada uma administração de correios de 4ª classe, no Territorio do Acre, devendo ser os vencimentos do

respectivo pessoal duplos dos fixados para as administrações daquella categoria [...] Art. 2º As primeiras nomeações serão de competencia do Governo e do director geral dos Correios. [...] A' vista do exposto, tenho a honra de submeter à assignatura de V. Exª. Projeto de decreto declarando creada à administração postal de 4ª Classe do Territorio do Acre e abrindo o credito necessario à sua instalação. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1909 - Francisco Sá (Jornal *O ALTO PURUS*, 1909: 2).



Agência dos Correios e Telégrafos (D.C.T.). Data: Década de 1940 (Figura 2).

Observamos na fotografia acima as instalações do D.C.T., já mais moderna, em alvenaria. O D.C.T foi instalado no Território acreano no dia 7 de maio de 1913, hoje, o D.C.T é conhecido como Agência dos Correios do Brasil. Vale ressaltarmos que tal informação é um achado para levantarmos a história da Agência dos Correios no Acre, porquanto o órgão não possui fontes históricas sobre sua própria história no Acre.

Enfim, a chegada do telégrafo em nosso território significou muito mais que um simples "veículo rápido e silencioso das ordens dos governos e das medidas táticas dos exércitos e marinhas" (MOREIRA, 1924: 5), mas sim um relevante instrumento que permitiu a integração com o restante do país, por meio das comunicações, e o reconhecimento de um espaço antes desconhecido por parte dos brasileiros, ajudando na efetivação da comunicação em nossa região que

seria continuada com a construção das estradas de rodagem terrestres que consistiriam em novas vias de comunicação conectando o Acre ao restante da nação e do mundo.

### 3- Construção das estradas de rodagem no Acre

Outro meio importante, assim como o rio, que viria permitir que as notícias chegassem e saíssem que a comunicação transitasse e se desenvolvesse no Território acreano, foi a estrada de rodagem.

A construção de estradas de rodagem no Acre era considerada por seus administradores, os prefeitos dos Departamentos, uma idealização que traria uma maior integração com o país, e o caminho que levaria ao tão sonhado “progresso” para essas terras. Já para os chefes políticos do país, uma oportunidade de maiores lucros com os produtos acreanos, como a borracha, a castanha e outros, já que se teria maior facilidade de escoamento de tais produtos à exportação. E esse desejo já era visto nos primeiros anos do século XX.

Em 1907 já se viam planos de governo para a abertura de estradas de rodagens no Acre para auxiliar as estradas fluviais, encurtar caminhos, enfim, facilitar o transporte, a comunicação do Território acreano e os interesses econômicos dos grandes proprietários de terras, empresários e dos governantes do país. E veríamos isso, nitidamente, anos mais tarde, com a chegada da pecuária no estado do Acre.

No ano corrente é criada uma comissão de obras federais no território do Acre, sob decreto federal

de Nº 6.406, de oito de março do ano de 1907. E isso é observado nos relatórios dos anos de 1907 e 1908 do Ministério da Justiça e Negociações Interiores:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para dar execução ao disposto no art. 8º, letra C, da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, decreta: Art. 1º Fica criada no Território do Acre uma comissão de obras com jurisdição nos três departamentos do mesmo Território e imediatamente subordinada ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. [...] Art. 7º Compete à comissão promover a realização das seguintes obras: 1º, abertura de estradas; 2º desobstrução de rios; [...] (BRASIL, 1908: 4-5).

O incessante desejo de interligar o Território acreano às suas demais localidades, ou seja, interligá-lo entre seus departamentos e zonas de escoamento de produtos (alguns pontos de navegação), intraterritorialmente, era a meta do governo do país, já que o Território acreano era apenas alcançado pelas vias fluviais, e também para encurtar distâncias, ou melhor, para não desperdiçar o longo tempo que se consumia nas viagens fluviais e não ficar refém dos períodos de enchentes ou secas dos rios.

Passo agora a relatar o esforço da comissão de obras no Acre, desde sua chegada a Cruzeiro do Sul até esta data, para executá-lo. Estradas das três Prefeituras- O trabalho de maior relevância contido no vasto programma de melhoramentos no Acre é o da ligação entre as três Prefeituras por uma estrada de rodagem que, continuada em direção Leste-Oeste, abre-lhe também escoadouro em ponto perenne navegação no Purús ou no Madeira. [...] O opulento e fertilíssimo

Territorio do Acre acha-se actualmente ligado ao Brazil apenas por duas vias de comunicação fluvial- o Juruá e o Purús. Durante os mezes de junho a outubro as aguas destes rios baixam tanto que só permitem navegação de canoas e pequenas lanchas de exiguo calado, um ou dous pés no maximo.[...] Durante a baixa do rio os habitantes do Alto Acre, Alto Purús e Alto Juruá, separados do mundo, raramente recebendo noticias de seu paiz [...] A constancia das communicações, a frequencia das noticias e a facilidade das viagens, pela construcção da estrada Leste-Oeste e de seus accessorios telegraphicos. Virá sanar tantos males e melhorar as condições sociaes da população nesta zona residente [...] (BRASIL, 1908: 12-13).

Como já observado, as estradas terrestres ou de rodagem entram em cena na primeira década do século XX no Território acreano, já com o intuito de dar mais possibilidades, de efetivar o sonho do "progresso", a rapidez nos transportes e na comunicação, possibilitando a maior circulação das notícias, auxiliando a efetivação e desenvolvimento dos meios de comunicação no Território. Além da integração das terras acreanas que agora faziam parte do território brasileiro, e, claro, os interesses econômicos vigentes.

Isso será bem enfatizado na matéria intitulada "*História de uma Estrada*" no periódico *O Acre*, de 1950. A abertura de estradas ligando os municípios acreanos "tem sido a constante preocupação dos governos desde a instituição do Território, porque a consideram, e de fato é o problema fundamental, a base de seu progresso" (Jornal *O ACRE*, 1950: 1).

Então, a partir dos anos de 1907 e 1908 começaram as

aberturas de estradas de rodagem, valendo ressaltar que o que realmente almejavam eram as tão sonhadas estradas de rodagem. Contudo as primeiras estradas terrestres eram somente trafegadas por pessoas, *comboios*<sup>3</sup> de animais e carroças.

Como plano geral impõe-se à primeira vista: 1º- Estradas de rodagem ligando entre si as tres sédes de administração, atravessando sempre Territorio Federal. E pelos estudos e informações colhidas, o terreno presta-se, em geral, sem dificuldade de alta monta, e até esse serviço já foi atacado em varios trechos embora de modo rudimentar. No Territorio do Alto Juruá, partindo de Cruzeiro do Sul existe já aberto um picadão de 190 kilometros, do qual 110 têm sido percorrido a cavalo; os outros 80 kilometros prolongados no mesmo rumo geral alcançam Cocamera na margem do Tarauacá (BRASIL, 1908: 46-47).

Tal estrada ligava Tarauacá a Cruzeiro do Sul, como elucida Tocantins: "existiu, por volta de 1908, uma *picada*<sup>4</sup> de um metro de largura e com extensão de 300 quilômetros, unindo Cruzeiro do Sul ao seringal Cocamera, nas margens do Tarauacá, pouco acima da cidade deste nome" (TOCANTINS, 1983: 114). Tal estrada ficaria conhecida como estrada do "Juruá" ou "estrada Bueno", nome dado em homenagem ao engenheiro chefe Bueno de Andrade, o qual foi enviado pela Comissão de Obras Federais ao Território acreano.

Porém essa estrada não vingou, ou devido às dificuldades naturais (solo inapropriado e o inverno amazônico) ou/e à falta de recursos, que resultaram no abandono da obra, que é o que

<sup>3</sup> Tropilha de animais, geralmente burros e cavalos, que conduzem mercadorias.

<sup>4</sup> Atalho estreito, aberto no mato a golpes de facão.

"acontece a todas as estradas ou simples varadouros quando não recebem os cuidados da conservação" (Jornal *O ACRE*, 1950: 1).

Ainda segundo a matéria "*História de uma Estrada*", de 1950, houve a construção de outra estrada de rodagem no Acre, sendo uma das primeiras no território, a Estrada Iaco-Acre ou estrada Lobão como ficou conhecida em homenagem ao engenheiro Gastão Lobão, a quem foi incumbido o serviço pelo Governo Federal. Tal estrada ligaria a cidade de Sena Madureira a Rio Branco, porém, assim como a estrada do "Juruá", esta não teve êxito devido aos mesmos problemas.

Entre 1915 e 1917, houve outro esforço da reabertura da estrada Lobão, porém sem êxito. "*O prefeito do Departamento do Alto Purus, saudoso Coronel Avelino de Medeiros Chaves [...] mandou reabrir as estradas carroçáveis, [...] mas não pôde levar adiante o seu propósito, devido à exigüidade de recursos*" (Jornal *O ACRE*, 1950: 1).

No governo Hugo Carneiro (1927 a 1930), houve outra tentativa de reabertura da estrada Lobão, porém mais uma vez infrutífera. Essa passagem é relatada por ele, em seu relatório de Governo, onde fala do

motivo pelo qual não houve sucesso e ainda comenta sobre a construção de estradas de rodagem no Acre:

Logo que assumi o Governo tentei a reabertura da Estrada Lobão, que liga a capital do Território à cidade de Sena Madureira, no município do Purus. Cheguei a reconstruir dois Kilometros, [...] Mas, verificando que custava o Kilometro, dezoito contos em trechos favoráveis ao serviço, [...] abandonei a idéia e, hoje, por observação feita in loco, descreio das vantagens da estrada de rodagem no Acre, ainda pouco povoado. E em grande parte da área do Território é dominada por igapós, varadas de rios e igarapés, assentando sobre terrenos de alluvião, que também difficultam, sinão impedem, a construção das estradas de rodagem [...] (Relatório HUGO CARNEIRO, 1930: 87-88).

Entretanto, no ano de 1947 houve a abertura do primeiro trecho que ia de Rio Branco a Plácido de Castro, como afirma Tocantins:

A praticável política rodoviária foi iniciada em 1947, com a abertura do primeiro trecho da Transacreana, de Rio Branco a Plácido de Castro, vila às margens do Abunã. A estrada mede 105 quilômetros e por ela já se cruzam caminhões, transportando borracha e castanha do vale daquele rio para o do Acre, e fazendo o giro de mercadorias (TOCANTINS, 1983: 113).



Estrada Rio Branco-Abunã no período de inverno (figura 3).

Observamos na figura 3 o estado da estrada Rio Branco-Abunã no período de chuvas da região. A qual se tornava intrafegável para veículos motorizados e difíceis até mesmo para comboios de animais.

Já em outubro de 1952, noticiava o jornal *O Acre* a inauguração da estrada de Plácido de Castro a Rio Branco:

Foi escolhido o dia 24 de outubro corrente, para a inauguração de importante obra que é a rodovia ligando a Capital à vila de Plácido de Castro no Abunã, [...] A estrada receberá a denominação de "Rodovia Plácido de Castro", em homenagem ao grande caudilho da Revolução Acreana, e a sua inauguração constituirá o marco inicial da era rodoviária no Acre [...] (Jornal *O ACRE*, 1952: 1).



Estrada Rio Branco – Abunã (Figura 4). Fonte: Documentário Fotográfico - Dr. Valério Magalhães - 1957 a junho de 1958.

Nesta figura 4, nos são elucidados o estado e as condições das primeiras estradas de rodagem do Acre, nesse caso, a estrada do Abunã, que ligava o Território Acreano intraterritorialmente, que no período chuvoso tornava-se quase certa a sua intrafegabilidade. Observamos um veículo motorizado, conhecido como Rural, que foi vencida pelos atoleiros da estrada.

Foi então a partir do final da década de 1940 e início da década de 1950, que se volta a sonhar com a idealização das estradas de rodagens em Território acreano. Logo, entrava em cena a política rodoviária.

Por volta da década de 1950, houve a abertura da BR- 317, que ligava o município de Boca do Acre (Amazonas) ao município de Rio Branco, capital do Acre, financiada por verbas federais. Depois a BR incorpora a rodovia Plácido de Castro, ligando Rio Branco ao município de Xapuri, e, décadas depois, interligando aos municípios de Brasiléia e Assis Brasil, sendo hoje, também, conhecida como Estrada do Pacífico, fronteira com o Peru.

No ano de 1958, o presidente da República Juscelino Kubitschek estabelece decreto para a construção de uma nova rodovia, a BR- 364. No mesmo ano começa a abertura da rodovia no trecho Porto Velho - Rio Branco. Já na década de 1960, a obra continua nesse trecho e também entre Cruzeiro do Sul e Rio Branco.

Nesse momento destacam-se nessa empreitada o 5º BEC, o DNER, anos depois, o 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC) criado no município de Cruzeiro do

Sul, no ano de 1969, "filho do 5º BEC", já que o 7º BEC foi criado por soldados oriundos do 5º Batalhão, e o DERACRE- Departamento de Estradas de Rodagem do Acre, criado um pouco antes, no ano de 1963.

As construções dessas rodovias também trazem relatos engraçados, como no relato do Amorim, servidor civil do 7º BEC, ele nos conta que:

Com a zoada do moto- serra, o seu Chico Piris que morava lá na Alagoinha, quando ouviu a zoada disse: 'O mundo vem se acabando' e deixou a casa dele abandonada. E nos cheguemo lá (risos) tava a casa abandonada e nos tomemo conta para ele, no outro dia o seu Chico Piris apareceu [...] (Filme do 7º BEC, 2009).

Porém as construções dessas rodovias foram lentas e difíceis, já que o solo era totalmente argiloso (tabatinga), além dos perigos encontrados na selva amazônica, que, assim como a construção das linhas telegráficas, lhes impuseram vários desafios e/ou obstáculos, tais como doenças, animais perigosos, barreiras naturais, dentre outros. "O maior desafio que essas equipes de trabalho enfrentaram, além das adversidades da própria missão, eram as doenças tropicais, como a malária, leishmaniose, doença de chagas e outras" (Revista BATALHÃO BEC, 2003: 24).

O General Tarçiso, ex-combatente do 7º BEC, em seu relato à revista "A Imagem de uma Vida", feita em comemoração aos 40 anos desse batalhão, relata uma das dificuldades frequentes na implementação da rodovia BR- 364 e exalta a sua obra; segundo ele:

Na implantação ficavam os topógrafos lá no trecho, e muitas vezes eles ficavam completamente ilhados e a sobrevivência deles dependia muito da pontaria dos tripulantes dos aviões da FAB que jogavam mantimentos de para-quedas. É uma história magnífica [...] (Filme do 7º BEC, 2009).

Tal fato se atribuía pelas matas fechadas, péssimas condições climáticas e do solo, já que os alimentos e outros mantimentos chegavam através dos aviões que sobrevoavam a área.

Logo, nos primeiros anos de construção e estabelecimento dessas rodovias o tráfego era difícil, principalmente no inverno, quando se tornava intrafegável, interrompendo as comunicações e transportes nesse

período, além de suas limitações quanto a sua ligação com toda a região acreana, ou seja, ligações no seu interior, ligando um município ao outro e ligação com o restante do Brasil. Tais rodovias só iriam ser concluídas totalmente (asfaltadas) no final da década de 1990 e na primeira década do ano de 2000. Até essas datas as condições das rodovias eram precárias, como já salientado anteriormente, a trafegabilidade se tornava praticamente impossível, e, consequentemente, a comunicação na região era afetada, pois através das estradas e dos meios de transporte que por ela trafegavam é que as cartas, jornais, notícias, livros, enfim, a comunicação chegava mais rápido na região.



Trecho da BR- 364 na década de 1990 (Figura 5). Fonte: DERACRE

Nesta figura 5, observamos as condições das estradas na década de

1990, no caso, a BR- 364, responsável pela ligação do Acre ao

Estado de Rondônia. Mais uma vez, vemos o drama das estradas acreanas, onde o Homem sucumbia as suas péssimas condições de trafegabilidade. Notamos diversos caminhões que transportavam mantimentos, pessoas e outros produtos para a região. Além dos esforços dos homens para desatolarem os veículos e permitissem a continuidade da viagem.

Vale ressaltar que caberia aqui um olhar maior e mais contemplativo da história da construção dessas vias de comunicação, pois dessa história participaram inúmeras vidas, desbravadores, homens que perderam suas vidas nessa empreitada de integração do território brasileiro, de mulheres que mais uma vez foram ocultadas ou

silenciadas na história dessa grande construção, de conflitos, expulsões e violência contra os índios que moravam na floresta, a qual precisava ser derrubada para a construção da rodovia.

Entretanto, como bem observamos no dizer de Aijaz Ahmad, onde toda tomada de posição política implica fechar a porta para outras possibilidades, continuamos aqui o nosso olhar superficial para tão somente a inserção das vias de comunicação no Acre nas primeiras décadas do século XX. De como elas foram elas se desenvolvendo e se estabelecendo ao longo do tempo, desde o rio, passando pelas estradas de terra, pela telegrafia até a chegada dos meios de comunicação "modernos" e suas mídias, neste caso, a Rádio Difusora Acreana.

## FONTES E REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS:

### Documentos oficiais e jurídicos:

BRASIL, Ministério da Justiça. Relatório do ministro Eusébio de Queiroz Mattoso, ministro e secretário do Estado, apresentado em 1850.

BRASIL, Ministério da Justiça. Relatório do ministro Augusto Tavares de Lyra, apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brazil em março de 1908.

IBGE: Encyclopédia dos municípios brasileiros, 1957, v. XIV, pp. 53 a 87.

Relatório de Governo. Relatório apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Dr. Hugo Carneiro, 1930, pp. 87-88.

### Publicações periódicas:

#### Artigos e/ou matéria de periódicos:

Revista Batalhão BEC, 34 anos de História, 2003, p.24.

#### Artigos e/ou matérias de jornais: Jornais

Jornal **Cruzeiro do Sul**, 10 de abril de 1910, ano V, nº 118, p.1.

- \_\_\_\_\_. 25 de junho de 1911, ano VI, nº 164, p. 2.
- \_\_\_\_\_. 7 de janeiro de 1912, ano VII, nº 190, p. 2.
- \_\_\_\_\_. 10 de março de 1912, ano VII, nº 199, p.1.
- \_\_\_\_\_. 4 de fevereiro de 1912, ano VII, nº 194, p. 1.

Jornal **Folha do Acre**, 23 de fevereiro de 1913, ano 3, nº 106, p.1.

Jornal **O Alto Purus**, 12 de agosto de 1909, ano II, nº 77, p. 2.

\_\_\_\_\_. 26 de dezembro de 1909, ano II, nº 98, p.2.

Jornal **O Acre**, 10 de maio de 1936, ano 8º, nº 328, pp. 6-7.

\_\_\_\_\_. 13 de Agosto de 1944, ano XIV, nº 759, p. 1.

\_\_\_\_\_. 18 de junho de 1950, ano XX, nº 979, p.1.

\_\_\_\_\_. 24/09/1952, ano XXII, nº 1091, p. 1.

## Filmes:

“A imagem de uma Vida”, coletânea em comemoração aos 40 anos do 7º BEC, 2009.

## Livros

ALENCAR, M. S. de. História, tecnologia e legislação de telecomunicações. Recife: 2011.

VARGAS, Milton (org). História da técnica e da tecnologia no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 1994, p. 315.

COUTINHO, Edilberto. Rondon e a integração Amazônica. São Paulo: Aquimedes, 1968.

\_\_\_\_\_. Rondon, o salto para o desconhecido. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

\_\_\_\_\_. Rondon, o civilizador da última fronteira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DIACON, T. A. Rondon, o marechal da floresta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 21, n. 41, 2001, p. 130.

MOREIRA, Lívio G. Telegraphia- noções práticas. Curytyba: João Haupt & Cia., 1924.

SILVA, Francisco Bento da. Acre a “pátria dos proscritos”: prisões e desterrados para as regiões do Acre em 1904 e 1910. 363 f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná, 2010.

TOCANTINS, Leandro. Estado do Acre: geografia, história e sociedade. Rio Branco: Tribunal de Justiça, 2003.

\_\_\_\_\_. O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1983.

VARGAS, Milton (org). História da técnica e da tecnologia no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

## LUTA PELA POSSE DA TERRA EM UMA REGIÃO DE FRONTEIRA:TOLEDO/PR

Nilton Marques de Oliveira<sup>1</sup>  
Leandro de Araújo Crestani<sup>2</sup>  
Rosângela Maria Pontili<sup>3</sup>  
Moacir Piffer<sup>4</sup>

### Resumo

A microrregião de Toledo, situada no Oeste do Paraná, é tida como uma região de fronteira, detentora de grande área rural, cujas terras são reconhecidas como estando entre as melhores do mundo, em termos de fertilidade e produtividade. Em vista disso, a presente pesquisa objetivou analisar os conflitos agrários da referida região, tendo como referência o período de 1960 a 1970. Foram analisados os Autos Criminais da Comarca de Toledo (1960-1970) e os registros do Núcleo de Documentação e Pesquisa (NDP) da Unioeste/Campus Toledo, comprovando-se a ocorrência de diversos conflitos pela posse de terra, os quais evidenciaram a existência de uma disputa entre os donos do poder contra: colonos, posseiros e grileiros. Concluiu-se, assim, que parte do sofrimento do camponês não foi retratada na história oficial de Toledo, na qual ficou em destaque somente os "grandes homens", ou aqueles que tinham condição de manipular a justiça a seu favor.

**PALAVRAS-CHAVE:** região de fronteira, conflitos agrários, proprietários de terra

### Abstract

The micro-Toledo, located in the West of Paraná, is regarded as a frontier region, holds large rural area, whose lands are recognized as being among the best in the world in terms of fertility and productivity. In view of this, the present study aimed to analyze the agrarian conflicts in that region, with reference to the period 1960-1970. We analyzed the

Crime Criminal Records of the District of Toledo (1960-1970) and the records of the Núcleo de Documentação e Pesquisa (NDP) of the Unioeste/Campus Toledo, confirming the occurrence of many conflicts over land, which showed the existence of a dispute between the owners of power against: settlers, squatters and land grabbers. It was concluded therefore that of the suffering of the peasant was not portrayed in the official history of Toledo, which was highlighted in only the "great men", or those who had conditions to manipulate justice in your favor.

**KEYWORDS:** border region, land disputes, land owners

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar o conflito agrário na Microrregião de Toledo- PR, entre 1960 e 1970. A escolha desse período deve-se ao fato de que a colonização do Oeste do Paraná iniciou-se nas décadas de 1940 e 1950 e, entre 1960 e 1970, deu-se grande parte dos conflitos de terra nessa região. Tal fato merece atenção por parte da academia, dada a importância de estudar e entender como se deu o processo de ocupação em uma região de fronteira, onde a terra é tida como uma das melhores do mundo, em termos de fertilidade e produtividade. Nesse sentido, o artigo é uma reflexão acerca da especulação, concentração e apropriação das terras devolutas que geraram, posteriormente, os confrontos e conflitos contra os colonos e posseiros na região de Toledo-PR, enquanto forma de entendimento utilizado para se compreender aquela realidade, suas disputas, conflitos e hegemonia de grupos locais e regionais.

<sup>1</sup> Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio / Unioeste Professor da Universidade Federal do Tocantins / UFT [niltonmarques@uft.edu.br](mailto:niltonmarques@uft.edu.br)

<sup>2</sup> Doutorando em História Contemporânea na Universidade de Évora. Professor da Faculdade Sul/FASUL [leandrocrestani@hotmail.com](mailto:leandrocrestani@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio/Unioeste Professora Assistente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná Campus Cascavel; [rpontili@yahoo.com.br](mailto:rpontili@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio [mopiffer@yahoo.com.br](mailto:mopiffer@yahoo.com.br)

No processo de investigação sobre a temática, pode-se constatar que muitas pesquisas realizadas sobre o Oeste do Paraná preocuparam-se em conhecer o processo de colonização. A maioria das publicações existentes está em consonância com a retórica produzida pela colonizadora (MARIPÁ), ou seja, “observa-se uma certa fidelidade ao que a empresa escreveu sobre si mesma, a partir da aceitação de um vasto complexo narrativo que faz dela o centro irradiador da história do Oeste paranaense” (SCHNIEDER, 2001:4).

Diante do vazio na escrita sobre os conflitos agrários na Microrregião de Toledo, a problemática que persiste nessa pesquisa é o estudo de disputas territoriais na região Oeste do Paraná. Uma questão de disputa das fronteiras agrícolas entre a donos do poder contra colonos, posseiros e grileiros.

Delimita-se como marco temporal de referência o ano de 1960 até o ano de 1970. Dessa forma, o estudo pretende compreender a dinâmica da formação das fronteiras internas desse processo, a qual moldou a forma institucional desse mercado de terras. Contudo, o estudo da formação do mercado de terras no Oeste do Paraná é o ponto chave para o entendimento das fronteiras internas.

A questão agrária no Oeste o Paraná tem sua origem no próprio processo de ocupação das terras devolutas na faixa de Fronteira. Ao longo dos anos, a estrutura agrária do Oeste decorreu da exploração e expropriação de famílias que viviam na zona rural e que possuíam

unicamente ou pouca coisa além de sua força de trabalho.

Assim, investigam-se os conflitos agrários na Microrregião de Toledo, a partir, principalmente dos Autos Criminais da Comarca de Toledo (1960-1970) do Núcleo de Documentação e Pesquisa (NDP) da Unioeste/Campus Toledo, referentes aos municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Maripá, São Luiz do Oeste, São Pedro do Iguaçu e Ouro Verde do Oeste. Foram estudados aspectos como a composição do patrimônio produtivo e das fortunas das terras do Oeste, bem como a evolução do preço dos bens de produção ao longo do tempo. Entre todos os bens, a terra teve papel privilegiado na análise, tendo em vista a importância que o processo de mercantilização do campo adquiriu, neste momento, enquanto variável a influenciar as transformações das estruturas agrária e fundiária do Oeste Paranaense.

A metodologia foi entendida como caminho ou procedimento de reflexão e análise necessária para a articulação do corpo conceitual (ou teoria) com a realidade de investigação. No estudo de caso da Microrregião de Toledo - PR busca-se a abordagem analítico-comparativa na compreensão das disputas territoriais do Oeste paranaense.

Isto posto, este artigo está divido em três partes, além desta introdução, a seguir apresenta-se uma breve discussão sobre o conceito de fronteira, território e espaço, com o intuito de embasar teoricamente os conflitos agrários que ocorreram numa região de

fronteira, no caso na Microrregião de Toledo-PR. Na terceira parte, é feita a análise dos conflitos agrários na microrregião de Toledo. Por fim, as considerações finais summarizam este estudo.

## 2. FRONTEIRA, TERRITÓRIO E A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO

Nesta seção será apresentada uma breve discussão sobre fronteira, território e espaço, entendendo-se que se faz necessária essa discussão para compreender a problemática da ocupação e dos conflitos agrários que aconteceram na Microrregião de Toledo-PR. Primeiro apresenta-se a discussão sobre fronteira depois território e, por fim, sobre espaço.

Martins (2009) analisa os aspectos da multiplicidade da fronteira. O elemento unificador dos estudos é o desencontro entre diferentes grupos sociais que juntam e se separam entre a esperança por um pedaço de chão, ou o destino trágico, a morte. É assim que posseiros, indígenas, missionários, colonos e capitalistas tramam seus destinos pela luta da posse de terra compondo as máscaras que se esfacelam na tragédia da fronteira. O autor tece sem retoques um espaço social marcado pelos caminhos e pelos descaminhos.

Os estudos de Martins (2009) contradizem a lógica dominante sobre a ocupação das fronteiras dos estados brasileiros, pois na lógica tradicional na formação das fronteiras internas destacam-se as figuras proeminentes ou grupos sociais, que, desbravando um território selvagem e despovoado, teriam construído a civilização no espaço recém-conquistado. Mas na

verdade isso não acontece dessa forma idílica.

Para a compreensão de fronteira Martins (2009) analisa a frente pioneira e a frente de expansão. A frente pioneira (p.186) se define economicamente pela presença do capital na produção, e a frente de expansão, como uma concepção que percebe a ocupação do espaço sem a mediação do capital, tomando como referência primeira as atividades dos indígenas. Nas palavras de Martins (2009:163): "fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano".

Ao estudar a frente de expansão brasileira, o autor desvenda os segredos da situação de fronteira, reconstrói analiticamente mediante a inserção social, os nexos da conflitualidade na fronteira, lugar que, na ausência expressa de instituições pauta grande parte das relações pela dominação personalizada, mediante a ação de forças repressivas do privado. Na análise sobre a reprodução do capital na frente pioneira, analisa-se a escravidão por dívida ou peonagem, expressões do cativeiro no capitalismo da fronteira do Brasil, demonstrando-se que essa forma de exploração constitui um dos elementos da acumulação primitiva no interior da reprodução ampliada do capital, a presença contemporânea de relações sociais do passo reatualizadas enquanto produtos do capital (MARTINS, 2009).

Na perspectiva de Pujals (2008) as fronteiras tradicionais, que se conhece, estão se apagando, e as culturas entram em contato à medida que os mercados se intercomunicam e as informações vão e vem de um lado a outro do mundo em tempo real. As fronteiras da atualidade não são as fronteiras tradicionais, nem as históricas. Não são as fronteiras político-administrativas. Tampouco as fronteiras linguísticas. Nem tão somente as fronteiras que vêm marcadas pela renda *per capita* ou pelo nível de bem-estar social. As novas fronteiras são as da mentalidade, do pensamento e do imaginário coletivo. Mudá-las ou não, expandi-las ou não, é algo que só depende de nós.

A seguir discute brevemente o conceito de território. Entre as muitas conceituações possíveis, pode-se entender o território como o espaço de interações dos subsistemas natural, construído e social, os quais compõem o meio ambiente nacional, regional e local. O território não se entende apenas como entorno físico onde se desenrola a vida humana, animal e vegetal e onde estão contidos os recursos materiais, mas compreende também a atividade do homem que modifica esse espaço. É o chão mais a população, ou seja, uma identidade, o fato de pertencer àquilo que nos pertence (SOARES, 2009).

Na visão de Pires *et al.* (2011) o termo território exprime uma relação melhor entre um grupo que exerce domínio sobre certa porção do espaço, geralmente remete a relações de poder ou controle sobre uma área. Esse controle pode ser físico, com ocupação de uma área, ou

pode ser político e econômico de forma simbólica, como uma marca de produtos que domina certa porção do mercado em determinado local. A discussão sobre território vem de muito tempo, iniciando por conceitos voltados para a natureza, principalmente relacionados aos animais, ou as áreas geográficas, onde os processos de ocupação se desencadearam.

Segundo Albagli

o território não se reduz então à sua dimensão material ou concreta; ele é, também, "um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais" que se projetam no espaço. É construído historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas: a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta. Daí que o território seja objeto de análise sob diferentes perspectivas – geográfica, antropológico-cultural, sociológica, econômica, jurídico-política e bioecológica (ALBAGLI, 2004, 23).

Este conceito está ligado ao espaço de atuação das pessoas, deixando o território restrito às áreas onde o seu controle pode atingir, de forma direta. Sack (1983) destaca a territorialidade como um conceito amplo, abrangendo uma escala infinita, exemplificando os limites que são dados a uma criança ao adentrar ao escritório, impondo onde ela pode ou não mexer ou ir, restringindo o seu território. Desta forma Claval (1999) também coloca que a ideia de território se aplica a todas as escalas, desde uma peça em um escritório até a de um Estado, e assim pode-se ver que há uma série de dimensões que influenciam a gênese, a dinâmica e a diferenciação dos territórios, das quais Albagli (2004) descreveu algumas: a dimensão física, a

econômica, a simbólica e a sociopolítica.

Assim sendo para colocar em discussão um território será necessário levar em consideração as questões físicas, sociais, culturais, afetivas, simbólicas, políticas e econômicas e focar na escala que se deseja abranger, logicamente sem deixar de lado a sua abrangência. A escala a ser estudada aqui está voltada às questões que envolvem o ser humano, o rural, o urbano e o desenvolvimento de seu território.

Haesbaert (2012: 37) aborda a amplitude do conceito de território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana<sup>5</sup>, têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em um determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões, a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder, ligada à concepção de Estado; a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (capital-trabalho); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, no estudo das sociedades ditadas tradicionais; a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

Haesbaert (1995; 1997); bem como Haesbaert e Limonad (1999) sintetizam as noções de território em três vertentes básicas: i) política: a

mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, não exclusivamente, relacionado ao poder político do Estado; ii) cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; iii) econômica: menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho.

Já para Moraes (2005: 53) o território é um resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese edesenvolvimento. Com outra abordagem Sposito (2004: 17) destaca que o território deve ser analisado levando em consideração quatro concepções: a primeira é a naturalista, a segunda é mais voltada para o indivíduo, a terceira é quando se identifica outra abordagem de território, em que este é confundido com espaço e a quarta é aquela definida pelas transformações que a sociedade impõe à natureza.

Desta forma, pode-se verificar que território está envolto na conquista dos indivíduos (quer seja pessoa física, jurídica ou o estado), conquista esta de um espaço onde possam viver conviver e ter os seus relacionamentos. Assim, o território representaria de forma identitária e afetiva o local que lhe pertence.

<sup>5</sup> Alguns autores distinguem “espaço” como categoria geral de análise e “território” como conceito. Segundo Moraes (2000: 17), por exemplo, “do ponto de vista epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território”.

Com isso, surge o questionamento: porque o território, em determinados casos é deixado de lado, abandonado, trocado por outro? Ou simplesmente isto pode significar algo temporário, mesmo sem a posse, os sentimentos e as lembranças permanecerão e o indivíduo vai sempre se sentir daquele lugar. Assim pode-se dizer que está ocorrendo a desterritorialização ou o que na verdade poderá estar acontecendo é a multiterritorialidade?

Na abordagem de Neto (2006) o território é visto sob a ótica da sua especialidade e da sua personalidade. A personalidade do território é o modo como o território funciona como se relacionam entre si os agentes econômicos e institucionais territorialmente presentes, as características específicas da sua especialização econômica territorial, o nível de sofisticação dos modelos de interação e colaboração entre os agentes/atores territorialmente mais relevantes, os modelos de aprendizagem coletiva e inovação que o caracterizam e a menor cultura participativa dos seus cidadãos.

Continuando, a personalidade do território, em grande medida, é também a sua capacidade de reencontrar novas formas de combinação de recursos e fatores e de se adaptar e reagir às decisões de deslocalização das empresas e à perda de competitividade de setores econômicos neles dominantes. A personalidade do território e o conjunto de recursos materiais e imateriais de que dispõe constituem a sua identidade (NETO, 2006: 15).

Para Moraes e Costa (1999) a valorização do espaço é entendida

como um intercâmbio material entre a sociedade com suas necessidades de trabalho e formas de organização para a produção e, de outro o espaço, como seu substrato material mais imediato, expresso nos recursos naturais e na natureza em geral. Numa visão marxista, o homem transforma a natureza para sua subsistência e, ao transformá-la ele próprio se humaniza. O homem é visto, assim, como o sujeito da natureza e esta como o seu corpo inorgânico. O homem trabalha, modifica a natureza, pois o trabalho implica pré-ideação, consciência em ação.

A ocupação de terras na região de Fronteira, no caso da Microrregião de Toledo-PR, deu-se com a apropriação de territórios anteriormente ocupados por tribos indígenas<sup>6</sup>, podendo-se qualificar esse processo como sendo o de apropriar para valorizar o espaço, transformando-o em capital, meio de produção e reprodução do lucro.

Benko (2002) e Castells (1999) verificam a emergência de uma nova perspectiva de processo produtivo que, na busca da restauração do lucro, gera o aprofundamento das relações capitalistas, conduzindo o capital, cada vez mais, a associar-se em rede mundial e reestruturando o espaço local. Na busca da restauração do lucro, fez-se mister um processo de produção em que o mercado fosse atendido com mais velocidade, menos rigidez e com maior produtividade e lucratividade.

Dentro de uma perspectiva ideológica, Santos (2003) verifica que a partir da valorização do espaço, do ordenamento através das

<sup>6</sup> Para maiores detalhes ver SCHALLENBERGER, Ernaldo. Autoridade e Conflito no Guairá (2011)

formas, seguindo um processo ideológico, os grandes grupos econômicos consolidam a seu poder sobre o território, ampliando o laço de dependência das economias periféricas. O espaço segundo Santos (1997: 18) se define como "um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações". Pode-se também considerá-lo um conjunto de elementos fixos e fluxos. "Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Já os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalaram nos fixos, modificando a sua significação e seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam" (*op.cit.*: 50).

Dessa forma, o espaço é um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por um sistema de ações igualmente imbuídas de artificialidades e cada vez mais tendentes a fins estranhos a seus habitantes. Os objetos não existem sem os vermos separados do sistema de ações. Os sistemas de ações não se dão sem os sistemas de objetos (SOARES, 2009). Milton Santos (2003), parafraseando Whitehead, diz que "fora do espaço não há realização".

As sociedades humanas, para reproduzirem as condições de sua existência, estabelecem como visto relações vitais com o seu espaço. Nas palavras de Santos (1999: 23): "produzir é produzir espaço". Nessa relação vital de produção o trabalho aparece como fonte do valor, ou seja, um processo de valorização. A

valorização do espaço, segundo Moraes e Costa (1999), não se confunde imediatamente com outras manifestações da vida social, pois possui movimento próprio, elementos específicos que a caracterizam, pois a contradição capital-trabalho explica a organização do espaço no modo de produção capitalista.

Na ótica da valorização, a produção do espaço e seu resultado são apenas um momento no processo de formação do território, o que dá origem a essa parcela específica do valor do espaço, aquela criada pelo trabalho. Os resultados que desempenham determinados papéis no processo social em geral são o movimento interno na produção do espaço. Milton Santos (1999) expõe a essência desse processo de produção do espaço. Para ele, os modos de produção criam formas espaciais que duram mais que os processos que as engendraram. Denomina a essas formas de rugosidades, e aponta a sua inércia dinâmica sobre os processos sociais. Por inércia dinâmica, entende uma sobredeterminação do espaço na vida econômica. As contradições antigas tornam-se qualidades do lugar.

A seguir discute-se a ocupação e o conflito agrário travado na Microrregião de Toledo-PR como forma de reprodução e ampliação do capital e, consequentemente pela luta do poder das oligarquias locais.

### 3. ANÁLISE DOS CONFLITOS AGRÁRIOS NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO

A configuração da posse das terras na região oeste do Paraná, especificamente na microrregião de

Toledo, aconteceu com base na invasão das propriedades já escrituradas pelo Estado do Paraná. Esta era uma forma comum de *aquisição* para os grandes proprietários sobre os camponeses da região em questão.

No dia 19 de maio de 1962, no município de Toledo, na 29ª Delegacia Regional de Polícia, Ariovaldo Vilella indiciou Traiano Gomes de Araújo e Liriano Garcia, afirmando que as terras sobre a sua responsabilidade foram invadidas e tendo ocorrido, inclusive, a derrubada de matos.

Estando ontem na propriedade de seu constituinte isto é no lote setenta e seis da gleba uma primeira parte, que divide com as terras da Fundação Paranaense pela reta conhecida como: "Reta da Fundação", Olimpio dos Santos Lima Filho, do qual é procurador, por pessoas chefiadas pelo senhor Liriano Garcia residente nesta cidade na Vila Operaria; que não apenas se acham essas pessoas roçando matas na propriedade referida como também, foi construindo um racho que ainda não está habitado, quasi na linha divisória da reta mencionada, que, o senhor Liriano que é conhecido apenas como Lirio declarou que agia em nome de

terceiro o que não exclui a sua responsabilidade no crime de invasão de propriedade alheia; que o declarante notificou-o verbalmente chamando a sua atenção para o fato de estar colhendo milho dentro das terras do lote numero setenta e seis o que terá o mesmo de provar com que razões o faz, perante a autoridade policial; que em virtude dos procedentes, já mencionados em queixa que o declarante de a tempos contra o senhor Trajano Gomes ésta segunda invasão assume o caráter de um plano destinado a usurpar por meio ilícito as terras do proprietário que o declarante representa. (AC/NDP: 315/27 - AUTO DE DECLARAÇÕES DE 19 DE MAIO DE 1962).

Pode-se perceber que a invasão em propriedade de vizinhos no município de Toledo, na década de 1960 a 1970 era uma forma de aumentar a sua respectiva propriedade. Ocupar um território era uma forma de garantir a posse. Mesmo Olimpio dos Santos Lima Filho, tendo o "Título de Domínio Pleno de Terras" de compra de terras devolutas de domínio do Estado, expedido pelo o governo do Estado do Paraná no dia 29 de Julho de 1957. Teve sua posse contestada.

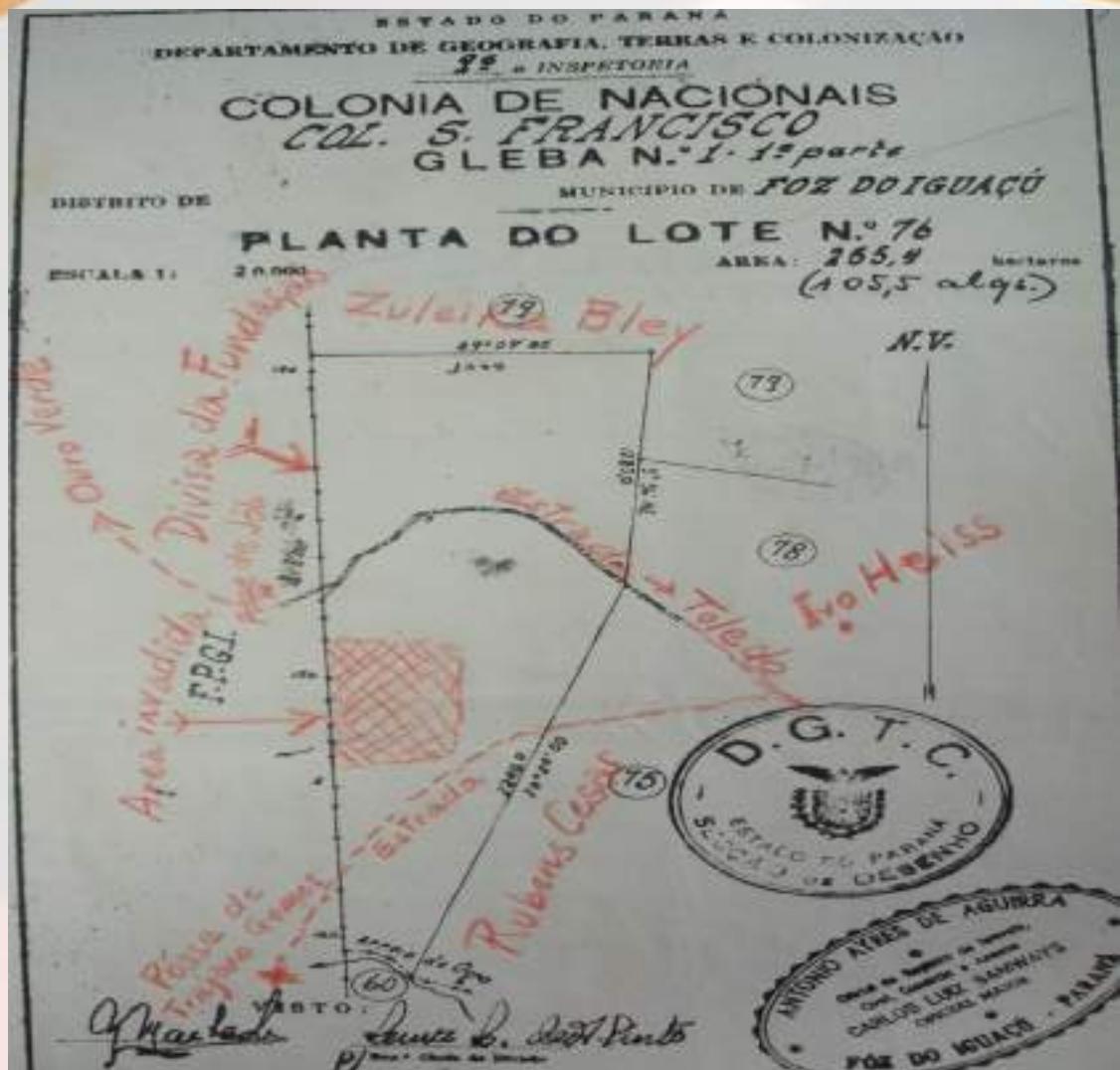


Figura 1 – planta do lote nº76, colônia São Francisco. Fonte: ac/ndp: 315/27 – auto de declarações de 19 de maio de 1962.

Um exemplo sobre a formação de aquisição de terras na microrregião de Toledo foi a invasão. Ainda nas décadas de 1970 e 1980 era comum esse tipo de ato, como é mostrado no "Auto de Prisão em Flagrante" do dia 02 de agosto de 1972 de Pedro Pereira e Gilberto Batista Vieira por terem invadido a propriedade na Colônia Rio Quatro, do Núcleo São Pedro, no município de Toledo, visto que essa propriedade se

situava em área de terras sobre sequestro judicial.

[...] os quais invadiram os lotes rurais de nrs. 273 e 271, da Colônia "Rio Quatro" do Núcleo São Pedro, neste Município de Toledo, cujos lotes situam-se em área sob sequestro judicial. Os acusados não possuem ordem do Despositario Publico, daquela área de terras, e por isso, deu-lhes voz de prisão e os conduziu a esta Delegacia Regional de Polícia, acompanhado das testemunhas Walmor Dagostin e Joel Lopes Goes.

(AC/NDP: 674/60 - AUTO DE DECLARAÇÕES DE 04 DE AGOSTO DE 1972, fl. 01).

Após a prisão por invasão, Pedro Pereira respondeu em depoimento que adquiriu essa propriedade do Banco do Estado do Paraná, sendo uma área de terras com 4 alqueires, referentes ao lote de número 271. Também afirmou que anteriormente residia no município de São Carlos do Ivaí no Estado do Paraná, trabalhando por porcentagem no cultivo de café e que, com as últimas geadas, o café foi destruído. Por ter uma família numerosa, veio morar no município de Toledo, onde construiu um rancho no lote 271. De acordo com o depoimento de Pedro Pereira, a partir do conhecimento que o Banco do Estado do Paraná, havia feito acerto e as terras por ele vendidas estavam sendo ocupadas pelos colonos, que somente ouviu falar que a área de terras onde se situava o seu lote encontrava-se sob sequestro judicial e não possuía ordem de ocupação, fornecido pelo Depositário Público.

Segundo depoimento de Gilberto Batista Vieira, em relação a posse de Pedro Pereira sobre o lote número 273, no Núcleo São Pedro, respondeu:

[...] que, o conduzido [Pedro Pereira] em data de 13 de maio de 1968, adquiriu do Banco do Estado do Paraná S/A, através do procurador José Antônio de Oliveira o lote rural nr.273, da gleba denominada "Núcleo São Pedro", neste Município, com área de 4 (quatro) alqueires, conforme termo de transferência e cessão de Direitos e obrigações, celebrado naquela data; que, no referido - lote o conduzido tinha um agregado, Wenceslau de Tal; que, no dia 1º do corrente mês, o agregado tinha

conhecimento que a área onde se situa o lote nr.273, está sob sequestro judicial, porem não tendo onde residir, sendo pai de 5 filhos menores, - fez a mudança para a terra que é sua; que, o conduzido não - possui ordem do Depositário Público, para ocupar o lote nr.-273; que, o conduzido esclarece que no referido lote, existe um rancho construído por seu agregado; que, em data de hoje, - por volta das 16,30 horas, ali compareceram policiais florestais e efetuaram a prisão e conduziram o declarante para esta Delegacia. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado, pelo que mandou a autoridade encerra este auto [...] (AC/NDP: 674/60 - AUTO DE DECLARAÇÕES DE 04 DE AGOSTO DE 1972, fl. 04-05).

Nessa trama entre Pedro Pereira e Gilberto Batista, ficou definido que ambos invadiram os lotes rurais de números 271 e 273, da Colônia Rio Quatro, Núcleo São Pedro, no município de Toledo, ou seja, esses lotes estavam sob sequestro judicial, estando a demanda a ser resolvida pela Justiça Federal.

Como um dos critérios de posse na região oeste do Paraná era a moradia, vários grileiros invadiam terras em questões judiciais, na expectativa que a partir dessas posses, um dia as terras se tornariam suas. No caso de Pedro Pereira e Gilberto Batista, eram invasores de acordo com Ministério Público do Estado do Paraná, que julgou que as referidas posses não pertenciam aos invasores e que, caso permanecessem no local, poderia ocorrer o emprego de violência corporal para a vossa retirada.

A Colônia São Francisco do Município de Toledo foi alvo de várias disputas sobre a posse das terras

desta localidade. Pode-se citar a disputa de Antônio Luiz Padovani contra Guido Heis, em outubro de 1972, por crime de "esbulho possessório".

1. - que, ora requerente é ocupante legal de uma área de terras situada dentro da Faixa de Fronteira de 66,00 quilômetros, de domínio da UNIÃO FEDERAL, cuja ocupação vem de há mais de 14,00 anos, com posse - mansa e pacífica, conforme é público e notório.

2. - que, tal situação é pública e notória, todavia, de há cerca de dez dias a esta parte, - o requerido invadiu parte dessa área e ali passou a efetuar derrubada de uma reserva de mata, reserva essa prevista e exigida por lei, - dentro da área ocupada pelo ora requerente e, além disso, em local de planta já em franca produção, - passou a limpar um local para a construção de uma casa, tendo já levado a madeira para o mesmo local. (AC/NDP: 771/71 - AUTO DE DECLARAÇÕES DE 20 DE OUTUBRO DE 1972, fl. 02).

Não se pode defender a ideia que o município de Toledo foi um exemplo de colonização e que não houve problema sobre a titulação da terra. Essa disputa entre Antônio Luiz Padovani e Guido Heis representa uma problemática básica que foi a característica do oeste paranaense, a dupla titulação sobre a posse de um mesmo local.

No inquérito instaurado sobre o esbulho possessório entre Antonio Luiz Padovani e Guido Heis, ficou evidenciado o seguinte:

Antonio Luiz Padovani, ocupante legal das terras que se situam dentro da área de 66 quilômetros da Faixa de Fronteira, alega que os lotes nºs 26 e 27 do núcleo São Pedro estão dentro das terras por ele ocupadas e pretendidas por Guido Heiss, acrescentando que o desmatamento e

o cultivo da terra foi e está sendo feito por ele, isto por intermédio de seus empregados.

Guido Heiss, confessa que realmente tem a intenção de limpar o terreno que foi desmatado por terceiro e ali fazer plantação, pois, adquiriu o terreno por compra, conforme documentos que ora junta a fotocópia nos autos. Acessenta ainda que se acha no direito, pois a documentação estão legalizada e sua compra foi com o interesse de fazer ali, plantações agrícola. (AC/NDP: 771/71 - AUTO DE DECLARAÇÕES DE 20 DE OUTUBRO DE 1972, fl. 27).

Contudo, em relação a essa disputa foi decidido pela autoridade policial, que ambas as partes não fizessem o uso da terra em questão, que se aguardasse a decisão da justiça, para definir quem realmente ficaria com a posse. Porém, não foi achado no Núcleo de Documentação e Pesquisa da Unioeste - Campus Toledo, a continuidade desse processo.

Ao analisar alguns Auto Criminais da Comarca de Toledo, alguns nomes aparecem repetidamente em disputas sobre a posse de propriedade. Tem-se como exemplo o caso de José Antonio de Oliveira contra Antonio Luiz Padovani. Segundo o Auto Criminal 849/78, José Antonio teve que denunciar uma série de atos delituosos que estavam acontecendo na localidade de São Pedro, no município e comarca de Toledo. Teve que requerer o seguinte contra Antonio Luiz Padovani:

1. - No dia de ontem, 15 de fevereiro, 3ª. Feira, por volta das 14,00 horas, os indivíduos Expedito Maia de Oliveira e Vivaldo Vilas Boas, "Jagunços" assalariados de Antonio Luiz Padovani, compareceram à serraria de Julio Kimura, estabelecida

no lote rural nº 44, do loteamento do "Banco do Estado do Paraná S.A." e onde se achavam tralhando cerca de 11 operários;

2. - Em seguida, Expedito Maia de Oliveira e Vivaldo Vilas Boas alegaram que os trabalhos, que se faziam na chácara nº 44, do loteamento do "Banco do Estado do Paraná S.A.", eram inteiramente ilegais, pois as terras em apreço pertenciam a Antonio Luiz Padovani. E, de imediato, que serrasse todos os cepos de madeira de lei que estavam sendo preparados para a montagem da serraria, inutilizando, por inteiro, todos os serviços feitos pelos operários de Julio Kimura.

3. - Quando a inutilização dos cepos de madeira de lei estava quase concluída, chegou ao local dos acontecimentos um soldado da Polícia Militar, sediado na localidade de São Pedro. O mesmo soldado, tomando conhecimento do que ocorria, rumou para a cidade de Cascavel, e horas depois, voltou ao lote rural nº 44, acompanhado de Celso Padovani, dizendo que a atuação dos jagunços de Antonio Luiz Padovani era perfeitamente legal e que as terras pertenciam a Antonio Luiz Padovani.

4. - E assim consumou-se mais uma grave injustiça social no distrito de São Pedro, onde quem manda é realmente Luiz Padovani, auxiliado por suas dezenas de jagunços armados (AC/NDP: 849/78 - AUTO DE DECLARAÇÕES DE 16 DE FEVEREIRO DE 1972, fls. 02-03).

Dessa maneira, comprova-se que o município de Toledo, assim como os demais municípios da região oeste do Paraná, teve conflitos agrários. A versão oficial da história do município de Toledo, que visa passar uma falsa ideia de colonização ideal, pacífica e com ausência de conflitos não passa de uma tentativa de legitimar a versão dos grandes proprietários, aqueles que usavam de sua relação de poder com a polícia e até mesmo sua força política, para

usurpar a posse de colonos a seu favor.

Em relação à disputa acima mencionada, o Auto Criminal 849/78 enfatiza que no dia 05 de fevereiro de 1972 aconteceu outra grave ilegalidade: cerca de 50 a 60 homens e empregados de Antonio Luiz Padovani chegaram às chácaras de número 35 e 36, do loteamento do banco do Estado do Paraná S/A., ocupadas por Cremilde Tiossi, e ali destruíram uma casa de madeira construída e entupiram o poço feito por Tiossi. Em seguida, fizeram uma cerca, proclamando a propriedade de Antonio Luiz Padovani sobre as terras aludidas.

No mês de Fevereiro, do ano de 1972, pode-se constatar a presença dos jagunços de Padovani, na localidade de São Pedro, como:

[...] No dia 07 de fevereiro, 2ª. Feira, o "jagunço" de Antonio Luiz Padovani, de nome Jaime Moreira dos Santos, vulgo "Baiano Louco", foi até a chácara nº 48, do loteamento do "Banco do Estado do Paraná S.A." e aí destruiu uma casa de madeira construída por Antonio Cardoso. Tais fatos foram presenciados pelo Sr. Antonio Lopes Igleias e por seu filho. [...] No dia 08 de fevereiro corrente, 3ª. Feira, vários "jagunços" de Antonio Luiz Padovani invadiram e se apossaram das chácaras nº 49, de Antonio Sorti e de nº 50, de Pedro Senderski (AC/NDP: 849/78 - AUTO DE DECLARAÇÕES DE 16 DE FEVEREIRO DE 1972, fls. 04).

O Auto Criminal 849/78, afirma que diante de tudo isto apresentando, os soldados da Polícia Militar, sediados na localidade de São Pedro, quando não dão apoio aberto ao grupo de Padovani, simplesmente não tomam nenhuma atitude,

dizendo que o assunto, seria de competência judicial.

[...] Os "jagunços" de Antonio Luiz Padovani, animados pelo sucesso de suas investidas criminosas, já afirmam, com ousadia, que pretendem agora invadir o patrimônio São Pedro, onde moram centenas de pessoas. [...] Ora, ninguém pode trabalhar em paz na localidade de São Pedro. A violência e o terror imperam no distrito de São Pedro. Toda a sorte de tropelias, arbitrariedades e violências são praticadas pelos "Jagunços" do grupo Padovani, sem que nenhuma autoridade tome qualquer providência, em especial os soldados da Polícia Militar de São Pedro. [...] A Alegação dos soldados da Polícia Militar, de São Pedro, é sempre a mesma: os assuntos denunciados seriam de competência judicial e civil. Mas, na verdade, o procedimento dos "jagunços" de Antonio Luiz Padovani retratam atos, cominados no Código Penal como crimes (AC/NDP: 849/78 – AUTO DE DECLARAÇÕES DE 16 DE FEVEREIRO DE 1972, fls. 05).

Logo, o processo de colonização do município de Toledo foi diferente da versão apresentada pela historiografia oficial, já que fica comprovada a existência de conflitos possessórios. A formação das fronteiras compreende-se por meio da intervenção estatal e policial no caso de ocupação das terras. Sabe-se que as atuações desses aparelhos,

especialmente as áreas rurais, dá-se em favor dos poderosos.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo vários Autos Criminais do Núcleo de Documentação e Pesquisa, da UNIOESTE/Campus Toledo, foram utilizados para retratar os conflitos agrários na Microrregião de Toledo-PR, entre 1960 e 1970. Assim, foi evidenciado que no município de Toledo ocorreram conflitos em suas fronteiras internas pela posse da terra.

Houve disputa entre os donos do poder contra: colonos, posseiros e grileiros. Esses donos do poder, por sua vez, utilizavam do aparato de jagunços e da polícia militar para tirar proprietários de vossas posses.

Quando se depara com a história oficial de Toledo, ao contrário do apresentado nesta pesquisa, vê-se que uma parte do sofrimento do camponês não foi retratada. Ou seja, a sua luta pela posse da terra foi esquecida, apagada e rejeitada da versão oficial. Ficou em destaque somente os "grandes homens", "pioneiros", ou melhor "os donos do poder", aqueles que tinham condição de manipular a justiça a seu favor. Dado o exposto, ressalta-se que vale a pena aprofundar o estudo dos conflitos agrários no município Toledo.

## REFERÊNCIAS

Fontes documentais

Núcleo de Documentação e Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/ Campus Toledo.

AUTO CRIMINAL: 315/27, 1962.  
AUTO CRIMINAL: 674/60, 1972;  
AUTO CRIMINAL: 771/71, 1972.  
AUTO CRIMINAL: 849/78, 1972.

## Referências bibliográficas:

- ALBAGLI, S., Território e Territorialidade, In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. *Territórios em movimento: Cultura e Identidade como estratégia de inserção competitiva*, Rio de Janeiro: Relume Deumará / Brasília - DF: SEBRAE, 2004.
- BENKO, G.; *Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI*. 3 ed. São Paulo; Hucitec, 2002.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede - A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Vol.1 São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CLAVAL, P. O Território na transição da modernidade, *revista Géographies et Cultures* n. 20, 1996, Paris: L'Harmattan. Tradução e revisão de: Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rogério Haesbaert.
- CRESTANI, Leandro de Araújo. *Nas fronteiras do Oeste do Paraná: Conflitos Agrários e Mercado de Terras (1843/1960)*. Saarbrücken. Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- FIGURA 1 –PLANTA DO LOTE Nº76, COLÔNIA SÃO FRANCISCO
- \_\_\_\_\_. "Mãos Fortes": *Conflitos de Terra em Assis Chateaubriand na década de 1990*. Assis Chateaubriand: UNIMEO/CTESOP, 2008. [Monografia de Especialização em História Regional].
- \_\_\_\_\_. *Memórias dos conflitos agrários na região Oeste do Paraná (1950/80)*. Maringá: UEM, 2010. [Monografia de especialização em História e Humanidades].
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, E. *O território em tempos de globalização*. GeoUERJ, nº 7. Rio de Janeiro: UERJ.
- \_\_\_\_\_. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O Mito da Desterritorialização: do "Fim dos Territórios" a Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- \_\_\_\_\_. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In.: CASTRO I. et al. (Orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.
- MORAES, A. C. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o Território Colonial Brasileiro no "Longo" Século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORAES, A. C. R., *Território e História no Brasil*, 2ª. Ed., São Paulo: Annablume, 2005.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. *A Valorização do Espaço*. (Geografia Crítica). São Paulo: Hucitec, 1999.
- NETO, Paulo Alexandre (Org). *Território e Desenvolvimento Econômico*. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

PEREIRA, D. C., CARRIERI, A. P., Movimentos de desterritorialização e reterritorialização na transformação das organizações. *Revista ERA – Eletrônica*, v. 4, n. 1, Art. 13, jan/jul, 2005.

PIRES, Elson Luciano Silva. [et al.]. *Governança territorial: conceito, fatos e modalidades*. Rio Claro: UNESP – IGCE: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2011.

PUJALS, Joan Maria. *As novas fronteiras da identidade – um caso concreto: Catalunha*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2008.

SACK, Robert David. *Human territoriality*. Cambridge: Cambridge Univerty. Press, 1986. Disponível em:

[http://www.cambridge.org/ca/academic/subjects/geography/historical-](http://www.cambridge.org/ca/academic/subjects/geography/historical-geography/human-territoriality-its-theory-and-history)

[geography/human-territoriality-its-theory-and-history](http://www.cambridge.org/ca/academic/subjects/geography/historical-geography/human-territoriality-its-theory-and-history). Acesso em: 04 dez. 2013.

SANTOS, Milton. *Economia Espacial: Crítica e Alternativas*. 2 ed., São Paulo: Editora da USP, 2003. (Coleção Milton Santos, 3).

\_\_\_\_\_. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1997.

\_\_\_\_\_. *Por Uma Geografia Nova? Da Crítica da Geografia a Uma Geografia Crítica*. São Paulo: Hucitec, 1990.

SCHALLENBERGER, E. . Autoridade e Conflito no Guairá. In: CHAMORRO, Gaciela; VIEIRA CAVALCANTE, Thiago L.; GONÇALVES. Carlos B.. (Org.). *Fronteiras e Identidades: encontros e desencontros entre povos indígenas e missões jesuíticas*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2011, v. 01, p. 135-146.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. *Os senhores da terra: produção de consenso na fronteira (Oeste do Paraná, 1946-1960)*. Curitiba: UFPR, 2001. [Dissertação do Mestrado em História].

SOARES, Luiz Antônio Alves. O enfoque sociológico e da teoria econômica no ordenamento territorial. In: ALMEIDA, F. G; SOARES, L. A.A. (Org.) *Ordenamento Territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

SPOSITO, E. S., Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In.: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A., *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

## VITÓRIA DE SANTO ANTÃO EM IMAGENS FOTOGRAFICAS: COTIDIANO E SINTOMAS DO MODERNO (1880-1930)

Leandro Antão dos Santos<sup>1</sup>  
Gerválio Batista Aranha<sup>2</sup>

### Resumo

O objetivo deste texto é demonstrar através de algumas imagens fotográficas traços do moderno na cidade de Vitória de Santo Antão, com tempo delimitado entre 1880-1930. Para tecer esta história utilizamos o método do "Paradigma Indiciário" (GINZBURG, 1989), empregado na leitura das imagens, as quais foram cotejadas e cruzadas com memórias, poemas e crônicas, colhidas em revistas e jornais, o que nos permitiu fazer uma incursão em partes do cotidiano passado dessa cidade do interior pernambucano visualizando aspectos diversos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade, fotografias, moderno, cotidiano

### Abstract

The aim of this paper is to demonstrate through some images of the modern traits in the city of Vitória de Santo Antão, with time delimited between 1880-1930. To weave this story use the method of "Evidential Paradigm" (GINZBURG, 1989), employed in reading the images, which were collated and cross with memories, poems and essays, collected in magazines and newspapers, which allowed us to make a foray in parts of the past everyday life of this city of Pernambuco indoor viewing various aspects .

**KEYWORDS:** City, photographs, modern, everyday

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é demonstrar, de um lado, o lugar que a fotografia ocupa simultaneamente como artefato moderno - logo, como um objeto possível devido à emergência da experiência moderna - e como fonte que pode ser manejada/inquirida para dizer da mesma experiência moderna que a tornou possível e, do outro, se valer de algumas imagens fotográficas, sob a forma de exemplificações, para demonstrar traços do moderno em uma cidade dada, a saber, a cidade de Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco, entre os anos 1880-1930.

O trabalho consta de dois itens: o primeiro item, Da fotografia: artefato moderno e fonte sobre o moderno, chama atenção para a condição que a fotografia ocupa como objeto e fonte ao mesmo tempo em seu vínculo com a perspectiva moderna. No primeiro caso, por exemplo, far-se-á pequena incursão pela história da fotografia pelo século XIX afora; no segundo caso, o enfoque volta-se para os diálogos que se estabelecem hoje entre história e fotografia, os quais integram a reflexão que os historiadores têm levado a efeito sobre a renovação da prática historiográfica com base na recorrência a novas linguagens; o segundo item, Visualizando cenas passadas do cotidiano vitoriense através das fotografias, realiza um tipo experimento metodológico com imagens fotográficas, fazendo incursões sobre aspectos diversos da vida cotidiana em Vitória de Santo Antão em meio século de história dessa localidade pernambucana.

<sup>1</sup> Mestre em História / UFCG. Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão/PE  
[leandroantao@ymail.com](mailto:leandroantao@ymail.com)

<sup>2</sup> Doutor em História / UNICAMP. Professor da do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG.  
[gbaranha@bol.com.br](mailto:gbaranha@bol.com.br)

## Da fotografia: artefato moderno e fonte sobre o moderno

O século XIX assistiu a experiências limites em termos de modernidades urbanas, com profundos impactos na vida das populações, a saber: uma avassaladora emergência do urbano, cujo ritmo frenético foi fomentado pelo aumento populacional nas grandes cidades do mundo ocidental, principalmente na Europa; a revolução nos transportes e nas comunicações com a criação das estradas de ferro, das linhas telegráficas e/ou telefônicas, proporcionando a emergência de um espaço-tempo; a eclosão de uma era de saneamento com vistas ao ordenamento urbano, a qual, em nome da vida dita *civilizada*, varre do caminho tudo que é inestético, os pobres aí incluídos etc. De modo que a relação com novas experiências que ainda não haviam sido vividas pelo homem nos séculos passados altera significativamente o comportamento, os hábitos, enfim, o viver dos indivíduos (SVCENKO, In NOVAES E SVCENKO, 1900, p. 514).

E é nesse contexto de mudanças históricas tão profundas que mais uma pode ser contabilizada: a criação da fotografia. Patenteada pelo Estado francês em agosto de 1839, a invenção de Niépce e Daguerre, ainda que inicialmente tenha se tornado, devido ao alto valor dos equipamentos, objeto de consumo apenas da burguesia (FREUND, 1995, p. 34-43), não tardou para entrar no gosto do público, conquistando o interesse de vários grupos sociais. Nem poderia ser diferente, afinal ela não só é

contemporânea dos processos de intensificação da vida urbana no século XIX - através da qual é possível acompanhar, passo a passo, as transformações por que passam as cidades de então - como ela própria é objeto de sofisticação técnica à medida que a experiência social, como um todo, vai sendo marcada por sensibilidades relacionadas à ideia de modernidade. A rigor, vale a opinião de que nenhum estudo sobre a modernidade urbana é suficientemente consequente caso passe ao largo do rico universo imagético propiciado pelas imagens fotográficas. Ainda mais que nela (fotografia), como se depreende da assertiva acima, imbrica-se a dupla condição de objeto e de fonte modernos.

Alguns meses depois de sua apresentação na Academia de Ciências de Paris, a fotografia chegava ao Brasil. Os primeiros daguerreótipos foram tirados pelo Padre francês Louis Compte, que captou imagens da região central cidade do Rio de Janeiro. Mas, o primeiro fotógrafo brasileiro foi o Imperador Dom Pedro II, que posteriormente se tornaria personagem "central" da fotografia no país ao doar suas fotos para a formação do primeiro acervo fotográfico da Biblioteca Nacional (VASQUEZ, 2002, p. 8-9).

Mesmo que esse breve histórico da fotografia aponte que sua disseminação ocorreu a partir do final da terceira década do século XIX, a historiografia mostra que sua utilização, enquanto documento transformado em fonte para a pesquisa histórica, emergiu a partir da Nova História Cultural.

A assertiva se justifica na idéia, segundo Aires (2013), que os historiadores metódicos tinham da fotografia. Conforme esses (os metódicos), era importante analisar “eventos” mais afastados no tempo e a fotografia absorvia imagens do tempo presente. Ainda concernente a isso, os fotógrafos retratavam imagens do cotidiano, o que ficava à margem das concepções da história de modelo rankeano “preocupada com eventos políticos e militares” (AIRES, In ARANHA, 2013, p. 234-236).

Embora esse ideal de construção de um conhecimento histórico “estreito e superficial”, já fosse criticado pelo co-fundador dos Annales, Marc Bloch, nas primeiras décadas do século XX (LE GOFF, 2001, p. 22), e no Brasil, desse mesmo período, o sociólogo Gilberto Freyre utilizasse imagens e jornais em suas pesquisas (BURKE, 2004, p. 8), é só com a renovação historiográfica nas décadas 1960/70, impulsionada pela terceira geração dos annales, propondo “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos”, que tais documentos se tornaram relevantes para o campo da história (LUCA, In LUCA & PINSKY, 2009, pp. 112-113).

De resto, é pertinente lembrar os diálogos entre história e fotografia são um componente importante da reflexão que os historiadores têm levado a efeito sobre o enriquecimento da prática historiográfica com base na recorrência a novas linguagens, entendendo, por tal, ricas convergências entre história e diversos campos estéticos, a fotografia como um desses campos. Aliás, poder-se-ia aventar, desde já,

que dificilmente a prática historiográfica teria a dimensão inovadora que tem hoje não fosse sua aproximação com essas linguagens. Linguagens que, diga-se de passagem, tanto podem ser uma alternativa para o caso de o historiador não poder contar com as “flores habituais” (leia-se fontes escritas primárias) a que se refere Lucien Febvre, co-fundador da Escola dos Annales, em belíssima metáfora, quanto podem completar a pesquisa que privilegia essas “flores habituais”. Enfim, a fotografia encarada como uma poderosa forma de expressão do mundo moderno, ao mesmo tempo estética e documental. Uma fonte que pode levar, dentre outros usos, à fixação de paisagens e/ou ambientes; à captação dos ritmos da vida cotidiana; a apreensão das hierarquias e/ou contrastes sociais; à emergência de novas sensibilidades diante de formas de vida antes consideradas tradicionais.

Compreendidas como elementos onde o tempo foi paralisado, contendo imagens de objetos, comportamentos, olhares, sonhos e desejos, de homens e mulheres, preservando-os da corrosiva passagem do tempo, eternizando o evento (BAZIN, 1991, p. 24), denotando a existência de um acontecido, a fotografia é vista como “testemunha ocular”<sup>3</sup>.

A relevância de seu testemunho vai além daquilo que foi retratado pelas lentes do fotógrafo, ela resulta na capacidade de colocar o observador em um tempo que passou e não mais existe (CABRAL FILHO, 2009, p. 52.). Destarte, a fotografia se enquadra no conceito fundamental em que a história cultural se

<sup>3</sup> Tomamos este termo de empréstimo ao historiador inglês Peter Burke (2004), o qual compõe o título de um livro sobre fotografias.

apropriou, o de “representação”, apresentando um duplo sentido, o “ausente e o presente” ((PESAVENTO, 1995, pp. 280-281), significando produto de um tempo que acabou, mas que exibe “coisas” ou “pessoas” deste tempo. (CHARTIER, 2002, p. 74). É então, por meio da fonte fotográfica que nos colocamos a redigir este estudo. Nosso objetivo é explorar algumas experiências que os vitorienses viveram em seu cotidiano correlacionadas à introdução de alguns insumos modernos e mostrar que em consequência dos impactos provocados por tais insumos o tecido geométrico da urbe vai se modernizando entre os decênios de 1880-1930.

As fotos apresentadas nas laudas seguintes foram recolhidas algum tempo depois que um dos autores havia iniciado sua pesquisa de iniciação científica, em junho de 2008. Colhidas nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico da Vitoria de Santo Antão e do Centro de Cultura e Biblioteca Escritor Osman Lins, essas fotografias, após processadas e lidas, aos poucos foram sugerindo a delimitação de um espaço/tempo. E esse espaço não poderia ser outro senão Vitoria de Santo Antão, contemplado por recepcionar cronologicamente um maior número de insumos modernos entre as urbes possíveis de serem recortadas como objeto de estudo em certa região do interior pernambucano.

Expostas em quadros, livros e arquivo eletrônico, estando em bom estado de conservação, as fotografias instantaneamente despertaram nossa atenção. De imediato tratamos de

arquivá-las por processo de digitalização, ou seja, fotografando a fotografia exposta, capturando-a eletronicamente, e armazenando em CDs e HD.

Não nos foi possível identificar os fotógrafos responsáveis pelas imagens. Devido à falta de inscrições na frente e verso, é impossível saber se tais imagens foram clicadas por fotógrafos amadores, gente pertencente a famílias de posses, ou se foram clicadas por fotógrafos profissionais, ligados a estúdios dados. A única coisa que as identifica é uma tarja colocada na parte frontal inferior e em outras na superior, fazendo referência ao espaço e a possível década que retratava.

Todavia, a presença do elemento humano é expressamente marcante. De forma peculiar, homens, mulheres e crianças são apresentadas em seus gestos, indumentárias e estéticas, ou seja, práticas sociais, em espaços de pompa, lazer e sociabilidade, constituídos pela sociedade vitoriense do período estudado. Mas, essas imagens pensadas como evidências não falam por si só, elas são “mudas”, sendo necessário inquiri-las e cotejá-las com outras fontes. Assim, as cruzamos com jornais, poemas, memórias e crônicas (BURKE, 2004, p.8, 18)

Para leitura dessas fontes empregamos o método do “Paradigma Indiciário”, o qual demonstra sua capacidade de revelação centrada na observação dos “pormenores”; “sinais e pistas”, que possibilita conhecer aproximadamente a realidade de um tempo que não é o nosso, nos

ajudando a tecer esta história (GINZBURG, 1989, p. 177).

## Visualizando cenas passadas do cotidiano vitoriense através das fotografias

Vitória de Santo Antão é uma cidade do interior pernambucano localizada na Zona da Mata a cerca de 53 km da capital, com uma população que ultrapassa 130.000 habitantes<sup>4</sup>. Atualmente, além de contar com um centro comercial bem desenvolvido, uma variedade de lojas e um shopping recentemente inaugurado, também é tida como um pólo industrial onde estão instaladas grandes empresas como a Sádia, Owens Illinois (fábrica de vidros) e Pitú, o que atrai habitantes de municípios circunvizinhos.

Sua forma geométrica teve início nas primeiras décadas do século XVII, quando entre 1624 e 1626 o português Diogo de Braga construiu uma casa e uma capela que

dedicou a Santo Antão, santo que protege o camponês das feras do campo. O pequeno povoado conhecido como Cidade de Braga (PEREIRA DA COSTA, 1958, pp. 322-323), quase meio século depois passou a Freguesia de Santo Antão da Mata e o santo tornou-se seu patrono (ARAGÃO, 1986, p. 21).

Com um significativo aumento de sua população, que salta de 4.866 em 1774 (ARAGÃO, 1977, p. 38), para 13.699 em 1812, passa a ser Vila de Santo Antão, e em 1843, com 19.822 habitantes, à Cidade da Vitória, nome que lhe é atribuído em homenagem à vitória alcançada no século XVII no Monte das Tabocas, dos pernambucanos sobre os holandeses (MELLO, 1979 pp.106 e 266), pelo qual foi chamada até 1943 quando passou a denominar-se "Vitória de Santo Antão", nome que faz alusão a vitória alcançada contra os batavos e ao padroeiro (MELLO, Ib).

<sup>4</sup> Cf. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmum=261640&search=pernambuco/vitoria-de-santo-antao>. Acesso em 3/8/13.



Foto 1- Livro História da Vitória de Santo Antão, de José Aragão.

Conforme a imagem apresentada, encontrada na página 213 do livro História da Vitória (Volume. I), colocada para ilustrar o panorama da urbe na segunda metade do século XIX, podemos observar parte do seu traçado geométrico no período oitocentista.

Produzida possivelmente do Alto do Reservatório na década de 1860 pelo suíço Luís Schlappitz, nela avistamos uma elegante jovem de vestido e chapéu, uma vestimenta que a traduz por abastada, acompanhada por seus serviços e alguns cães em um passeio, que pela posição de sua sombra aconteceu à tarde.

Nos fundos, do lado esquerdo, em um local elevado está a Igreja Matriz que substituiu a capela, construída à margem esquerda do Rio Tapacurá por Diogo de Braga e seus familiares, a partir da qual o povoamento se disseminou seguindo a direção oeste (Aragão, v. III, p. 137).

As verdes serras que contornavam o emaranhado de casas parecem se encontrar com o céu, que nas noites de primavera ficava estrelado, seduzindo com a palidez de sua lua, dando à Vitória certo encantamento<sup>5</sup>. Entretanto, seu perímetro urbano foi crescendo desordenado. As ruas não possuíam

alinhamento; suas casas antigas foram construídas com tetos baixos, de portas e janelas, "estreitas" e "pequenas", faltava água potável, totalmente fora dos padrões de salubridade, fazendo com que a urbe fosse conhecida na região como "insalubre"<sup>6</sup>.

Apesar disso, a "atmosfera nebulosa" produzida pelo "descuido dos antepassados" que atrapalhava o "progresso" vitoriense estava com os dias contados. Erguida numa posição privilegiada, a meio caminho entre a capital e o sertão, a cidade tinha potencial. É que, sendo possuidora de terras férteis que produziam bons mantimentos, bastandovê-los no "dia da feira", a mesma contava, na década de 1880, com mais de 70 engenhos de açúcar<sup>7</sup>. Acrescente-se ao exposto que passou a contar, a partir de 1886, com uma estação ferroviária, da chamada Estrada de Ferro de Pernambuco, que a vinculava diretamente com o Recife.

O trem inaugural, que chegou na manhã de sábado de 9 de janeiro de 1886, trouxe muitas expectativas e mudanças. Conforme o redator do jornal O Diário de Pernambuco, se esperava que daquele dia em diante os "representantes" do poder público voltasse seus olhos para a importante cidade.

<sup>5</sup> Correio de Santo Antônio, 13/11/1873.

<sup>6</sup> O Diário de Pernambuco, 13/1/1886.

<sup>7</sup> O Líder, 2/2/1924.



Foto 2- Acervo do Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão.

O impacto provocado pelo insumo moderno foi além da primeira visão aclamada por vivas e foguetes. Nesta fotografia tirada provavelmente nas primeiras décadas do século XX, se retrata que a chegada da máquina na estação mexia com o imaginário social. Não podemos saber o que esses homens, mulheres e crianças nela representada pensavam, mas entendemos quanta admiração aquela maquinaria moderna despertava, pouco importando o cenário em seu entorno. Estando de pé, sentado, se deslocando para se aproximar mais, com olhares fixos, fosse da Praça Leão Coroado (no lado esquerdo da foto) ou à margem dos trilhos, o objeto dessa admiração era o trem.

Com o sibilar de seus apitos as reuniões que aconteciam semanalmente em frente ao Hotel Fortunato, o segundo prédio que

aparece na margem superior de frente para a praça e a estação, eram encerradas. O momento era de espera e ansiedade, tanto para os que estavam reunidos quanto para os que estavam hospedados no hotel. É que eles aguardavam Eufrazio, o "gazeteiro", que trazia às costas um fardo de jornais para distribuir pelas ruas da Vitória, logo o ambiente era tomado por uma vozeria decorrente das leituras e comentários sobre os temas mais relevantes e, como de praxe, na semana seguinte a amigável reunião se refazia (SOTERO, 1986. pp. 39-41).

Junto aos trilhos se formava uma feira composta de tabuleiros com bolo, tapioca e cuscuz; uns vendendo milho, amendoim e frutas; outros gritando castanha assada, roletes de cana, laranjas doce; e enquanto os trens eram manobrados muitos aproveitavam para tomar um café ou observar as jovens que

apareciam para colocar uma carta no correio do trem, flertar ou esperar alguém (SOTERO, 1986. pp. 39-41). Segundo a memorialista (CRISÓSTOMO, 1986. pp. 67-70), os momentos mais apreciados eram as tardes de domingos quando o trem que vinha do Sertão parava na estação, a "bela praça ajardinada" ficava repleta de pessoas, que envolvidas pelos sons das marchas, tangos e dobrados, assistiam as retretas da Banda de Música Euterpe Victoriense<sup>8</sup>. Este espaço, a praça circundada pelo moderno prédio da estação - construído com traços ecléticos, mas com predomínio do neoclássico - e por hotéis, se tornou

o "endereço certo" para onde convergiam todos os movimentos sociais (AGUIAR, 2010, p. 30), um espaço de sociabilidades por excelência.

Quando um visitante ilustre estava para chegar à cidade, o pátio da estação ficava totalmente ornamentado. O hebdomadário *O Lidor*, em 13 de janeiro de 1923, noticiava que a recepção no local feita por amigos e autoridades ao renomado médico com experiência na França, Dr. Oscar de Britto, diretor de higiene e inspetor escolar, e sua esposa vindos do Rio de Janeiro, fora abrillantada por muitas retretas e "girândolas".

<sup>8</sup> *O Lidor*, 6/10/1923.



Foto 3- Acervo do Centro de Cultura e Biblioteca Escritor Osman Lins (n.17).

De acordo com esta fotografia que mostra representações de uma comemoração festiva no Pátio da Estação, na década de 20, podemos compreender como os cidadãos vitorienses se aprontavam para essas ocasiões<sup>9</sup>.

Eram momentos de galhardia onde a sociedade desejava se

mostrar em sintonia com o progresso. Os homens e meninos de terno e chapéus, as mulheres e meninas de vestidos rendados e lindos penteados, trajes bem característico desse tempo, encontrados na loja de J. A. de Louvor Soares, a Flor de Paris,

<sup>9</sup> É provável que a comemoração tenha acontecido pelo motivo de algum time de futebol ter vencido uma competição, já que quando utilizamos o recurso eletrônico do Word para aumentar e aproximar a imagem, visualizamos na margem direita alguns homens carregando um troféu e na documentação hemerográfica pesquisada, encontramos registros sobre vários jogos ocorridos no período.

localizada no centro comercial, na Rua Alexandre Luna nº 17<sup>10</sup>.

O lugar e o momento eram também de encontros e olhadelas para os que se enamoravam e apresentar-se bem alinhados dizia muito. Para tal, as Pílulas Foster ajudavam com a aparência jovial<sup>11</sup> e os penteados na discreta comunicação. Estando a jovem com "muitas tranças", o pretendente não devia se aproximar, pois haveria impasses com a família; duas tranças significavam uma escolha, na base do ou eu ou ela; parte do cabelo estando solta e outra parte presa no

alto da cabeça por uma fita verde significava que havia "esperança"; um penteado repartindo o cabelo do mesmo lado continha a mensagem: "adeus! Já não te amo". Porem, conforme a imagem parece que o modelo mais usado, o que repartia o alto da cabeça para ambos os lados, significava que seu coração não estava dividido e era todo dele<sup>12</sup>.

Nas intermediações da estação, como já dito acima, encontravam-se bons hotéis, como o Fortunato, de José Joaquim da Silva, capturado nesta imagem que possivelmente o retrata na década de 20.



Foto 4- Acervo do Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão.

Conforme os anúncios na imprensa, em suas dependências, além de hospedarem passageiros, automóveis eram vendidos e médicos atendiam seus pacientes. Outro era o Tedula, que pertencia a José Vicente Rodrigues e o Hotel Pateo dos Curraes, de Angela Maria de França, todos bem planejados, onde se achava boa comida e bebidas nacionais ou estrangeiras para todos os gostos, tudo para dar conforto

àqueles que visitassem a Cidade da Vitória<sup>13</sup>. A conclusão parece óbvia: sendo as estações de trem, em cada localidade, verdadeiros passeios públicos e/ou espaços marcados por toda uma sociabilidade, parece natural que tenham se transformado em espécies de "portas abertas para o mundo" (ARANHA, 2003, p. 88), razão pela qual atraía para o seu entorno uma rede significativa de serviços, hotéis, cafés, restaurantes,

<sup>10</sup> *O Lidor*, 24/09/1921, p. 4.

<sup>11</sup> Não envelheça tão cedo. In *O Lidor*, 23/01/1926, p. 6.

<sup>12</sup> Linguagem dos cabelos. In *O Lidor*, 24/5/1906.

<sup>13</sup> *O Lidor*, 12/12/1914; 12/5/1923; 4/2/1928; 17/8/1895.

entre outros, como parece não restar dúvida em se tratando de Vitória, com os inúmeros hotéis edificados nas proximidades de sua estação de trem.

Nesse ponto de confluência heterogênea, o viajante à direita da fotografia, que saía do Fortunato carregando sua maleta em direção a estação, também podia contar com o auxílio dos carregadores de bagagens, o jovem à esquerda. Ademais, conforme aparece claramente na imagem, um ônibus servia aos passageiros da estação de trem em Vitória. Enfim, um serviço que, de acordo com registro no jornal *O Lidor* em 31/01/1925, com ônibus implantado por Antônio Sotero de Farias, que transportava passageiros de Vitória à Recife e São João dos Pombos, serviço ampliado a partir de 5 de março do mesmo ano com o novo empreendimento de José Joaquim da Silva, com quatro veículos que partiam da Praça Leão Coroado, circulando e transportando pessoas para Maués, Cajá, Jenipapo, Campo Santo e São João dos Pombos, a um custo de 100 e 200 réis<sup>14</sup>.

Esses ônibus eram conhecidos como "Gigolô", um deles é este visualizado no centro da imagem, parado em frente ao Hotel Fortunato aguardando a entrada dos passageiros. E mais: se para os cidadãos significava agilidade e rapidez, o mesmo não acontecia com o homem, ainda dependente da tração animal. Para não em certos transtornos. Segundo o narrador em *O Lidor* de 28/01/1928, o auto-ônibus ("Gigolô") que fazia Vitória à São João dos Pombos, ao passar na estrada vertiginoso assustou o cavalo

de Severino José dos Santos, o qual desembestou aos pulos. O "matuto", continua o jornalista, não conseguindo domá-lo pelas rédeas foi lançado ao chão onde se esborrachou e se machucou.

A maquinaria alocada em Vitória, fruto da indústria moderna, atraiu muitas pessoas. A procura por moradia tornou-se "grande" e, em consequência, a especulação imobiliária aumentou tanto que chegou ao ponto do valor dos alugueis, já no final do século XIX, quase triplicar. Assim, o proprietário que possuísse terrenos e os colocasse à venda receberia rápidas propostas, já que o lema na imprensa da época era construir para acomodar e "rivalizar" com as progressistas cidades do interior do Sul do país<sup>15</sup>.

Diante desse desejo da elite letrada, o executivo local que no momento era dirigido pelo Tenente-Coronel Pedro Secundino Barbosa da Silva e o Sub-Prefeito Tenente-Coronel José Xavier Cavalcanti Wanderley, reformulou o Código de Posturas em 28 de setembro de 1897. A pretensão explicita nas proibições não era apenas de enquadrar as construções em um padrão moderno de construção, mas *civilizar*, mudar hábitos e comportamentos dos cidadãos que eram incompatíveis com a Vitória que progredia<sup>16</sup>. Com medidas como essa, parece que as expectativas narradas pelo redator de *O Diário de Pernambuco* no dia da inauguração da estação ferroviária deixam de figurar como mero sonho gravado no inconsciente coletivo para se tornar ali uma realidade.

<sup>14</sup> Aragão, V.II, p. 119.

<sup>15</sup> *O Lidor*, 17/8/1895.

<sup>16</sup> Código de Posturas do Município da Vitória Lei nº 42 de 1897. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão*, volume 7, 1977. pp. 102-126.



**Foto 5- Acervo do Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão.**

Embora os jornais de época mostrem que no tecido geométrico da Vitória do período continuasse existindo outras urbes indesejadas, um tanto sujas, fétidas e rurais, esta fotografia da década de 30, indica que a cidade se modernizava. Seguindo na direção do emaranhado de casas, representada na imagem de Luís Schlappriz, vemos, na junção do Pátio Duque de Caxias com a atual Rua João Cleofas, iluminação e simetria, prédios bem construídos, com portas, janelas e calçadas

niveladas para atender a estética desejada.

Conforme o poeta Jarbas Peixoto, que chegava do Recife envolvido pelo constante “rág-rág” do trem, a Terra das Tabocas que aparecia à distância continuava ondulada e com a mesma leveza na natureza de outrora, demonstrada nos seus verdes serras e céus<sup>17</sup>. Entretanto, o impacto das mudanças fazia a Cidade da Vitória ser considerada pelos letrados nos anos 30 como a “metrópole no interior” pernambucano<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> PEIXOTO, Jarbas. Victoria. Cidade linda. In *O Lidor*, 10/4/1926.

<sup>18</sup> O termo foi extraído de uma crônica que data de 27/02/1932, do poeta: MIRANDA, José Thiago de. *Antologia em Prosa e Verso*. Recife: Artegrafi, 1991. p. 30.

## Referência Bibliográficas

- AGUIAR, Edson Barbosa de. *Exemplares arquitetônicos na cidade da Vitória: do neoclássico ao ecletismo*. (Monografia). Vitória de Santo Antão: FAINTVISA, 2010.
- AIRES, José Luciano de Queiros. Com as Fotografias em Cima da Mesa: o que fazer historiador? In *Epistemologia, historiografia & linguagens*/ Gerválio Batista Aranha, Elton John da Silva Farias (orgs.). Campina Grande: EDUFCG, 2013.
- ARAGÃO, José. Antiguidade da Freguesia de Santo Antão. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Vitória de Santo Antão*, V. IX, 1986.

ARAGÃO, José. *História da Vitória de Santo Antão; da cidade do Braga à cidade da Vitória (1626-1843)*. Vol. I, Recife, ed. Biblioteca pernambucana de história municipal, 1977.

ARANHA, Gerválio Batista. "Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas. In AGRA DO Ó, Alarcon et alii. *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*. João Pessoa – PB: Ideia, 2003.

BAZIN, André. Ontologia da Imagem Fotográfica. In *Cinema – Ensaios*. Tradução de Hugo Sérgio Franco. São Paulo, Brasiliense, 1991.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CABRAL FILHO, Severino. Da fotografia e da lembrança de velhos: a cidade revelada. In *Saeculum*, nº. 18, João Pessoa, PPGH/UFPB, 2009.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*/ Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CRISÓSTOMO, Zilda Mauricio. Embaralhado de Sombras. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão*. Vol. IX, 1986.

FREUND, Giséle. A fotografia nos tempos da monarquia de julho. In *Fotografia e Sociedade*. Tradução de Pedro Miguel Frade. Lisboa, Vega, 1995.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In *Mito, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*/ Marc Bloch. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In *O Historiador e suas fontes*. Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (orgs.). São Paulo: Cotexto, 2009.

MELLO, Jeronymo Martiniano Figueira de. *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco*. Recife: Tipografia de M. F. de Faria, 1979 (Reedição de 1852).

PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos (1795-1817)*. Recife: Arquivo Público Estadual. Vol. VII, 1958.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n. 16, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmo e ritos do Rio. In *História da Vida Privada no Brasil*. Coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais e Nicolau Sevcenko (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOTERO, Ronaldo. Hotel Fortunato: Inventário da Memória. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão*. Vol. IX, 1986.

VASQUEZ, Pedro Karp. *A fotografia no Império*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2002.

## INCURSÕES MISSIONÁRIAS PROTESTANTES NA CIDADE DE MOSSORÓ E NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO.

Elioenai de Souza Ferreira<sup>1</sup>

### Resumo

Neste artigo, analisamos aspectos do processo histórico de implantação da igreja presbiteriana, uma das vertentes do protestantismo, na cidade norte-riograndense de Mossoró. Porém, tecemos algumas considerações sobre o referido processo no âmbito do Rio Grande do Norte, a partir da chegada do presbiterianismo em Natal. Tendo como contexto temporal as últimas três décadas do século XIX, buscamos identificar as estratégias das quais se valem os agentes de inserção do protestantismo. Dentre essas, abordamos as práticas de proselitismo visando à conversão e as alianças com grupos sociopolíticos liberais e progressistas, levando-se em conta as peculiaridades de tais conceitos no contexto histórico em foco.

**PALAVRAS-CHAVE:** História do protestantismo, história do presbiterianismo, protestantismo e política, estratégias de inserção.

### Abstract

In this article, we analyse the aspects of the historical process of Presbyterian church's implantation, in the Mossoró city, it is in Rio Grande do Norte State. In order we development some considerations about the related process in the Rio Grande do Norte's space, when the presbyterianism came in the Natal. According to the time context of the last three decades of the Century XIX, we search to indentificate the strategies that the protestantism insertion 's agents. According to this strategies we show the

practices of the persuading according to the progressists, liberals, and sociopolitics groups that practice tha pacts and the persuadings, doing an atrubuition to the concepts and singularities of the historic contexto that is in eminence.

**KEYWORDS:** History of Protestantism, history of Presbyterianism, Protestantism and politics, insertion strategies.

### 1 – Introdução

Este artigo foi originalmente composto como o 2º capítulo da nossa monografia de graduação, na qual procuramos discorrer acerca do processo histórico de inserção do protestantismo, especificamente da igreja presbiteriana, na cidade de Mossoró, tendo como recorte temporal as três últimas década do século XIX.

Neste artigo, iniciamos com um olhar panorâmico sobre as primeiras investidas dos presbiterianos no Rio Grande do Norte a partir da sua capital, Natal. Através das ações de missionários, colportores e das pessoas alcançadas pela mensagem protestante, identificamos a dinâmica das conversões dos indivíduos à fé reformada, os instrumentos culturais de difusão da doutrina protestantes, tais como escolas e imprensa bem como a reação da Igreja Católica diante da infiltração dos protestantes no território no qual exercia hegemonia.

Na segunda parte, nosso enfoque recai sobre os sujeitos e os eventos relacionados à chegada do presbiterianismo à cidade de Mossoró. Destacamos as ações evangelizadoras do missionário

<sup>1</sup> Mestrando em História (UFCG)  
[elioenaihistoria@gmail.com](mailto:elioenaihistoria@gmail.com)

DeLacy Wardlaw e sua estratégia de aproximação com setores liberais da sociedade mossoense.

Como base para o nosso estudo, utilizamos uma bibliografia composta por obras de autores diretamente vinculados ao protestantismo, memorialistas que escreveram uma espécie de História oficial de Mossoró e pesquisadores acadêmicos que produziram estudos específicos sobre protestantismo, além daqueles que versaram sobre aspectos mais gerais da religião e da escrita historiográfica. Este artigo é, então, fruto do diálogo com essa bibliografia e com o objeto da pesquisa.

## 2 - Rio Grande do Norte: um campo para as missões protestantes.

Em seu itinerário de disseminação pelo território brasileiro, os missionários presbiterianos atingiram as províncias de Pernambuco, a partir de 1873, através de John Rockwell Smith e Ceará, em 1881, com o Reverendo DeLacy Wardlaw. A partir das capitais das referidas províncias, o Rio Grande do Norte passou a ser mais um território visado pela ação proselitista dos protestantes.

Acerca desse tópico específico, isto é, a chegada do protestantismo no RN, tomamos por base o trabalho de Wycliffe de Andrade Costa, que discorre sobre alguns sujeitos e suas ações na empreitada de inserir a religião cristã protestante e, mais particularmente, da sua expressão presbiteriana no cenário religioso norte-rio-grandense. Sendo assim, após reconstruir esse contexto, apresentaremos o que nos foi

possível apurar das fontes bibliográficas que versam sobre o presbiterianismo em Mossoró no contexto temporal do presente estudo.

Segundo Costa (2009), no ano de 1879, dois colportores<sup>2</sup> foram enviados ao Rio Grande do Norte pelo missionário John Rockwell Smith<sup>3</sup>, então pastor da Igreja Presbiteriana em Recife. Os nomes desses missionários leigos são citados por Costa, a saber, Francisco Filadelfo de Sousa Pontes e João Mendes Pereira Guerra. Em 1880, os mesmos colportores realizaram mais uma viagem missionária à província do Rio Grande do Norte. A atuação desses pregadores não deve ser ignorada, visto que a colportagem era uma estratégia utilizada como forma de reconhecimento e preparação do terreno antes da vinda dos pastores ordenados.

Em recente estudo sobre as estratégias dos missionários para a inserção do protestantismo na sociedade do Brasil Império, Pedro Feitoza considera a colportagem como uma dessas estratégias utilizadas nas atividades evangelizadoras. Na sua análise, o autor se reporta à Reforma Protestante do século XVI como o marco histórico a partir do qual a Bíblia, enquanto um compêndio tido como sagrado, passou ocupar o centro da doutrina e da liturgia das comunidades protestantes onde quer que fossem instaladas.

Prosseguindo em seu raciocínio, Feitoza identifica duas motivações para a prática da colportagem, que refletia convicções doutrinárias típicas do protestantismo:

<sup>2</sup> Eram assim chamados os vendedores e distribuidores de Bíblias e outras literaturas protestantes, geralmente leigos, os quais, de maneira itinerante, dedicavam-se à disseminação da sua religião.

<sup>3</sup> Vieira (1980:339) informa que Smith foi ordenado no ano de 1872 e, já no ano seguinte, aportou em Recife, dando início a uma igreja no distrito de Santo Antônio.

Em primeiro lugar, os missionários e pastores protestantes acreditavam que o simples contato dos homens e mulheres com a Bíblia poderia resultar em conversões espontâneas para o protestantismo (...). Em segundo lugar, os missionários defendiam a extinção de sobrevivências culturais identificadas como 'supersticiosas' ou 'pagãs' na religião cristã, de modo a imprimir a *racionalidade* reformista e moderna da proposta religiosa protestante (FEITOZA, 2012: 54).

Além de a Bíblia ter sido elevada à posição de autoridade máxima em matéria de fé e doutrina pela Reforma, a teologia de Princeton, já mencionada no capítulo anterior, expressão do conservadorismo protestante norte-americano do século XIX; reforçou e consolidou ideias tais como a infalibilidade da Bíblia. Comentando sobre as concepções de um dos principais expoentes de Princeton, Charles Hodge, o teólogo Roger Olson assim as resumiu:

Hodge apresentou um sistema rigorosamente coerente de Teologia Reformada conservadora, com base em uma Bíblia infalível e verbalmente inspirada, que tratou como um conjunto de proposições (declarações da verdade) divinamente inspiradas, que só aguardavam para serem organizadas por seres humanos racionais, orientados e iluminados pelo Espírito Santo. (...) Hodge insistia que a inspiração e a infalibilidade se estendem às próprias palavras e não apenas às idéias (OLSON, 2001: 573).

Um dos mais marcantes legados da Reforma para os seus adeptos, como bem demonstrado por Keith Thomas, foi que o protestantismo *minimizou* o papel

*institucional* da Igreja como dispensadora da graça divina. O indivíduo estava numa relação direta com Deus e dependia exclusivamente de sua onipotência. (THOMAS, 1991: 74). No entanto, não se deve concluir apressadamente que nessa relação individual com a Divindade o fiel prescinda de um meio, de um canal de comunicação. As Escrituras Sagradas, para o protestante, assumia esse papel de mediação. Pelo seu estudo racionalmente dirigido e com disciplina devocional o crente poderia "ouvir a voz de Deus".

Tais conclusões nos levam a considerar a função mística que a Bíblia representa para o protestantismo, função esta expressada pela crença nas conversões "espontâneas" e pela convicção de que as Escrituras é a Palavra de Deus, tendo, assim, uma origem sobrenatural. Para além do texto sagrado, Keith Thomas discorre sobre outros elementos místicos que não foram totalmente descartados pelos reformadores protestantes. Ele menciona, dentre outros, as profecias, as visões, as preces que rogavam a intervenção divina nos males cotidianos (THOMAS, 1991: 105-133).

Ainda assim, os protestantes consideravam o catolicismo, tanto o institucional quanto o popular, como eivado de "paganismos". Thomas também remonta essa atitude, pelo menos demonstrada com mais intensidade, às propostas puristas e ortodoxas da Reforma. Segundo o autor, aos olhos dos protestantes o *papismo* era descrito como o grande repositório de superstições étnicas, e os ritos católicos eram vistos, em sua maioria, como metamorfoses

*maldisfarçadas de cerimônias pagãs anteriores* (THOMAS, 1991: 66).

Portanto, no Rio Grande do Norte, a distribuição de Bíblias e de literaturas específicas do protestantismo foi um dos meios utilizados para predispor as “mentes” para a recepção da mensagem dos pregadores, possibilitando, assim, conversões. Costa, em sua pesquisa, relata episódios nos quais toma forma uma rede de relações interpessoais através das quais o conhecimento da “verdade” bíblica é repassado ocorrendo, então, as chamadas conversões espontâneas.

Por exemplo, o supracitado autor faz menção de um professor chamado Pedro Costa que, após a leitura da Bíblia, adere à fé reformada. O referido professor tinha um irmão, Olegário Costa (residente em Vila Flor), para o qual foi enviado um exemplar das Escrituras. O protestantismo ganhou mais um seguidor. Olegário, por sua vez, sente-se no dever de procurar um amigo, Manuel Tomaz de Araújo, que morava em São Miguel de Jucurutu. Por não saber ler, Tomaz pede que um empregado seu, Manuel Francisco, leia as Escrituras para ele. Ambos se convertem.

Percebe-se, nesses casos, o papel decisivo que é atribuído ao contato pessoal com o texto bíblico. O estudo do mesmo supostamente leva os indivíduos a chegarem a suas próprias conclusões. Wicliffe Costa assim descreve a conversão de Antônio Eustáquio: *sem nunca ter ouvido um pregador protestante, Antônio Eustáquio começou a combater o culto das imagens, a confissão auricular, o purgatório e*

*outras doutrinas da Igreja dominante* (COSTA, 2009: 137-138).

O relato acima nos possibilita fazer alguns questionamentos a respeito da suposta espontaneidade das conversões. Ora, de que maneira uma pessoa chegaria à conclusão de que as práticas católicas estavam “erradas” somente pelo exame solitário do texto bíblico? Por que as doutrinas que Eustáquio “começou a combater” eram justamente as mais rechaçadas pela прédica protestante? Portanto, há que se levar em conta a atuação de outros sujeitos e suas interações com os potenciais convertidos.

A partir dos casos descritos por Costa, percebe-se a presença da mediação do “outro” nos processos de conversão, através do compartilhar de convicções, da circulação de ideias, do papel desempenhado pelos laços de parentesco e de amizade.

Dando seguimento à ação precursora dos fiéis leigos e dos colportores, os missionários e pastores presbiterianos passaram a realizar suas incursões, a fim de conquistarem mais adeptos, bem como formalizar o ingresso na instituição eclesiástica dos que já haviam aderido ao credo protestante. Sobre a atuação missionária na capital da província norte-rio-grandense, Costa nos fornece uma narrativa que propicia um quadro geral dos esforços de inserção e de consolidação.

Em 1887, o reverendo DeLacy Wardlaw e o pastor brasileiro Belmiro de Araújo César (um dos primeiros ordenados) visitaram a cidade do Natal. Desta feita, conseguiram no Teatro Santa Cruz para um público

superior a 600 pessoas por noite. Houve um relativo êxito, visto que algumas pessoas aderiram à fé protestante, dentre elas uma identificada nominalmente: Joaquim Lourival Soares da Câmara, professor.

No ano de 1893, outra dupla veio dar assistência ao incipiente rebanho, os pastores Juventino Marinho e William Calvin Porter. Os cultos eram celebrados na casa do convertido Lourival. O ano de 1895 marcou a instalação oficial da igreja presbiteriana natalense, que agrupava inicialmente 33 adultos e 18 crianças (COSTA, 2009: 138).

Costa sempre menciona o lugar social dos conversos, a fim de reforçar seu argumento de que as camadas médias urbanas se encontravam mais suscetíveis a uma confissão que representava o rompimento com a tradição religiosa majoritária, vista por muitos dos segmentos mais dinâmicos como arcaica e retrógrada, inadequada para os novos tempos. Dessa forma, funcionários públicos, oficiais militares, professores e comerciantes são destacados entre aqueles primeiros cristãos protestantes.

Outro autor que faz referência à fundação da igreja presbiteriana em Natal é Itamar de Souza. Ao contrário de Costa, o autor supracitado não possui vínculos com o protestantismo. Temos, assim, outro olhar. Na narrativa de Souza (1999), o protestantismo é posto como um elemento exógeno que, ao se estabelecer no Rio Grande do Norte, provocou reações por parte da cúpula da Igreja Católica.

O autor destaca as ações do missionário Calvin Porter e sua

esposa, Catarina Hull, ressaltando algumas realizações emblemáticas que sinalizaram o propósito dos protestantes em demarcarem seu espaço. Primeiro houve a fundação de um jornal, denominado "O Século", que circulou a partir de maio de 1895.

Em sua dissertação, Feitoza (2012) demonstra que a imprensa serviu de instrumento para difusão da doutrina protestante, fosse através de periódicos próprios ou daqueles que lhes abriam espaço, sendo estes comumente de orientação liberal, anticlerical e de oposição ao ultramontanismo.

Porém, os escritos protestantes não se restringiam à discussão de temas intrinsecamente religiosos, mas também expressavam a ótica dos seus editores e articulistas sobre assuntos do domínio público, secular. Na verdade, expunham sua visão do mundo e nesta os diversos fatores políticos, sociais e culturais se apresentavam imbricados, interligados. Portanto, a imprensa era um meio de afirmação dos protestantes enquanto sujeitos sociais.

Em Natal, o reverendo Porter ampliou a área de atuação da igreja com a criação do Colégio Americano, destinado principalmente para a educação dos filhos dos fiéis presbiterianos, obviamente sob as diretrizes da fé reformada. Além disso, a presença física da comunidade no espaço da cidade de Natal teve sua culminância simbólica na construção de um templo no centro da cidade. Ambas as realizações, o colégio e o templo, deram-se em 1896.

Na época, os católicos do Rio Grande do Norte estavam sob a jurisdição da Diocese da Paraíba, então sob o bispado de Dom Adauto Aurélio Miranda Henriques. De acordo com Itamar de Souza, as reações dos fiéis e da Igreja não se fizeram esperar:

A reação católica veio incontinenti. D. Adauto veio fazer uma visita pastoral, chegando a Natal em 13 de novembro de 1895. O entusiasmo dos católicos era incontrolável, e a rivalidade religiosa manifestava-se de todas as maneiras. (...). Temendo pela sua segurança, o pastor William Porter ausentou-se da cidade enquanto durou a visita pastoral do D. Adauto. Mesmo assim, a sua casa foi apedrejada. Era o clima de intolerância reinante naquela época (SOUZA, 1999: 83).

Episódios como este acima descrito, cuja tônica é a violência perpetrada por “turbas” agressivas, permeiam a literatura que trata dos pioneiros protestantes, seja esta literatura de origem protestante ou não. Entretanto, tais atos de violência pontuais expressavam a reação da massa de fiéis. Os dirigentes da Igreja Romana, ainda que muitos deles pudessem ser coniventes ou mesmo incentivadores de tais expedientes, concentravam seus esforços no empreendimento de ações com efeitos mais consistentes.

No caso do Rio Grande do Norte, essas estratégias se materializaram no surgimento de um jornal, o “8 de Setembro”, circulando a partir de 1897; e na fundação de três colégios: um em Mossoró, o Diocesano Santa Luzia; e dois em Natal, o Imaculada Conceição e o Diocesano Santo Antônio, respectivamente nos anos de 1901,

1902 e 1903. Itamar de Souza menciona, ainda, a criação da Diocese de Natal (1910) e o Seminário Diocesano (1911). No regime republicano, sem os vínculos oficiais com o Estado, a Igreja Católica procurava encontrar caminhos para não perder o *status* de instituição religiosa dominante, bem como expandir sua presença na sociedade, especialmente entre setores elitistas.

Entretanto, o autor anteriormente citado coloca a inserção do protestantismo como um dos fatores que motivaram o processo de reafirmação e de reordenamento de forças por parte do catolicismo no Rio Grande do Norte.

### 3 – Inserção do protestantismo em Mossoró: o proselitismo do reverendo DeLacy Wardlaw e sua aproximação com a elite liberal.

Na tentativa de construir um trabalho historiográfico sobre a igreja presbiteriana em Mossoró na temporalidade delimitada, isto é, as últimas três décadas do século XIX; encontramos pouquíssimas informações a respeito das peculiaridades dessa comunidade religiosa, inclusive do cotidiano dos seus membros.

Sendo assim, fizemos uso de uma bibliografia de caráter memorialista, produzida por autores ligados diretamente à igreja presbiteriana e por outros que elaboraram obras cuja finalidade precípua é narrar e descrever os “grandes” fatos e personalidades da história mossoroense, ou seja, a versão oficial e “consagrada”.

No entanto, é nessa última categoria de bibliografia que podemos identificar, ainda que margeando as narrativas centrais, os sinais dos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente com a causa protestante.

Consideramos pertinente colocar em evidência algumas informações biográficas do missionário DeLacy Wardlaw, visto que o mesmo atuou como a liderança eclesiástica oficial na fundação da igreja presbiteriana em Mossoró. Wardlaw fora enviado pela Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos para a região brasileira que hoje denominamos de Nordeste.

Aportando na capital pernambucana em 1880, dirigiu-se no ano de 1882 para a cidade de Fortaleza, onde fixou sua base missionária, tendo fundado e liderado a igreja presbiteriana nessa cidade entre os anos de 1882 e 1896. A partir da capital cearense, Wardlaw começou a visitar o Rio Grande do Norte, tendo um primeiro contato com a cidade de Mossoró no ano de 1883.

O que pudemos encontrar em nossa pesquisa sobre a trajetória específica da igreja presbiteriana pode ser demonstrado em poucos parágrafos. Francisco Fausto de Souza escreveu que, em sua primeira vinda o reverendo Wardlaw, *demorando-se alguns dias em Mossoró fizera diversas conferências, assistidas por um sempre crescente número de ouvintes, alguns dos quais aceitaram a religião evangélica* (SOUZA, 2001: 85).

Porém, tanto Fausto de Souza quanto Wicliffe Costa concordam que a igreja protestante, ainda

embrionária, começou a ser organizada a partir de 1885, através da atuação de Wardlaw e do colportor João Mendes Pereira Guerra, não obstante o primeiro autor afirmar que o pregador pernambucano atuou antes do reverendo americano.

A respeito da situação da igreja nos anos seguintes da década de 80, citaremos três referências pontuais. A primeira delas provém de Luís da Câmara Cascudo que, ao fazer um resumo das atas da Câmara Municipal mossoroense relacionadas ao período entre 1883 e 1886, registrou o seguinte: *Funcionava uma escola dominical da Igreja Protestante que o rev. De Lacy Wardlaw fundara e que era concorrida. Contavam mais de cinqüenta protestantes e o pastor vinha de Fortaleza sempre officiar em casamentos e batizados* (CASCUDO, 2010: 148)

A segunda referência está em Costa (2009), quando se reporta a um relatório do Presbitério de Pernambuco de 1888, no qual consta que a igreja presbiteriana em Mossoró tinha um quadro de membros formado por 23 adultos e 13 crianças (COSTA, 2009: 138). Quanto à terceira menção da igreja mossoroense, encontramo-la em Alencar (2005), que transcreve a Ata de Instalação da Igreja Presbiteriana de Fortaleza, datada de 1890, na qual se afirma que as estatísticas da igreja em Mossoró foram apresentadas para serem remetidas ao Presbitério em Pernambuco (ALENCAR, 2005: 70).

Na citação de Cascudo, há um fator que indica um razoável nível de organização da igreja mossoroense:

a existência de uma escola dominical<sup>4</sup>. Como uma instituição educacional inerente ao ambiente eclesiástico, sua função precípua consistia na doutrinação dos fiéis, procurando envolver todas as faixas etárias. No entanto, podia haver também instrução básica de escrita e leitura, a fim de facilitar o acesso do crente ao texto bíblico e aos escritos da própria denominação (SOUZA, 2008: 95-100).

Não encontramos registro de uma continuidade da igreja enquanto comunidade organizada depois de 1890. Sobre as razões dessa interrupção, não dispomos de fontes que possam fundamentá-las. Segundo o pastor Marcos Severo de Amorim, uma tentativa de recomeço teve lugar já nos anos vinte do século passado, que se consolidaria nos anos quarenta (AMORIM, 2008: 60). No entanto, propomos uma análise mais demorada de alguns acontecimentos relacionados ao missionário Wardlaw através dos quais sejam identificadas as ligações com o contexto histórico.

Os autores Costa, Souza e Amorim escrevem acerca de episódios de ataques ao missionário Wardlaw nas ocasiões de suas visitas missionárias. Costa (2009: 138) afirma que populares munidos com pedras e armas de fogo, atacaram o missionário Wardlaw. Porém, as autoridades locais entrevieram destacando um grupo de soldados para a proteção do reverendo estrangeiro. Em seu livro, Amorim (2008: 59), atribui ao vigário da paróquia local, Antônio Joaquim Rodrigues, a mentoria desses ataques. O autor acrescenta, ainda, que senhoras da sociedade,

provavelmente beatas, apedrejaram o local de culto dos protestantes, chegando a causar ferimentos no missionário.

Como interpretar esses relatos? Do ponto de vista protestante, eles podem representar, além da "óbvia" intolerância religiosa dos católicos, os sofrimentos pelos quais passaram os pioneiros em sua luta para implantar o "verdadeiro" cristianismo em Mossoró. Por sua vez, Fausto de Souza não se limita a descrever os fatos, mas apresenta sua opinião.

Muitos fanáticos e alguns desocupados, sem crença alguma, a horas mortas da noite, apedrejaram as casas de residência dos evangelistas (...). Os telhados das casas onde habitavam os evangelistas eram quebrados todas as noites, sem a menor noção de civilização, trazendo suas famílias em sobressaltos constantes (SOUZA, 2001: 86).

Para o autor, os "fanáticos" e "desocupados" representam o antagonismo da "civilização", a gente embrutecida e alienada da racionalidade moderna, gente intolerante e violenta. Ao contrário disso, vejamos como é apresentada a atitude do missionário Wardlaw diante das agressões.

Homem de fina educação e de uma calma extraordinária, o dr. Wandlaw (*sic*) nunca se alterava. Sofria tudo com paciência, trazendo sempre o riso nos lábios. Todas as noites, porém, pregava o Evangelho muito embora debaixo de pedradas. Diante de semelhante brutalidade que nenhum apoio poderia ter dos homens de bem e de bom senso, formaram-se na cidade dois grupos: um a favor do Ministro e o outro contra, o dos apedrejadores (SOUZA, 2001: 86).

<sup>4</sup> Esse movimento de ensino religioso surgiu na Inglaterra do século XVIII (por volta de 1780) num contexto de crescimento e expansão das igrejas evangélicas, objetivando atingir inicialmente as crianças dos bairros de proletários das cidades britânicas. Foi extensivamente promovido pelos metodistas.

Comparando as duas narrativas supracitadas, é possível identificar o contraste posto pelo autor entre o comportamento de Wardlaw e o de seus oponentes. Estes se deixam dominar por seus impulsos, ao passo que o reverendo demonstra a virtude cristã do domínio próprio, jamais renegando sua “fina educação”, tampouco alterando sua “calma extraordinária”. Sua resignação é ressaltada, bem como a perseverança em cumprir sua missão de pregador.

Além disso, faz-se uma divisão de aspecto maniqueísta entre os simpatizantes do missionário estrangeiro e seus adversários. Estes se encontram do lado da obscuridade, da barbárie, da irracionalidade. Aqueles, ao contrário, estão alinhados com os preceitos de liberdade, tolerância e fraternidade dos novos tempos, os tempos modernos.

Estão comprometidos com o progresso, com a racionalidade, com os ideais liberais. Para eles, a presença de um norte-americano numa pequena cidade do interior do Brasil, não obstante o mesmo professar uma variação da fé cristã distinta daquela por eles conhecida, significava uma vinculação com a modernidade, representada pelo pastor protestante, ainda que não exclusivamente.

Em sua passagem por Mossoró no ano de 1883, o missionário Wardlaw participou, na condição de convidado, da sessão da Sociedade Libertadora Mossoroense que, aos trinta de setembro, declarou oficialmente a abolição da escravidão em Mossoró. A referida Sociedade

havia sido fundada em janeiro do mesmo ano, uma iniciativa capitaneada pela Loja Maçônica 24 de Junho. O escritor Raimundo Nonato assim se refere à pessoa do reverendo: *Um americano na Abolição mossoroense - foi ele o Ministro Presbiteriano DeLacey Wardlaw, figura curiosa e cordial de pregador evangélico que vinha trazer a palavra de Cristo, por outra voz que não era a do velho pároco* (NONATO, 1983: 92-93).

Mais uma vez, encontramos uma descrição positiva do pregador presbiteriano, identificando-o como uma “outra voz”, assinalando, dessa forma, um elemento novo em contraposição ao “velho pároco”; um fator de diversidade religiosa, a introdução de um novo ator no cenário religioso de Mossoró.

Segundo Nonato, a ata da sessão da Sociedade Libertadora de 30 de setembro foi redigida por Almino Álvares Afonso<sup>5</sup>. Neste documento, reproduzido por Cascudo, encontra-se o registro indireto do discurso proferido pelo reverendo Wardlaw.

Coube a palavra ao ilustre hóspede da terra mossoroense, Dr. Wardlaw, ministro evangélico dos Estados Unidos. Sua senhoria, posto que não conheça bem os torneios da linguagem portuguesa, discorreu, todavia, nobremente, revelando a fecundidade do seu pensamento, e elevada ilustração, congratulando-se com o Povo da América, pela redenção gloriosa de Mossoró! Ele disse que lhe dava parabéns pelo modo pacífico de sua liberdade; uma vez que, sendo sua pátria o ninho clássico de todas as liberdades civis, contudo não se conseguia sem derramar oceanos de sangue, apagar do solo dos Estados Unidos a nódoa

<sup>5</sup> Magistrado e político norte-rio-grandense, tido como um dos líderes do movimento abolicionista na província potiguar.

secular da escravidão (CASCUDO, 2010: 235).

O discurso do reverendo, ainda que narrado na terceira pessoa nos dá a possibilidade de perceber a afinidade de ideias existente entre ele e a elite que conduziu o processo “libertador” dos escravos em Mossoró. O “ilustre hospede” (sic) é elogiado pela sua “elevada ilustração”, o que o classificava, aos olhos da elite letrada, como um indivíduo que primava por uma fé racionalizada. Além disso, ele falava em nome do país de onde emanavam as “liberdades civis” para o mundo, o que franqueava seu acesso aos meios liberais e cultos.

No entanto, um aspecto do discurso que desejamos ressaltar diz respeito à natureza “pacífica” que é dada ao processo de emancipação dos escravos em Mossoró, omitindo os conflitos, minimizando a violência da escravidão, ocultando a própria luta dos negros por liberdade. Ao mencionar os “oceanos de sangue” que foram derramados no seu país, numa provável alusão à Guerra de Secessão (1861-1865), na qual a questão da escravidão foi um dos principais fatores de sua eclosão; Wardlaw “se esqueceu” de que no Brasil a escravidão e a luta pela sua extinção também ceifaram inúmeras vidas.

Aliás, a suavização ou até mesmo a negação da violência inerente à escravidão se constitui num artifício recorrente da historiografia elitizada e oficial. O historiador Bruno Costa critica o papel passivo atribuído por Cascudo ao escravo, em obra já citada, no processo abolicionista no Rio Grande

do Norte. Para Cascudo, o Rio Grande do Norte se tornara um espaço onde a violência da escravaria não existia e nem formas de resistência por parte dos escravos. Portanto, o objetivo de Cascudo era o de enfatizar a “generosidade” e o humanismo do homem branco em libertar os seus cativos (COSTA, 2011: 166).

Já apontamos as proximidades do reverendo Wardlaw com a elite liberal de Mossoró à época da abolição. Porém, nos deteremos um pouco mais na identificação desses sujeitos históricos. Raimundo Nonato expõe na sua obra *História Social da Abolição em Mossoró*, no capítulo vinte e oito, a “galeria dos abolicionistas” (NONATO, 1983: 218-230). Nela, estão elencados os principais nomes do abolicionismo mossoroense, os “heróis” e a “heroína”, visto que se faz menção de uma mulher apenas, que “altruisticamente” envidaram seus mais “nobres” esforços para a “redenção” dos negros escravizados.

Mesmo numa breve consulta a essa lista, vê-se que está composta, em sua maioria, por comerciantes. Mas há também funcionários públicos, alguns políticos, pelo menos três jornalistas, Jeremias da Rocha Nogueira, José Damião de Souza Melo e Alfredo de Souza Melo; dois líderes religiosos, o vigário Antônio Joaquim Rodrigues e o reverendo DeLacy Wardlaw. Quanto à única mulher registrada no rol dos “libertadores”, trata-se de Amélia Dantas de Souza Galvão<sup>6</sup>.

Sem descartarmos totalmente as possíveis motivações humanísticas que levaram esses indivíduos a se engajarem na causa abolicionista, o

<sup>6</sup> Identificada como filha do comerciante de origem portuguesa José Damião de Souza Melo e esposa de Romualdo Lopes Galvão, presidente da Câmara Municipal de Mossoró à época da abolição.

que questionamos é a narrativa enviesada que intenciona promover um culto cívico ao evento da abolição, erigindo um monumento à memória dos seus protagonistas. Por esse viés, a libertação dos escravos é representada como uma dádiva generosa da caridade cristã, relegando aos escravizados a mera função de agradecidos receptores da liberdade, negando aos negros escravizados o reconhecimento de serem construtores ativos de sua história.

A configuração socioeconômica dos abolicionistas de Mossoró não estava dissociada de um contexto mais amplo. Segundo Emilia Viotti da Costa (2004), a partir da década de 70 do século XIX o movimento abolicionista experimentou uma expansão em termos de adesão à causa por meio da imprensa e da literatura, disseminando os ideais de liberdade entre o público que tinha acesso a esses bens culturais. Alforrias de escravos passaram a ser cada vez mais comuns.

Ainda conforme Viotti da Costa, os setores da sociedade brasileira mais propensos ao apoio às propostas abolicionistas eram aqueles menos dependentes da mão-de-obra escrava. A autora cita, dentre outros, os profissionais liberais, os funcionários da burocracia estatal, os trabalhadores livres, especialmente os artesãos. A historiadora também comenta acerca da conjuntura socioeconômica que favorecia a aceitação da abolição, ou seja, a estruturação do capitalismo industrial e financeiro no Brasil.

Foram, em geral, favoráveis à abolição os representantes das classes urbanas, que começavam a ganhar importância em virtude das transformações econômicas que se processavam no país: o desenvolvimento das vias férreas, o aparecimento das primeiras empresas industriais, companhias de seguro, organismo de crédito, incremento do comércio varejista (COSTA, 2004: 214).

Quando da abolição dos escravos que nela havia, a cidade de Mossoró já se consolidara como um centro comercial de abrangência regional (NONATO, 1983: 60-68), inclusive com a atuação de comerciantes estrangeiros<sup>7</sup>. Um grupo de negociantes, não tão dependentes do trabalho escravo quanto eram os fazendeiros ligados à grande lavoura exportadora, estava mais suscetível às propostas da libertação dos escravos e da adoção do trabalho livre.

Com relação ao missionário DeLacy Wardlaw, este esteve envolvido em mais um fato que nos fornece indícios de suas ligações amistosas com indivíduos da elite mossoroense. Quem narra o acontecido é Francisco Fausto de Souza.

Nesse mesmo ano de 1883 apareceu em Mossoró, pela primeira vez, um Ministro Evangelista de nacionalidade americana, dr. De Lacy Wandlaw (sic) que aqui celebrara dois casamentos, o de Conrado Mayer com d. Maria Gomes da Silva e o de Ricardo Vieira do Couto com D. Maria Tereza Davina de Jesus (SOUZA, 2001: 85).

Quem eram os dois cidadãos que se casaram com suas noivas perante um ministro protestante? Por que não diante de um sacerdote católico? Comecemos respondendo à

<sup>7</sup> O autor supracitado destaca alguns desses negociantes: o suíço Johan Ulrich Graf, identificado como sendo protestante, o alemão William Drefen e o francês Léger.

primeira indagação. Conrado Mayer era de origem suíça, comerciante, abolicionista. Seu nome consta entre os fundadores da Loja Maçônica 24 de Junho (NONATO, 1983: 91, 224). Por sua vez, Ricardo Vieira do Couto era funcionário público, tendo exercido o Cargo de administrador da Mesa de Rendas Gerais de Mossoró. Participante do movimento abolicionista, também atuou na imprensa como um dos fundadores e redatores do jornal *Mossoroense*, que militava a favor das causas e ideais liberais em Mossoró (NONATO, 1983: 221).

A resposta para a segunda pergunta acima formulada nos remete aos embates havidos entre a Igreja Católica e as lojas maçônicas no auge da Questão Religiosa, nos anos 70 dos Oitocentos que, no entanto, ainda repercutiam na década de 80 do mesmo século. Segundo Raimundo Nonato, a fundação da Loja Maçônica 24 de Junho, ocorrida no ano de 1873 em Mossoró, esteve diretamente ligada às ações do Bispo de Olinda, Dom Frei Vital de Oliveira, dirigidas contra a Maçonaria.

O referido autor cita Fausto de Souza, o qual afirma que vários bispos emitiram cartas pastorais aos párocos de suas dioceses, proibindo-lhes que oficiassem o casamento de maçons. O vigário de Mossoró, ao colocar em prática as ordens de seu superior, provocou os ânimos dos maçons da 24 de junho, que em Mossoró abriram luta pela imprensa representada pelo *Mossoroense*, àquela época, já em artigos e discursos publicados (*apud* NONATO, 1983: 123).

Nesse contexto de conflito entre os católicos conservadores e os maçons, para estes a presença de um pastor presbiteriano na cidade significava uma alternativa de autoridade religiosa diante do padre irredutível. Sendo assim, o casamento realizado por um ministro de outra vertente do cristianismo podia representar além de uma reafirmação de prestígio social, um explícito desafio às interdições do clero romano. Raimundo Nonato conclui: "Continuando a recusar-se o Padre Antônio Joaquim a casar os maçons, em Mossoró, sem que primeiro estes se confessassem, abjurando a crença, os Pedreiros Livres, em 1883, casaram-se perante o Ministro da Religião Evangélica - DeLacey Wardlaw, que era norte-americano" (*apud* NONATO, 1983: 124).

A respeito da base legal para a efetivação desses casamentos, David Gueiros Vieira nos dá uma indicação pertinente. De acordo com esse historiador, a Lei nº 1144 de 11 de setembro de 1861 reconheceu legalmente a existência dos ministros protestantes, permitindo-lhes, inclusive, a oficialização dos matrimônios dos membros de suas igrejas (VEIRA, 1980: 226).

Para além da pregação proselitista, o missionário DeLacy Wardlaw se utilizou da aproximação e da afinidade com grupos liberais e progressistas como uma estratégia de inserção na sociedade mossoroense, a fim de facilitar a propagação da sua religião. As relações amistosas com os abolicionistas e os maçons são indícios da boa aceitação do reverendo nesses meios. Assim, ele

tinha uma base de apoio quando tivesse de lidar com a Igreja dominante.

#### 4 - Considerações Finais

Este é um estudo introdutório e um exercício de pesquisa, limitado pelas características próprias de um trabalho monográfico. Além disso, lidamos com fontes escassas, dispersas e fragmentadas, que, no entanto, permitiu-nos uma aproximação com o objeto histórico que nos propusemos a analisar.

Após encerrar essa nossa primeira incursão historiográfica, desejamos elencar alguns apontamentos que julgamos necessários. Inicialmente, sugerimos uma ampliação do campo da pesquisa histórica sobre o protestantismo no Rio Grande do Norte, abrangendo várias temporalidades e espacialidades, levando-se também em conta a diversidade de denominações eclesiásticas e de correntes de pensamento no seio do protestantismo, o que nos leva a qualificá-lo como um objeto plural e multifacetado. Há que se considerar os protestantismos.

A ampliação do campo de pesquisas deverá implicar em diversificação de temas e abordagens, podendo incluir estudos sobre gênero, poder, identidade,

mentalidades, dentre outras temáticas. Outra contribuição que pode ser vislumbrada nesse campo de pesquisa, a nosso ver, promissor, seria a produção de uma história do laicato, das suas comunidades de fé e do cotidiano dessas coletividades, estabelecendo, assim, um contraponto a uma historiografia que enfatiza o papel dos líderes religiosos e das instituições eclesiásticas.

Em nossa própria pesquisa, não tratamos dos aspectos ultimamente mencionados por duas razões: primeira, pelo propósito mesmo da monografia, ou seja, analisar as primeiras tentativas de implantação do protestantismo através dos seus agentes oficiais, os missionários e os colportores, bem como as suas estratégias de inserção e proselitismo. Outra razão foi a não disponibilidade de fontes que nos permitissem um direcionamento para esses objetos, ainda que superficialmente.

Portanto, nossa momentânea conclusão é que o presente estudo traz uma modesta, mas relevante contribuição para a historiografia norte-rio-grandense, na medida em que coloca em pauta um tema ainda pouco explorado por essa historiografia podendo, assim, encetar novas produções em torno da História dos protestantismos no Rio Grande do Norte.

#### Referências:

- ALENCAR, Francisco Alves de (Org.). *Igreja Presbiteriana de Fortaleza: 120 anos transformando vidas*. Fortaleza, CE: Nacional, 2005.
- AMORIM, Marcos Severo de. *História do Presbyterianismo no sertão da Paraíba e Rio Grande do Norte*. São Paulo, SP: 2008.

BARATA, Alexandre M. A maçonaria e a ilustração brasileira. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: p. 78-99, jul-out, 1994. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Data de acesso: 22/08/2012.

BARROS, Roque Spencer M. de. Vida Espiritual. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico. Declínio e queda do Império*. Tomo II. Vol. 6. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 369-423.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. Notas e Documentos para a história de Mossoró. Mossoró, RN: Fundação Vingt-un Rosado, 2010.

COSTA, Wcliffe de Andrade. A inserção do protestantismo no Rio Grande do Norte. In: BUENO, Almir de Carvalho (Org.). *Revisitando a História do Rio Grande do Norte*. Natal: Editora da UFRN, 2009, p. 127-158.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. "Mossoró não cabe num livro": Luís da Câmara Cascudo e a produção historiográfica do espaço mossoroense. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal, 2011. Disponível em: [www.cchla.ufrn.br](http://www.cchla.ufrn.br). Acesso em: 08/06/2012.

FEITOZA, Pedro Barbosa de Souza. "Que venha o teu reino": estratégias missionárias para a inserção do protestantismo na sociedade monárquica (1851-1874). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: [repositorio.bce.unb.br](http://repositorio.bce.unb.br). Acesso em 29/08/2012.

GINZBURG, Carlo. Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989.

GLÉNISSON, Jean. Iniciação aos estudos históricos. 2ª ed. São Paulo, SP: Difusão Européia do Livro, 1977.

GONZÁLEZ, Ondina E. & GONZÁLEZ, Justo L. Cristianismo na América Latina: uma história. São Paulo, SP: Vida Nova, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos – Rio de Janeiro, RJ: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LATOURETTE, Kenneth Scott. Uma história do cristianismo. Vol. I: até 1500 a.D. São Paulo, SP: Hagnos, 2006.

LATOURETTE, Kenneth Scott. Uma história do cristianismo. Vol. II: 1500 a 1975. São Paulo, SP: Hagnos, 2006.

NONATO, Raimundo. História Social da Abolição em Mossoró. Mossoró, RN: Fundação Vingt-um Rosado, 1983.

OLSON, Roger. História da Teologia Cristã: 2 000 anos de tradição e reformas. São Paulo, SP: Editora Vida, 2001.

REILY, Duncan Alexander. História Documental do Protestantismo no Brasil. São Paulo, SP: ASTE, 1993.

SOUZA, Itamar de. Diário do Rio Grande do Norte. Fascículo 4. *A Igreja Católica no RN: catequese e educação*. Editora O Diário. Natal, 1999, pp. 73-86.

SOUZA, Francisco Fausto de. História de Mossoró. Mossoró, RN: Fundação Vingt-un Rosado, 2001.

SOUZA, Robério Américo do Carmo. "Vaqueiros de Deus": a expansão do protestantismo pelo sertão cearense nas primeiras décadas do século XX. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2008. Disponível em: [www.historia.uff.br](http://www.historia.uff.br). Acesso em: 09/01/2012.

THOMAS, Keith. Religião e o Declínio da Magia – crenças populares na Inglaterra, séculos XVII e XVIII. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1991.

VIEIRA, David Gueiros. O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1980.

## A CENTRALIDADE CULTURAL DO REINADO DE D. JOÃO V E A GOVERNABILIDADE DO IMPÉRIO: O SURGIMENTO DE UM NOVO TIPO SOCIAL DE OFICIAIS RÉGIOS PARA O ULTRAMAR PORTUGUÊS

Mônica da Silva Ribeiro<sup>1</sup>

### Resumo

A fundação da Academia Real de História, em 1720, pode ser apontada como um importante marco da centralidade cultural do governo de D. João V. Essa instituição, criada para escrever a história portuguesa, também se preocupou em registrar os feitos ultramarinos e, mais do que isso, passou a reunir um grupo de intelectuais que deram um novo impulso às ciências, à geografia e à cartografia em Portugal. Os acadêmicos passaram a servir ao rei também no ultramar, contribuindo para mudanças estratégias na forma de governo. A partir dessas mudanças, cabe assinalar o surgimento de um novo tipo social de representante régio no Império português, mais focado na administração e imbuído de um novo espírito cultural.

**Palavras-chaves:** centralidade cultural; D. João V; tipo social.

### Abstract

Foundation of Royal Academy of History, in 1720, can be identified as an important mark in cultural centrality of John V government. This institution, created to write portuguese history, also concerned to register ultramarine events, and more than that, began to assemble a group of intellectuals who have given new impulse to science, geography and cartography in Portugal. Academics began to serve the king also overseas, contributing to strategic changes in government's form. From these changes, it should be noted the emergence of a new social kind of regal representative in Portuguese

Empire, more focused on administration and imbued with a new cultural spirit.

**Keywords:** cultural centrality; John V; social type.

O reinado de D. João V (1707-1750) ficou marcado na historiografia, entre outras razões, pelo ouro do Brasil e pelas consequências do Tratado de Methuen. De acordo com Nuno Gonçalo Monteiro, a prioridade do governo joanino foi o Brasil, especialmente através da defesa das rotas e definição das fronteiras, em decorrência da prosperidade econômica e do crescimento demográfico, que trazia equilíbrio financeiro à monarquia portuguesa. (MONTEIRO, 2001).

Em relação às questões territoriais, como desdobramento da aliança com a Inglaterra, Portugal recebia em 1713 o Sacramento na região platina, fixava ao norte o Oiapoque como limite com a Guiana Francesa, e preservava a Amazônia como território português. Apesar disso, "a adesão de Portugal à Grande Aliança e seu envolvimento na referida guerra tinham implicado grande dispêndio de forças, [...], com reflexos significativos tanto no reino quanto nas suas conquistas ultramarinas". (MONTEIRO, 2002: 282).

Nesse momento, "uma outra dimensão essencial do longo reinado joanino foi a centralidade que veio a assumir a Corte e as relações no seu interior" (MONTEIRO, 2001: 213), com a redefinição de seus rituais e de suas hierarquias. Tais questões trouxeram, especialmente no início

<sup>1</sup> Doutora em Educação/PUC-RJ Professora Adjunta de História Moderna – UFRRJ [monicaribeiro81@gmail.com](mailto:monicaribeiro81@gmail.com).

do governo, confrontos diversos, principalmente no universo curial, por causa da modificação no interior dos estatutos em 1716, o que demonstra que a política das mercês e a nomeação dos ofícios principais, que estavam relacionadas cada vez mais a esse universo restrito, não descartavam a necessidade de negociação.

A realeza portuguesa, no tempo de D. João V, tinha, segundo Rodrigo Bentes Monteiro, a intenção de se aproximar da pompa eclesiástica, tanto por meio dos rituais litúrgicos quanto no que se refere ao prestígio. Buscava-se a associação dos poderes monárquico, eclesiástico e divino.

O fato de D. João V não ter convocado as cortes nenhuma vez durante todo o seu governo torna-se também significativo para se entender o período, mostrando um "expressivo sinal de supremacia do poder régio, tendencialmente absolutista, embora em nossa percepção a coroa portuguesa só adquiriu esse status com D. José I". (MONTEIRO, 2002: 317). Para Luis Ferrand de Almeida, a importância da ideia das Cortes só foi cair no esquecimento em fins da década de 20, início da de 30, sendo que esse fato seria "significativo como sintoma da crescente hipertrofia do poder real". (ALMEIDA, 1995: 186-187).

De acordo com Ferrand de Almeida, o governo joanino conseguiu submeter os setores nobiliárquicos mais turbulentos, valorizando-os para o serviço da Coroa através da concessão de tenças e cargos, tanto na metrópole quanto no ultramar. E seria justamente essa utilização que traria

uma maior dependência da nobreza, especialmente a da Corte, frente ao poder real. Além disso, a noção que o monarca tinha do poder real iria também "reforçar o regalismo régio e a sua capacidade de intervenção, dando lugar a alguns problemas e até a situações de conflito". (ALMEIDA, 1995: 189).

A perspectiva do referido autor sobre o absolutismo de D. João V não deixa também de destacar que absolutismo não significava obrigatoriamente arbitrariedade ou despotismo, sendo que o poder do monarca estava limitado pela moral e pelo direito divino, assim como pelo direito natural e das gentes, pela constituição tradicional da sociedade e, principalmente, pelos direitos adquiridos.

Dessa forma, apesar da realeza, segundo Ferrand de Almeida, assumir-se como absoluta, não tinha ela os meios para que sua atuação se desse de forma completa, em decorrência do que o autor chama de insuficiências da burocracia régia. Esse fato levava a Coroa a recorrer à rede concelhia, delegando poderes e transferindo parte da administração para as câmaras, como acontecia com a cobrança de alguns impostos, o recrutamento militar e a guarda da saúde.

Essa transferência de poderes fortalecia os grupos sociais dos municípios, as oligarquias locais. Além das câmaras, outro polo de poder estava nos senhorios, não se podendo também esquecer o poder eclesiástico, o que constituía assim uma pluralidade de poderes. Nesse sentido, é possível entender que "no reinado de D. João V, algo se modificou, em matéria de poder

central, embora, muito provavelmente, ainda numa linha de continuidade em relação aos tempos anteriores". (ALMEIDA, 1995: 199).

Parte essencial da corte de D. João V era também o seu caráter de centralidade cultural, que marcava, segundo Nuno Monteiro, o apogeu do Portugal Barroco, expresso através de academias literárias e da fundação da Academia Real de História. A ideia desta última, criada em 1720, surgiu por intermédio do teatino Manuel Caetano de Sousa, que em suas viagens entrou em contato com a erudição francesa e italiana. O teatino já era membro da Academia Portuguesa, formada pelo Conde de Ericeira.

Caetano de Sousa tinha o intuito de escrever a História Eclesiástica de Portugal na língua latina. Como frequentava a Corte, e tinha acesso ao rei D. João V, expôs o projeto, que foi aceito. A partir desse empreendimento foi sendo constituída a Academia Real de História, incumbida de escrever a história portuguesa, e que pretendia "reconstruir a memória e os feitos da monarquia lusa, engrandecendo-a perante seus súditos". (MONTEIRO, 2002: 279). Para Jaime Cortesão,

Eclesiástica, fradesca, aristocrática e burocrática, a 'academia dos expoentes' oficiais, como hoje se diria, com um lastro pesadíssimo de passado e absolutismo régio a inibir-lhe os passos, a Real Academia, apesar disso, deixou obra e abriu caminho. Datam de então o renascimento dos estudos históricos, e da geografia e cartografia, em Portugal. (CORTESÃO, 1984: 328).

Nesse sentido, Íris Kantor também destaca o empenho da

instituição em realizar um projeto historiográfico ultramarino, sendo que os próprios membros da Academia percebiam a importância de se escrever uma história das conquistas. Alguns dos objetos dessa história deveriam ser as formas de milícias, as batalhas, as praças sitiadas, as ações dos governadores, as expedições, entre outras questões. (Cf. KANTOR, 2003; KANTOR, 2005)

Segundo Isabel Ferreira da Mota, através da Academia Real, pode-se perceber que D. João V "tinha uma noção de Estado e uma concepção da função governativa do rei, claras e pragmáticas. Não duvidaremos mesmo em afirmar que D. João V é, de facto, e talvez acima de tudo, um estadista". (MOTA, 2003: 34). A Academia era mais controlada pelo monarca do que pelo Estado. A grande sacralidade que existia na instituição era, de acordo com a autora, a do rei e da nação. Esse fato é também destacado por Rodrigo Bentes Monteiro, que afirma que D. João V realizou iniciativas visando estabelecer uma maior sacralidade à realeza portuguesa. (MONTEIRO, 2002: 184).

Alguns eruditos que compunham outras academias passaram a fazer parte da Academia Real. As redes de intelectuais já estavam formadas antes da Academia, através de relações pessoais e culturais entre si. Todos os membros da Academia Portuguesa, fundada em 1717, seriam chamados para a Academia Real e, além disso, as relações com outras academias de Lisboa eram bastante próximas.

A Academia Real funcionava, de acordo com Jaime Cortesão, como um indicativo do renascimento científico e literário em Portugal, e alguns nomes importantes afirmaram esse espírito, como, por exemplo, Manuel de Azevedo Fortes, Martinho de Mendonça de Pina e Proença, Bartolomeu e Alexandre de Gusmão, os padres Raphael Bluteau e D. Luis Caetano de Lima, e D. Francisco Xavier de Meneses, o Conde de Ericeira.

Os livros produzidos na Academia Real, por meio de decreto, estavam isentos da licença do Desembargo do Paço ou de qualquer outra aprovação censória, possuindo censura própria e interna. Dessa forma, a Academia se submetia à vontade política do rei, funcionando como parte da política institucional, fazendo frente ao Santo Ofício.

Os regulamentos e leis de D. João V para a Academia minavam os poderes particulares instituídos, sendo que a Inquisição, já em crise, não desempenhava mais na primeira metade do século XVIII um papel essencial na estruturação dos valores e configurações da sociedade. Nesse sentido, a Academia passou a funcionar "como mais um poder entre os poderes tradicionalmente reconhecidos. Um poder obviamente cultural, mas também com fortes reflexos políticos". (MOTA, 2003: 53).

Tratando do estudo das redes de saber, Isabel Mota percebe que a Academia era em si própria uma rede, centralizada em Lisboa e congregando eruditos de vários locais, fossem das províncias ou estrangeiros. Cada vez mais também se percebe a filiação dos acadêmicos

nas correntes filosóficas e científicas modernas, apresentando a instituição como um exemplo da renovação cultural da monarquia, abrangendo todas as formas de conhecimento.

A Academia tinha, segundo a autora, consciência do seu projeto nacional, e mais ainda a tinha D. João V, que percebia que os modos de implantação da Academia eram também modos de implantação do poder do soberano. Isabel Mota nota a Academia como uma fonte produtora de representações do rei, configurando modos de implantação de um poder central, que não era apenas de natureza simbólica. Como bem percebe Nuno Gonçalo, "passada a conjuntura imediatamente ulterior à Restauração, o pluralismo político e institucional parece diminuir claramente no Portugal Barroco" (MONTEIRO, 2001: 221). Nesse sentido, podemos inferir que essas características formavam uma nova perspectiva no século XVIII, que trouxeram mudanças administrativas e governativas no Império português.

A Academia apresentava grande poder social e alcance geográfico. A fidelidade dos supranumerários como agentes da Academia, junto dos poderes locais, era perceptível, e oferecimentos para o lugar de supranumerário não faltavam, já que o cargo representava um mecanismo de distinção, característica bastante importante nas sociedades hierarquizadas de Antigo Regime. Assim, no ultramar, a influência da Academia também podia ser percebida. No domínio português na América, por exemplo, o vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses

instituiu academia réplica da de Lisboa.

A noção de serviço ao rei com mérito e aplicação era praticada pela Academia, e estava ligada à necessária “atenção” do rei ao mérito, caracterizando a “economia” moral do dom. A cultura de mérito difundiu-se fortemente na instituição e tinha uma importância fundamental na primeira metade do século XVIII, juntamente com a noção de serviço ao soberano.

A noção de mérito era uma característica marcante da Academia Real, que iria nortear mudanças administrativas nas décadas de 20 e 30, e passava a se sobrepor ao valor e à honra, mesmo entre a nobreza. Essa questão é referida ainda por Pedro Cardim, ao afirmar que a história da tensão entre “honra” aristocrática e “funcionalidade” foi uma das principais facetas da luta política na segunda metade do século XVII e início do XVIII. (CARDIM, 2002). Essa noção viria a influir fortemente até mesmo na escolha de funcionários régios para o ultramar, bem como em suas formas governativas no Império português.

À preocupação com a funcionalidade se juntam outras questões semelhantes, que apontam para o surgimento e cristalização de um novo ambiente administrativo, como o aparecimento da ideia de “corrupção”. Em 1720, D. João V buscou abolir os privilégios comerciais de todos os funcionários régios, desde o posto de vice-rei e governador até o de capitão e equivalentes. Os funcionários ficaram proibidos de se dedicarem a qualquer tipo de comércio, e para equilibrar as

rendas autorizou-se um aumento geral nas tabelas de salários.

E embora, segundo Charles Boxer, a lei tenha sido “totalmente ineficaz a longo prazo e que mesmo os resultados imediatos foram contraproducentes” (BOXER, 2002: 338), devemos destacar a preocupação da Coroa, com uma nova perspectiva governativa surgindo nesse momento, em que os funcionários régios deveriam se dedicar à administração dos territórios que lhes haviam sido conferidos, e não mais ao comércio, atividade na qual praticavam constantes abusos. A participação dos mesmos nas práticas comerciais seria considerada, a partir de então, um exercício ilegal.

Voltando para a Academia, todo o protocolo que a envolvia contribuiu para institucionalizar o Estado, exaltando o poder do rei e da monarquia e afirmando a supremacia do centro político, o que contribuiu para a construção do Estado moderno. O ceremonial era um modo de repartição dos corpos sociais e de pôr em cena o poder político do rei.

Nesse sentido, a função política da imagem do monarca – assunto muito sério na primeira metade do século XVIII – foi tarefa confiada à Academia por D. João V. A iconografia régia difundiu-se no imaginário da população portuguesa através da Academia, e os signos do poder real estavam muito presentes na vida das cidades nesse período, através da apresentação das virtudes encarnadas no rei: D. João V era então visto como um soberano sagrado, e a Academia contribuiu muito para sua grande projeção pública.

Como percebe Rodrigo Bentes Monteiro, existia então uma forte rejeição pela tirania, pois a mesma criava o perigo de incentivar rebeliões em decorrência do temor dos súditos pelo rei. Assim passou-se a incentivar o amor pela exposição pública do monarca, o que era um prenúncio do reinado de D. João V. Nesse contexto, podemos perceber o papel da Academia apresentando e difundindo a imagem do soberano. (MONTEIRO, 2002: 168)

Dentro dessa perspectiva, Isabel Ferreira da Mota afirma que "na primeira metade do século XVIII existiu em Portugal um Centro forte ainda que o Estado se apresentasse fracamente desenvolvido" (MOTA, 2003: 314), sendo que a Academia Real de História contribuiu bastante para a formação desse centro político, através da legitimação carismática da autoridade real e da forte ligação entre os súditos e o rei. A Academia comportava-se como uma sociedade política que trabalhava para um centro, mesmo que este não tivesse criado aparelhos burocráticos que o tornassem um Estado forte. Dessa forma, Isabel afirma que

O que temos que definir claramente é que <<o absolutismo>> é um conceito abstracto que não existe na realidade concreta [...]. Mas existem, de facto, vectores de centralização do poder, isto é, processa-se, de facto, na primeira metade do século XVIII, a construção do Estado moderno, e nessa construção entrelaçam-se a monarquia e o <<governo>> da República das Letras localizado na Academia Real. (MOTA, 2003: 351).

Os acadêmicos serviam ao rei também no ultramar, especialmente na Índia e no Brasil, como foi o caso

de Martinho de Mendonça, que foi nomeado, em 1733, comissário régio no Brasil, e depois (em 1738) passou a ser conselheiro do Conselho Ultramarino. Nesse sentido, os valores e as noções presentes na Academia contribuíram para modificar as estratégias de governo também no ultramar, e tiveram forte influência na América portuguesa, que é o que particularmente iremos destacar nesse artigo.

Em 1728 e 1729, o engenheiro-mor Azevedo Fortes publicava o *Engenheiro Português*, dividido em dois tratados, obra que funcionou como uma introdução ao renascimento da cartografia em Portugal, e exerceu, assim como outros estudos realizados no período, importante papel para um novo ordenamento da defesa do Brasil e para a mais recente preocupação com a definição das fronteiras do sul.

A obra de Azevedo Fortes contribuiu para formar engenheiros que o seguiram, muitos dos quais atuaram e formaram escola na América portuguesa, como José da Silva Paes, José Fernandes Pinto Alpoim e André Ribeiro Coutinho, que, além disso, exerceram importante papel na defesa e na governação do Rio de Janeiro a partir do governo de Gomes Freire de Andrade, em 1733. Nesse sentido, podemos destacar o caso de Alpoim, que fundou a Academia Militar do Rio de Janeiro, da qual foi mestre, escreveu duas obras para o ensino, e na qual se formaram alguns engenheiros e cartógrafos, que vieram a prestar mais serviços no Brasil.

Os trabalhos de Azevedo Fortes e de seus discípulos foram

essenciais para se compreender a história da formação territorial do Brasil, nos anos seguintes e por mais de meio século, questão essa que se mostrava essencial principalmente a partir dos anos de 1720 e 1730. As academias militares transformaram-se em local privilegiado para reunir engenheiros, geógrafos e cartógrafos, de onde sairiam alguns importantes nomes na "construção" e formação de regiões da América portuguesa, como D. António Rolim de Moura, primeiro governador do Mato Grosso, e Luis de Albuquerque Pereira e Cáceres; e como José da Silva Paes, André Ribeiro Coutinho, Sá e Faria e Alexandre José Montanha, fundamentais no território que viria posteriormente a ser chamado de Rio Grande do Sul.

Nos anos seguintes a 1731, D. João V enviou para a América portuguesa esses indivíduos, que eram alguns dos melhores engenheiros e cartógrafos portugueses, e que poderiam, em Portugal, auxiliar Azevedo Fortes, o que nos mostra a crescente preocupação com esse território no período. *"D. João V voltou a atenção, os cuidados e os esforços para o Brasil. Ao monarca não faltavam razões para essa preferência. No oeste, e muito mais no sul do Brasil, começavam a desenhar-se as possibilidades de choque armado e travar-se os conflitos de interesse com os espanhóis".* (CORTESÃO, 1984: 359-360).

A política de D. João V e do seu governo estava voltada para promover e proteger a expansão territorial do Brasil, mas buscando evitar ocasiões de conflito aberto com a Espanha. A conservação da

Colônia do Sacramento, nesse sentido, passou a ser para "D. João V um ponto de Estado e de honra, um destes objetivos em que o dever e o interesse nacional inexoravelmente se fundiam". (CORTESÃO, 1984: 369).

Esses indivíduos anteriormente citados contribuíram, segundo Cortesão, para a formação de um novo tipo social e cultural, que as necessidades da época exigiam. Esse novo tipo social se constituiu no início do século XVIII, tanto em Portugal como no ultramar, especialmente os agentes do Brasil:

Quinze ou dez anos antes da celebração do Tratado de Madri, todos os postos-chave do Brasil, ou são ocupados por engenheiros ou por governadores que se fazem acompanhar de engenheiros ou cartógrafos. Gomes Freire de Andrade, o governador do Rio e das províncias do sul, ele próprio imbuído de novo espírito cultural, tem como auxiliar direto o engenheiro e cartógrafo, mestre de engenheiros e cartógrafos, José Fernandes Pinto Alpoim. (CORTESÃO, 1984: 380).

Ocorria dessa forma uma transformação substancial tanto na cultura quanto nos processos de expansão dos portugueses. Do descobrimento passava-se, nesse momento, para a preocupação em consolidar a expansão, através das ciências e das técnicas da fixação no terreno e da colonização. Surgia o período dos engenheiros-mores, criando-se o que Cortesão chama de uma nova era da cultura expansionista portuguesa, correspondente ao tipo social do "matemático", ou do engenheiro-cartógrafo, racionalista e experimental, tão essencial nesse

período de mudanças administrativas no Império português. Como exemplo desse perfil, podemos citar José da Silva Paes, que se aproximaria mais do ideal do engenheiro setecentista, que congregaria as funções de técnico, de político e de organizador.

A preocupação de se estudar engenharia, geografia e cartografia tornava-se dominante em Portugal e se estendeu à América portuguesa. O profissionalismo surgiu desse ambiente cultural, formado por engenheiros de profissão e de espírito, como afirma Cortesão, e influenciado também pelos estrangeirados.

Os estrangeirados devem ser destacados ao se estudar o reinado de D. João V, pois contribuíram para esse novo ambiente governativo no contexto dos anos de 1730. Nesse sentido, podemos perceber D. Luis da Cunha como um representante notável desse grupo, que explicitou muito bem as mudanças administrativas e governamentais do início do século XVIII.

D. Luis veio de família ilustre e pôde desfrutar de duplo privilégio: o de viver em zona aristocrática da cidade de Lisboa e o de se beneficiar de um ambiente excepcional na sua própria casa, onde o pai instituiu a Academia dos Generosos. Além disso, o fato de seu pai ter sido reformador e, posteriormente, guarda-mor da Torre do Tombo possibilitou o convívio de D. Luis com os documentos políticos e diplomáticos da instituição.

O rumor da impureza de sangue da sua família, que persistiu apesar de se ter provado o contrário, pesou na personalidade de D. Luis da

Cunha e exacerbou sua atitude crítica à sociedade portuguesa. Foi estudante da Universidade de Coimbra, realizando o curso universitário de Direito com bom aproveitamento e qualidade, e por isso foi nomeado desembargador do Porto, depois passou para a Casa de Suplicação, foi desembargador dos Agravos e senador palatino.

Em adição à sua formação acadêmica, D. Luis contou com a recomendação ao monarca por pessoas influentes que frequentavam sua casa, o que possibilitou sua rápida ascensão aos degraus da magistratura. Participou do último fôlego da Academia dos Generosos, sobressaindo na sociedade culta de Lisboa e criando redes de amizade utilizadas na posterior carreira de diplomata.

A escolha de D. Luis para representar o governo português em Londres, em 1697, se deu em decorrência da apreciação do seu mérito pelo monarca, noção importante no período, como bem destaca Isabel Mota, e que já vimos anteriormente. A posição do governo inglês era fundamental para Portugal por causa da Guerra de Sucessão da Espanha. Em decorrência do prestígio alcançado, D. João V o concede benesses e mercês já em 1710.

Ao tratar da definição de fronteiras no Brasil, D. Luis mostra que o mais importante para Portugal eram as pretensões territoriais na América portuguesa, com a posse e o domínio da Colônia do Sacramento e do território na margem esquerda do Prata. O seu pensamento depois da Guerra de Sucessão Espanhola, e das negociações decorrentes, mostrava

que o necessário era conceber um novo espaço geográfico para o Império português, e para tal seria essencial definir o papel a ser desempenhado pelo Brasil. No futuro, o Império português tenderia a transformar-se no Império luso-brasileiro. Essa ideia passou a permear constantemente seu pensamento, e em suas *Instruções Políticas*<sup>2</sup>, a importância do Brasil era amplamente destacada, o que nos faz perceber a existência de um “projeto” voltado para a América portuguesa.

No decorrer da elaboração das *Instruções Políticas*, D. Luis da Cunha passou a refletir cada vez mais sobre o Brasil, e já antevia a transformação do Império português em Império luso-brasileiro, “não só pela crescente importância do Brasil mas também pelas novas e prementes necessidades que o crescimento desta colônia implicava, em relação à mão de obra escrava de origem africana, e ao desenvolvimento do comércio com a Europa, a África e a Ásia”. (CUNHA, 2001: 142)

Nesse sentido, D. Luis optava por demonstrar as coisas como uma evidência da “razão de Estado”, e dessa forma conseguia alcançar seu objetivo de estabelecer um sistema coerente de medidas para o melhoramento dos interesses de Portugal. Seu projeto de reformas foi considerado uma referência fundamental para a governação pombalina, mas podemos inferir que algumas de suas reflexões já estavam presentes na forma de se compreender e organizar o Império português durante o reinado de D. João V, especialmente a partir da década de 30, propiciando o

surgimento de um novo ambiente administrativo tanto na Corte quanto no ultramar.

A sua ideia mais forte e ousada foi justamente a do projeto político de um Império luso-brasileiro, com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, ficando um vice-rei em Portugal, ideia essa retomada posteriormente por Rodrigo de Sousa Coutinho. Dessa forma, podemos perceber o Brasil como centro vital do Império, além de notarmos também a importância específica do Rio de Janeiro e da região centro-sul, o que torna ainda mais claras as mudanças nas estratégias de governação que estavam sendo implementadas.

Para compreendermos o surgimento dessas novas estratégias administrativas do Império português, especialmente a partir dos anos 1730, devemos destacar também o papel de Alexandre de Gusmão no período, estadista que, assim como D. Luis da Cunha, era considerado um estrangeirado.

Em 28 de fevereiro de 1732, o nome de Alexandre de Gusmão foi escolhido para membro da Academia Real de História, preenchendo a vaga de Antônio Rodrigues da Costa, de quem falaremos posteriormente. Os melhores representantes da cultura, da nobreza e da burocracia do reino assistiram, juntamente com o rei e a família real, a recepção de Alexandre de Gusmão na referida academia.

Além de ocupar a vaga de Antônio Rodrigues da Costa na Academia Real de História, Alexandre de Gusmão também substituiu o primeiro no Conselho Ultramarino e, como secretário do rei, passou a despachar com D. João V sobre os

<sup>2</sup> As *Instruções Políticas* a que estamos nos referindo foram feitas a pedido de Marco Antonio de Azevedo Coutinho ao seu mestre e mentor, D. Luis da Cunha, quando o primeiro foi escolhido para Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, e este, receando despreparo, pediu a D. Luis uma instrução com conselhos políticos. As *Instruções* de D. Luis da Cunha nunca chegaram a Marco Antonio, mas mostravam o grande conhecimento sobre a economia e as finanças do Império português que D. Luis possuía, além de apresentar sua preocupação com a defesa dos interesses globais do Império, não desejando que os interesses da economia brasileira dele se desligassem, visto que a prosperidade econômica do Brasil era essencial para o conjunto imperial. (CUNHA, 2001: 137-142).

negócios do Brasil. Segundo Íris Kantor, Gusmão fazia sugestões a respeito das formas de demarcação das fronteiras territoriais do domínio português na América, uma vez que o Estado, naquele momento, estava em pleno processo de configuração das suas definições espaciais.

Nesse mesmo período, entre 1732 e 1733, os descaminhos do ouro e de diamantes na América portuguesa agravavam-se cada vez mais, prejudicando gravemente os rendimentos de Portugal. O governador do Rio de Janeiro, Luis Vahia Monteiro, denunciava o crescimento agudo do contrabando do ouro. Nessa conjuntura, Gusmão propõe um novo método de cobrar os tributos sobre o ouro: o sistema de capitação.

O sistema de capitação, apesar de causar problemas, trouxe também frutos para a metrópole, e conseguiu diminuir os crimes de moeda falsa, descaminhos, perseguições a indivíduos, e outras preocupações, e dessa forma Portugal poderia então ocupar-se com mais sossego das questões surgidas pelo conflito do Prata.

Como já dissemos, o projeto era de Alexandre de Gusmão, mas também recebeu parecer do Conde de Assumar, de integrantes do Conselho Ultramarino, dos jesuítas, e de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, que veio para Minas Gerais, e trouxe uma cópia do mesmo para o Estado do Brasil. Martinho de Mendonça recebeu ainda um regimento, ou instrução<sup>3</sup>, que indicava a sua forma de ação em relação ao novo tributo, ordenando o fechamento das Casas de Fundição, a não comutação dos dízimos e a

permissão da circulação de ouro em pó.

Desde o início do projeto esteve presente a preocupação com "as relações entre o método de arrecadar impostos, o proveito do Estado, a quietude dos povos e a obstrução dos descaminhos" (OLIVEIRA JÚNIOR, 2002: 12-13), sendo que esta última questão se constituía na principal motivação para a alteração na forma de cobrança, uma vez que o contrabando e a falsificação de ouro aumentaram muito entre os anos de 1725 e 1735.

Dessa forma, podemos perceber o despontar de um maior ordenamento nas Minas na década de 30, tendo-se então o cuidado de criar novas formas de cobrança de tributo sobre o ouro. A adoção do sistema de capitação em 1735, depois de reflexão cuidadosa e de amplo debate realizado em 1733, bem como a presença de Martinho de Mendonça nas Minas e a instrução passada a ele, são fortes indicativos das mudanças administrativas que estavam em processo. Além da preocupação com a cobrança de impostos sobre a produção aurífera, também se estabeleceram na década de 1730, mais precisamente em 13 de maio de 1736, modificações e correções – já realizadas pelo governador Gomes Freire de Andrade – no regimento das Minas, criado em 1702. (RAMOS, 1994: 18).

As mudanças anteriormente citadas passaram a ser cada vez mais importantes, especialmente após 1720, quando ocorreu o motim de Vila Rica, em que se reclamava contra o quinto, se impugnava a criação das Casas de Fundição de

<sup>3</sup> Regimento ou instrução que trouxe o governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Apud *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano 3, p. 85-88, 1898.

ouro e se exigia a anulação de diversos contratos, como os sobre o sal, o fumo e o gado. Esse motim era um exemplo da situação existente nas Minas desde as descobertas auríferas, uma vez que a Coroa não tinha ainda, naquele momento, um efetivo controle sobre a região.

No contexto dos anos 1730, não podemos esquecer do tão falado parecer do conselheiro Antônio Rodrigues da Costa, em 1732<sup>4</sup>, que apresenta de maneira singular a conjuntura do momento, e aponta mudanças que deveriam ser realizadas na forma de condução do governo a partir de então. Um dos documentos mais citados pela historiografia<sup>5</sup>, considerado um verdadeiro testamento político, o parecer destaca os problemas do Estado do Brasil e os perigos para sua manutenção, mostrando o que devia ser feito para evitar a perda do território.

O conselheiro percebe o problema da conservação do Estado em decorrência das grandes riquezas e das minas de ouro que se tinham descoberto, e aponta os perigos a que estava sujeito o Estado: perigos externos, perigos internos – questão essa inaugurada por Maquiavel, em sua obra clássica, *O Príncipe*, e posteriormente também trabalhada por Botero e por Hobbes – e uma terceira espécie de perigo, que seria quando a força externa se uniria com a interna dos vassalos e naturais. Essa terceira espécie foi tratada por Botero com a denominação de mista, que seria uma causa nascida das duas outras, as intrínsecas e as extrínsecas, que colaboravam para a ruína do Estado. Foi provavelmente nesse pensador que Rodrigues da

Costa se baseou para desenvolver essa questão.

No parecer, os problemas na defesa eram apresentados como uma preocupação central, visto que os tesouros do Brasil, dessa forma, se encontravam mal guardados. Para Rodrigues da Costa, os tratados de paz com as nações marítimas da Europa não garantiam que o Brasil estaria livre de uma invasão, e por isso então havia a necessidade sempre premente de se aumentar as forças existentes.

Em relação ao perigo interno, algumas das principais causas seriam a desafeição e o ódio que os vassalos concebiam contra os dominantes, por causa das injúrias e violências com que eram tratados pelos governadores; a iniquidade com que eram julgadas suas causas pelos ministros da justiça; a dificuldade para recorrerem à Corte; e o encargo dos tributos.

Quanto às questões da desafeição dos vassalos e da iniquidade dos julgamentos, Antônio Rodrigues da Costa mostra que os problemas poderiam ser evitados mandando governadores e ministros que procurassem um bom regime com os vassalos, e que tivessem uma correta administração da justiça. O cuidado na escolha de governadores era fundamental, para não se provocar ódio e evitar, dessa forma, o perigo interno.

O parecer apresenta ainda soluções para as outras causas de perigos internos, como a questão da falta de recurso à corte, e os tributos. Em relação ao último, também já enunciado por Giovanni Botero, o conselheiro percebe que os povos do Brasil encontravam-se

<sup>4</sup> Consulta do Conselho Ultramarino a Sua Majestade, no ano de 1732, feita pelo conselheiro Antônio Rodrigues da Costa.

<sup>5</sup> Alguns dos autores que já trabalham com o parecer são: NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1979; MELLO, Evaldo Cabral de. A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascastes, Pernambuco, 1666. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; FIGUEIREDO, Luciano Raposo. Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1671, 3 vols. Tese (Doutorado em História) – FFCLCH-USP, São Paulo, 1996; BICALHO, Maria Fernanda B. A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Todos esses autores falam de Antônio Rodrigues da Costa em termos do que antes já havia dito Jaime Cortesão sobre seu parecer, no livro sobre Alexandre de Gusmão. (Cf. CORTESÃO, 1984).

excessivamente tributados, o que causava descontentamento e prejudicava o comércio. (BOTERO, 1992: 20). Dessa forma, ele então alerta que os tributos deviam ser bem ponderados, de acordo com as suas reais necessidades.

Nesse sentido, Rodrigues da Costa trabalha com aquilo que denomina de "razão de Estado": a preocupação de não se ter "os vassalos descontentes e vexados, porque a conservação dos Estados consiste principalmente no amor e affeição dos subditos, e as máximas contrarias a estas, todas são iniquas, abomináveis e tyrannicas". (CONSULTA DO CONSELHO ULTRAMARINO, 1732: 480-481).

A preocupação com a conservação dos Estados é uma perspectiva que estava claramente baseada nas teses de Botero, que dedica uma parte de sua obra discutindo as maneiras de conservá-los. Essa "razão de Estado", já discutida pelo menos desde o século XVI na Europa, se apresentava então, no Império português, como um indicativo claro do surgimento de novas estratégias de governo, buscando-se uma maior racionalidade administrativa e uma preocupação crescente com um ordenamento político, econômico e fiscal que trouxesse maiores vantagens para a Coroa e seus súditos. O surgimento dessa nova "razão de Estado" como prática política pode ser perceptível a partir do reinado de D. João V, na pessoa do soberano e do grupo junto a ele.

O terceiro perigo seria o maior de todos, e segundo Antônio Rodrigues da Costa, traria inevitável perda e ruína do território. Para o

conselheiro, estava-se neste terceiro perigo, que deveria ser definitivamente afastado. Nesse sentido, ele afirma textualmente que a importância do Brasil era maior que a do reino naquele momento e, por isso, a necessidade de conservação do primeiro.

Dentro dessa perspectiva, como indicativo das mudanças então realizadas por D. João V nos anos 1730, buscando a manutenção de seu mais importante domínio do ultramar, iremos analisar a vinda de Gomes Freire de Andrade para o Rio de Janeiro, capitania que passou a exercer papel de centro da América portuguesa no período.

De acordo com Maria de Fátima Gouvêa, podemos perceber que na década de 30 do século XVIII "uma mudança significativa começava a ser introduzida na forma como vinham sendo selecionados e nomeados os oficiais régios para os postos governativos no ultramar". (GOUVÉA, 2005: 185). Essa modificação explicita o surgimento de novas formas administrativas no Império português, que foram se configurando especialmente a partir dos anos 20, conforme temos analisado até aqui.

Nesse contexto, podemos perceber que, segundo Dauril Alden, já a partir de 1711, após a invasão francesa de Duguay Trouin ao Rio de Janeiro, a Coroa portuguesa parece ter se preocupado em teorizar a respeito das qualidades que os seus oficiais coloniais deveriam possuir, especialmente em relação aos governadores da América portuguesa.

O candidato deveria ser prudente, responsável, valoroso, e

experiente em guerras, além de ser essencial que fosse um aristocrata. Contudo, o sangue nobre não era suficiente sem as outras qualidades, pois dessa forma o governador poderia se tornar tirânico e perigoso, levando indignação aos habitantes e causando ódio ao rei e ao seu governo. Além disso, o indivíduo não deveria ser jovem, por não ter assim os anos necessários de prudência e de experiência para governar, e sua insegurança poderia prejudicar o Império. (ALDEN, 1968: 3-4). De acordo com Giovanni Botero, "a veemência das paixões torna os jovens inábeis para o governo dos outros, já que dificilmente poderá governá-los quem não se governa a si próprio". (BOTERO, 1992: 26).

Segundo Russell-Wood, além dessas características, a riqueza, sob a forma de propriedade ou de outros bens, também era desejável, "uma vez que poderia imunizar o potencial nomeado contra acusações de interesses pessoais pecuniários". (RUSSELL-WOOD, 1998: 173). Fora esses critérios, o autor afirma que dever-se-ia levar em conta ainda a importância das ligações familiares, a personalidade do candidato e a estima gozada por ele e por sua família junto à Corte.

Gomes Freire de Andrade, escolhido para governar a capitania do Rio de Janeiro em 1733, preenchia os requisitos acima expostos, e fazia parte de uma das famílias com tradição de serviços a Deus, ao rei e à pátria, para as quais o soberano se voltava sempre que se pensava em nomeações, como destaca Russell-Wood. Para o autor, a família Freire de Andrade<sup>6</sup> seria "um bom exemplo da natureza transgeracional dessa

tradição de serviço público [...], que serviu os monarcas portugueses do século XIV ao século XVIII, em Portugal e no ultramar". (RUSSELL-WOOD, 1998: 174).

No século XVIII, os governadores das capitâncias-gerais passaram a aparecer como forças dominantes na administração e na política da América portuguesa, fazendo nomeações, exercendo jurisdição administrativa a respeito de assuntos internos e emitindo títulos de sesmarias. Correspondiam-se diretamente com o Conselho Ultramarino e com o rei, apesar de se supor que deveriam manter o vice-rei informado dos principais assuntos ocorridos. No decorrer dos Setecentos, "o papel dos governadores como comandantes de campo subordinou-se à sua habilidade como administradores da logística, dos abastecimentos e da gestão fiscal". (RUSSELL-WOOD, 1998: 178).

De acordo com Russell-Wood, a preocupação de D. João V com as questões militares no Brasil o fez buscar pessoas para administrar o território com capacidade de liderança militar, mas também com capacidades de gestão. Gomes Freire seria então, de acordo com o referido autor, o perfeito exemplo de administrador e de planejador de estratégias.

Na década de 30, o parecer de Antônio Rodrigues da Costa, escrito em 1732, funcionou como um verdadeiro ponto de inflexão para esse reordenamento político-administrativo levado a cabo no ultramar, especialmente na América portuguesa. O testamento político do conselheiro percebeu o espírito de

<sup>6</sup> Russell-Wood, assim como diversos outros autores, se refere à família do governador nomeado para o Rio de Janeiro como *Freire de Andrade*, sendo que o correto, como aparece nos documentos, é como era assinado pelo próprio governador, seria *Freire de Andrade*. Cf.: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, código 952 (PH 1) – Cartas régias, alvarás, avisos e portarias dirigidos aos governadores do Rio de Janeiro (1622-1821).

revolta que dominava entre os moradores do Brasil em decorrência dos erros e vícios da administração portuguesa, e era justamente essas questões que precisavam ser mudadas a partir de então. Assim, podemos destacar que Antônio Rodrigues da Costa sintetizou em seu parecer uma reflexão que vinha se desenvolvendo em Portugal desde as primeiras décadas do século XVIII.

Segundo Jaime Cortesão, depois do testamento político, D. João V nomeia para o Brasil um grupo de funcionários excelentes, e nas instruções dadas a estes altos funcionários, recomendava que se aconselhassem nos casos mais graves com os demais funcionários régios e com os representantes dos povos. (CORTESÃO, 1984: 414).

Entre eles, podemos citar o Conde das Galveias (Minas Gerais), Conde de Sarzedas (São Paulo), Rafael Pires Pardinho, Martinho de Mendonça de Pina e Proença, José da Silva Paes (Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento), e Gomes Freire de Andrada, que é nomeado para o governo do Rio de Janeiro.

Tais nomeações podem ser percebidas como representativas do temor do terceiro perigo, destacado por Rodrigues da Costa, que significaria a perda do território. Nesse sentido, podemos conjecturar que foi no esteio desse temor, e visando mudanças administrativas que afastassem esse perigo – proporcionando um maior controle sobre os povos e as regiões, contra as invasões externas, e buscando evitar a desafeição dos vassalos pelos governadores – que se enquadraria a presença de Gomes

Freire de Andrada em 1733 – ano imediatamente posterior ao parecer – buscando uma maior centralidade a partir do Rio de Janeiro, cidade que passava cada vez mais a representar um polo econômico e um centro administrativo da América portuguesa, devido às questões do sul e às minas. O seu governo no Rio corresponderia, segundo Rodrigo Bentes Monteiro, “ao período de expansão do poder desta capitania”. (MONTEIRO, 1993: 41).

O Rio de Janeiro também passava, nesse momento, por problemas governativos relacionados com a gestão de Luis Vahia Monteiro, que teve “conflictos abertos contra o corpo de funcionários da capitania, contra a Câmara, contra os frades de São Bento, contra os comerciantes”. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2002: 20). O seu estilo pouco contemporizador e suas ações trouxeram preocupações para a Coroa e descontentamento entre os representantes locais, além do que, dessa forma, não conseguiu evitar os descaminhos e as outras atividades ilícitas. Em decorrência desses fatos, Paulo Cavalcante afirma que D. João V decidiu enviar um novo governador, que tivesse perfil mais afável, mas que não fosse menos leal. O homem escolhido para desempenhar essa função foi Gomes Freire de Andrada, que representava o modo e a arte em substituição à força:

A implementação das disposições metropolitanas e o dia-a-dia da administração requeriam renovadas capacidades adaptativas, reivindicavam uma percepção acurada dos processos de diferenciação que se processavam na terra, impunham a transigência com relações

patentemente viciadas – uma vez adotado o ponto de vista europeu – mas, de certa forma, constituintes do mundo colonial (OLIVEIRA JÚNIOR, 2002: 22).

A presença de Gomes Freire era também importante para a efetivação do novo tributo do ouro, a capitação, que passou por amplo debate em 1733, ano que Gomes Freire foi nomeado para o Rio de Janeiro. O novo governador teria a função de controlar os descaminhos e melhorar a arrecadação, estudando e aplicando o sistema de capitação.

Para Robert Allan White, Gomes Freire foi escolhido para reorganizar a administração do Brasil meridional, e foi instruído para tal intento envolto em uma atmosfera de crescimento da autoridade real, que contrastava com a situação precária da Coroa no século XVII. O autor destaca que as instruções específicas recebidas por Gomes Freire ainda não vieram à tona, mas deveriam tratar primordialmente dos problemas relativos à necessidade de aumento das defesas do Rio de Janeiro e de toda a costa sul do Brasil, além da regulação da circulação do ouro, e da busca de se promover eficiência na administração da Coroa. (WHITE, 1972: 13-21).

Embora não tenhamos notícia das instruções passadas para o governador quando de sua vinda para o Rio de Janeiro em 1733, temos conhecimento de uma carta do soberano enviada para Gomes Freire quando da sua transferência para as Minas em 1735. A carta era, na realidade, uma verdadeira instrução e nos traz preciosas indicações da prática administrativa que deveriam ser levadas a cabo por Gomes Freire,

não somente em Minas Gerais, mas em toda a região centro-sul, o que tornava explícitos os novos modos de governar implementados nos anos 30.

Para além das instruções contidas na carta, a mesma veio confirmar os motivos da escolha de Gomes Freire, tanto para o Rio de Janeiro quanto para Minas Gerais, essencial para o reordenamento político necessário ao Brasil naquele período, em decorrência da importância daquele domínio e dos problemas pelos quais o mesmo vinha passando, especialmente em relação aos descaminhos do ouro e à demarcação das fronteiras do sul:

Gomes Freire de Andrada, governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro. Amigo, Eu El-Rei vos envio muito saudar. A boa fama que no vosso governo tendes adquirido me dá particular satisfação por confirmar o juízo com que para ele fostes escolhido. E ainda que por este respeito pareça supérfluo de qualquer maneira recordar-vos vossos deveres, contudo, por conveniente e especial prova de minha boa vontade para convosco o tenho, e da minha esperança de que em todas as coisas justificareis a escolha que de vós fiz, dispor-vos com alguns conselhos úteis, posto que de advertências não careçais. Por esta ocasião principalmente que vos envio a um país mais rude ainda nos costumes do que na cultura, [...], toda a luz que as minhas instruções vos puderem dar será útil, a fim de que a autoridade delegada que exerceades em Minas Gerais, acredite a minha escolha e sirva de exemplo a vossos sucessores. (Carta de D. João V a Gomes Freire quando da sua transferência para as Minas em 1735. Apud SOUTHEY, 1981: 155-156).

Nessa perspectiva, podemos perceber que a escolha de Gomes

Freire de Andrade para o governo do Rio de Janeiro estava inserida em um contexto maior de mudanças político-administrativas a serem implementadas na América portuguesa, em especial na região centro-sul. Gomes Freire foi o homem em quem se depositou a confiança do soberano para a realização de importantes modificações no seu domínio americano, principalmente a partir do Rio de Janeiro, que passava cada vez mais a funcionar como um centro de convergência das questões sociais, políticas, econômicas e culturais do Brasil meridional.

Sendo assim, em 25 de abril de 1733, Gomes Freire foi elevado de sua posição em Alcântara para a de governador e capitão-general do Rio de Janeiro:

Foi governada a província do Rio de Janeiro, desde o princípio de seu estabelecimento, por sujeitos

caracterizados com patentes de capitão-mor até o ano de 1697, em que sucedeu Artur de Sá e Menezes com o de primeiro capitão general ad honorem [...]. Em qualidade de capitão-general legítimo ocupou primeiro e único, o governo Gomes Freire de Andrade. (ARAÚJO, 1948: 123).

Gomes Freire foi escolhido por D. João V para auxiliar no novo ordenamento da administração do Brasil meridional, sendo este o rei ao qual ele serviu por mais tempo. Segundo Jaime Cortesão, Gomes Freire representava o novo tipo social que se buscava para a administração do Império português. (CORTESÃO, 1984: 380). No caso em questão, iria representar a Coroa na capitania do Rio de Janeiro, que vinha adquirindo extrema importância no contexto imperial, e que, portanto, seria essencial para a implantação das modificações governativas que estavam sendo postas em prática.

## Fontes e Referências Bibliográficas:

- ALDEN, Dauril. Royal Government in Colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779. California: University of California Press, 1968.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de. O absolutismo de D. João V. *Páginas Dispersas*. Estudos de História Moderna de Portugal. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. Memórias Históricas do Rio de Janeiro, vol. 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- BOTERO, Giovanni. Da Razão de Estado. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.
- BOXER, Charles R. O Império Marítimo Português. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CARDIM, Pedro. *A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da Segunda metade dos Seiscentos*. *Tempo*. Rio de Janeiro: Sete Letras, vol. 7, n. 13, p. 57, julho 2002.
- Consulta do Conselho Ultramarino a Sua Majestade, no ano de 1732, feita pelo conselheiro Antônio Rodrigues da Costa.

CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, v. 2. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

CUNHA, D. Luis da. Instruções Políticas. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Conexões Imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola, ca. 1680-1730. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera; MEGIANI, Ana Paula (org.). *Modos de Governar: Idéias e Práticas Políticas no Império português (sécs. XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.

KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2003.

\_\_\_\_\_. A Academia Real de História Portuguesa e preservação do patrimônio ultramarino: da Paz de Westfália ao Tratado de Madrid (1648-1750). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera; MEGIANI, Ana Paula (org.). *Modos de Governar: Idéias e Práticas Políticas no Império português (sécs. XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1688 – 1750). In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP, 2001.

MONTEIRO, Rodrigo Nunes Bentes. O teatro da colonização: A cidade do Rio de Janeiro no tempo do Conde de Bobadela (1733 – 1763). Dissertação (Mestrado em História) – FFCLCH-USP, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. O rei no espelho: A Monarquia Portuguesa e a colonização da América, 1640-1720. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOTA, Isabel Ferreira da. A Academia Real da História: Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2003.

OLIVEIRA JÚNIOR, Paulo Cavalcante. Negócios de trapaça: caminhos e descaminhos na América portuguesa (1700-1750), vol.1. Tese (Doutorado em História) – FFCLCH-USP, São Paulo, 2002.

RAMOS, Donald. Administração das Minas. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.

Regimento ou instrução que trouxe o governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Apud *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano 3, p. 85-88, 1898.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (org.). *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*, vol. 3. São Paulo: Edusp, 1981.

WHITE, Robert Allan. Gomes Freire de Andrada: Life and times of a brazilian colonial governor, 1688 – 1763. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Texas, Austin, 1972.

## NOS TRILHOS DO CAFÉ: FERROVIA E URBANIZAÇÃO EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Henry Marcelo Martins da Silva<sup>1</sup>

### Resumo

O presente trabalho busca investigar os impactos da economia cafeeira no interior paulista, a partir da análise das transformações ocorridas em São José do Rio Preto-SP após a chegada da ferrovia, no início do século XX. Naquele período, as terras do sertão foram paulatinamente ocupadas num movimento que teve como fatores primordiais o plantio do café, o grande fluxo de capitais, o desenvolvimento do transporte ferroviário e a chegada em massa da mão-de-obra imigrante; tal processo teve como consequência uma radical transformação da paisagem, e o surgimento e desenvolvimento de vários núcleos urbanos que assim como São José do Rio Preto foram marcados pelo turbilhão de transformações promovido pelo complexo cafeeiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ferrovia; Café; Urbanização.

### Abstract

This paper seeks to investigate the impacts of the coffee economy in the interior of São Paulo, from the analysis of the transformations that have occurred in São José do Rio Preto-SP after the arrival of the railway in the early 20th century. At that time, the hinterland were gradually occupied in a movement that had as main factors the coffee plantation, the large flow of capital, the development of rail transport and the arrival, in masse, of immigrant labor; This process has resulted in a radical transformation of the landscape, and the emergence and development of several urban cores as

well as São José do Rio Preto were marked by the whirlwind of changes promoted by the coffee complex.

**KEYWORDS:** Railroad; Coffee; Urbanization.

<sup>1</sup> Doutor em História / UNESP  
[henrymmsilva@gmail.com](mailto:henrymmsilva@gmail.com)

## CAFÉ E FERROVIAS EM SÃO PAULO

Impressiona a quantidade de menções referentes às transformações impostas pela chegada dos trilhos ferroviários às cidades do interior paulista. Nessas localidades, o ritmo imposto pela ferrovia, acaba por impor um modo de vida e uma dinâmica de relações sociais que obedeciam a padrões não estabelecidos, dentro de uma lógica mercantil característica da economia de mercado.

A importância do transporte ferroviário para a economia paulista é bem conhecida, e o estudo dos fatores determinantes da diretriz dada às ferrovias em São Paulo encontrou explicações efetivas nas obras de Sérgio Milliet (1941), Pierre Mombeig (1948), José Francisco de Camargo (1952), Odilon Nogueira de Mattos (1974) e Flávio Azevedo Marques Saes (1981), que entre outros, estabelecem, sob diversas perspectivas, a estreita relação existente entre a implantação das ferrovias, o desenvolvimento da produção de café e o crescimento das cidades no interior paulista.

A ferrovia teve papel imprescindível como agente que revolucionou e impulsionou a economia paulista, diminuindo o tempo e o custo do transporte, dando ao capital cafeeiro o dinamismo necessário para o seu desenvolvimento. Tais estradas

apresentaram-se como única resposta ao grave problema de escoamento da produção cafeeira do "oeste paulista", uma vez que substituíram o ineficiente sistema de tropas de mulas.

A incapacidade desse sistema para atender às crescentes demandas da economia paulista é clara, devido à capacidade limitada, o alto custo e a demora do transporte; referindo-se ao problema de transporte do interior paulista, Mombeig escreve que:

O desenvolvimento da agricultura cafeeira em torno de Campinas e mesmo além coloca uma dupla dificuldade: era preciso vencer mais de 200 km em tropas de mulas e era preciso que o porto de Santos fosse equipado para a manutenção de uma tonelagem crescente. Um viajante alemão, Tschudi, notou, em 1860, que era impossível plantar além de Rio Claro pois a distância a vencer era muito grande. Alguns anos antes, em 1855, um governador do Estado calculou em 500.000 arrobas de gêneros exportáveis que permaneceriam no lugar de produção por causa do custo muito alto do transporte". (MOMBEIG, 1948: 98).

Além disso, o estado precário das estradas de rodagem e, especificamente, a difícil descida da Serra do Mar faziam mais nítidas as fragilidades do transporte que sustentava a crescente economia paulista<sup>2</sup>. Wilson Cano destaca que a ferrovia constituiu-se em uma das mais importantes atividades do complexo cafeeiro, desempenhando múltiplos papéis. Ela atuou primeiramente no sentido de desbravar a fronteira agrícola, tornando economicamente acessíveis as terras do "oeste paulista"; exerceu um papel fundamental, ao rebaixar

os custos de transporte de produção cafeeira, feito até então por tropas muares e, ao mesmo tempo, contribuiu para elevar economicamente a produtividade física do café, pois, a cada deficiência dos transportes, grande parte da produção perecia nas fazendas distantes, e, outra parte era frequentemente extraviada ou destruída, em virtude das precárias condições em que o serviço era realizado. (CANO, 1977: 33/34).

Spindel destaca que a implantação da ferrovia diminuiu efetivamente o custo do transporte do café, reduzindo cerca de 20% do preço de exportação da saca. Ela também abriu possibilidade de um empreendimento altamente lucrativo e seguro para os fazendeiros, que se tornaram seus acionistas, além do que elevou sobremaneira a produtividade econômica do café, evitando as perdas, a deterioração do produto e o extravio das cargas ou até mesmo a destruição de grande parte dos carregamentos (SPINDEL, 1980: 42).

Além dessas vantagens Warren Dean destaca que a ferrovia permitiu a economia de mão-de-obra, responsabilizando-se pela conservação dos caminhos que antes ficavam a cargo dos proprietários e, principalmente, pela eliminação da necessidade de mão-de-obra para as tropas de mulas, cujo volume representava cerca de 20% da força de trabalho (DEAN, 1977: 54). Referindo-se à economia de mão-de-obra, Cardoso de Mello escreve que:

(...) não é difícil entender que a estrada de ferro, muito especialmente, e a grande indústria do beneficiamento "reforçam" a

<sup>2</sup> As precárias condições do transporte paulista se faziam sentir também em outras culturas como as do açúcar e algodão, como demonstram Alice P. Canabrava: "A freqüência das reclamações sobre o estado precário das vias freqüentemente interrompidas pelos lamaçais produzidos pelas chuvas, pela queda de pontes, e até pela invasão da vegetação quando se negligenciavam por alguns anos o trabalho de descortinamento, nos leva a admitir que o mau estado das estradas era situação normal. Essas condições que caracterizavam os meios de comunicações da época dificultavam o incremento da cultura do algodão, além da área central da Província, nas regiões pioneiros, onde a precariedade dos investimentos financeiros poderia ter propiciado seu maior desenvolvimento." (CANABRAVA, 1951: 113/114); e Maria Thereza Petrone: "A economia paulista, a economia do planalto, quando se integrou na mundial, sofreu o impacto das dificuldades de transportes decorrentes, por um lado, da má conservação de todas as estradas e, por outro, dos obstáculos inerentes à decida da Serra do Mar que, para os recursos da época, era vencida com dificuldade". (PETRONE, 1968: 187).

economia mercantil escravista ao poupar trabalho escravo, reduzir os custos do transporte e melhorar a qualidade do café. Reforçam, em suma, ao remover obstáculos que entravam seu desenvolvimento, incrementando tanto a rentabilidade corrente quanto as perspectivas de lucro do investimento. (MELLO, 1984: 81).

Também no urbano verifica-se a intensidade das transformações impostas pela ferrovia, constituindo a chegada dos trilhos um marco na história das cidades. Odilon Nogueira de Matos destaca que com a estrada de ferro, veio todo o aparelhamento que ela exigia, principalmente quando a cidade, por alguma razão, passava a ser sede de qualquer atividade especial como, por exemplo, armazéns, oficinas de reparos e construção de carros, escritórios, ponto de cruzamento de trens, local de baldeação, etc. Esses fatores refletiam na vida da cidade. Constituía mercado de trabalho e estimulava ao mesmo tempo uma série de atividades correlatas (MATOS, 1974: 121).

Tais argumentos são verdadeiros em São José do Rio Preto, sendo vários os benefícios obtidos pela cidade com a instalação do transporte ferroviário, principalmente na condição de ponto final da linha, característica que perdurou por quase vinte anos, e que fazia da cidade ponto de embarque de regiões produtoras mais distantes. Após a chegada dos trilhos, o local deixou os insignificantes índices de concentração populacional e de produção e comercialização de produtos para tornar-se, no início da década de 1930, o município de maior população, produção cafeeira e

diversificação socioeconômica da região Araraquarense, que no período era a mais importante zona produtora do café no Estado e figurava como a mais populosa dentre as regiões paulistas, excetuando-se a zona da Capital.

Vários trabalhos abordaram a temática das transformações ocasionadas pela chegada da linha férrea no urbano paulista e a consequente "ocupação" dos espaços pela economia cafeeira. Entendendo a ferrovia como produto de uma nova fase do capitalismo e parte integrante da transformação da cafeicultura em complexo cafeeiro, destacam seu papel como agente modernizador e causador de mudanças fundamentais nessas localidades.

Em seu estudo sobre a cidade de Rio Claro, Warren Dean abre a discussão sobre as transformações ocorridas pela chegada do café nos municípios paulistas. No trabalho o autor analisa a chegada da cafeicultura em Rio Claro, e ressalta a importância das suas implicações na dinamização e integração dos movimentos econômicos e sociais locais<sup>3</sup>. (DEAN, 1977).

Nesse sentido, Pedro Geraldo Tosi procura analisar as transformações ocorridas em nível local, na cidade de Franca, a partir da introdução da ferrovia e dos demais elementos do complexo cafeeiro; ao tentar compreender a gênese da atividade coureiro-calçadista na cidade, o autor caracteriza o papel da estrada de ferro Mogiana como o de reproduzir das condições de acumulação no contexto cafeeiro. Desta forma, a cidade foi se modernizando, ampliando seu leque

<sup>3</sup> Ver também DEVESCOVI, R. C. B. *Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos*. Arquivo de História Contemporânea – UFSCar. São Carlos: 1987; PACHECO, Carlos Américo. *Café e cidade em São Paulo: Um estudo do caso de urbanização na região de Araraquara e São Carlos 1880/1930*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 1988; BIANCONI, Renata. *Dinâmica econômica e formas de sociabilidade: aspectos da diversificação das atividades urbanas em Campinas (1870-1905)*. Campinas: IE UNICAMP, 2002. Dissertação de Mestrado.

de possibilidades; o quadro das profissões existentes e as atividades desenvolvidas foram passando por transformações que eram qualitativas (TOSI, 1998: 14).

Ao estudar a concentração industrial em São Paulo, Wilson Cano discute a importância da ferrovia para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, colocando-a como parte integrante desse processo; para o autor a implantação das estradas de ferro contribuiu para a expansão do processo de acumulação no complexo cafeeiro, pois, além de diminuir os custos de produção, a ferrovia tornou-se uma ótima opção de investimento do excedente gerado pelo café, uma vez que seus rendimentos eram relativamente altos e que originavam novos capitais, permitindo a ampliação do excedente do complexo<sup>4</sup>.

Também Sérgio Silva, em seu estudo sobre as origens da indústria no Brasil, destaca a importância do transporte ferroviário para a economia paulista, considerando-a como parte integrante num processo de deslocamento das áreas de cultivo, mas que vem acompanhado pelo trabalho assalariado, em substituição ao escravo; pela mecanização que se traduz nas atividades de beneficiamento; pelo financiamento e comercialização de milhões de sacas de café e pelo desenvolvimento de um sistema comercial relativamente avançado (SILVA, 1995: 11/12).

Cardoso de Mello afirma que foi a economia cafeeira capitalista que propiciou as condições básicas necessárias para o aparecimento do capital industrial e da grande

indústria, pois gera previamente uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial. Além disso, o autor destaca que foi no decurso do desenvolvimento capitalista cafeeiro que ocorreu a transformação da força de trabalho em mercadoria, salientando ainda a criação de um mercado interno de proporções consideráveis no período (MELLO, 1984: 99).

As especificidades do complexo cafeeiro em suas diversas fases marcaram a ocupação e o desenvolvimento socioeconômico de praticamente todo o "oeste paulista". A integração de novas áreas de plantio, além de toda estrutura necessária para sua produção e comércio, fazia com que o panorama do interior se alterasse, com a criação de novos municípios, instalações de transporte e comunicações, além da transferência de contingentes populacionais, alguns já familiarizados ou vinculados ao núcleo produtor, outros interessados em possíveis oportunidades nos centros urbanos, o que é particularmente verdade na região de Rio Preto, onde a ocupação cafeeira se acelera na segunda década do século passado, já no contexto de trabalho assalariado, e a vida urbana pretérita (anterior à economia cafeeira) é irrisória. Aqui, como em quase todo território paulista, a economia cafeeira desenharia o processo urbano.

O que diferencia largamente a urbanização promovida pela acumulação cafeeira em bases capitalistas, é que a própria dinâmica

<sup>4</sup> Cano demonstra o crescimento dos investimentos nas ferrovias, colocando que na década de 1880, o montante de capital investido nas ferrovias era de 96.000 contos de réis, e que em 1910 o montante era de 360.000 contos de réis. (CANO, 1977: 52-64).

de reprodução do capital cafeeiro induz crescentemente um segmento urbano dessa economia. Nas palavras de Cardoso de Mello:

(...) o capital cafeeiro é, ao mesmo tempo, agrário, industrial e mercantil, e que convém pensar num complexo exportador cafeeiro, integrado por um núcleo produtivo, que inclui as atividades de beneficiamento, e por um segmento urbano, que acolhe os serviços de transportes (estradas de ferro, portos, etc.), as atividades comerciais (casas importadoras e exportadoras) e financeiras (bancos). Deste ponto de vista a acumulação cafeeira é em grande medida, acumulação urbana, que absorveu boa parte da força de trabalho imigrante e exigiu a importação de meios de produção (trilhos, materiais de construção, equipamento ferroviário e portuário, etc.)<sup>5</sup>. (MELLO, 1984: 128/129).

Wilson Cano sintetiza esse processo, escrevendo que à medida que a atividade nuclear se ampliava, passou a induzir, crescentemente, o surgimento de uma série de atividades tipicamente urbanas, como a industrial, a bancária, escritórios, armazéns e oficinas de estradas de ferro, comércio atacadista, comércio de exportação, importação e outros, requerendo e facultando, ainda, a expansão do aparelho do Estado. No momento em que estas crescem, uma série de outras, mais vinculadas ao processo de urbanização, também se desenvolveriam: o comércio varejista, os transportes urbanos, comunicações, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos, etc. Quanto mais avançava esse processo, mais independentes se tornavam todas essas atividades, gerando uma intrincada rede de

conexões econômicas, financeiras e de serviços (CANO, 1977: 69).

## FERROVIA E URBANIZAÇÃO NA 'RIO PRETO DO CAFÉ'

Fundada em 1852, São José do Rio Preto situa-se ao norte dos "Sertões de Araraquara", região que até a primeira década do século XX era conhecida apenas como "Terrenos Desconhecidos" ou "Terrenos Despovoados"; durante muito tempo permaneceu na condição de "boca do sertão", um ponto avançado em meio ao desconhecido interior paulista, habitado quase que apenas por indígenas.

Em 1855, o pequeno vilarejo alcança a condição de distrito de paz, ligado ao município de Araraquara, fato que se deve provavelmente não à relevância do povoado, mas à sua localização, embrenhada no sertão. Tal fato é comprovado pelos relatos do Visconde de Taunay, quando em retorno da Guerra do Paraguai, no dia 18 de julho de 1867, dorme na única casa de alvenaria existente na localidade, pertencente ao fundador João Bernardino Seixas Ribeiro. Descrevendo o pouco que existia, o autor deixa-nos sua impressão sobre o futuro do lugarejo: "Há uma igrejinha em construção, e cremos que muitos anos fique nesse estado, quando na se arruine totalmente..." (TAUNAY, 1948: 106).

A cidade demonstra ser expressivo exemplo do grande desenvolvimento apresentado pelas novas regiões cafeicultoras paulistas do início do século passado, uma vez que concomitante ao grande crescimento da produção cafeeira local no período - que aumenta de

<sup>5</sup> A ideia não representa, porém, que as economias anteriores não tenham marcado significativamente os rumos da urbanização em São Paulo. É certo que os caminhos coloniais influíram sobre os destinos de muitas vilas, que a pecuária acabou por determinar formas de incorporação do território paulista, que as culturas do algodão e particularmente do açúcar, acabariam por legar uma estrutura urbana mínima para a economia cafeeira, da mesma forma que o café escravista concorreu para uma certa organização territorial da economia e das cidades, mas ressalta-se a natureza restrita desse processo, que se evidencia com clareza quando acompanhamos a cidade de São Paulo no século XIX. Mesmo com todos os melhoramentos derivados da condição de Capital da Província, a partir de 1822, a cidade de São Paulo ainda era, em 1860, "... uma cidade relativamente insignificante. Doze anos depois, em 1872, ela ocupava apenas o décimo lugar entre as cidades brasileiras, superada, entre outras, por Niterói, Fortaleza, Cuiabá e São Luís" (Ver SINGER, 1977: 20).

pouco mais de 18.900 arrobas produzidas em 1905 para 52.000 em 1920, alcançando a marca de mais de 4,6 milhões de arrobas no ano de 1934 (CAMARGO, 1952) – a cidade apresenta um rápido crescimento populacional e consequente ocupação de seu território desde que incorporado ao complexo cafeeiro, condição que se caracteriza somente após a chegada da ferrovia em 1912.

Os números do crescimento populacional do município apresentados por Camargo são impressionantes e contoram um esboço da intensidade do processo de urbanização no local; a então incipiente Rio Preto, que contava com pouco mais de três mil almas em 1900, observa grande crescimento nas duas primeiras décadas do século XX, após a chegada da ferrovia, e a população atinge a incrível marca de 126.800 habitantes em 1920 (CAMARGO, 1952).

Percebe-se, portanto, que a história da evolução urbana de Rio Preto divide-se em duas etapas completamente diferentes: antes e depois da instalação do transporte ferroviário, sendo frequentes, antes da ferrovia, as reclamações dos habitantes locais em relação aos prejuízos causados pela grande distância dos outros centros populacionais. Nesse período, a produção de gêneros comerciáveis era muito reduzida, como comenta Raul Silva no *Álbum da Comarca de Rio Preto*, de 1919:

(...) "Si a nascente villa pouco augmentava, os sertões, entretanto, iam se povoando, dedicando-se os seus habitantes de preferência as creações de gado vaccum e suino que

chegaram a adquirir notável volume (...) com efeito, a exportação de produtos agrícolas, naquela época, tornava-se difficilima senão impossível. Até a inauguração da estação ferroviária de Jaboticabal, o incipiente commercio de Rio preto se fazia com Araraquara e mais anteriormente com Ibitinga pelo Tieté." (SILVA, 1919: 9).

As primeiras tentativas de se plantar o café na região datam de 1879, quando os sertanejos Bernardino Canuto Ribeiro e Vitalino Martins Teixeira firmaram o primeiro contrato de locação para o plantio do café:

(...) "...em 75 braças quadradas de terreno, na fazenda "Alegria", com obrigação de trazer capinado, nunca deixando crear o mato, pelo prazo de três anos pelo preço de 400\$000 (...) seguiram-se outros contratos; a lavoura cafeeira, entretanto não fez progressos". (SILVA, 1919: 10/11).

As exportações municipais de 1898 resumiram-se a 10.000 arrobas de café, 960 arrobas de toucinho, 600 arrobas de fumo e 800 sacos de 50 litros de arroz, o que não era muito, e, além disso, os lucros eram mínimos pelas grandes distâncias percorridas; ressaltando as dificuldades dos transportes, o autor escreve: "Todos esses gêneros eram exportados em direção oposta à linha férrea Barretos, Cerradinho, Campo Alegre e na maior proporção, para Matto Grosso, onde chegavam sobre carregados de despesas" (SILVA, 1919: 11).

Uma análise da receita municipal nos anos iniciais, desde a instalação da ferrovia, mostra o crescimento dos valores durante a segunda década do século passado; sendo a receita de 100:000\$000 em

1912, esta já havia se multiplicado por quatro em 1919, rendendo ao município 470:000\$000 (CAVALHEIRO, 1929: S/N - Cap. VII - Rio Preto sobre o ponto de vista econômico).

A Estrada de Ferro Araraquara constitui verdadeiro exemplo da preocupação em promover a implantação do transporte no interior paulista, numa área que somente na década de 1920 atingiu os níveis de concentração populacional e produção cafeeira existentes nas zonas mais antigas, para onde se dirigiram os trilhos implantados anteriormente no Estado.

Primeira a se organizar nos moldes da Lei de 13 de junho de 1892, pela origem e regime legal vigentes no Decreto n.º 310, de 17 de setembro de 1895 que dava concessão do Estado de São Paulo a Guilherme Lebeis e a Casa Bancária Lara Magalhães & Foz, para construção e exploração de uma estrada de ferro, de bitola métrica, que partindo de Araraquara, passando pela Capela do Matão, fosse à vila de Ribeirãozinho, hoje Taquaritinga (SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1946: 2).

Por iniciativa do Sr. Carlos Baptista de Magalhães, um grupo de fazendeiros de Araraquara organizou-se para constituir, no ano de 1896, a Companhia Estrada de Ferro de Araraquara, com capital total de dois contos de réis divididos em ações de 200 mil réis. Constituída a Companhia, desde logo iniciaram sua construção, partindo de Araraquara e passando pelos municípios de Matão e Ribeirãozinho, hoje Taquaritinga; tal trecho ficou completo em 1901,

constituindo a primeira fase dos avanços realizados pela ferrovia Araraquarense. Devido à crise por que passou a economia cafeeira no início do século passado, estacionaram-se os trabalhos por seis anos, sendo que apenas em 1908 as obras foram retomadas com a concessão do governo do Estado para a construção do prolongamento até Rio Preto, cidade que foi alcançada pelos trilhos em 1912 (FRANÇA, 1915: 14).

As péssimas condições da economia cafeeira ao desencadear-se a primeira guerra foram vitais no desenvolvimento da pequena ferrovia; tendo diminuído o quase insignificante movimento de embarque da rubiácea regional no período, a companhia vai à falência em 1914, permanecendo em liquidação por dois anos até ser adquirida em 7/2/1916 pela São Paulo Northern Railroad Company, pelo Decreto n.º 2.653 de 30/03/1916.

O serviço prestado pela companhia nesses anos iniciais estava muito aquém de satisfatórios, deixando a desejar pela irregularidade e péssimas condições dos carros utilizados, fazendo com que fossem frequentes as reclamações dos seus usuários, como nos conta Cavalheiro no *Álbum de Rio Preto de 1929* ao comentar os serviços oferecidos pela Araraquarense:

(...)"Se fizermos um ligeiro retrospecto e reconstituirmos a phase anômala da velha Araraquarense, não poderemos passar sem sem pavor deante das péssimas carripanas de madeira suja e ferros desengançados chocalhando ironicamente sobre trilhos de ½ pollegada,

completamente soltos sobre dormentes pôdras (...) uma viagem a Araraquara nesses tempos de triste memória, importava em uma audácia de que só eram capazes os que não tinham amor á vida.". (CAVALHEIRO, 1929: SN - Cap. VII - Viação e Transportes de Rio Preto).

A São Paulo Northern Railroad Company foi desapropriada pelo Governo do Estado em 1919, pelo Decreto n.º 3.101 de 15/10/1919, passando a ser denominada *Estrada de Ferro Araraquara*; sob tutela do Estado a ferrovia Araraquarense conheceu sua fase de maior desenvolvimento, no que se refere ao crescimento do transporte de cargas e passageiros, ao prolongamento da linha e às melhorias das condições dos serviços prestados. Em 1931, a então Interventoria do Estado autorizou o prolongamento de Rio Preto a Mirassol, sendo que apenas oito anos mais tarde, com o Decreto n.º 10.104 de 5/4/1939, o mesmo órgão autoriza sua extensão até o Porto Presidente Vargas, na divisa com o então Estado do Mato Grosso.

A análise da evolução do movimento da *EFA* na cidade talvez esboce um panorama do rápido crescimento apresentado pelo município de Rio Preto no período e sua importância no contexto econômico regional. Em 1922, a estação de Rio Preto era responsável por 20% de todo o movimento de arrecadação da *EFA*, o que significava a importância de pouco mais de 7,4 mil de contos de réis. No entanto, ao longo da década, os valores arrecadados pela Companhia aumentaram em níveis constantes, crescendo mais de 130% até 1927, alcançando a grande marca de 17,5 mil de contos arrecadados.

(SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1927).

Em 1927, a arrecadação na estação de Rio Preto atingiu os cinco mil contos de réis, o que representava quase 30% do movimento total da empresa. No período de 1922 a 1927, apenas o movimento local foi responsável por mais de 25% do movimento total da ferrovia, o que ressalta o intenso crescimento apresentado pelo município durante a década de 1920, uma vez que os números referem-se apenas à estação da cidade, não contendo, porém, os números de outras estações localizadas na comarca, como Engenheiro Schimidt, Cedral e Ignácio Uchôa, que faziam parte de um conjunto de cidades ligadas diretamente a Rio Preto, quer seja para o comércio de seus produtos, quer seja para a aquisição de bens indispensáveis encontrados apenas ali. Isso nos dá ao menos uma indicação do quão intenso era o crescimento urbano do município, ainda em finais da década de 1920.

É certo que o complexo cafeeiro regional dos tempos pré-ferrovia se ressentiu das crises porque passou a atividade em fins do século XIX e início do XX; desse modo, para a zona Araraquarense e para o Rio Preto, as duas primeiras décadas do século passado foram de reestruturação, baseadas finalmente em um sistema ferroviário de transporte.

Ressalta-se, porém, que as seguintes décadas de 1930 e 1940 observaram a fase áurea do desenvolvimento socioeconômico de Rio Preto, assim como toda a zona

Araraquarense; a fase em que os níveis de produção cafeeira são tão altos quanto os de concentração populacional, ambos em evidência e entre os maiores do Estado. É de se lamentar, para o presente estudo, a falta de dados referentes a todo o período inicial do século passado, o que não nos permite acompanhar mais detalhadamente a evolução das exportações municipais.

As inconstâncias da economia cafeeira marcaram sempre o histórico do crescimento da produção do café, tanto na zona de produção, quanto no município. Porém é inegável o incrível aumento da produção a partir de meados da década de 1910 e durante as décadas de 1920 e 1930, fato que é confirmado ao se analisar o movimento da ferrovia Araraquarense.

**Tabela 1 - Movimento de café e cereais na estação EFA de Rio Preto: 1912-1927.**  
(Kg.)

<b>Anos</b>	<b>Café</b>	<b>Arroz</b>	<b>Feijão</b>	<b>Milho</b>
1912	65.491	--	--	--
1913	181.550	--	--	--
1914	36.534	--	--	--
1915	173.761	--	--	--
1916	1.098.866	--	--	--
1917	154.882	--	--	--
1918	1.173.746	7.387.447	3.459.567	650.150
1919	840.505	10.059.463	5.717.971	412.902
1920	192.656	22.126.806	3.488.453	208.757
1921	3.689.672	16.923.801	4.305.037	1.192.780
1922	1.766.309	15.968.782	4.252.077	664.461
1923	6.979.563	24.073.217	4.231.277	348.139
1924	4.158.313	12.097.656	1.780.063	650.945
1925	3.598.162	3.507.269	4.391.827	664.272
1926	8.800.119	21.767.109	4.870.172	287.448
1927	15.545.528	23.326.809	4.331.064	303.619

(Fonte: CAVALHEIRO, 1929; SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1927).

O movimento de café na estação da EFA de Rio Preto demonstra as inconstâncias da atividade; crescendo constantemente desde a primeira década do século passado, cai de 181.550 Kg em 1913 para 36.534 Kg em 1914, reflexo claro do desencadeamento da Primeira Guerra Mundial, para elevar-se novamente aos níveis anteriores em 1915 e então explodir para mais de um milhão de quilos em 1916. Tal incremento na produção indica a

introdução de vários cafeeiros, que colhiam suas primeiras safras e que haviam sido plantados antes de 1913, ou quando da chegada da ferrovia<sup>6</sup>.

A presença marcante de cafeeiros novos na região é demonstrada no movimento do ano de 1917, quando após as mais altas taxas de embarque de café já vistas até então pela estação local, registra um movimento de apenas 154.880 Kg, elevando-se novamente para

<sup>6</sup> José de Souza Martins escreve que o tempo de formação de um cafezal variava de seis anos, se o plantio fosse de semente, a quatro anos, se fosse iniciado por meio de mudas. (MARTINS, 1996: 70).

mais de 1.170.000 Kg em 1918. Tal diferença demonstra que embora aumentasse crescentemente, a produção local não conseguia manter-se constante.

Os efeitos da geada de 1918 pouco abalaram a produção de Rio Preto em 1919, sendo movimentados na estação local 840.505 Kg de café, decréscimo que mostra irrisório se comparado ao movimento do ano de 1920, com 192.656 Kg embarcados na estação; novamente o fato de ser zona nova de produção faz Rio Preto sentir com enorme intensidade as crises, que no caso das consequências da geada, prejudicaram principalmente os muitos cafeeiros jovens, maioria na época, refletindo seus efeitos anos depois<sup>7</sup>.

Retornando à análise da tabela I, observa-se outro impressionante aumento nas exportações locais; os cafeicultores, recuperando-se de 1918, incrementaram suas plantações e movimentaram o enorme montante – para os níveis de então – de 3.689.672 Kg registrados pela Companhia em 1921, quantia que aumenta, embora em taxas inconstantes, para quase sete milhões de quilos em 1923, 8,8 milhões em 1926, para quase dobrar em 1927, com mais de 15.550.000 Kg, transportados.

A produção da comarca de Rio Preto em 1927 foi de 817.000 sacas de café, 528.000 sacas de arroz, 92.200 sacas de feijão, além de 375.000 arrobas de gado e outros gêneros diversos, visto que o valor de sua exportação totalizou 129.637.000\$000; quase 130 mil contos de réis em valores do período,

montante que se mostra considerável ao analisar que, excetuando-se São Paulo, apenas seis Estados mais o Distrito Federal exportaram mais do que esta Comarca naquele ano, ficando atrás do município os Estados do Paraná, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Santa Catarina, Pará, Sergipe, Mato Grosso, Goiás, Amazonas, Maranhão e Piauí (CAVALHEIRO, 1929: S/N - Cap. VII - Rio Preto sobre o ponto de vista econômico).

Impressiona o fato de que a década seguinte foi de intenso crescimento e desenvolvimento da economia e população local, período em que nos faltaram dados referentes às exportações locais, mas que terminou com a zona Araraquarense tornando-se a maior produtora de café e, excluindo-se a capital, a região mais populosa do Estado.

A Araraquarense também aumenta sua produção cafeira de 739.175 sacas em 1920 para 3.597.405 em 1934, nesta época já a maior do Estado, com uma vantagem de mais de um milhão de sacas para segunda maior exportadora do Estado, a zona Mogiana, que alcançou a marca de 2.243.441 sacas produzidas. Ainda em 1940, a região eleva sua produção para 3.808.515 sacas, ressaltando-se que o Estado de São Paulo tem nesse ano diminuída em quase que pela metade o total de sacas colhidas. (CAMARGO, 1952: Tabelas escolhidas).

Também as fontes sobre a ferrovia auxiliam-nos no contorno de um panorama das exportações locais no período; os *Relatórios de Exercícios* da Araraquarense apontam que o maior movimento de café pela

<sup>7</sup> A geada de Junho de 1918 atingiu 300 dos 800 milhões de cafeeiros existentes. Ver SUZIGAN, e VILLELA, 1975:121.

Companhia se deu no ano de 1937, com 2.556.841 sacas transportadas, o que aponta alta produção mesmo na referida fase de drástica diminuição do café colhido em todo o Estado. (SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1946: 61)

É claro também, que a alta produção apenas era mantida pela constante incorporação de cafeeiros novos, pela maior disponibilidade de terras, o que não imprime exclusivamente a Rio Preto o mesmo caráter de crescimento de produção verificado por toda a zona Araraquarense; mas o mesmo relatório aponta a estação da EFA da então S. J. do Rio Preto como a de maior movimento relativo aos embarques de café em 1942, com 11.044.080 Kg, dado que se confrontado com os 15.550.000 Kg de 1927, reflete não um grandioso aumento de produção, como o verificado por toda a zona após 1927 e por toda a década de 1930, mas que o município de S. J. Rio Preto permaneceu com taxas de produção estáveis, com altos níveis de transporte, estes sempre acima dos 10.000.000 Kg.

Também no meio urbano, é clara a diferença nos períodos pré e pós ferrovia; sabe-se que em 1888, Rio Preto contava com apenas cinco casas do patrimônio, além de algumas palhoças; em 1898, o incipiente núcleo urbano tinha apenas 12 estabelecimentos comerciais. Ainda em 1912, ano da chegada dos trilhos à cidade, o núcleo tinha 1.200 habitantes e não contava com mais de 200 prédios. (LINS, O. Considerações sobre a evolução commercial da Comarca. InCAVALHEIRO, 1929: S/N - Cap. VII

- Rio Preto sobre o ponto de vista econômico).

Em 1919, apenas em Rio Preto calculava-se nove mil pessoas e dois mil prédios, sendo que a cidade já contava com quatro escolas e um cinema; no local, foram encontrados na lista de *"Indústria e Commercio de 1919"* um considerável número de profissionais diplomados, constituindo-se em 8 médicos, 15 dentistas, 26 advogados e 13 engenheiros agrônomos. (SILVA, 1919: 87-94). O comércio mostrava-se mais ativo e diversificado, contando a cidade com 112 armazéns de secos e molhados, 10 hotéis e uma tipografia, fábricas de móveis, açougue, bares e confeitarias, casas de frutas, lojas de máquinas, relojoarias e uma loja de veículos, dentre outros estabelecimentos voltados ao abastecimento de produtos e serviços para uma população que cresce em ritmo tão intenso quanto o do aumento da área ocupada pelo café; demonstrando a maior circulação de cereais para uma crescente população, encontramos na lista de estabelecimentos 3 depósitos de cereais e 7 máquinas de benefício, casas de torrefação de café, 18 moinhos de fubá, e 120 engenhos de aguardente e rapadura.

Além disso, observa-se outro fator consequente da grande concentração populacional de Rio Preto à época: o crescimento de estabelecimentos ligados ao setor da construção civil; neste ano, dois depósitos de madeira, serrarias, um curtume, ferrarias, 86 olarias e uma construtora.

Apresentando intenso crescimento na década de 1920, uma

vez que em 1929 o município contava com 27 mil habitantes e mais de 3.000 prédios, percebe-se em Rio Preto uma concomitante diversificação urbana, com o surgimento de novas atividades, quando o comércio evolui e embeleza-se e a cidade ganha aspectos modernos.

E não se resumia nisso; acompanhado o incremento populacional<sup>8</sup>, já eram 12 as escolas no município em 1929, sendo que duas eram do governo do Estado e as outras se dividiam entre as de cunho particular e as patrocinadas pela prefeitura; além disso, foram várias outras as benfeitorias apresentadas no local nesses dez anos, tais como a contratação de uma firma de saneamento básico em 1922<sup>9</sup>, e a instalação da Santa Casa de Misericórdia, concluída em 1925. A cidade já contava em 1929 com 14 associações de caridade, 6 casas de saúde, 4 cinemas, 6 tipografias e 3 consulados estrangeiros, fruto da grande concentração de estrangeiros no local.

No mesmo ano, eram quatro as grandes agências bancárias na cidade: *Banco do Commercio e Industria de São Paulo*, *Banco Commercial do Estado de São Paulo*, *Banco do Brasil* e a *Banca Francesa e Italiana*; além destes, estavam em também em atividade no município algumas casas bancárias menores, das quais podem-se destacar as de Germano Cestini e a de Chain José Elias.

No final da década de 1920 era bem maior a quantidade de profissionais diplomados na cidade, sendo encontrados em atividade 31 advogados, 20 médicos, 10

engenheiros, 13 dentistas e 13 farmacêuticos; na lista de *Profissões, Industria e Commercio do Álbum de 1929*, em comparação com o ano de 1919, observa-se a grande diversificação dos estabelecimentos, sendo que à época a cidade já contava com 512 casas comerciais de ramos diversos, agências de revistas e jornais, lojas de armários e fazendas, lojas de calçados e chapéus, camisarias, lojas de artigos para escritório, joalherias, lojas de brinquedos e instrumentos musicais, dentre outros estabelecimentos.

Além disso, havia 10 grandes e bem montadas oficinas mecânicas e 7 lojas de automóveis e acessórios, sendo que apenas a Prefeitura tinha 840 carros motorizados; observa-se também já em 1929 diversas pequenas indústrias como fábricas de gelo, de bebidas, licores e xaropes, laticínios, salames, presuntos e outros produtos.

É importante observar, na lista do *Álbum de 1929*, o crescimento das atividades ligadas ao setor de alimentação; naquele ano estão listados em 35 máquinas de benefício, 12 armazéns de cereais e 87 armazéns de secos e molhados, impressionando também o grande número de compradores de cereais, listados em 21 negociantes.

Na Tabela I, observa-se a grande importância do movimento de grãos na estação local, principalmente do arroz, produto que, excetuando-se o ano de 1925, sempre obteve taxas maiores que as de café, e às vezes muito superior a essas, como no ano de 1920, em que mais de dois milhões de sacas de arroz passaram pela estação da EFA, para apenas 192.000 sacas de café;

<sup>8</sup> Um demonstrativo do extraordinário crescimento apresentado por Rio Preto no período se dá pela agência local dos Correios, que no ano de 1927, ficou em terceiro lugar entre as agências mais movimentadas do Estado, sendo que a primeira colocada foi a agência de Campinas. (CAVALHEIRO, 1929: S/N - Cap. VII - Rio Preto sobre o ponto de vista econômico.s/n.).

<sup>9</sup> Estabelece contrato de prestação de serviços com a prefeitura municipal em 8 de agosto de 1922, por contrato celebrado entre a firma dos Srs. Caetano Castellano & Cia, estabelecida em Rio Claro, sob denominação de "Melhoramentos de Rio Preto Água e Esgotos S. A.". (CAVALHEIRO, 1929: S/N - Cap. VII - Rio Preto sobre o ponto de vista econômico.s/n..)

tal característica existirá até o final da década, mesmo nos anos de crise econômica, o que demonstra a importância do mercado de cereais para a economia local.

O crescimento na comercialização de cereais remete-nos também às características dos novos personagens locais: uma expressiva população imigrante ligada ao trabalho com o café, que participava também do mercado de grãos. A prática de lhes fornecer terras cultiváveis demonstrava-se principalmente bem aceita, tornando-se, talvez, condição principal nas negociações entre os fazendeiros e os trabalhadores.

Nessa terra, os colonos cultivavam sua própria comida, principalmente milho e feijão, mas que às vezes incluía arroz, batata, bem como outros cultivos. Junto com a permissão de plantar alimentos vinha a concessão de pastagens para um limitado número de cabeças de gado, havendo ainda o plantio de hortaliças e a criação de galinhas e porcos nos arredores de suas casas. Podiam ficar com os produtos e negociar qualquer excedente, o que, em muitos casos, proporcionava uma importante fonte adicional de dinheiro.

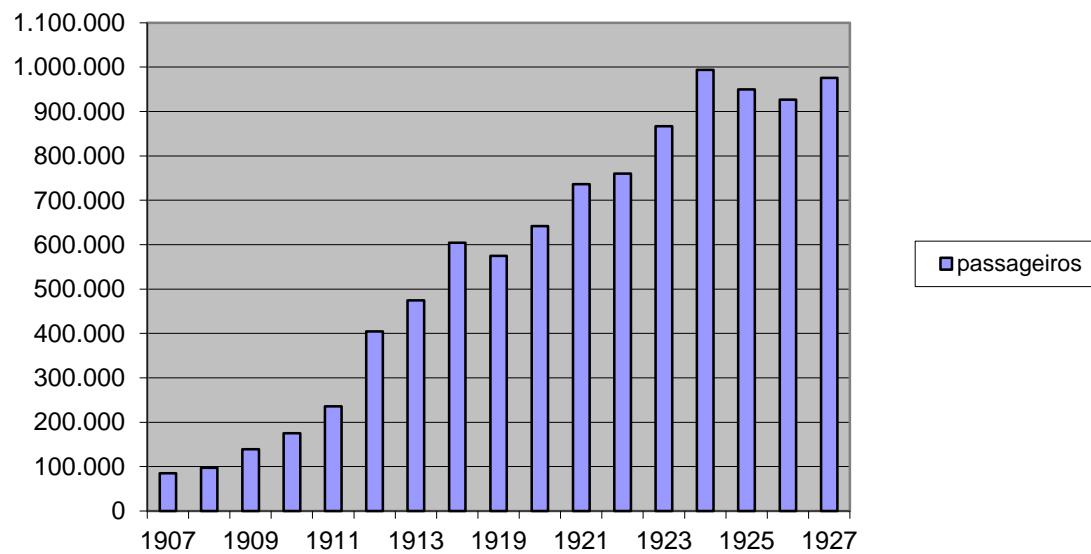
Fica claro que as zonas novas de produção, com abundância de terras a bons preços, tornavam-se a saída para os cafeicultores e, devido às melhores condições de ganho, local preferido dos colonos no início

do século XX, o que explica o redirecionamento do foco de atração de imigrantes e o rápido incremento da população estrangeira da antiga Rio Preto. Para referência da importância de tais vantagens, Holloway calculou que cerca de 70 % da receita de uma família de colonos eram recebidos sob a forma de moradia, terra para plantio de alimentos e privilégios de pastagem (HOLLOWAY, 1984: 126).

Portanto o grande crescimento do município deve-se em grande parte à vinda de trabalhadores imigrantes e nacionais, seja de colonos assalariados, comerciantes e proprietários, cada qual à sua maneira ligados ao complexo cafeeiro. Em 1920, Rio Preto foi o segundo município para onde mais se enviaram imigrantes diretamente da Hespéridia, com um total de 2.407 indivíduos, perdendo apenas para Ribeirão Preto, que recebera naquele ano 2.791 trabalhadores (SILVA, 2002: 46).

O rápido crescimento populacional e de produção de café apresentados pela Araraquarense e S. J. do Rio Preto desde sua incorporação ao sistema exportador cafeeiro remete-nos a um aumento constante nos níveis de chegada de mão de obra, nacional e estrangeira, dado que é confirmado quando observado o considerável aumento no movimento de passageiros da EFA.

**Gráfico 1 - Transporte de passageiros pela Estrada de Ferro Araraquara (1907-1927).**



**Fonte:** SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório apresentado ao Senhor Doutor Julio Prestes de Albuquerque, Presidente do Estado, pelo Dr. José Oliveira de Barros, Secretário da Viação e Obras Públicas. Relatório nº. 1. Exercício de 1927. São Paulo: 1927.

A importância das culturas intercalares era refletida na produção local de cereais, uma vez que, ainda que em valores bem inferiores aos do cultivo do café, constituía importante parte da produção agrícola municipal. Tomemos o exemplo da produção do milho em 1927, em texto do engenheiro civil Eduardo Campoó, para o *Álbum de 1929*:

(...)Esta é outro producto explorado em grande escala por toda a zona, com explendidos resultados. A nossa exportação não deixa de o incluir entre os factores de maior preponderância, tendo cooperado grandemente para a abundância em que vivem relativamente seus cultores, que são sempre em regra geral, os colonos. (CAMPOÓ, E. Relatório Geográfico da Comarca de Rio Preto. In CAVALHEIRO, 1929: S/N - Cap. VII - Rio Preto sobre o ponto de vista econômico)

A grande concentração de estrangeiros na estrutura populacional da região – a Araraquarense tinha, em 1920, 22% de sua população constituída de estrangeiros, 22 mil apenas em São José do Rio Preto, que já abriga, em 1934, uma população de quase 40 mil imigrantes – aliada às novas condições de trabalho oferecidas pela economia cafeeira (salário), faz com que o elemento estrangeiro se transforme em um dos principais agentes urbanos do período, uma vez que boa parcela da população que se dirigia para as novas áreas era constituída de indivíduos que rumavam para as cidades, além da grande maioria de trabalhadores do campo, que constituíam importante mercado consumidor de produtos e importante reforço na pequena produção de gêneros alimentícios.

Daí a importância assumida pela ferrovia no contexto descrito; somente após a instalação dos trilhos a cidade esteve finalmente ligada ao complexo exportador cafeeiro, e, assim como outros vários exemplos urbanos do interior paulista, observa um processo intenso de transformações que culmina na caracterização de áreas antes

despovoadas e de ínfimos e problemáticos movimentos mercantis, em exemplos de concentração populacional e evoluções urbanas, ligadas ao desenvolvimento do sistema capitalista de exportação do café, como elucida a trajetória rio-pretense.

## Referências

- BIANCONI, Renata. Dinâmica econômica e formas de sociabilidade: aspectos da diversificação das atividades urbanas em Campinas (1870-1905). Dissertação de Mestrado/IE UNICAMP. Campinas: 2002.
- CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. São Paulo, 1952, v. 1 e 2.
- CANABRAVA, A.. P. O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo. São Paulo: 1951.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial de São Paulo*. São Paulo: Ed. Difel, 1977.
- CAVALHEIRO, A. *Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto: 1927-1929*. São Paulo: Casa Editora Duprat-Mayençá, 1929.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo: 1880 - 1945*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820 - 1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DEVESCOVI, R. C. B. Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos. Arquivo de História Contemporânea – UFSCar. São Carlos: 1987.
- FRANÇA, a M. (org)Álbum de Araraquara. Araraquara: Paulo Silveira Ed., 1915.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 1984. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 71).
- MARTINS, J. S. *O cativeiro da terra*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias*. 2ªedição, São Paulo, 1974. Ed. Alfa/ Omega/ Sociologia e Política.
- MELLO, João M. Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo, 3.ª ed. ed. Brasiliense, 1984.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café e outros ensaios*. São Paulo, 1941. (Coleção do Departamento de Cultura; v. 25).
- MOMBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec/ Polis, 1984.

PACHECO, Carlos Américo. *Café e cidade em São Paulo: Um estudo do caso de urbanização na região de Araraquara e São Carlos 1880/1930*. Dissertação de Mestrado/IE UNICAMP. Campinas: 1988.

PETRONE, M. T. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765 – 1851)*. São Paulo: 1968.

SAES, Flávio Azevedo de Marques. *As ferrovias de São Paulo: 1870 - 1940*. São Paulo, Hucitec/ INL - Mec, 1981.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Relatório apresentado ao Senhor Doutor Julio Prestes de Albuquerque, Presidente do Estado, pelo Dr. José Oliveira de Barros, Secretário da Viação e Obras Públicas*. Relatório nº. 1. Exercício de 1927. São Paulo: 1927.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. *Relatório de Exercícios da Estrada de Ferro Araraquara - 1946*. São Paulo: 1946.

SILVA, Henry Marcelo Martins da. *O imigrante na urbanização cafeeira de São José do Rio Preto: 1912-1940*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da FHDSS-UNESP, Campus de Franca, para a obtenção do título de Mestre em História. Franca: 2002.

SILVA, R. *Álbum da Comarca de Rio Preto: 1918-1919*. s/ed., 1919.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa/Ômega, 1995.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2.ª ed. 1977.

SPINDEL, Cheynia R.. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SUZIGAN, W. e VILELLA, A. V. *Políticas do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro: 1975.

TAUNAY, Visconde de. *Viagens de Outrora*. São Paulo: Melhoramentos. 1948

TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no interior: Franca e a História da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)*. Tese de Doutorado/IE UNICAMP. Campinas: 1998.

## "EIS QUE VENHO SEM DEMORA!": O LIVRO DE APOCALIPSE E SUA RELAÇÃO COM O CRISTIANISMO NASCENTE DO SÉCULO I d.C.

Alisson Pereira Silva<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho é um ensaio analítico de uma obra literária do cristianismo que ainda hoje é alvo de especulações no campo da religião. O livro de Apocalipse é uma produção que está inserida em um contexto de cultura literária específica, a saber, a literatura apocalíptica. Enquanto estilo literário, podemos identificar traços que dialogam diretamente com o contexto de criação da obra. A partir da análise destes elementos, é possível pensar na ideia de construção de uma identidade cristã, pautado em determinadas representações do Império Romano e da igreja cristã nascente no I século. Há na obra, portanto, uma linguagem ficcional que não está distante de um universo de significação do mundo e da história. É nessa relação entre a história e a literatura que é possível constatar uma busca – por parte da igreja cristã – por romper com a ordem vigente e estabelecer uma realidade ideal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Apocalipse, Império Romano, cristianismo.

### Abstract

This article is an analytical study of a literary work of Christianity that is still the subject of speculation in the field of religion. The book of Revelation is a production that is inserted in a context of specific literary culture, namely the apocalyptic literature. While literary style, we can identify traits that dialogue directly with the creation of the work context. From the analysis of these elements, you can think about the idea of building a Christian identity, based on

certain representations of the Roman Empire and the nascent Christian church in the first century. There in the work, therefore a fictional language that is not far from one of the world universe of meaning and history. It is this relationship between history and literature that it can be seen a search - by the Christian church - to break with the existing order and establish an ideal reality.

**KEYWORDS:** Apocalypse, the Roman Empire, Christianity.

### Introdução

O historiador Antônio Celso Ferreira<sup>2</sup>, em suas reflexões a respeito das possíveis relações – assim como dos limites – entre a história e a literatura, nos permitiu pensar sobre um aspecto de bastante relevância para o fazer historiográfico que se serve do saber literário: ao se enveredar em suas pesquisas no campo da literatura, o historiador precisa tomar um duplo cuidado: não escrever de modo que sua produção se assemelhe a um tratado de crítica literária e, ao mesmo tempo, não tratar a literatura como sendo resultado de uma intenção histórica apenas, pois eleger uma obra literária e delegá-la a uma categoria de *fonte histórica* é uma intenção do historiador, e não do literato<sup>3</sup>.

Essas ponderações iniciais nos fazem lembrar que a literatura fala de um lugar próprio, com regras próprias. É o historiador que se apropria dela para produzir um conhecimento que parte de um outro lugar, com regras e métodos específicos. Não se pode então confundir literatura com história, pois ambas são narrativas diferentes,

<sup>1</sup> Aluno do Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG). Trabalho apresentado à disciplina *Percursos entre História e Literatura*, ministrada pelo Profº Dr. José Benjamin Montenegro.

<sup>2</sup> Cf. FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In.: PINSKY, Carla Bassanezi.; LUCA, Tânia Regina (Orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2011. pp, 61-91.

<sup>3</sup> Não queremos dizer que o literato não está preocupado com a memória ou a história. Apenas afirmamos que, ao falar de um lugar diferente do discurso histórico, a literatura não se obriga a se deter às categorias do conhecimento histórico.

embora a história se valha de recursos literários a fim de construir uma narrativa mais fluida e *digerível*.

Apesar de haver certos limites entre a história e a literatura, isso não significa que seja impossível haver um diálogo entre estas duas áreas do saber. A literatura pode servir a história como um grande manancial, de onde o historiador extraí experiências vividas por homens e mulheres no decorrer do tempo. A produção literária se torna então o que Antônio Celso chamou de *A fonte fecunda*.

O intercâmbio entre a história e a literatura foi cada vez mais recorrente após a primeira geração dos *Annales*, que através da chamada revolução documental passou a produzir trabalhos historiográficos resultantes do uso de obras literárias em suas respectivas pesquisas. Além do mais, o exercício da interdisciplinaridade nos estudos históricos fazia demandar por um novo conceito de fonte histórica, bem como de uma nova definição do que seria a *ciência histórica*.

Tal atitude por parte dos historiadores possibilitou perceber um dado que Antônio Celso expôs em uma de suas considerações acerca da literatura enquanto fonte histórica, a saber, o fato de que o campo literário consiste em um universo fluido, complexo, cabendo ao historiador identificar os traços de subjetividades contidos nas obras literárias. E embora se caracterizem como sendo uma produção mimetizada<sup>4</sup>, as obras literárias possuem traços de seu tempo, transparecem com mais liberdade - de maneira direta ou indireta - as crises e os conflitos

vivenciados no que poderíamos chamar de *tempo de produção*.

Entretanto, o historiador, na perspectiva de Antônio Celso, deve ir além das rotulações dadas pela crítica literária - algo que havíamos supracitado anteriormente -, buscando questionar sobre aspectos da obra como, por exemplo, a que público tal obra se dirige, bem como que papel social, cultural e político a mesma desempenha.

A partir destas considerações acerca do uso da literatura enquanto *fonte fecunda* para a produção de um saber histórico, intentamos expor em nosso artigo a importância da literatura apocalíptica judaica, em especial o livro de Apocalipse de João, para a compreensão do universo religioso, político, social e cultural do cristianismo nascente no século I. Intentamos primeiramente discutir acerca do *Apocalipse* enquanto produção integrante de um gênero literário específico na literatura judaica, para depois analisarmos a maneira como a linguagem ficcional apocalíptica foi utilizada na obra em questão como instrumento de representação do império romano e da igreja cristã em formação no 1º século da era cristã. Para tanto, faremos uma análise histórica de alguns dos elementos literários contidos no Apocalipse, obra escrita provavelmente por João, discípulo de Jesus de Nazaré, por volta do final do primeiro século de nossa era.

Antes de expor analiticamente os aspectos históricos contidos no livro de Apocalipse, é importante inserir a referida obra dentro de uma tradição literária, a saber, a *apocalíptica*, expondo os aspectos

<sup>4</sup> Nesse sentido, nos referimos a ideia de *imitação do mundo* que Aristóteles fazia menção ao falar sobre a literatura.

mais importantes da literatura apocalíptica judaico-cristã.

## O estilo literário apocalíptico: entre o gênero literário e a história

A literatura apocalíptica foi o resultado de uma produção cultural judaico-cristã que se desenvolveu entre os séculos II a.C e o século I d.C. Envolve um conjunto de livros que corresponde aos chamados *pseudoepígrafos*, *deuterocanônicos*, *apócrifos* e *canônicos*<sup>5</sup>. Além do *Apocalipse de João*, temos como exemplo deste tipo de literatura obras como o *Livro de Daniel*, *Os Segredos de Enoque*, trechos do *Livro de Ezequiel*, *Apocalipse de Pedro*, dentre outras produções.

O teólogo e especialista em Letras Clássicas, Dr. Dionísio Oliveira Soares, nos ajuda a sintetizar em linhas gerais o que caracteriza a literatura apocalíptica<sup>6</sup>. De acordo com ele, esse tipo de produção literária tem como marca principal falar sobre conflitos do tempo presente relacionados a um vislumbre de uma nova realidade no porvir. Portanto, uma narrativa de cunho escatológico, que tem como propósito contemplar o tempo histórico como sendo um percurso linear, cuja realização se encontra em um futuro essencialmente antagônico ao tempo hodierno.

Para além dessas considerações, é possível observar que a produção literária apocalíptica judaico-cristã reflete o contexto vivenciado pelos judeus desde o segundo século a.C. Desde o período citado anteriormente, os hebreus da região da Palestina passaram a experimentar uma sucessão de

domínios estrangeiros, dos quais destacamos principalmente dos selêucidas e dos romanos. A religião judaica, firmada na crença de um eterno reino messiânico, vive um período de instabilidade, com a presente incerteza do cumprimento da promessa da vinda de um messias libertador. Ao mesmo tempo, tal clima de tensão e volatilidade sócio-religiosa se agrava quando o corpo religioso judaico se fragmenta em algumas facções, a exemplo dos *fariseus*, *saduceus*, *zelotes* e *essênios*. Aqueles dias eram interpretados como sendo difíceis e problemáticos.

No 1º século da era cristã, a situação não se modifica muito. Pelo contrário, as tensões religiosas se intensificam com a disseminação do cristianismo pelo Império Romano. Os cristãos se veem encerrados em uma via sem volta: de um lado, a perseguição por parte dos judeus força muitos adeptos do cristianismo saírem da Palestina, à procura de um lugar de refúgio; do outro lado, a acirrada perseguição romana, que buscava naquele período exterminar os seguidores do Jesus de Nazaré, pelo fato dos cristãos representarem uma ameaça à ordem social<sup>7</sup> e ao culto praticado pelos romanos em honra ao Imperador.

Nesse sentido, na esteira da concepção da história judaico-cristã, a literatura apocalíptica se colocou como instrumento para a construção de uma leitura mais ampla dos problemas que se manifestavam no tempo presente da história da humanidade. Para a *apocalíptica*, o presente é o momento em que se desenvolvem os conflitos, ou melhor, a grande batalha entre as forças

<sup>5</sup> Percebemos, portanto, que a literatura apocalíptica possui uma ampla produção, que não se restringe aos livros que foram considerados *sagrados* pela religiões judaica e cristã.

<sup>6</sup> Mais detalhes, Cf. SOARES, Dionísio Oliveira. A literatura apocalíptica: o gênero como expressão. In.: Revista Horizonte: Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 99-113, dez. 2008.

<sup>7</sup> Tácito, senador e historiador romano do século II, ao fazer referência aos cristãos da época do Império Romano, afirma que: "[...]Nero criou bodes expiatórios e realizou as mais refinadas torturas em certos homens odiados por suas abominações: os cristãos (como eles eram popularmente chamados). Cristo, de onde o nome teve origem, sofreu a penalidade máxima durante o reinado de Tibério, pelas mãos de um dos nossos procuradores, Poncio Pilatos. Pouco após, uma perversa superstição voltou à tona e não somente na Judéia, onde teve origem, como até em Roma, onde as coisas horrentas e vergonhosas de todas as partes do mundo encontram seu centro e se tornam populares" (Anais, XV, 44).

divinas e satânicas, período em que aparentemente as coisas pareciam ter saído do controle divino. Ao mesmo tempo, temos nessa mesma perspectiva da literatura a ideia de um futuro em que

[...] o triunfo de Deus está assegurado, e junto com ele o triunfo de seu povo. Essa vitória se alcançará não por desenvolvimento natural, mas por revolução ou, preferivelmente, por uma intervenção catastrófica e sobrenatural. (SOARES, 2008, pág. 101)

É nesta perspectiva que o livro de *Apocalipse de João* se insere. O título do livro, originado do termo grego *Αποκάλυψις*, pode ser traduzido como *Revelação*. É, portanto, um livro que pretende transmitir uma mensagem profética de esperança em um tempo de instabilidades e tensões, no propósito de fortalecer a fé daqueles que estão inseridos na comunidade religiosa, ao mesmo tempo em que se pretende desvendar e ampliar as relações históricas hodiernas.

Tal literatura apocalíptica se mostra então conectada a seu tempo. Isso nos remete ao que Bakhtin se refere ao mencionar as relações entre a produção literatura e as experiências históricas. Para ele, "a literatura é parte inalienável da cultura, sendo impossível compreendê-la fora do contexto global da cultura numa determinada época" (BAKHTIN, 1997, pág. 362).

## A linguagem ficcional à serviço de uma interpretação do mundo

O livro de Apocalipse<sup>8</sup> foi uma obra escrita durante o século I de nossa era. Entretanto há uma

divergência quanto à data razoável em que o livro foi produzido, o que gerou uma série de debates acerca deste tema<sup>9</sup>. Algumas datas possíveis remetem aos anos que precederam a queda de Jerusalém, em 70 d.C., ou senão ao período do governo do Imperador Domiciano, entre 81-96 d.C. Entretanto, o que podemos afirmar é que o livro está inserido em um contexto em que o cristianismo está se espalhando pelo Império Romano e concomitante a isto as perseguições religiosas sofridas pelos cristãos também aumenta consideravelmente.

Quanto à autoria do Apocalipse, a tradição cristã costuma atribuir este posto à João, discípulo e apóstolo de Jesus Cristo, devido à declaração inicial do livro, que faz menção ao nome do autor e de sua situação<sup>10</sup>:

*João, às sete igrejas que se encontram na Ásia, graça e paz a vós outros, da parte daquele que é, que era e que há de vir, da parte dos sete Espíritos que se acham diante do seu trono [...]. Eu, João, irmão vosso e companheiro na tribulação, no reino e na perseverança, em Jesus, achei-me na ilha chamada Patmos, por causa da palavra de Deus e do testemunho de Jesus. (Apocalipse I, 4, 9. Grifos nossos).*

O livro de Apocalipse é repleto de linguagem metafórica. Desde o início da obra até o seu final, percebemos que o autor recorre a simbolismos, de modo que a leitura do livro é tida por alguns como sendo algo difícil ou ambíguo demais para a compreensão. Consequência disso é a variedade imensa de propostas interpretativas<sup>11</sup> do livro em questão, formuladas pelas

<sup>8</sup> A tradução que usaremos neste artigo para as citações do livro de Apocalipse é a de João Ferreira de Almeida – Edição Almeida Revista e Atualizada (ARA).

<sup>9</sup> Sobre este debate, Cf. DEVENTER, Jack Van. A datação do Apocalipse. Disponível em: <[http://www.monergismo.com/textos/preterismo/datacao-apocalipse\\_deventer.pdf](http://www.monergismo.com/textos/preterismo/datacao-apocalipse_deventer.pdf)>

<sup>10</sup> Neste mesmo período o apóstolo João achava-se exilado na ilha de Patmos, localizada próximo à Ásia Menor. Nesta ilha, eram aprisionadas pessoas que eram consideradas perigosas à ordem social imposta pelo Império Romano. Sobre a ameaça da disseminação da mensagem cristão para o Império Romano, discutiremos mais adiante.

<sup>11</sup> Neste universo interpretativo, destacamos três vertentes: os *pré-milenistas*, que fazem uma interpretação literal do Apocalipse, atribuindo a ele um caráter quase exclusivamente escatológico; os *amilenistas*, interpretam o livro levando em consideração os aspectos simbólicos da obra; e os *pós-milenistas*, que fazem uma interpretação do livro a partir de uma

principais ramificações do cristianismo católico e protestante. Para além das interpretações e dos usos/abusos das mesmas, é preciso compreender que a linguagem metafórica-simbólica do Apocalipse não está desconectada do universo subjetivo judaico-cristão da época. Nesse intercâmbio passado/presente, o autor do livro utiliza uma linguagem ficcional para representar alguns aspectos que envolvem a fé cristã, a comunidade eclesiástica e o Império Romano de então. É o que veremos a seguir.

## Em busca de uma divindade cristã

No período de formação da igreja cristã, podemos perceber uma pluralidade de ideias sobre a pessoa de Jesus Cristo. Basta destacar os *gnósticos* que, embora fosse um grupo de difícil detecção por causa de sua variedade doutrinária, negavam a divindade de Cristo, atribuindo a ele apenas o fato de que ele havia recebido uma emanção divina, o que não se confundiria com a pessoa de Deus. Nesse contexto, em que algumas ideias se apresentavam como uma ameaça à igreja que nascia sob a tutela dos apóstolos, era imprescindível deixar marcas discursivas que servissem como instrumento de combate às chamadas *heresias*<sup>12</sup>.

Um exemplo do que estamos falando reside quando lemos a descrição que o autor do Apocalipse faz de Jesus Cristo no seguinte trecho:

Voltei-me para ver quem falava comigo e, voltado, vi sete candeeiros de ouro e, no meio dos candeeiros, um semelhante a filho de homem,

com vestes talares e cingido, à altura do peito, com uma cinta de ouro. A sua cabeça e cabelos eram brancos como alva lã, como neve; os olhos, como chama de fogo; os pés, semelhantes ao bronze polido, como que refinado numa fornalha; a voz, como voz de muitas águas. [...] O seu rosto brilhava como o sol na sua força. Quando o vi, caí a seus pés como morto. Porém ele pôs sobre mim a mão direita, dizendo: Não temas; eu sou o primeiro e o último e aquele que vive; estive morto, mas eis que estou vivo pelos séculos dos séculos e tenho as chaves da morte e do inferno. (Apocalipse I, 12-18. Grifo nosso.)

Inicialmente, tal linguagem ficcional parece não fazer sentido algum. Mas se atentarmos para a produção apocalíptica judaica podemos encontrar descrições semelhantes a esta. Temos como exemplo o *Livro de Daniel*<sup>13</sup>. Em uma das narrativas que o autor constrói a respeito dos encontros do personagem Daniel com Deus, temos a descrição a seguir:

Continuei olhando, até que foram postos uns tronos, e o *Ancião de Dias* se assentou; sua veste era branca como a neve, e os cabelos da cabeça, como a pura lã; o seu trono eram chamas de fogo, e suas rodas eram fogo ardente. Um rio de fogo manava e saía de diante dele; milhares de milhares o serviam, e miríades de miríades estavam diante dele; assentou-se o tribunal, e se abriram os livros. (Daniel VII, 9-10. Grifo nosso.)

No trecho acima, percebe-se uma narrativa que busca fazer uma representação sobre Deus, personificado no referido trecho como sendo um *Ancião de Dias* – ou um homem velho, tipificando a eternidade ou a pré-existência. Há

mescla entre o que seria literal e simbólico no Apocalipse, sem perder de vista o caráter essencialmente escatológico da obra.

<sup>12</sup> Mais informações acerca das vertentes do pensamento cristão no século I, Cf. DUBOIS, Jean-Daniel. Polêmicas, poder e exegese: o exemplo dos gnósticos antigos no mundo grego. In.: ZERNER, Monique (Org.). Inventar a heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

<sup>13</sup> Esta obra em particular também possui um forte teor apocalíptico, uma vez que trata-se de uma produção literária escrita provavelmente no período do chamado *Exílio Babilônico*, no século VI a.C. Neste período em especial, o grupo sacerdotal judeu interpretou a invasão dos Caldeus ao Reino de Judá como sendo um castigo divino. O tempo do cativeiro babilônico seria então um momento de sofrimento e, ao mesmo tempo, de espera pela manifestação de Deus, quando Ele finalmente traria paz e descanso ao povo judeu.

uma linguagem que remete às noções de pureza, a exemplo da luz produzida pelo fogo e as cores das vestes do personagem em foco. Estas descrições fazem alusão aos atributos que geralmente os judeus costumam fazer referência quando se trata da pessoa de Deus: eternidade e santidade.

É pertinente fazer uma comparação entre a descrição feita pelos dois livros citados<sup>14</sup>, uma vez que no 1º século de nossa era o cristianismo busca se afirmar enquanto religião sob a égide da divindade de Cristo. Logo, a linguagem metafórica usada pelo autor de Apocalipse para descrever a pessoa de Jesus – possivelmente sob influência de outras obras literárias apocalípticas da tradição judaica – poderia estar associada à intenção de dar a este Cristo um atributo de divindade.

Outros trechos do Apocalipse apontam para esta intenção. O Cristo, representado no início do livro de Apocalipse na figura de um *cordeiro*, é alvo de adoração. Em uma cena cujo plano de fundo é um cenário celestial, os participantes da trama dirigem palavras de adoração a Jesus: “Àquele que está sentado no trono e ao Cordeiro, seja o louvor, e a honra, e a glória, e o domínio pelos séculos dos séculos” (Apocalipse V, 13. Grifo nosso). Logo, a narrativa apocalíptica não trata o Cristo apenas como um filho de Deus no sentido afetivo do termo. Pelo contrário, o autor do livro faz questão de igualá-lo à própria divindade. Isso seria uma forma de atribuir uma identidade à igreja cristã em formação, uma vez que acreditar na divindade de Jesus diferenciaria os cristãos dos judeus

que, na perspectiva do cristianismo, rejeitaram a mensagem messiânica propagada por Jesus e seus seguidores.

O Cristo representado na linguagem apocalíptica está associado a um chefe vitorioso, semelhante aos valentes centuriões romanos, e até mesmo superior ao imperador romano. O autor do Apocalipse faz questão de descrever essa imagem:

Vi o céu aberto, e eis um cavalo branco. O seu cavaleiro se chama Fiel e Verdadeiro e julga e peleja com justiça. [...] Está vestido com um manto tinto de sangue, e o seu nome se chama o Verbo de Deus; [...]. Saída sua boca uma espada afiada, para com ela ferir as nações; e ele mesmo as regerá com cetro de ferro e, pessoalmente, pisa o lagar do vinho do furor da ira do Deus Todo-Poderoso. Tem no seu manto e na sua coxa um nome inscrito: REI DOS REIS E SENHOR DOS SENHORES. (Idem, XIX, 11-14. Grifos nossos.)

O Jesus descrito na passagem acima está voltando de uma guerra – daí a ideia das vestiduras manchadas de sangue. E o que mais chama a atenção é o fato de que o autor representa o Cristo como sendo um chefe político-militar, aquele que expandiria seus domínios, tal qual a ação do Império Romano de então. Logo, há uma intenção de construir para a igreja cristã uma concepção de *messias* que busca mesclar elementos transcendentais e imanentes, de modo a mostrar que a comunidade cristã deveria esperar o socorro escatológico daquele que um dia se manifestaria na história da humanidade como um deus e, ao mesmo tempo, um líder

<sup>14</sup> Valendo salientar que o *Livro de Daniel* pode ser classificado, como dissemos anteriormente, como uma produção literária apocalíptica.

governamental que traria uma nova ordem para todos os homens.

Perceba na descrição destacada anteriormente que o autor do livro relaciona o estabelecimento da nova ordem com o extermínio daqueles que não se ajustariam à cosmovisão daqueles que declarariam Jesus como o *Rei dos Reis e Senhor dos Senhores*. Temos então mais um aspecto da literatura apocalíptica: o mal, embora esteja presente e oprime aqueles que se consideram justos, é um dado transitório. Mais cedo ou mais tarde, ele daria lugar ao bem, havendo paz e bondade entre todos os homens.

### Imagens de um império romano

Tal caracterização da divindade cristã, comentada anteriormente, incide da reação hostil pelo qual os seguidores de Jesus estavam sofrendo por parte de judeus e romanos. De um lado, aqueles que de modo algum conceberia a ideia de um deus encarnado; do outro lado, aqueles que adoravam o Imperador romano como se fosse uma divindade, rejeitando a ideia de um Jesus que estivesse acima da figura do chefe imperial. O cristianismo seria então uma ameaça para ambos. As declarações do livro de Apocalipse nos permite identificar a afronta que os cristãos faziam tanto aos judeus quanto aos romanos.

Particularmente a estes últimos, podemos destacar um trecho do livro que busca tipificar a figura do imperador romano: "Aqui está a sabedoria. Aquele que tem entendimento calcule o número da besta, pois é número de homem.

Ora, esse número é seiscentos e sessenta e seis." (Idem, XIII, 18. Grifo nosso). O tradicional *número da besta* era uma combinação numérica que correspondia ao nome de *Nero César* em hebraico<sup>15</sup>. Independentemente das discussões sobre o período de produção do Apocalipse<sup>16</sup>, tal analogia é possível de ser concebível, uma vez que a figura de Nero é bastante significativa para a comunidade cristã. Esse imperador em especial havia exterminado milhares de cristãos durante o seu governo imperial, bem como responsável pela autorização da execução dos principais ícones da igreja cristã da época: Simão Pedro e Paulo de Tarso.

Logo, atribuir uma imagem monstruosa do imperador é associá-lo a um sistema opressor para a igreja. Mais que isso, dar destaque a Nero nesse contexto é torna-lo uma representação do que seria o império romano, independentemente do chefe de governo que estivesse no poder<sup>17</sup>. O império Romano seria, então, a manifestação concreta das forças malignas, uma vez que o imperador estaria à serviço da Besta – uma representação da figura de Satanás no livro de Apocalipse – em perseguição aos cristãos.

Na perspectiva do autor de Apocalipse, tal conjuntura iria inevitavelmente entrar em declínio para dar lugar ao governo de Cristo na Terra em um momento futuro na história. A comparação do Império Romano com a antiga cidade da Babilônia é um recurso que de certam maneira nos mostra a relação entre o Apocalipse e algumas produções do gênero apocalíptico

<sup>15</sup> Vale destacar que até a invenção do sistema numérico arábico, os números eram escritos nas culturas hebraica e greco-romana a partir das letras do alfabeto fonético. Daí, ao mesmo tempo que temos uma grafia hebraica para o nome do imperador Nero, também obtemos representação numérica do mesmo. Mais informações sobre a temática, Cf. GENTRY JR., Kenneth L. O Número da Besta. Disponível em: <http://www.monergism.com/textos/preterism/numero-bestaparterism.pdf>

<sup>16</sup> Como dissemos anteriormente, há uma divergência entre os teólogos e estudiosos da literatura judaico-cristã acerca da datação do livro de Apocalipse. Se o Apocalipse foi escrito antes da queda de Jerusalém, então a referência a Nero foi direta. Caso o livro foi produzido na época do governo do Imperador Domiciano (81-96 d.C.), a figura de Nero é apenas alegórica. Em ambos os casos, o Imperador Nero foi tratado como um arquétipo do chefe de governo à serviço das forças do mal, em oposição à Igreja Cristã.

<sup>17</sup> Por isso dissemos que a interpretação usual sobre o número da besta, que atribui a Nero a figura de representante das forças malignas, seria possível.

judaico. A cidade de Roma estaria para os cristãos como a Babilônia foi para os judeus na época do exílio. Em síntese, o período de aflição e cativeiro, o contexto de perseguição religiosa exercido por um determinado sistema político não-aliado das forças divinas, teria um fim certo. A linguagem utilizada no livro tem um tom de profecia. A transitoriedade do Império Romano seria representada pela alegoria da *Queda de Babilônia*<sup>18</sup>:

Depois destas coisas, vi descer do céu outro anjo, que tinha grande autoridade, e a terra se iluminou com a sua glória. Então, exclamou com potente voz, dizendo: Caiu! Caiu a grande Babilônia e se tornou morada de demônios, covil de toda espécie de espírito imundo e esconderijo de todo gênero de ave imunda e detestável, pois todas as nações têm bebido do vinho do furor da sua prostituição. Com ela se prostituíram os reis da terra. Também os mercadores da terra se enriqueceram à custa da sua luxúria. (Apocalipse, XVIII, 1-3. Grifo nosso.)

Esse jogo de significações que percorre todo o livro de Apocalipse faz parte de uma tradição literária que, como dissemos anteriormente, lança mão dos simbolismos e das alegorias para representar determinados aspectos da realidade. Nesse sentido, lembramos do que Antônio Cândido falou a respeito da linguagem ficcional e suas relações com as experiências vividas na chamada *literatura primitiva*:

A arte, e portanto, a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres e os sentimentos. Nela se combinam um

elemento de vinculação à realidade natural e social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração, e implicando uma atitude de gratuidade. (CANDIDO, 2008, pág. 63)

Nesse sentido, podemos perceber que a linguagem fictícia/simbólica não está isenta de uma intenção de realidade ou de uma representação da mesma. Os signos literários – ou em outras palavras, a ficção – estão interligados com o vivido, criando um universo interpretativo do mundo e das coisas, como o estudioso em literatura Wolfgang Iser expôs em um de suas reflexões:

[...] os diversos signos ficcionais não indicam que por eles se opera uma oposição à realidade [...]. Pois o sinal de ficção no texto assinalado é antes de tudo reconhecido através de condições determinadas, historicamente variadas, de que o autor e o público compartilham e que se manifestam nos sinais correspondentes." (ISER, 2002, pág. 969-970)

## Um horizonte utópico: um propósito definido

O desfecho do livro de Apocalipse nos dá uma percepção do contraste entre as temporalidades apresentadas na obra. A narrativa joanina propõe a noção de um tempo presente que está em uma condição oposta à uma perspectiva de realidade futura. Esta é uma das características do gênero apocalíptico – e não seria diferente do Apocalipse: pensar o tempo hodierno como caótico, dominado por um sistema corrupto e opressor daqueles que sofrem, em contraposição a um

<sup>18</sup> Posteriormente, este tipo de leitura acerca do Império Romano ganha força, principalmente a partir do século IV e V, por se tratar de uma época em que os domínios do Imperador de Roma passam a ser ameaçados com as invasões estrangeiras ao Império – mais conhecidas como invasões bárbaras. Tamanha visibilidade deve-se principalmente aos escritos de Santo Agostinho, em particular o seu livro *Cidade de Deus*. Devido ao contexto de crises e tensões dentro de Roma, bem como das relações entre estes e a narrativa de Apocalipse, houve uma revisitação aos escritos apocalípticos de João, fato que determinou no século IV a inclusão desta obra no conjunto de livros sagrados do cristianismo.

futuro de restauração e paz, o momento em que as forças do bem finalmente venceriam a *Batalha Final*.

O tempo futuro é idealizado pelo autor de Apocalipse. Na descrição final do livro, é recorrente observar expressões e alegorias que transmitem a ideia do novo, em contraposição ao tempo presente:

Vi novo céu e nova terra, pois o primeiro céu e a primeira terra passaram, e o mar já não existe. Vi também a cidade santa, a nova Jerusalém, que descia do céu, da parte de Deus, ataviada como noiva adornada para o seu esposo. [...] Elhes enxugará dos olhos toda lágrima, e a morte já não existirá, já não haverá luto, nem pranto, nem dor, porque as primeiras coisas passaram. (Apocalipse, XXI, 1-4)

Percebemos nesta descrição que há uma projeção, um vislumbre de um tempo futuro oposto ao presente – representado como caótico. Este seria substituído por uma nova ordem, por um lugar que, na perspectiva da narrativa apocalíptica, não existiria a perseguição, o choro e a dor. Vale salientar mais uma vez que a igreja cristã do primeiro século de nossa era, estão sendo duramente perseguidos e mortos<sup>19</sup>, desde o governo de Nero até o Imperador Vespasiano<sup>20</sup>.

Tomando por base a perspectiva da concretização de um futuro próximo, podemos fazer menção a outro aspecto da literatura apocalíptica: produzir uma narrativa que tem como propósito estimular a comunidade sofredora a permanecer fiel às suas crenças e convicções, engajando os indivíduos da mesma na busca pelo estabelecimento do

mundo idealizado por eles. A nova realidade seria então uma recompensa para aqueles que se manteriam firmes naquilo que aprenderam na tradição religiosa a qual foram ensinados. Este tipo de linguagem é recorrente no livro de Apocalipse. Basta indicar um exemplo em particular. O autor constrói uma narrativa, dando lugar à fala do personagem Jesus. Seria como se o Cristo estivesse escrevendo cartas às principais igrejas cristãs da Ásia Menor. Em uma delas, vemos o estímulo dado ante às dificuldades do tempo presente:

Não temas as coisas que tens de sofrer. Eis que o diabo está para lançar em prisão alguns dentre vós, para serdes postos à prova, e tereis tribulação de dez dias. Sê fiel até à morte, e dar-te-ei a coroa da vida. Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas: O vencedor de nenhum modo sofrerá dano da segunda morte. (Apocalipse II, 10-11)

O mais emblemático disso é que o autor do livro age como se ele estivesse saído da cena principal e dado lugar à fala de Jesus. Isto fazia toda a diferença, pois as palavras de conforto e ânimo às comunidades cristãs teriam uma conotação especial: era a própria divindade cristã que os falaria.

Este exercício e esforço por romper com a ordem presente e estabelecer uma nova ordem, sob a égide do governo de Cristo na terra, pode ser entendido se nos deslocarmos levemente para um diálogo com a sociologia, pensando as reações cristãs à ordem romana propostas no livro de Apocalipse a partir da ideia de *utopia* pensada por

<sup>19</sup> Quem nos dá uma noção histórica de como possivelmente aconteceu a ação perseguidora dos romanos e judeus aos cristãos é um autor inglês chamado John Foxe. Ele viveu no século XVI e escreveu um livro popularmente conhecido na comunidade protestante, intitulado *O Livro dos Mártires*. Nesta obra, o autor faz um histórico da perseguição religiosa aos cristãos, desde o século I até o reinado da rainha Maria I. Para fundamentar suas investigações sobre o século I, o autor faz uso das obras patrísticas e de historiadores eclesiásticos, a exemplo do Eusébio de Cesareia. Para um aprofundamento dessas discussões, Cf. Foxe, John. *O livro dos mártires*. Trad.: Almíro Pizetta. São Paulo: Mundo Cristão, 2003.

<sup>20</sup> Considerando que o período mais recente de produção do Apocalipse diz respeito ao tempo do governo deste último imperador citado.

Karl Mannheim. Na perspectiva de Mannheim, o pensamento utópico

reflete a descoberta [...] de que certos grupos oprimidos estão intelectualmente interessados na destruição e na transformação de uma dada condição da sociedade que, mesmo involuntariamente, somente veem na situação os elementos que tendem a negá-la. [...] em seu pensamento, buscam mudar a situação existente. Seu pensamento [...] pode ser usado como uma orientação para a ação. Na mentalidade utópica, o inconsciente coletivo, guiado pela representação tendencial e pelo desejo de ação, oculta determinados aspectos da realidade. Volta as costas a tudo que pudesse abalar sua crença ou paralisar seu desejo de mudar as coisas. (MANNHEIM, 1976, p. 66-67)

Mannheim nos ajudaria então a entendermos o contexto essencial da literatura apocalíptica, especialmente o livro de Apocalipse: os cristãos do I século deveriam ser firmes o bastante para continuarem agindo de maneira oposta aos interesses romanos, uma vez que o retorno do Messias era um dado certo. A certeza deste acontecimento é declarado pelo autor no início da obra: "Eis que vem com as nuvens, e todo olho o verá, até quantos o traspassaram. E todas as tribos da terra se lamentarão sobre ele. Certamente. Amém!" (Apocalipse I, 7). Este seria o horizonte utópico que estimularia os cristãos à ação de resistência ante os atos de perseguição romana, engajando-os na construção de uma nova ordem, regida por Cristo em seu retorno à Terra.

## Uma breve consideração final

É certo que ainda existe muitos aspectos a serem tratados sobre o livro de Apocalipse, no que tange às relações entre literatura e história. Enquanto obra literária, o Apocalipse está inserido em um conjunto de produções em comum, com características próprias. A linguagem metafórica, o contexto de produção das obras, o propósito das narrativas construídas, são alguns dos aspectos que constatamos na leitura do livro que analisamos, bem como os demais que tivemos acesso de ler.

Constatamos que a produção literária não está desconectada com as experiências históricas de seu tempo de criação. A partir delas o autor ajusta, cria, imagina e *ficciona* seu texto. O livro de Apocalipse não estaria fora destas relações. Em um contexto difícil para a igreja cristã nascente no século I, o autor do livro citado utiliza de um estilo de escrita para conferir um certo traço de identidade à comunidade cristã, bem como criar para os cristãos um horizonte de expectativa quanto ao futuro. Horizonte esse que poderia estimular os seguidores de Jesus a se manterem constantes ante as perseguições do Império Romano e dos judeus.

Acreditamos que enveredar por esse universo de pesquisa contribui para a compreensão da história do Império Romano, em geral, e da formação da igreja cristã, em particular. Entretanto, o ato da pesquisa não se esgota em um simples texto. Ele se esvai em sua continuidade. Ainda há muitos outros aspectos a serem levados em consideração, o que faremos

posteriormente em nossas investigações. Tal postura pode nos fazer perceber outras leituras e interpretações acerca do contexto

espaço-temporal que analisamos neste texto. Nesse sentido, a literatura da época contribui inquestionavelmente para isso.

## Referências

- BAKHTIN, Mikail. Os estudos literários hoje. In.: Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CANDIDO, Antonio. Estímulos da criação literária. In.: Literatura e sociedade: estudos de Teoria e História Literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.
- DEVENTER, Jack Van. A datação do Apocalipse. Disponível em: [http://www.monergismo.com/textos/preterismo/datacao-apocalipse\\_deventer.pdf](http://www.monergismo.com/textos/preterismo/datacao-apocalipse_deventer.pdf). Acesso em: 14 de Fevereiro de 2014, às 13:45.
- DUBOIS, Jean-Daniel. Polêmicas, poder e exegese: o exemplo dos gnósticos antigos no mundo grego. In.: ZERNER, Monique (Org.). Inventar a heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição. Campinas: Editora da Unicamp, 2009
- FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In.: PINSKY, Carla Bassanezi.; LUCA, Tânia Regina (Orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2011. pp, 61-91.
- Foxe, John. O livro dos mártires. Trad.: Almiro Pizetta. São Paulo: Mundo Cristão, 2003.
- GENTRY JR., Kenneth L. O Número da Besta. Disponível em: <[http://www.monergismo.com/textos/preterismo/numero-bestas\\_gentry.pdf](http://www.monergismo.com/textos/preterismo/numero-bestas_gentry.pdf)>. Acesso em: 15 de Fevereiro de 2014, às 00:32.
- ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In.: LIMA, Luiz Costa (Org.). Teoria da literatura e suas Fontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 2.
- MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- SOARES, Dionísio Oliveira. A literatura apocalíptica: o gênero como expressão. In.: Revista Horizonte: Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 99-113, dez. 2008.
- TÁCITO. *Anais*. Trad. J. L. Freire de Carvalho. São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores, 1964.

## UM ISOLAMENTO OPCIONAL: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO IMIGRANTE NÃO INTEGRADO AO BRASIL DA OBRA *UM RIO IMITA O RENO*

Rodrigo Luis dos Santos<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar como o escrito Clodomir Vianna Moog estabelece a construção da imagem do imigrante e descendente não vinculado de forma opcional à sociedade brasileira, através do romance *Um rio imita o Reno*, de 1938. Também pretende-se apontar as bases que Vianna Moog utilizou para a concepção de seu livro, tanto da construção literária da cidade onde se desenvolve a história, Blumental, como na construção do enredo e de alguns personagens, vinculados, possivelmente, com alguns agentes históricos que atuaram nas décadas de 1930 e 1940.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imigrantes alemães. Inserção social. Preconceito étnico.

### Abstract

This article aims to analyze how the writing Clodomir Vianna Moog establishes the construction of the image of the immigrant and descendant unbounded optionally Brazilian society through the novel *Um rio imita o Reno*, 1938. Also seeks to point out bases that Vianna Moog used to design your book, both literary construction of the city where the story develops, Blumental, as in the construction of the plot and some characters, linked possibly with some historical actors who acted in the decades of 1930 to 1940.

**KEYWORDS:** German immigrants. Social inclusion. Ethnic prejudice.

### Introdução

Em 1938, a Livraria e Editora do Globo, sediada em Porto Alegre, lança o livro *Um rio imita o Reno*, do escritor Clodomir Vianna Moog. Em pouco tempo, esta obra se torna um grande sucesso editorial, com um número bastante expressivo de exemplares vendidos, exigindo inclusive a publicação de novas edições. Em 1939, Vianna Moog é contemplado com o Prêmio Graça Aranha<sup>2</sup>. Nas décadas seguintes, outras edições do livro são publicadas, também por diferentes editoras, como a Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro. Em linhas gerais, e como é mais comumente conhecido, *Um rio imita o Reno* enfoca a questão do conflito étnico, a partir do romance não aceito de dois personagens: Geraldo Tôrres, um jovem amazonense, e Lore Wolff, uma jovem de origem alemã.

Nosso objetivo neste artigo é abordar uma análise sobre alguns aspectos desta obra. Uma atenção maior será dada para a forma como Vianna Moog constrói a participação social de imigrantes e descendentes de alemães, como estes se relacionam com a sociedade brasileira. Além disso, buscaremos mostrar como se deu a construção do cenário e do ambiente político escolhido pelo autor na feitura de seu romance. Para tanto, este trabalho será dividido em três partes: a primeira, trazendo aspectos da biografia de Vianna Moog; a segunda, estabelecendo apreciações sobre o contexto político e social do Rio Grande do Sul na época da escrita do livro e, terceira parte, verificar analiticamente alguns

<sup>1</sup> Mestrando em História /UNISINOS. Bolsista FAPERGS/CAPES. [ruiis.historia@gmail.com](mailto:ruiis.historia@gmail.com)

<sup>2</sup> Prêmio concedido pela Academia Brasileira de Letras. O prêmio homenageia, em sua denominação, o escritor e diplomata José Pereira da Graça Aranha (1868-1931), nascido no Maranhão, que fizera parte da Academia Brasileira de Letras até 1924, quando se desvinculou da mesma. Era defensor do Modernismo, sendo inclusive um dos organizadores da semana da arte Moderna de 1922, em São Paulo. Sua visão de modernização artística e literária foi um dos motivos de seu afastamento da Academia Brasileira de Letras, da qual acusava de não aceitar renovações e mudanças. Foi fundador da Cadeira 38 desta agremiação. Sua obra mais conhecida é *Canaã*, publicada em 1902, que aborda a questão da imigração alemã para o estado do Espírito Santo.

elementos significativos presente em *Um rio imita o Reno*.

Apreciar criticamente uma obra literária é um processo desafiador para um historiador. Segundo Valdeci Rezende Borges,

se a literatura, como outros monumentos e arquivos humanos, guarda as questões de um tempo e as marcas de um povo e de um lugar, lidar com tais fontes requer a construção de instrumentos afinados capazes de lançar luz àquilo que traz em seu bojo (BORGES, 2010, p. 107).

A não proximidade com certos instrumentais teórico-metodológicos de análise literária podem corroborar muitas vezes para uma análise superficial. Inclusive pelo fato de, durante muito tempo, a literatura ser vista como uma fonte não satisfatoriamente segura ou meramente ilustrativa. Conforme Pesavento (2006) "a literatura cumpria face à história um papel de descontração, de leveza, de evasão, "quase" na trilha da concepção beletrista de ser um sorriso da sociedade...". Mas também podem surgir análises que tragam luz sobre aspectos intrínsecos presentes em determinada obra, que somente os referenciais e os métodos historiográficos conseguem expor e analisar. É neste campo tênue que iremos analisar este romance de Vianna Moog

### **Clodomir Vianna Moog**

Clodomir Vianna Moog nasceu na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, no dia 28 de outubro de 1906. Era filho de Maria da Glória Vianna Moog, professora, que faleceu quando Vianna Moog ainda era criança, e de Marcos Moog,

funcionário público federal. Marcos Moog também era natural de São Leopoldo, mas possuía fortes ligações com Novo Hamburgo, inclusive residindo nessa localidade, que até 1927, era o 2º Distrito de São Leopoldo. Tanto que Marcos Moog era integrante do grupo que se empenhou pela emancipação de Novo Hamburgo, entre 1924 e 1927. Pela parte paterna, Clodomir Vianna Moog era neto de Frederico Adolfo Moog, que exerceu liderança política em São Leopoldo, inclusive sendo conselheiro municipal (atual cargo de vereador) entre 1924 e 1928. Um fato curioso é que neste período ocorreu a tentativa (e posterior êxito) de emancipação de Novo Hamburgo, da qual Frederico Adolfo Moog não era favorável. Tendo em vista que seu filho, Marcos Moog, era membro do grupo emancipacionista, temos um cenário de conflito também familiar envolvendo esta questão. O que em um primeiro momento pode parecer destoante dentro da análise da biografia de Clodomir Vianna Moog, é um aspecto importante para compreender a obra que estamos apreciando. Voltaremos a abordar esta questão política mais adiante.

Sobre a formação educacional e intelectual de Clodomir Vianna Moog, sua alfabetização iniciou em uma escola que sua mãe dirigia, a Escola Primária de São Leopoldo. Posteriormente, ingressou no Colégio Elementar Visconde de São Leopoldo. Quando do falecimento de sua mãe, permaneceu dois anos como aluno interno do Instituto São José, mantido pelos Irmãos Lassalistas, em Canoas, então distrito de Gravataí. Estudou ainda no Colégio São Jacó, em Hamburgo Velho, localidade

então pertencente ao 2º Distrito de São Leopoldo, Novo Hamburgo, onde morava seu pai. Por fim, ingressa no Ginásio Júlio de Castilho, em Porto Alegre, no ano de 1918. Em 1925, após não conseguir se matricular na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, ingressa na Faculdade de Direito de Porto Alegre, onde se formou bacharel em janeiro de 1930.

Profissionalmente, Vianna Moog iniciou no comércio em Porto Alegre. Em 1925 é nomeado guarda-fiscal de Repressão ao contrabando na Fronteira, além de ser nomeado para a Delegacia Fiscal de Porto Alegre. Nos anos seguintes, após passar em concurso para agente fiscal de imposto do consumo, trabalhou nas cidades de Santa Cruz do Sul e Rio Grande.

Do ponto de vista de sua participação no âmbito político, Vianna Moog aderiu à Aliança Liberal, que lançou Getúlio Vargas, então presidente do Rio Grande do Sul, como candidato à presidência da República em 1929. No ano seguinte, participou do movimento de outubro de 1930, também chamado de Revolução de 1930, que derrubou o então presidente Washington Luiz, levando Getúlio Vargas ao poder federal. Ainda em 1930, retorna à Porto Alegre, como agente fiscal desta cidade. Neste período começa a atuar como jornalista, escrevendo para o Jornal da Noite. No ano de 1932, apóia a chamada Revolução Constitucionalista, promovida pelo estado de São Paulo contra o governo Vargas, exigindo, entre outros aspectos, a promulgação de uma nova constituição para o Brasil. No Rio Grande do Sul, o principal nome que apoiou os revolucionários

paulistas foi Antônio Augusto Borges de Medeiros, que governara o estado durante 25 anos, sendo durante este período a liderança unipessoal do Partido Republicano Rio-grandense, da qual Getúlio Vargas, fora integrante.

Por apoiar o movimento paulista, Vianna Moog é preso e transferido para Manaus, no Amazonas. Logo após, é transferido para Teresina, no Piauí, retornando ao Amazonas, mas desta vez para o interior do estado. Em 1934. Com a promulgação da nova constituição e com a anistia concedida aos rebeldes de 1932, Vianna Moog retorna ao Rio Grande do Sul.

É no período de exílio no norte brasileiro que Vianna Moog inicia sua vida literária. E essa passagem pelo Amazonas e Piauí teria reflexo na construção de *Um rio imita o Reno*, como veremos. Enquanto estivera no Amazonas, publicou duas obras: *Heróis da decadência*, um ensaio sobre Machado de Assis, Miguel de Cervantes e Petrônio, na qual defendia que, em épocas de decadência moral, cultural, política, e social da humanidade, surgem grandes homens capazes de decifrar e analisar, até com bom humor, as razões e consequências destes processos. Também lança, neste período, *Ciclo do Ouro Negro*, na qual tece uma análise sobre a realidade amazônica daquele momento. Ao retornar à Porto Alegre, passou a trabalhar no jornal *Folha da Tarde*<sup>3</sup>, publicado pela Companhia Jornalística Caldas Júnior. Chegou a ser um dos diretores deste jornal. Nesse período escreveu *Novas cartas persas*, no qual, em forma de sátira,

<sup>3</sup> O jornal Folha da Tarde foi fundado em 1936, sendo publicado até meados de 1984. Um de seus diretores mais famosos foi o jornalista e também escritor gaúcho Sérgio Jockymann (1930-2011).

debate o ambiente político e social do Brasil existente naquele momento.

Ocupou diversos cargos, entre as décadas de 1940 e 1960, representando o Brasil, em organizações internacionais, entre eles a Organização nas Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 1945, foi eleito para ocupar a Cadeira 04 da Academia Brasileira de Letras, que fora ocupado por Alcides Maya<sup>4</sup>, falecido no ano anterior. Tomou posse em 17 de novembro de 1945, sendo recebido pelo acadêmico Alceu Amoroso Lima<sup>5</sup>. Clodomir Vianna Moog faleceu no Rio de Janeiro, cidade onde residia, em 15 de janeiro de 1988, vítima de uma parada cardíaca.

Para melhor compreender a obra de um autor, um dos caminhos importantes para isso é a dimensão da trajetória do mesmo, que caminha ao lado de suas obras literárias. Em muitos casos, são justamente suas vivências, percepções, análises e relações que embasam e se refletem em seus escritos. Como tentaremos mostrar nesta segunda parte deste trabalho, a trajetória pessoal e profissional de Vianna Moog será importante para compreender um pouco de suas intencionalidades e dos aspectos utilizados para a concepção de seu romance *Um rio imita o Reno*. Este aspecto recebe atenção de Roger Chartier, que também aponta dois pontos importantes referentes ao próprio conceito de autor. Apoiado em Michel Foucault, Chartier lembra que

em uma conferência famosa “Que é um autor?”, proferida diante da Société Française de Philosophie em 1969, Foucault distinguiu dois

problemas, frequentemente confundidos pelos historiadores: por um lado, a análise sócio-histórica do autor como indivíduo social e as diversas questões que se vinculam a essa perspectiva (por exemplo a condição econômica dos autores, suas origens sociais, suas posições e trajetórias no mundo social ou no campo literário etc.), e, por outro lado, a própria construção do que chama a “função-autor”, isto é, “o modo pelo qual um texto designa explicitamente esta figura [a do autor] que se situa fora dele e que o antecede (CHARTIER, 2000, p. 198).

Conscientes das possíveis limitações e diante das considerações assinaladas anteriormente, principalmente nos apontamentos que Chartier faz de Foucault sobre o papel do autor, convém ressaltar que nossa análise sobre Vianna Moog está vinculada, sobretudo, com o contexto social em que viveu e atuou e sua trajetória.

## O Rio Grande do Sul no final da década de 1930

No ano em que a obra foi escrita, 1938, tanto em nível federal quanto em nível estadual, já haviam sido promulgados decretos que determinavam o processo de nacionalização. Sobretudo na área educacional. Para se compreender o período retratado no romance de Vianna Moog, algumas considerações sobre as relações entre as autoridades estaduais e os imigrantes alemães e seus descendentes devem ser pormenorizadas.

Em março de 1938, assume como interventor federal no Rio Grande do Sul o coronel Osvaldo Cordeiro de Farias. Nascido em Jaguarão, Rio Grande do Sul, em

<sup>4</sup> Alcides Castilho Maya nasceu em São Gabriel, Rio Grande do Sul, em 1878 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1944. Foi jornalista, escrito e político. Politicamente, era filiado ao Partido Republicano Rio-grandense, pelo qual se elegeu deputado federal entre 1918 e 1921. Foi diretor do Museu Júlio de Castilhos e colaborador do jornal *Correio do Povo*. Na literatura, escreveu, entre outras obras, o romance *Ruínas vivas* e o livro de contos *Alma bárbara*.

<sup>5</sup> Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro em 1893 e faleceu em Petrópolis, Rio de Janeiro, no ano de 1983. Ocupou a Cadeira 40 da Academia Brasileira de Letras. Foi professor, escritor e líder católico brasileiro. Entre suas obras, destacam-se *Elementos de ação católica* e *Mitos de nosso tempo*.

1901, Cordeiro de Farias fora nomeado para esse cargo, pois, segundo o presidente Getúlio Vargas, não estava vinculado aos grupos que disputavam o poder no estado. Ao assumir o governo estadual, mantivera o secretariado que havia sido composto pelo general Manuel de Cerqueira Daltro Filho, que fora interventor entre outubro de 1937 e janeiro de 1938. O general Daltro Filho fora um dos responsáveis por forçar a renúncia do então governador do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha.

Flores da Cunha, que até 1936 era favorável a Getúlio Vargas, embora já houvesse certo distanciamento a partir de 1935, passara a ser um de seus principais adversários. Flores da Cunha tinha intenções de se candidatar a presidência da República, nas eleições previstas para 1938. Além disso, se tornou uma ameaça inclusive ao plano do golpe de Estado, efetivado em 10 de novembro de 1937, que fez entrar em vigor o Estado Novo. Por isso, era preciso tirá-lo do poder e do campo de combate. E foi isso o que ocorreu em 16 de outubro de 1937. Essa disputa entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha é um ponto importante, pois veremos que este conflito estará presente na obra de Vianna Moog, não identificando diretamente estas duas lideranças, mas autoridades que estão subordinadas a eles.

Entre os membros do secretariado nomeado em 1937, estava José Pereira Coelho de Souza, titular da secretaria de Educação. Coelho de Souza permaneceu neste cargo até 1945. Além das secretarias, a Chefia de Polícia do Rio

Grande do Sul permaneceu com o mesmo responsável: o tenente-coronel Aurélio da Silva Py, que ocupou esta função até 1943. Dentro do processo de nacionalização, Cordeiro de Farias, Coelho de Souza e Silva Py seriam os principais responsáveis pela implementação das ações, tanto no âmbito político, quanto educacional e da repressão. E o principal foco de atuação das autoridades foram as chamadas áreas de colonização, sobretudo italiana e alemã, mas também outros grupos foram visados, como poloneses, judeus e japoneses.

Compreender este ambiente social e político é importante para melhor direcionar a análise da obra e vislumbrar bases sobre a qual a mesma está alicerçada. A seguir, iremos abordar diretamente o romance *Um rio imita o Reno*, procurando, na medida em que trazemos determinados pontos da obra, fazermos uma análise sobre a mesma.

### ***Um rio que imita o Reno: contexto, escrita e análise***

Nesta parte, iremos abordar a obra propriamente dita. Por conta disso, cabe aqui algumas considerações acerca do período em que é lançada e também sobre a editora pela qual é publicada. Como demonstrado anteriormente, a obra é lançada já no período de implemento das ações de nacionalização. Na edição que estamos analisando, data de 1966 (8ª edição), no prefácio, escrito pelo próprio Vianna Moog, ele argumenta que sua obra foi fundamental para a execução das ações de nacionalização. Além disso, aponta que seu romance despertou

indignação junto às autoridades alemãs no Brasil.

[...] um fato de todo imprevisto veio soprar forte nas velas do meu barco: o protesto da Embaixada alemã junto ao Itamarati. Sim, por incrível que pareça, o Embaixador alemão saiu-se de seus cuidados para reclamar do nosso Governo a imediata apreensão do meu romance, por ofensiva aos brios do III Reich. Até que ponto essa reclamação lhe terá aumentado d saída é coisa que ignoro. O que sei é que esse episódio, entre os fatos e circunstâncias relacionados com *Um Rio Imita o Reno*, é positivamente muito do meu agrado. Digo mais: nem o prêmio Graça Aranha, nem a cobertura da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, nem mesmo, mais tarde, a confidência do meu amigo Marechal Cordeiro de Farias, atribuindo a *Um Rio Imita o Reno* o poder de convencê-lo a promover com Coelho de Souza a nacionalização do ensino no Sul do Brasil, produziram em mim maior satisfação (MOOG, 1966, p. XIV)

Na perspectiva relatada por Vianna Moog, foi seu romance que incentivou as ações nacionalizadoras promovidas pelas autoridades estaduais. É importante aqui talvez relativizar esta afirmação. Não podemos desconsiderar os efeitos causados por esta publicação. Tanto que a obra teve realmente repercussão bastante forte no Brasil e mesmo internacionalmente. Porém a afirmação de que ela foi o fator decisivo para as ações de nacionalização, sobretudo, do ensino, merecem ser ponderadas. Cremos que este recurso elogioso tenha sido utilizado pelo autor para enaltecer sua obra. Quando da escrita do livro, o governo estadual já havia emitido, em 7 de abril de 1938, o Decreto nº. 7.212, que regulamentava a

nacionalização das escolas estrangeiras. A obra de Vianna Moog, dentro do ambiente social e político vigente, com certeza fomentou inclusive desconfianças para com imigrantes e descendentes, sobretudo alemães, assim como fora usada a favor da nacionalização. Mas cremos que ela não foi a grande propulsora das ações iniciadas em abril de 1938, mas um forte instrumento agregado a estas.

Entre 1938 e 1942, no Rio Grande do Sul, alguns livros abordando a temática do *perigo* advindo das áreas da colonização imigrante, sobretudo alemã, são publicados. Há outras obras apontando para o *perigo* existente em outros grupos étnicos, como os japoneses, por exemplo. É o período em que surgem obras que tomamos a liberdade de classificar como *literatura de denúncia*. Além de *Um Rio Imita o Reno*, romance lançado em 1938 pela Livraria e Editora do Globo, temos, em 1941, a publicação do livro *Denúncia: o nazismo no Sul do Brasil*, de Coelho de Souza, lançado pela Editora Thurmann. Em 1942, novamente pela Editora e Livraria do Globo, temos duas publicações lançadas: *A 5ª Coluna no Brasil: a conspiração Nazi no Rio Grande do Sul*, do tenente-coronel Aurélio da Silva Py e *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*, de Carlos de Souza Moraes. Os dois primeiros autores, conforme relatado anteriormente, foram o secretário estadual de Educação e o chefe de Polícia do estado, respectivamente. O terceiro, Carlos de Souza Moraes, era secretário da Prefeitura de São Leopoldo e diretor

da Instrução Pública no município. Mas queremos chamar a atenção para um aspecto: das obras citadas, incluindo *Um rio imita o Reno*, três foram publicadas pela Livraria e Editora do Globo. Três obras que acentuam aspectos considerados perigosos da presença de imigrantes e de núcleos de origem imigrante não nacionalizados. Duas obras, de Vianna Moog e Coelho de Souza tratam principalmente de alemães e o livro de Carlos de Souza Moraes aborda a imigração japonesa, mas também relata a questão dos imigrantes e descendentes de alemães. Embora não seja aqui nosso foco principal, mas o papel da Livraria e Editora do Globo na publicação de obras relacionadas com discursos nacionalizadores e contra imigrantes merece ser melhor analisado. Eis um campo interessante de estudo para aqueles que se dedicam a questão da imigração e da política das décadas de 1930 e 1940, assim como para aqueles que se dedicam aos estudos da literatura rio-grandense e brasileira desse período.

Prosseguindo com nossas considerações, iremos traçar uma análise do local onde a história escrita por Vianna Moog se desenvolve, a cidade de Blumental. No romance, Blumental é descrita como uma cidade industrial, que inicialmente fora uma feitoria, mas que se tornara bastante desenvolvida ao longo dos anos. Por conta desse progresso industrial, Blumental é conhecida como a *Manchester do Brasil*. Em determinado momento, um dos personagens, Karl Wolff, reflete sobre a mudança que ocorreu em Blumental em um século:

Karl estava neste momento pensando em que essa riqueza do Sul era produto exclusivo do trabalho alemão. Com os colonos alemães é que tinham aparecido as indústrias do Brasil. E considerava com orgulho a ascensão de Blumental, de mera feitoria há cem anos, até o parque industrial que lhe valia o nome de Manchester do Brasil (MOOG, 1966, p. 66).

Na maioria das análises já feitas sobre *Um rio imita o Reno*, a cidade fictícia de Blumental é identificada como uma referência a São Leopoldo. Esta constatação está em parte correta. Alguns elementos presentes na construção literária de Blumental são encontrados historicamente em São Leopoldo, como a citação da existência de uma feitoria<sup>6</sup>, que daria lugar a colônia alemã e ao futuro município, posteriormente. Além disso, existe a questão da construção da hidráulica, obra para a qual o personagem principal do romance, o jovem engenheiro Geraldo Torres é contratado. Em São Leopoldo também ocorreu a construção de uma hidráulica municipal, ainda na década de 1920. Mas chamamos aqui a atenção para um ponto interessante: a cidade de Blumental é chamada no romance de *Manchester do Brasil*. Mas, historicamente, esta denominação não é conferida a São Leopoldo, mas sim a Novo Hamburgo, o antigo distrito, emancipado em 1927. O historiador René Gertz, ao analisar as discussões entre lideranças de São Leopoldo e Novo Hamburgo através dos jornais *Deutsche Post* (leopoldense) e *O 5 de Abril* (hamburguense), traz subsídios que evidenciam este fato:

<sup>6</sup> A Colônia Alemã de São Leopoldo foi fundada em 25 de julho de 1824, quando ocorreu a chegada das primeiras famílias de imigrantes vindos das regiões que hoje constituem a Alemanha, como Mecklenburg-Schwerin, Hamburgo, Holstein, Renânia-Palatinado. Em 1846, após a guerra civil Farroupilha, A Colônia de São Leopoldo foi elevada à categoria de Vila e em 1864, em Município autônomo, se desvinculando de Porto Alegre. Da antiga Colônia de São Leopoldo se originam municípios como São Leopoldo, Novo Hamburgo, Esteio, Sapucaia do Sul, Campo Bom, Sapiranga, entre outros. No local onde foram instaladas as primeiras famílias de imigrantes alemães existia, até início de 1824, a Real Feitoria do Linho Cânhamo, que foi estabelecida próximo ao rio dos Sinos, em 1788. Nesta fazenda o trabalho utilizado era escravo, sendo aí produzido o linho e o cânhamo utilizados na produção de cordas para os navios portugueses. Com o encerramento das atividades da Real Feitoria, os escravos foram levados para outras regiões da província, como Canguçu e Pelotas, ao sul desta.

a discussão com a *Deutsche Post*, também continuou. Em 9 de julho, esta publicara um comentário sobre o abastecimento de energia elétrica em Novo Hamburgo: desde o início do mês a Companhia de Energia Elétrica Hamburquesa assumiu o fornecimento de luz e energia [em Novo Hamburgo]. Mas, ó pena! Já no dia 7 faltou energia. [...] A famosa 'Manchester do Brasil' encontrava-se, portanto, sem energia (GERTZ, 202, p. 234).

Deste modo, podemos deduzir que Vianna Moog utiliza-se de elementos presentes nas duas cidades de origem imigrante da qual teve maior contato, São Leopoldo e Novo Hamburgo, para criar o ambiente físico, social e político de Blumental. Outro ponto que mostra a presença de elementos vinculados a Novo Hamburgo é menos evidente, mas é de grande importância. No período em que o livro é escrito, Novo Hamburgo é visto pelas autoridades estaduais como uma cidade ainda *muito germânica*. Em *Um rio imita o Reno*, já nos primeiras páginas, Vianna Moog apresenta Blumental como uma cidade que parece não pertencer ao Brasil, mas de ser uma localidade alemã. Ao expor uma das impressões que Geraldo Torres nutria pela cidade, Vianna Moog ressalta que "Blumental dava-lhe a impressão de uma cidade do Reno extraviada em terra americana. Desde o gótico da igreja, até a dura austeridade das fachadas, tudo nela, à exceção do jardim era grave, rígido, tedesco"<sup>7</sup> (MOOG, 1966, p. 15). Na mesma passagem, essa contrariedade de Blumental em relação ao Brasil fica mais clara, quando afirma que Geraldo Torres "sentia saudades do Brasil". Mas qual

a relação dessa característica alemã com Novo Hamburgo?

Em Novo Hamburgo, ao longo da década de 1930, se desenvolveram dois grupos políticos, que após a decretação do Estado Novo, além de serem proibidos, seus partidários diretos ou indiretos foram perseguidos: um grupo de simpatizantes e filiados ao Partido Nazista, e outro grupo filiado a Ação Integralista Brasileira. Estes e outros fatores fizeram com que, em dezembro de 1937, fosse nomeado para administrar a cidade alguém de confiança das autoridades não apenas estaduais, mas também federais. Por conta disso, fora nomeado como prefeito Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro, amigo pessoal de Getúlio Vargas a mais de 30 anos. Odon Cavalcanti além de ter como objetivo restaurar as finanças do município, também recebera a determinação de conferir uma característica mais brasileira ao município, sobretudo através de ações de nacionalização do ensino. Essas características corroboram para nossa percepção de que Novo Hamburgo também foi bastante forte na concepção que Vianna Moog pensou para sua Blumental.

Após esta contextualização e apreciação histórica sobre o local onde a história se desenvolve, vamos analisar os personagens que dão vida ao romance e, principalmente, o ponto que compreendermos ser o mais significativo do livro: a construção de uma visão de imigrantes alemães e descendentes que não querem se integrar ao Brasil.

O romance conta a história do amor não possível entre o engenheiro amazonense Geraldo Torres e Lore

<sup>7</sup> Tedesco é como os alemães são chamados no idioma italiano.

Wolff, filha de uma tradicional família de origem alemã, do ramo dos curtumes e fábrica de sandálias, residente na cidade de Blumental. Geraldo chega ao município para a construção da hidráulica municipal, justamente no período do verão, estação onde os problemas decorrentes da falta de água potável se propagam, sobretudo o tifo. Outros personagens que tem destaque na obra são: Armando Seixas, fiscal de impostos; Karl e Martha Wolff, irmão e mãe de Lore; o velho Cordeiro, que tem uma postura de antipatia e contrariedade aos alemães e descendentes; o Dr. Stahl, médico e o major, que aqui é apenas identificado por esta denominação, prefeito da cidade.

Por uma questão de escolha, iremos deter nosso enfoque para alguns personagens que não os protagonistas deste romance, Geraldo Torres e Lore Wolff. Mas queremos dar atenção especial para os personagens Karl e Martha Wolff, Armando Seixas, Cordeiro e o major, que governa Blumental. Iniciemos com Armando Seixas.

Armando Seixas é fiscal de impostos, responsável por fiscalizar as casas de comércio e as indústrias de Blumental. Também era responsável por fiscalizar questões envolvendo contrabando, embora o próprio, muitas vezes, usasse desta prática. Em pouco tempo torna-se o melhor amigo de Geraldo Torres em Blumental. Aqui é oportuna uma breve consideração sobre Geraldo Torres: este personagem reflete, através de sua fala e das reflexões e lembranças que tem da região amazônica, a experiência e a percepção que Vianna Moog tem

daquela região, na qual viveu enquanto de sua punição por ter apoiado os revoltosos paulistas em 1932.

O personagem de Armando Seixas é uma inserção da obra da figura do próprio autor, Vianna Moog. Através deste personagem, o autor adentra no livro, expondo inclusive suas impressões e opiniões sobre o que acontece em Blumental. Essa identificação entre Armando Seixas e Vianna Moog é perceptível na própria caracterização que o autor faz de seu personagem:

[...] depois que conseguir boa classificação num concurso que lhe trouxe a nomeação de fiscal de consumo, interrompera o seu terceiro ano de direito e vivia agora malbaratando o tempo em tentativas de artigos, novelas e ensaios que acabavam sempre na vala comum do cesto de papéis (MOOG, 1966, p. 17).

Neste caso, as semelhanças entre Armando Seixas e Vianna Moog, com exceção do abandono a Faculdade de Direito, não são apenas coincidências. Mas a característica de Armando Seixas que queremos destacar, que está mais próxima com nosso ponto central de análise, é a opinião que o mesmo tem sobre os alemães de Blumental. O fiscal de consumo sempre viu com desconfiança a forma como a população de Blumental enaltece a origem alemã (ou germânica), buscando se aproximar mais das coisas da Alemanha do que das coisas do Brasil. Armando Seixas, em determinado momento, demonstra sua afinidade com a ideia de se nacionalizar os núcleos imigrantes. E essa afinidade se torna mais evidente quando, em um evento em

Blumental, um morador local, o velho Cordeiro, toma a palavra e faz um discurso inflamado de apoio a nacionalização. E assim partimos para compreender melhor este personagem e em quem ele é, segundo nossa avaliação, inspirado.

O personagem Cordeiro é descrito como um homem que, embora não fosse dado a grandes manifestações públicas, não escondia sua desconfiança e até mesmo raiva para com os alemães e descendentes em Blumental. Aventuramos a hipótese que o personagem Cordeiro tenha inspiração no interventor federal do Rio Grande do Sul no período, o coronel Osvaldo Cordeiro de Farias. Embora as características físicas e de personalidade não sejam tão próximas, mas a postura nacionalista entre os dois é muito próxima. Para melhor ilustrar nossa interpretação, analisemos uma fala de Cordeiro de Farias, publicada do jornal *Correio do Povo* em 1938, quando da publicação do decreto referente à nacionalização do ensino:

attende o decreto, que vem a ser hoje assignado, a dois aspectos grandemente significativos: um, de importância geral, educativo, ferindo de fundo o problema de nacionalização do ensino, num sentido forte e firme de brasiliade. O outro, mais nosso, que concilia os interesses e o grande trabalho educacional já existente na região colonial do Rio Grande do Sul, que é a falta de professores e, mesmo, de organização do ensino no Estado, permitindo o seu desenvolvimento, sem uma orientação uniforme. Não tem, portanto, o decreto, uma finalidade destruidora da obra já existente, nos núcleos de origem immigratoria, mas sim o de ser aproveitado o efficiente trabalho já feito num sentido legítimo de brasiliade (*Correio do Povo*, Porto

Alegre, Ano XLIV, 08/04/1938, nº 82, p. 14)<sup>8</sup>.

Agora atentemos para a fala do personagem Cordeiro:

saibamos dizer aos descendentes da raça germânica – continua o velho Cordeiro – que fazem das lendas do Reno o motivo exclusivo dos seus devaneios; aos de origem italiana, polonesa ou lusa, que só estremecem de civismo com as epopeias dos seus antepassados, saibamos dizer aos representantes de todas as correntes humanas a quem o Brasil tem dado agasalho, que é preciso de uma vez por todas, varrer essa errônea concepção de pátria, para se firmar para sempre no Brasil a unidade nacional, pela identidade de tradições, pela unidade de língua, de cultura e de educação, coisas todas do mundo moral, asseguradoras da paz dentro da nação (MOOG, 1966, p. 135)

Embora o discurso atribuído ao personagem do romance de Vianna Moog possa ter uma tonalidade mais agressiva, vemos pontos em comum entre o que o velho Cordeiro prega como fórmula agregadora e de instauração de uma unidade nacional brasileira, com os caminhos indicados por Cordeiro de Farias, através da nacionalização do ensino. Desta forma, a possibilidade de que o personagem tenha sido inspirado no governante estadual da época nos parece plausível.

O terceiro personagem que elegemos para apreciação é o major, prefeito de Blumental. Sobre este, identificado apenas pela patente militar que possui e pelo cargo que ocupa, também temos considerações que podem indicar em qual agente histórico do período é inspirado. Entre 1928 e 1944, São Leopoldo é governada por Theodomiro Porto da Fonseca, que no período em que o

<sup>8</sup> Por conveniência, mantivemos a grafia original da publicação.

romance é escrito e publicado, tinha a patente de major. Mas além desta indicação, outro ponto é mais significativo: a mudança de postura por parte do prefeito, que ora apóia o governador, ora apóia o presidente da República. E assim como ocorreu com o governante de Blumental, também ocorreu com o prefeito leopoldense. Como vimos, Vianna Moog usa de uma série de elementos, tanto de vivência pessoal como de observação social e política, para embasar sua obra. No caso da figura do major, ou melhor, de Theodomiro Porto da Fonseca, essa oscilação política entre o governador Flores da Cunha e o presidente Getúlio Vargas, não explicitamente citados no romance, se comprova inclusive documentalmente. No acervo pessoal de Theodomiro Porto da Fonseca, doado ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, localizado na cidade de São Leopoldo, encontramos telegramas entre o prefeito leopoldense e Flores da Cunha, datados de 1936, no qual o prefeito declara seu apoio ao governador. Mas na mesma coleção encontramos uma publicação, datada de março de 1937, na qual Theodomiro Porto da Fonseca declara sua dissidência, rompendo com Flores da Cunha e declarando apoio incontestável ao presidente Getúlio Vargas. Hoje temos estes documentos que nos ajudam a comprovar este fato. E naquele período, Vianna Moog era testemunha dos acontecimentos. Desse modo, também acreditamos que a nossa observação acerca do inspirador do personagem do major que governa Blumental é digna de considerações.

Chegamos ao ponto que consideramos nevrágico da obra de Vianna Moog, que é caracterizado por dois personagens por nós escolhidos para apreciação: Karl e Martha Wolff. Estes dois personagens sintetizam o imigrante alemão e descendente que não estão inseridos na sociedade brasileira. Ambos tem uma personalidade forte, até mesmo fria e bastante autoritária. Mas do que uma não inserção, há um não pertencimento voluntário ao Brasil. O que é brasileiro, não é de interesse.

É oportuna uma observação: nosso objetivo aqui é apontar para uma construção literária e discursiva, inclusive de caráter político, inserida dentro de um contexto sociopolítico e cultural marcado pela polarização, tensão e conflitos. No Rio Grande do Sul do final da década de 1930 e em boa parte da década de 1940, havia a forte dicotomia entre ser brasileiro e ser estrangeiro. Não apenas por questão de nascimento, mas também de escolhas, de afinidades, de pertencimento. Diante desse quadro, muitos tomaram partido e defenderam as ideias, tanto as advindas das autoridades, a favor da nacionalização, quanto dos grupos de origem imigrante. E dentro do que analisamos, Vianna Moog estava alinhado com as autoridades estaduais e federais, sendo sua obra um instrumento favorável ao nacionalismo brasileiro, apontando perigos que eram vislumbrados naquele momento histórico.

Em *Um rio imita o Reno*, a questão do não pertencimento voluntário de imigrantes alemães e descendentes a sociedade brasileira fica mais nítida entre as páginas 64 e 70 do livro. Vejamos alguns trechos:

depois, em que é que podia interessar-lhe aquela conversa sobre política nacional, a ele que vivia de olhos voltados para os problemas europeus? Se falassem de coisas do velho Mundo, ainda podia dar sua opinião. A Inglaterra e a França estavam perdidas: faziam o jogo dos judeus. Os Estados Unidos, uma vergonha. Queriam a guerra para dar trabalho aos seus milhões de desocupados, movendo uma campanha desleal e miserável contra os produtos alemães. Felizmente na Alemanha velava um homem forte, batalhando em várias frentes e tendo atrás de si uma nação invencível. Um homem extraordinário que de simples pintor de paredes, de simples soldado da Grande Guerra se transformara, pelo próprio gênio, no maior dos alemães. No princípio não simpatizara muito com Hitler. [...] Salvara a Europa do comunismo, abaixava a proa da Inglaterra e livrava a Alemanha dos judeus, esses traidores. Além disso, reduzia o tratado de Versalhes, essa vergonha, a um farrapo de papel (MOOG, 1966, p. 64).

Nesta passagem, Karl Wolff, irmão de Lore, personagem principal do romance, está junto com o major, Geraldo Torres, Amando Seixas e outros, em um quiosque, onde, entre os assuntos conversados, está o ambiente político do Brasil. Este trecho evidencia que Karl Wolff não nutre nenhum interesse pelos acontecimentos brasileiros, que para ele em pouca significância. O autor ressalta que Karl se interessa pelos assuntos relacionados com a Alemanha, sobretudo após Hitler assumir o poder. A visão que Karl Wolff tem de Hitler é de um homem de grande força na condução da Alemanha. Além disso, livrara o país de um perigo, que eram os judeus.

Neste trecho do livro, algumas ideias estão presentes, além do não interesse pelas coisas brasileiras: o enaltecimento do nazismo e a retaliação aos judeus. Vianna Moog, no segundo aspecto, se baseia em informações provenientes da Europa, onde existe efetivamente uma campanha antissemita muito forte na Alemanha. Já o primeiro aspecto, sobre o nazismo, o autor se baseia no fato de existirem núcleos do Partido Nazista em Novo Hamburgo e em outros lugares do Rio Grande do Sul, assim como o fato de muitos imigrantes alemães e descendentes virem com bons olhos o crescimento da Alemanha, que vinha em ascensão desde os primeiros anos da década de 1930. Todavia, cabe esclarecer que a maioria dos imigrantes e descendentes de alemães residentes no Rio Grande do Sul não eram filiados ao partido e que, muitas vezes, não tinham informações mais aprofundadas sobre o que acontecia na Europa.

Sobre o aspecto do pertencimento dos imigrantes a sociedade brasileira, o trecho que aborda o pensamento de Karl Wolff, somado com outros pontos do romance, aponta para a existência desta determinação. Evidentemente que ela existia entre alguns imigrantes e descendentes, mas isto não significa que seja um elemento predominante entre este grupo étnico. Neste aspecto, a narrativa empregada por Vianna Moog em seu livro estabelece uma generalização, que pode ter um sentido intencional: colaborar para o estabelecimento de uma imagem sobre os grupos imigrantes, para um apoio maior da sociedade brasileira para com a

campanha de nacionalização que se efetivava.

Quanto a Marta Wolff, ou Frau Marta, como também é mencionada no livro, está neste personagem a maior carga de preconceito para com os brasileiros. Também sintetizava a figura do imigrante alemão ou descendente defensor das ideias nazistas. O autor assim caracteriza estas duas marcas da personalidade de Marta Wolff:

Nas veias de Frau Marta não corria sangue nobre, mas ela tinha orgulho de sua raça. Orgulho de descender de alemães, de haver casado com um filho de alemão. Ela mesma se considerava alemã. A raça nada tinha a ver com o lugar de nascimento. Não, não havia de tolerar a ameaça de um intruso na família, u negro. Para Frau Marta quem não tivesse sangue ariano puro estava irremediavelmente condenado: era negro. [...] Protestante casar com católico, ainda tolerava. Mas uma alemã com um negro?... era demais. Uma afronta ao espírito da raça (MOOG, 1966, p. 88-89)

Essa passagem, onde o pensamento de Frau Marta fica exposto, surge outro aspecto da obra, que é a abordagem feita sobre os adeptos da Igreja Protestante. Em determinado ponto do livro, um dos personagens, chamado Hans Fischer, comenta que pretendia se casar na igreja protestante, mas que a cerimônia fosse realizada em português. Porém, o pastor se nega, dizendo que sua igreja era protestante, evangélica e de língua alemã. Por fim, Hans Fischer disse que "mandara os pastor às favas", pois não era admissível que até a religião tivesse nacionalidade (MOOG, 1966, p. 122). A Igreja Protestante no Rio Grande do Sul, sobretudo o

Sínodo Rio-grandense<sup>9</sup>, possuía fortes relações com a Igreja Evangélica Alemã. Até a década de 1930, os pastores que atendiam as comunidades eram alemães. O primeiro pastor de origem brasileiro foi Hermann Dohms, nascido em Sapiranga, mas que tivera sua formação na Alemanha. Por conta desta ligação, e pelo fato de alguns pastores terem sido filiados ao Partido Nazista (e alguns terem feito prédicas em favor no nazismo), a Igreja Protestante era vista com muitas ressalvas pelas autoridades. Tanto que o número de prisões de pastores e lideranças vinculadas ao Sínodo Rio-grandense foi bastante forte, sobretudo entre 1941 e 1943. A questão religiosa, atrelada com a dinâmica e o ambiente político no estado, não é deixada de fora da obra de Vianna Moog.

Através destes dois personagens, além de questões vinculadas ao nazismo e ao preconceito étnico, motivos pelos quais a obra é mais comumente conhecida, além de serem seus pontos temáticos mais abordados, é construída uma percepção, mesmo que subjetiva, que esta não participação do imigrante ou descendente dentro da sociedade brasileira é uma escolha que parte dos próprios. E esse pensamento é compartilhado inclusive por autoridades estaduais. Manter elementos de sua origem de seu local e cultura de ascendência não são apenas relações estabelecidas por tradição, mas se tornam apropriações conscientes. Não querer fazer parte da sociedade brasileira ou não se sentir integrado nessa sociedade são vistas como fatores racionais. E que

<sup>9</sup> Existem duas correntes luteranas (ou protestantes) no período, e que dariam origem a suas Igrejas hoje existentes: o Sínodo Rio-Grandense, com ligação mais direta com a Igreja Evangélico-Luterana Alemã, daria origem à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a partir de 1949, com a fusão com sínodos de outros estados, oficializada em 1968; e o Sínodo de Missouri, originado de imigrantes alemães dos Estados Unidos, que chegariam ao Rio Grande do Sul em 1900, dando origem à Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), independente do Sínodo de Missouri desde 1980.

deveriam ser conhecidos e combatidos. E a nacionalização é o caminho mais profícuo para isso.

## Considerações finais

Conforme aponta Valdeci Resende Borges,

no que se refere à instância da escrita ou da produção do texto, o historiador volta-se para saber sobre quem fala, de onde fala e que linguagem usa. Já ao enfocar o texto em si, o que se fala e como se fala são questões indispensáveis. No trato da recepção, visa abordar a leitura de um determinado receptor/leitor ou de um grupo de receptores/leitores, tratando das expectativas de quem recebe o texto, de sua contemplação, ou seu enfrentamento ou resistência a ele (BORGES, 2010, p. 95).

Ao longo deste artigo, procuramos lançar luzes sobre alguns aspectos da obra *Um rio imita o Reno*, de Vianna Moog, de certa forma seguindo estes passos apontados anteriormente. Principalmente analisando a trajetória do autor, o ambiente que retratou, as bases utilizadas para a escrita de sua obra. Elencamos e buscamos analisar pontos que achamos pertinentes.

Temos consciência que o que aqui apresentamos são ainda constatações parciais. Novas pesquisas e abordagens devem ser empreendidas. Outros olhares e novas perguntas devem ser estabelecidos. Mas acreditamos que aqui conseguimos, além de estabelecer relações históricas que serviram de alicerce para a escrita deste romance, apontar possibilidades, sobretudo para os historiadores, que tem na análise da literatura um campo amplo e que

ainda merece ser melhor explorado. Sobretudo no tocante à imigração.

E sobre o final da história de *Um rio imita o Reno*?

Deixemos para que os leitores que ainda não tiveram contato com a obra descubram. Vianna Moog tem o mérito de estabelecer uma leitura fluente, agradável e compreensível. Isto também explica a razão deste romance ter sido um êxito editorial. Vianna Moog, em 1938, não sabia o desfecho que as ações de nacionalização poderiam acarretar. Mas estava colaborando, através de sua obra, para que fossem exitosas, contribuindo para a *brasilianização* das áreas de imigração. Também não sabia se o panorama de guerra, que já se vislumbrava no horizonte, efetivamente se cumpriria. E a perspectiva se concretizou. Mas Vianna Moog, diante do quadro social, político, cultural e educacional que percebia, e no qual estava inserido, deixa questões para aquele futuro, de médio e longo prazo. Através do futuro de Paulinho, filho de Karl Wolff, que ocupava o pensamento de Geraldo Torres, o autor reflete sobre o que aquelas medidas podem ocasionar:

que fardo o sentimentalismo – refletia ele. Seria melhor ter uma alma de aço, como Frau Marta, como muitos daqueles alemães que ele conhecera em Blumental. Tornou a pensar em Paulinho. Qual seria o futuro do menino? Fariam dele um brasileiro ou um alemão?... Que destino estaria reservado à nova geração? Em que mundo haviam de crescer? Que lutas teriam de enfrentar? (MOOG, 1966, p. 121)

Aqui estabelecemos alguns olhares sobre esta obra. Vislumbramos algumas

interpretações, suscitamos algumas hipóteses e possibilidades. Mas que esta e outras obras literárias recebam mais olhares dos historiadores. Que mais

interpretações sejam dadas e novas possibilidades sejam levantadas. Isto só tem a enriquecer a atuação e as possibilidades do historiador e da própria análise histórica.

## Referências

- BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas considerações. *Revista de História* – UFG, ano 1. n. 3, junho 2010.
- CHARTIER, Roger. Debate: Literatura e História. *Topoi*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 01, p. 197-216, 2000.
- GERTZ, René E. *O Aviador e o Carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção História: 50).
- \_\_\_\_\_. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.
- MOOG, Clodomir Vianna. *Um rio imita o Reno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & literatura: uma velha-nova história*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [Em ligne], Débats, mis em ligne Le 28 janvier 2006.

## "EU ENSINAVA AOS MENINOS A LAVAREM AS MÃOS...." : PEDAGOGIA DA HIGIENE E DA CURA POPULAR NO CARIRI PARAIBANO (1950-1980)

Iranilson Buriti de Oliveira<sup>1</sup>  
Taianara Catarine Ratis Santiago<sup>2</sup>

### Resumo

Este texto tem como objetivo principal dar visibilidade às narrativas de professoras do Cariri Paraibano em relação às práticas de higienização do corpo e de cura de doenças físicas no período de 1950 a 1980, período em que os paraibanos foram acometidos de diversas doenças como sarna, verminoses, gripes, anemias, sarampo, coqueluches, dentre outras. Metodologicamente, trabalhamos com Michel de Certeau e os seus conceitos de cotidiano, táticas e astúcias, procurando perceber como as professoras se reinventavam em seu labor diário. Como fontes, utilizamos as entrevistas que foram realizadas com as professoras no período de 2012 e 2013, no Cariri da Paraíba.

**PALAVRAS-CHAVE:** cariri, doença, cura, educação.

### Abstract

This text aims to give visibility to the narratives of the teachers in Cariri - Paraíba, regarding to practices to sanitize the body and healing of physical illnesses during the period 1950-1980, period which the Paraíba were suffering from various diseases like scabies, colds, anemia, measles, whooping cough among others. Methodologically, we worked on Michel de Certeau and his everyday concepts, tactics and cunning, seeking to understand how the teachers reinvented themselves in their daily work. As sources, we used the interviews that

were conducted with teachers in the period 2012 to 2013, in Cariri of Paraíba.

**KEYWORDS:** cariri, illness, healing, education.

### Introdução

Cariri paraibano, 1950. As práticas cotidianas dos moradores da zona rural eram marcadas pela rusticidade, simplicidade e rotinas. Tirar água do barreiro e levá-la ao pote, coá-la com um pano de algodão para evitar que girinos e caçotes mergulhassem na vasilha; preparar o café, quase sempre com água barrenta, fazer o pão-de-milho (cuscuz) ou cozinar batata-doce para tomarem com café antes de sair para o roçado. Tudo isso fazia parte de um cotidiano praticado, inclusive por alunos e professoras que, no ambiente rural, frequentavam tanto a escola quanto os roçados. Eram alunos-professores-trabalhadores. Nesse dia-a-dia, as marcas iam sendo tatuadas pelo fazer, pelo dizer, pelo sentir. Marcas empregadas nas lides, nos corpos dos sujeitos, nas idas e vindas de um fazer caririense. Hoje, seis décadas depois, voltamos ao cariri para rememorar as histórias vividas pelas professoras, particularmente em relação às curas praticadas, às práticas de higienização, às ações de sanitização.

Portanto, este artigo objetiva dar visibilidade às narrativas de professoras do Cariri Paraibano em relação às práticas de higienização do corpo e de cura de doenças físicas no período de 1950 a 1980, período em que os paraibanos foram acometidos de diversas doenças como sarna,

<sup>1</sup> Doutor em História (UFPE). Professor da Universidade Federal de Campina Grande. [iburiti@yahoo.com.br](mailto:iburiti@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Biomédica. Faculdade Maurício de Nassau. [tatijesusshalom@hotmail.com](mailto:tatijesusshalom@hotmail.com)

verminoses, gripes, diarreias, anemias, sarampo, coqueluches, dentre outras. Portanto, indagamos: Quais as principais práticas de cura para as doenças que atacavam tanto professores quanto alunos nesse período? Que receitas populares eram prescritas nesse cenário no qual as políticas de atenção à saúde básica eram, praticamente, inexistentes? Que modos e formas de curar estavam presentes nesse cenário? Que marcas da sabedoria popular e dos conhecimentos não legitimados cientificamente faziam parte desse lugar praticado, chamado cotidiano – cotidiano este que, longe de configurar uma rotina, significa inventividade, mudanças, rupturas, possibilidade de novos modos de ser e estar, de ter e viver, de criação de redes socioculturais<sup>3</sup>. Assim, pretendemos estudar as aproximações entre a saúde e a educação no cariri da Paraíba, problematizando os discursos que circularam no período supracitado, emitidos por educadoras do Ensino Primário que escreviam e inscreviam na história local vários enunciados sobre as identidades dos sujeitos, discutindo, também, como a escola na Paraíba recepcionava e lia o discurso médico-higienista, sendo um dos canais de divulgação o rádio.

Para tanto, foram entrevistas diversas professoras do Cariri Paraibano<sup>4</sup> que lecionavam no curso Primário nas décadas acima mencionadas, com a finalidade de ouvir as narrativas sobre vida, morte, cura e “ressurreição” do corpo enfermo, abatido e convalescente por doenças como sarampo, catapora, sarnas, coqueluche, dentre outras. De posse das entrevistas, lançamos

um olhar sobre os discursos dessas professoras através de autores como Michel de Certeau e Roger Chartier, fundamentais para problematizarmos os modos de ler a saúde e a doença, bem como as representações sobre o corpo doente/curado.

Nesse período, a forma de olhar, pensar e refletir o setor saúde era muito concentrada nas ciências biológicas, principalmente na medicina, e na maneira como as doenças eram transmitidas. Porém, na ausência de políticas públicas eficazes que chegassem ao interior dos estados brasileiros, professores e professoras ressignificavam suas próprias ações e agiam como “doutores” em busca da cura e da erradicação de doenças, a exemplo da sarna e da coqueluche, utilizando remédios caseiros e práticas de higienização de roupas, a exemplo do escaldar as peças de vestir, bem como lençóis e redes de dormir. Até pelo menos os anos 70, a Saúde Pública brasileira atuava sobre “um número restrito de problemas relacionados às endemias rurais”. A maioria das ações coletivas realizadas era descontínua e esporádica. Com a criação do Serviço Especial de Saúde Pública, “centros e postos de saúde foram criados, priorizando-se programas de controle de doenças epidêmicas ou endêmicas”. No entanto, a cobertura populacional era pequena, atingindo principalmente gestantes e crianças da população de baixa renda dos centros urbanos (FRAZÃO, 1998, p.161).

A partir dos anos 70, novas formas de olhar a saúde emergem nacionalmente, ou seja, duas teses são consideradas um marco divisor

<sup>3</sup> Sobre o conceito de cotidiano, ver Certeau, 1999. O cotidiano é compreendido como um conceito dialético, pois que, ao mesmo tempo em que traz uma noção de rotina, de repetição, também representa a criatividade, a criação.

<sup>4</sup> Para preservar a identidade das entrevistadas, faremos uso de pseudônimos quando nos referirmos às professoras que compõem o universo de depoentes desta pesquisa.

de águas que dá início à teoria social da medicina. A obra "O dilema preventivista", de Sergio Arouca, e "Medicina e sociedade", de Cecília Donnangelo, ambas de 1975. "A partir daí, pode-se dizer que foi fundada uma teoria médico-social para análise de como as coisas se processam no campo da saúde no país. Essa nova abordagem se torna conhecimento relevante, reconhecido academicamente, difundido e propagado"<sup>5</sup>. Além disso, na VI Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em Brasília em 1977, o Superintendente da SUCAM (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública) e do Ministério da Saúde, Dr. Ernani Guilherme da Mota, afirma que "a participação da comunidade deve ser encarada como uma necessidade geral dos programas de saúde pública em todas as suas fases" (1977, p.33).

As Semanas de Estudos sobre Saúde Comunitária, realizadas pela primeira vez em 1974, quebravam (ou pelo menos tentavam quebrar) as fronteiras entre a academia e as comunidades, bem como os diversos projetos de saúde comunitária, como clínica de família e pesquisas comunitárias, começaram a ser elaborados para treinarem as pessoas. Tratava-se de uma prática educativa já presente em 1977, na VI Conferência:

No processo educativo da coletividade, deve-se considerar importante a atuação integrada dos órgãos de saúde, agricultura, educação, previdência social e de desenvolvimento regional e local, ao lado da participação das instituições de comunidade presentes nas áreas problema (1977, p.33)

Conforme Arouca (1986), "o conceito de saúde e doença estava ligado a trabalho, saneamento, lazer e cultura. Por isso, era preciso discutir a saúde não como política do Ministério da Saúde, mas como uma função de Estado permanente", envolvendo os usuários de saúde:

A ideia era fazer isso pelas conferências de saúde (que na época eram espaços burocráticos) convidando a sociedade para discutir e participar. A 8<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde reuniu, pela primeira vez, mais de quatro mil pessoas, das quais 50% eram usuários da saúde. A partir da conferência, saiu o movimento pela emenda popular, a primeira emenda constitucional que nasceu do movimento social. Esse é considerado o maior sucesso da reforma sanitária<sup>6</sup>.

Dessa forma, as narrativas de cura das professoras do curso primário, ao mesmo tempo em que construíam cenários de esperanças para o corpo enfermo, davam visibilidade à caótica paisagem da saúde pública no Estado da Paraíba, cartografia descrita como um território habitado por gente doente e por uma série de doenças que molestavam a população do Cariri, já castigada pela seca e pela falta de água, conforme narra a professora Auxiliadora da Cruz.

A seca era grande, não existia poço, açude não existia e hoje tem, aqui mesmo tem um açude... as casas eram de taipas, piso de barro, cimento, nem fossa tinha, o povo fazia as necessidades (fisiológicas) no mato... isso facilitava as doenças e eu ensinava aos meninos a lavarem as mãos... conversava com os pais e falava da higiene... o lixo eu queimava, tinha muita barata, muito inseto, não tinha vigilância, o povo

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://bvsarouca.icict.fiocruz.br/sanitarista05.html>> Acesso em 3.jul.2014.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://bvsarouca.icict.fiocruz.br/sanitarista05.html>> Acesso em 3.jul.2014.

pegava muita doença de verme com água, sujeira, eu ensinava aos pais pra darem remédio de verme... até do mato mesmo mastruz... hortelã... (Auxiliadora da Cruz, professora aposentada)

O conjunto de narrativas dessas professoras constituem relatos marcados por um olhar atento aos detalhes em torno dos espaços que cercavam os paraibanos do Cariri. O espaço e o cotidiano escolar eram fotografados pela falta de higiene, não havendo condições de saúde adequadas. Conforme a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, saúde, em sentido amplo, "é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde" (BRASIL, 1986, p. 4). Do ponto de vista sociocultural, não se deve desconhecer "a faixa etária, os costumes e a experiência histórica do grupo social local e de suas lideranças" (FRAZÃO, 1998, p.165). Atentas a esta assertiva, as professoras do Cariri lançaram mão desde a utilização de utensílios para serem higienizados (potes, redes, roupas), insumos de limpeza (sabão), práticas alimentares (não comer com as mãos sujas) até a linguagem mais adequada para tornar mais clara a instrução dada em sala de aula.

Dessa forma, saúde é, principalmente, fruto das formas de organização social e de produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida, conforme ocorriam no Cariri paraibano. A escola, como uma forma de organização social, também

se tornava no Cariri um espaço de cura, de sanitização, embora fossem empregados meios que não constavam no rol da medicina oficial e estavam longe de figurarem no texto das conferências nacionais de Saúde. A cura, para Auxiliadora da Cruz, vinha do mato, da horta próxima da casa, da hortelã, do aveloz, das ervas que eram plantadas ou que nasciam espontaneamente. Muitas vezes, a flora local é o principal laboratório no qual colhem plantas, ervas, curas. A flora e a fauna caririenses constituem o cenário de falas e gestos que encanta o pesquisador, o qual se apossa dessa geografia para falar de outra: a geografia da cura, das benzeduras<sup>7</sup>, da sabedoria popular. Não iremos falar de secas e de mortes, mas tomarmos posse desse cenário para narrarmos a vida e as táticas de sobrevivência em meio à escassez.

### **“...fechei a Escola para o combate da sarna”: narrativas de cura no Cariri Paraibano**

Estudar esse cotidiano possibilita-nos esmiuçar as práticas e táticas de sobrevivência no cariri como formas de vida, como um lugar produzido, um ambiente ressignificado por cada sujeito, um corpo regional historicamente tecido, ligado a operações e definido por funcionamentos. O que representa tomar mastruz e hortelã para combater vermes nessa geografia da seca? Representa uma fonte de resistência, subterfúgios possíveis de um cotidiano improvisado, táticas que são reinventadas e relidas pelas professoras, apropriadas, também, por alunos e pelos pais destes.

<sup>7</sup> Benzedura: do verbo benzer, oferecer bêncos, abençoar outrem.

Representa, também, que as estratégias de combate a doenças, presentes nos textos das conferências nacionais de saúde, não chegavam a esses rincões.

O discurso da professora Auxiliadora da Cruz dialoga com conceitos higiênicos e terapêuticos, prescrevendo que o corpo do aluno necessitava de cuidados básicos como lavar as mãos, tomar banho, higienizar-se, tornar-se asseado. O professor primário tornou-se um aliado imprescindível nessa cruzada higienizadora do Cariri. A educação dos sentidos e o cuidado do corpo (GAY, 1988; SANT'ANNA, 1995) do paraibano através da mudança de um comportamento sanitário almejava, por parte das professoras, muito mais que a interdição compulsória dos "maus costumes". Almejava a produção de dispositivos pedagógicos que possibilitassem uma nova leitura sobre si mesmo (VEIGA-NETO, 2002), prestando atenção ao seu corpo, cultivando um jeito de assear-

se, um modo de viver no Cariri, produzindo-se e conhecendo-se como sujeito saudável. A escrita da saúde inscreve-se no corpo, torna-se parte deste.

Nesse contexto, as políticas de atenção à saúde do homem rural eram ineficientes. O período de 1946 até a década de 60 foi marcado pela crise do regime de capitalização e do nascimento do sanitarismo desenvolvimentista:

Este modelo excludente provocou, então, uma capitalização crescente do setor privado, no entanto, a precariedade do sistema, não só da área da saúde, mas em toda a área social, provocava insatisfação cada vez maior, comprometendo a legitimidade do regime. Os indicadores de saúde da época, entre eles o Coeficiente de Mortalidade Infantil, pioravam assustadoramente, mesmo em grandes cidades, como São Paulo e Belo Horizonte (RONCALLI, 2003, p.32)

É um período que podemos sintetizar no seguinte quadro:

Marco legal e político	Previdência	Assistência à Saúde	Saúde Coletiva
<ul style="list-style-type: none"> <li>Constituição de 1946</li> <li>LOPS (1960)</li> <li>Estatuto do Trabalhador Rural</li> <li>Golpe de 1964</li> <li>INPS (1966)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crescimento dos gastos e esgotamento das reservas</li> <li>Incorporação da assistência sanitária à Previdência</li> <li>Uniformização dos direitos dos segurados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crescimento dos serviços próprios da Previdência</li> <li>Aumento de gastos com a assistência médica</li> <li>Convivência com os serviços privados, em expansão no período</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sanitarismo desenvolvimentista</li> <li>Departamento Nacional de Endemias Rurais - DNRU (1956)</li> </ul>

Fonte: Cunha & Cunha (1998)

Com políticas públicas de atenção à saúde ineficientes, as professoras do Cariri elaboraram "manuais de sobrevivência" para cuidar de si e do outro. Mediante

esse cuidado de si, o educando vai subjetivando novas práticas higienistas, fazendo sua própria leitura de si, embora esta também seja limitada pelos condicionamentos socioculturais e históricos do meio

em que vive, como a estiagem e a falta constante de água e de sanitários. A higiene (da casa, do corpo, do piso) faz-se escritura. Nesse contexto, tanto o espaço das casas dos populares quanto o escolar eram marcados pela escassez de água, ausência de filtros de água, instalações sanitárias insuficientes ou ausentes. "As casas eram de taipas, piso de barro, cimento, nem fossa tinha, o povo fazia as necessidades (fisiológicas) no mato... isso facilitava as doenças e eu ensinava aos meninos a lavarem as mãos...". Na narrativa de Auxiliadora da Cruz, o sujeito não é mais uma unidade-identidade, um ser sujo e doente, mas envoltura, pele, corpo, fronteira, desejo de aprender, de vencer a sujeira e as doenças. E ela, atentamente, procura ensinar: "Tinha muita barata, muito inseto, não tinha vigilância, o povo pegava muita doença de verme com água, sujeira, eu ensinava aos pais pra darem remédio de verme... até do mato mesmo mastruz... hortelã..."

As professoras orientavam os alunos acerca do que podia ou não ser feito para viver com saúde no Cariri, se defender da sarna, da gripe, da coqueluche, da verminose, do sarampo, da doença de Chagas. Para tanto, procuravam educar os sentidos dos alunos, informando-lhes acerca da mudança de hábitos alimentares das crianças e dos adultos (não comer com as mãos sujas, não comer catarro, não ingerir carnes e comidas podres, não tomar leite quando estivesse com diarreia). O paladar, portanto, tornou-se um aliado da "boa higiene", somando-se ao cuidado com o espaço da moradia (onde e como morar, como edificar a

casa) e com a precaução com os territórios frequentados.

A Paraíba, nesses relatos, era lida e diagnosticada como um corpo enfermo, necessitando de cuidados e prescrições médicas e pedagógicas. À saúde cabia diagnosticar o corpo e à educação era reservada a pedagogia da informação, escrutarando para os sujeitos paraibanos novas lições de como se comportar diante das doenças, livrando-se, assim, das moléstias que atacavam devido à ausência de hábitos saudáveis. É interessante destacar que, nos anos 60, as professoras já antecipavam o que seria abordado pelo Doutor José Carlos Seixas, Secretário geral do Ministério da Saúde, na VI Conferência nacional de Saúde, ocorrida somente em 1977, quando esta considera importante a

articulação dos sistemas de saúde e de educação, de forma que, no ensino normal das profissões e ocupações de saúde, seja enfatizado o exercício práticas das ações preventivas; é ainda importante ressaltar a valorização da educação de base da população e a maior divulgação dos objetivos dos serviços, com ênfase à utilização das ações preventivas (1977, p.49-50)

A mídia, principalmente o rádio, tornava-se um meio difusor e propagador das noções de higiene. Na VI Conferência Nacional de Saúde, o médico José Carlos Seixas finaliza o seu discurso chamando a atenção do governo federal para a "utilização dos meios de comunicação existentes, instruindo a comunidade" (1977, p.51). Atentamente, a professora Perpétuo Socorro escutava os programas de orientação à saúde do corpo para transmitir as

informações aos alunos: "Escutava na Voz do Brasil e anotava pra discutir com eles e levar a novidade... sobre saúde, a higiene do corpo que tinha menino que passava uma semana com uma roupa, o uso do banho era pouco pra não gastar água, lavar as mãos pra lanchar e comer em casa". Assim, a Voz do Brasil configura-se para essa professora como uma "Manual" de procedimentos, um livro de "receitas" de práticas higienistas e sanitaristas. "Anotava pra discutir com eles e levar a novidade...".

Além da Voz do Brasil, existente desde a década de 30, nos anos 70, o governo federal criou o Projeto Minerva<sup>8</sup>, um programa de 30 minutos de cunho informativo-cultural e educativo, com transmissão obrigatória por todas emissoras do país. Ao ouvir as instruções pelo rádio, a professora delineava práticas e configurações para o espaço escolar, revestindo-se de meios para auxiliar na profilaxia dos alunos do Cariri, atividade esta incorporada ao fazer pedagógico. A partir dos enunciados de "A Voz do Brasil", a professora subjetivava noções de higiene e saúde em relação aos olhos, rosto, dentes, cabelos, unhas, mãos, pés, roupas, bem como acerca dos perigos possíveis para o coletivo escolar.

Nesse embate contra as "forças do mal", a escola era vista pelo Ministério da Saúde como um cenário propício no qual o professor-médico deveria atuar, dar aulas de vida e sobre a vida, destilar a química do seu conhecimento, a história da vida e da morte, a geografia das doenças, a ciência do corpo e da mente, a sociologia dos

direitos e deveres do cidadão, a semiologia das palavras e das coisas. Na frente dos escolares, o professor deveria portar-se como um "sábio detetive", inspecionando os corpos em busca de vestígios de sujeira nas unhas, os indícios de sarnas e manchas na pele, no pelo, nos pés. Esse professor deveria reeducar o olhar para investigar, procurar os rastros de doença, os piolhos que desfilavam no corpo dos paraibanos, irritando a sua cabeça, "assustando" as vítimas. Descrevendo a urgência de sanitarizar o corpo dos alunos do Cariri, a professora aposentada Sarah Melo faz do combate à sarna uma guerra, usando as armas necessárias para vencer a peleja. Torna-se, ela própria, uma "polícia médica":

Na época deu uma sarna na escola, dei uma semana de férias para os meninos cuidarem da sarna... fechei a Escola para o combate da sarna... os meus meninos pegaram e foi uma trabalheira muito grande com enxofre...até meus meninos pegavam... eu usava enxofre... escaldava as roupas... em Pitombeira diziam que na Salinas a sarna nunca acabou... tinha até um verso que dizia: "Rede boa em Boqueirão, Farinha boa em Campina, Café na casa de Emídio Tantão e Sarna em Salinas (autora: Dona Santa, esposa do fazendeiro Emídio Tantão)... dizem que a sarna é sujeira, grude...o povo não lavava as redes, não tomavam banho, só lavava os pés para dormir, na época não tinha água... o povo bebia água de cacimba, do rio da Paraíba, quem podia tinha cisterna ou comprava.. a seca era muito grande... o povo não gastava água pra lavar roupa e as redes que dormia... por isso ficava muito fácil de pegar sarna... eu fechava a escola pra os outros não pegarem...

Para cuidar dos "sarnentos" era preciso educar a sensibilidade

<sup>8</sup> O projeto Minerva funcionou até 1999, sendo substituído pelo ministro da educação Paulo Renato, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso.

dos alunos (tato, olfato, paladar, visão, audição) e higienizar suas posturas. Era necessário educar o tato para não tocar em coisas contaminadas pelos ácaros; aguçar o olfato para não ter contato com os hospedeiros, enfim, era urgente sanear as sensibilidades. Dessa forma, ao fechar a escola "pra os outros não pegarem" sarna, a professora estava com a sua sensibilidade aguçada, agindo no sítio Pitombeiras (hoje município de Barra de Santana) como uma polícia sanitária, fazendo o trabalho da vigilância médica, além de atuar nas áreas de desinfecções, isolamento dos alunos em suas casas e estabelecendo campanhas no lugar para mudar os hábitos higiênicos dos moradores de Pitombeiras: escaldar as roupas e as redes, utilizar enxofre na água do banho: "fechei a Escola para o combate da sarna... os meus meninos pegaram e foi uma trabalheira muito grande com enxofre...até meus meninos pegavam... eu usava enxofre... escaldava as roupas...".

Dona Sarah ensina normas de bem viver com saúde, desempenhando a contento seu papel de mestre, ao procurar reverter os velhos hábitos da população local, principalmente do alunado que vive em completo desasseio, seja do corpo seja das vestes, sem cuidado com os cabelos, unhas, dentes e pés. Ao fechar a escola por algumas semanas, dona Sarah comprehende que a aglomeração durante as aulas em espaços diminutos, sem ventilação e iluminação adequadas se constituía um fator de riscos para proliferação de determinadas doenças, como a sarna, bem como

daquelas características da faixa etária dos alunos (sarampo, catapora, caxumba, gripe, etc).

Nessas horas nas quais a doença provoca a saúde, podemos idealizar que o discurso das professoras se revestia de uma linguagem carregada de metáforas bélicas, com outros significados além dos manifestados explicitamente. Sob tais condições de medo e dor (em que até mesmo o corpo forjado na cartografia árida do cariri paraibano acabava por externar suas fraquezas), podemos supor o surgimento de significantes como "combater a sarna" "fazer guerra contra a verminose", "destruir o mal olhado".

Os sujeitos-alunos de Pitombeiras são narrados pela professora Sarah Melo como "ignorantes" em relação às noções de higiene, mas poderiam superar essa fase mediante o apostolado da educação e da higienização:

dizem que a sarna é sujeira, grude...o povo não lavava as redes, não tomavam banho, só lavava os pés para dormir, na época não tinha água... o povo bebia água de cacimba, do rio da Paraíba, quem podia tinha cisterna ou comprava.. a seca era muito grande... o povo não gastava água pra lavar roupa e as redes que dormia... por isso ficava muito fácil de pegar sarna...).

No discurso da professora, a referência ao asseio, à salubridade do corpo, aos cuidados com a roupa e as redes lavadas apresenta a higiene não apenas como um problema individual, mas fundamentalmente social, cultural e climático, articulando o corpo do sujeito (aluno, professor, agricultor, morador de

Pitombeiras) às condições climáticas da região: "a seca era muito grande... o povo não gastava água pra lavar roupa e as redes que dormia... por isso ficava muito fácil de pegar sarna...". Cumprir os requisitos da higiene do corpo expressa a situação da falta de água constante, os problemas de políticas públicas de atenção ao agricultor, ao morador da zona rural, sem água potável, sem água para as operações cotidianas como o banhar-se.

O cotidiano surge para Dona Sarah como espaço privilegiado de produção de táticas de vida, itinerários de cura, batalhas de combate à sarna e à verminose. Invenção de um lugar para sarar, elaboração de um cotidiano no qual o sujeito utiliza táticas de enfrentamento da morte e da dor e se apodera de seus modos de ser para desafiar a sepultura. Táticas que se configuram fontes de resistência à geografia da morte, intercalando-se como subterfúgios possíveis de um cotidiano improvisado, sempre em processo de reinvenção e recriação. Táticas de viver que podem ser compreendidas como movimentos do cotidiano de sujeitos ordinários, elaborados numa combinação de maneiras de pensar investidas numa maneira de agir. Essa combinação pensar/fazer/agir promove uma fuga para seus impasses, dando ao articulador de tal movimento uma característica tática, transformando o pensamento em arte, a arte em vida, a vida em corpo de rebeldias. Táticas que, somadas à arte e à vida, ganham nomes de remédios: mastruz com leite, hortelã, aveloz, enxofre, chás e infusões.

Diz Certeau (1999), p.47): "A tática depende do tempo, vigiando para 'captar no voo' a possibilidade de ganho. O que ela ganha não o guarda. Tem que constantemente jogar com os acontecimentos para os transformar em 'ocasiões'". Se as táticas dependem do tempo e das possibilidades de alcançá-las através dos voos, as professoras do Cariri da Paraíba voaram na sabedoria popular e nos ensinamentos dos meios de comunicação, como o rádio; revisitaram as lembranças de outrora, lançaram mão da memória popular, reinventaram a gramática e o vocabulário da farmacopeia nordestina. O que necessitavam nem sempre estava nas prateleiras das farmácias ou nos postos de saúde. Transformaram o corpo fármaco popular em uma linguagem de vida, um dicionário de curas, um vocabulário de receitas, um alfabeto de bulas, uma gramática de curas, uma matemática da salvação. No meio do mato, das pitombeiras e das pitombas, em meio às pedras, copos, potes e caldeirão, no meio da areia, todos eram curandeiros, médicos de corpos e de alma:

... a água da escola era tirada de um caldeirão, um copo para tirar a água e outro para beber, todo mundo bebia nesse copo...era um copo coletivo e a água era da cisterna... um cariri seco... a seca era grande, chovia menos que hoje, era pouco habitado, sem energia e transporte.. as casas eram muito simples e pequenas... sem piso... não tinha fossa... o povo dormia em rede.... tinha muita pulga... (Sarah Melo, professora aposentada).

O espaço de cura e de convivência elaborado por essas professoras é tecido a partir de

aproximações, distanciamentos, conflitos, afrontamentos com a seca e a estiagem, sensos e dissensos. Sua história é rebento do encontro entre poder e linguagem, uma operação que articula um lugar social e a elaboração de um texto espacial. Como diz Albuquerque Júnior (2008), as atividades humanas carregam em si uma dimensão espacial:

As fronteiras, as identidades espaciais, os territórios, os lugares passam a ser pensados como tendo sido definidos a partir de contendas, de conflitos, sendo frutos de relações que se estabeleceram entre diferentes agentes e agências em um dado momento histórico, sendo portanto, passíveis de dissolução, desconstrução, sempre que as relações sociais que os engendraram sejam modificadas, que os saberes que os puseram de pé sejam desmontados e que as relações de poder que os sustentaram sofram deslocamentos (p.71-72).

Artes de fazer, artes de curar, artes de viver. Dona Sarah procura, com o seu depoimento, elaborar uma escrita de si, vestígios de palavras e de histórias. Em seu relato, detalha como usava a água com enxofre para expulsar a sarna, escaldar as redes e roupas para espantar os ácaros. São mulheres como Dona Sarah, Perpétuo Socorro e Auxiliadora da Cruz que se reinventam como curadoras, como terapeutas que venciam as dificuldades decorrentes da precariedade da assistência básica à saúde das crianças de modo geral, especificamente pela falta de fossas sépticas e surtos de diversas doenças ocorridas no Brasil e demais Estados, como sarampo, catapora, sendo motivos para o fechamento das salas de aulas por semanas inteiras.

Doenças que as conferências nacionais de saúde narravam, mas os agentes e as políticas públicas eram ineficientes para combatê-las.

A falta de água potável em muitas regiões da Paraíba no período da seca provocava problemas intestinais em muitos alunos, causando-lhes frequentes disenterias, muitas vezes, não tratadas devido às dificuldades de assistência médico-hospitalar. Então, por falta de assistência ou, por vezes, a falta de informação sobre os cuidados básicos no manuseio da água, ou ainda, pelo fato de a maioria dos pais serem analfabetos, muitas crianças morriam sem os devidos cuidados. Diversas vezes, as informações sobre o tratamento da água e as orientações sobre hábitos de higiene para evitar micoses eram dadas, em sala de aula, pelas professoras com intuito de ajudarem os pais.

... eu sabia das doenças e orientava os pais para dar soro e arrumava consulta em Campina, eu dizia que não era pra dar leite que piorava a diarreia, mas uma pobreza muito grande e muito morriam a míngua dentro de uma rede, isso era mais no mês de maio, passava muito enterro de criança aqui (Pitombeira-Barra de Santana), hoje não, as crianças têm vacina pra tudo, o tempo de viver é hoje... (Sarah Melo)

Outras gramáticas da sabedoria popular eram narradas e subjetivadas pelos homens e mulheres do Cariri. Nesse "espaço hospitalar", as professoras e moradores locais aprenderam que lançar mão de tais práticas curativas significa ir sempre além de si mesmo. Trata-se de uma reescrita da vida quando se está a um passo

do território da morte. Uma (re)escrita elaborada ao confeccionar seus artefatos, fazer os curativos, encanar pernas e braços quebrados e realizar partos. Ao capturar esse saber popular, os moradores do Cariri paraibano constroem territórios discursivos, fabricam mecanismos que se autoalimentam da vontade que os criou. Tornam-se autores de curas, esculápios que escrevem um raio-X da vida, um diagnóstico para o corpo enfermo:

...eu via eles (alunos) tristes e sabia que não queriam aprender nada da escola... eu tratava dos temas que envolvia a localidade... as necessidades de doenças... de relacionamento em casa... as plantas da região que servia pra saúde... sobre a aveloz que hoje está desaparecendo.... (Perpétuo Socorro, professora aposentada)

## Considerações Finais

São todas táticas de homens e de mulheres que mostram que o Cariri tem outras histórias, outras memórias, outras escritas, outras linguagens, outras subjetividades. Gramáticas para corpos masculinos e femininos. Receitas para suspender a menstruação (semente de manjiroba em infusão; infusão de grão de café na aguardente por nove dias), receitas para fazer a febre alta

estancar (suador de semente de melancia, casca de angico em água serenada), para as fragilidades do pulmão (leite de jumenta, ingerido pela manhã) e para as prisões de ventre (chá de raiz de jitirana retirada no nascente). Remédios e receitas para sarna, gripe, piolho, coqueluche, sarampo. Seja através da Voz do Brasil, do Projeto Minerva, dos livros didáticos ou dos discursos populares, o desejo de aprender a curar era notório pelas professoras.

A escola do Cariri paraibano tornava-se uma instância higienizadora em relação às demais instituições. A voz das professoras apresenta táticas de viver para não morrer, vocabulário de vida para fugir da dor e da morte, linguagem de salvação para os quase perdidos, discursos de mestres e artesãs da palavra que tecem e bordam pedaços de vida, tricotam peles para si, tentando ressurgir a cada investida. Como as identidades do cariri não têm um fim – são estilhaços que se partem em muitas direções, conforme o olhar do pesquisador –, como conclusão queremos apenas parafrasear Jorge Larrosa (2003): o final desta escrita não é o final de sua história.

## Fontes

Sara Mello, depoimento aos aurores, 2013

Maria do Perpétuo Socorro, depoimento aos autores, 2013

## Referências

ALBUQUERQUE JR. Durval M. de. Nos destinos de fronteira. Recife: Bagaço, 2008.

AROUCA, Sérgio. In: BRASIL, Ministério da Saúde. VIII Conferência Nacional de Saúde. Relatório Final, Brasília, 1986.

BRASIL, Ministério da Saúde. VI Conferência Nacional de Saúde. Relatório Final, Brasília, 1977.

BURITI, Iranilson. A pena de Belisário: narrativas de Nordeste nas correspondências de Belisário Penna (1921-1926). Anais do XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza: Editora, 2009.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

\_\_\_\_\_. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. Práticas de leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CUNHA, João Paulo P da, CUNHA Rosani Evangelista. Sistema Único de Saúde - princípios. In: CAMPOS, F.E., OLIVEIRA JR., M., TONON, L.M. (Org). Cadernos de Saúde 1. Belo Horizonte: Coopmed, 1998. p 11-26.

FRAZÃO, Paulo. Tecnologias em saúde bucal coletiva. In: BOTAZZO, Carlos; FREITAS, Sérgio Fernando de. (orgs.) Ciências Sociais e Saúde Bucal. São Paulo: EDUSC/UNESP, 1998.

GAY, Peter. A educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GONDRA, J. Gonçalves. Afinidades: educação e medicina na Primeira República. VI SNHCT, 1997.

LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ/REVAN, 1999.

MARQUES, Vera Regina; FARIAS, Fabiano Costa. A eugenia e a doença dos escolares nos anos 1920. In: MONTEIRO, Yara. (org.) História da Saúde: olhares e veredas. São Paulo: Instituto da Saúde, 2010, p. 79-90.

RONCALLI, Ângelo G. O desenvolvimento das políticas públicas de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde. In: Antonio Carlos Pereira (Org.). Odontologia em Saúde Coletiva: planejando ações e promovendo saúde. Porto Alegre: ARTMED, 2003. Cap. 2. p. 28-49.

SANT'ANNA, Denise B. (org.) Políticas do corpo. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo.... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. L; VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs.) Imagens de Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

## O PRINCIPADO DE TIBÉRIO CÉSAR: A QUESTÃO DA CONTINUIDADE DOS PRECEITOS POLÍTICOS DE AUGUSTO E OS ANOS DE GOVERNO DE ROMA (14 – 26 D.C.)

Rafael da Costa Campos<sup>1</sup>

### Resumo

Neste artigo analisaremos a interação entre *Princeps* e o Senado durante a primeira parte do governo de Tibério César Augusto, estabelecendo como marco o seu afastamento para a ilha de Capri no ano de 26 D.C.. Este evento representou um importante momento de inflexão política dentro de seu governo (14-37 D.C.), e também se constituiu como um importante fenômeno político no âmbito do Principado, principalmente durante o período dinástico dos Césares Júlio-Claudianos. Embora as causas de seu afastamento atestadas na documentação não tangenciem a condução dos negócios públicos, acreditamos que a tensão desenvolvida entre o soberano e o Senado durante os anos de sua permanência em Roma foram um dos aspectos primordiais para a sua saída da capital do Império.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tibério César, Senado Romano, Principado.

### Abstract

In this essay we will analyze the interaction between *Princeps* and the Senate during the first part of the government of Tiberius Caesar Augustus, instituting as a mark his withdrawal to the island of Capri in 26 AD. This event represented an important moment of political inflexion on your government (14-37 AD), and also constituted as an important political occurrence on the scope of Principate, especially during the

dynastic period of Julio-Claudian Caesars. Although the causes of his withdrawal attested on the sources does not trespass the conduction of the public business, we believe that the developed tension between the sovereign and the Senate during the years of his attendance in Rome were one of the determining aspects to his retirement from the capital of the Empire.

**KEYWORDS:** Tiberius Caesar, Roman Senate, Principate.

<sup>1</sup> Doutor em História Social/USP. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa. [rliuist.historia@gmail.com](mailto:rliuist.historia@gmail.com)

O Imperador romano Tibério César Augusto (14 D.C – 37 D.C) deu continuidade ao Principado, um novo sistema político iniciado pelo seu antecessor, Otávio Augusto (31 A.C – 14 D.C), caracterizado primordialmente por uma delicada relação de manutenção do prestígio da aristocracia senatorial da Cidade de Roma, envolvida por ideais e valores do período republicano, e constantemente reiterados pelo soberano para os seus pares. Contudo, o cotidiano dos negócios públicos na capital imperial demonstrava que os limites de atuação e de influência do Imperador sobre os membros do Senado eram cada vez mais complexos e conflituosos, enquanto que a autonomia e a proatividade dos últimos também já não possuía a mesma efervescência da República.

Com Augusto, Roma se tornou o *imperium populi Romani*, o poder exercido por uma cidade-estado em seu mais amplo sentido (LINTOTT, 1981: 53). *Imperium* passou a significar também a dignidade e o poder absoluto do imperador ou: o Império (EHRENBERG, 1984: 121).

Todavia, nenhuma palavra sumarizou perfeitamente e completamente a formação e o conjunto do poder de Augusto e de seus associados durante seu governo. A historiografia posterior anacronicamente conceituou o termo 'Imperador' como uma espécie de síntese, condensando a trajetória de formalização da posição soberana do *Princeps* e acentuando, conforme a distância temporal, o caráter monárquico do Principado (EDER, 2007: 15).

Não obstante seja difícil resgatar uma constatação explícita na narrativa literária de seus contemporâneos, a adaptação dos ideais republicanos aos interesses daquele presente não obstruiu a percepção de que o poder decisório não consistia mais de uma multiplicidade de pontos de vista ardorosamente debatidos nos fóruns e assembleias, mas sim da decisiva influência e palavra final do *Princeps* (ADCOCK, 1989: 119-20).

Em outros termos, o estabelecimento do Principado foi algo processual, mas sob Augusto temos uma ruptura definitiva com o sistema político republicano. Durante os seus quarenta e cinco anos de poder, este soberano pareceu ter se esmerado em manter resplandecente o prestígio das instituições republicanas e o de seus partícipes, tendo evitado sobretudo na Cidade de Roma aproximações com a ideia de monarquia – especialmente nos moldes helenísticos – ou da ditadura de Júlio César, embora paradoxalmente muito de sua legitimidade conquistada para sua ascensão deveu-se ao parentesco com seu tio.

Nesse sentido, a síntese deste esforço de legitimação é perceptível na *Res Gestae Divi Augusti*, o conjunto de seus feitos monumentalizado em diversas partes do Império, logo após sua morte e promovido por seu sucessor, Tibério César. A mensagem legada por Augusto foi a de que, após o fim da guerra civil e no momento que, mediante o consenso universal, estivera no pleno controle dos assuntos públicos, a República fora transferida de seu poder para as mãos do Senado e o povo de Roma (27 a.C.)<sup>2</sup>. Em razão dos seus préstimos o Senado denominou-o *Augusto*<sup>3</sup>, e a partir de então ele excedera os demais em influência, embora não possuísse mais poderes oficiais do que aqueles que eram seus colegas nas diversas magistraturas<sup>4</sup>. Finalmente, um quarto de século depois (2 a.C.) Augusto foi habilitado a encerrar seus feitos com a conferência, por parte do Senado, dos equestris o do povo, do título de 'pai da pátria' (*pater patriae*), escrita no pórtico de sua residência, no Senado e no Fórum<sup>5</sup>.

Ao partirmos desses pressupostos, a ascensão e a primeira metade do governo de Augusto podem ser compreendidas como uma sucessiva acumulação de poderes e honras, uma fusão da autoridade formal (*potestas*) e influência (*auctoritas*), iniciada como o triunfo político-militar do único triúnviro remanescente encarregado da "restauração" da República: entre 49 e 28 A.C. Augusto (ainda Otaviano) governou em razão e mediante influência de seu supremo comando militar (*imperium maius*); a partir de 27 e até 14 D.C., este

<sup>2</sup> *Res Gestae Divi Augusti*, 34.1.

<sup>3</sup> *ibidem*, 34.2.

<sup>4</sup> *ibidem*, 34.3.

<sup>5</sup> *ibidem*, 35.1.

*Princeps* nos faz entrever que a manutenção da soberania apenas pelo *imperium* tornara-se pouco atrativa e controversa para muitos de seus pares, e daí em diante temos a difusão da *auctoritas* como a principal base de sua autoridade (GRANT, 1948: 98; 1969: 408 e 424).

Contudo, a despeito de seu esforço para que todos os ambientes de deliberação republicanos tivessem em forma permanecido ativos (câmara senatorial, fórum e assembleia popular), os tempos marcadamente tornaram-se outros: em termos práticos as intenções do *Princeps* passaram a ter força de lei. Seus desígnios tornaram-se públicos, fosse por meio de seus editos e aparições pessoais, fosse indiretamente, com o apoio de comitês de amigos e associados próximos (como o *consilium principis*), tanto nos corredores do palácio imperial quanto no espaço da câmara senatorial. Nesse *modus operandi*, os membros da camada dirigente sabiam que palavras e ações também poderiam favorecer e obstruir o futuro político de jovens senadores e equestris aspirantes às magistraturas, ou de senadores experimentados ao pretorado e ao consulado.

Em meio a tantas singularidades, sobre as quais concentrarmo-nos brevemente sobre pouquíssimas, podemos utilizar o questionamento de Karl Galinsky (2007: 1-2): qual teria sido o papel de Augusto? O de instigador, catalisador, ou canalizador de um fluxo histórico que buscava alguma direção?<sup>6</sup> Podemos nos valer do argumento basilar de Mason

Hammond (1961: 195-7), em que a percepção que possuímos de Tácito (um dos principais narradores sobre o período) a respeito dos poucos resquícios da memória republicana em seus sobreviventes, e o tom apologético do monumento aos feitos de Augusto não podem nos induzir a crer que a restauração de Augusto fora apenas uma ficção: este último fizera o possível para exaltar as instituições republicanas e relembrar o Senado de seu papel e ressaltar a posição do *Princeps* como a de um interlocutor.

Entretanto, a gradual soma destes poderes não legou a Tibério nenhum modelo pronto. Muitos dilemas políticos do novo regime que apenas se iniciava permaneceram, assim como outros se intensificaram, ou mesmo adquiriram novos contornos na medida das circunstâncias envolvendo a ascensão e permanência de cada sucessor. Conceitos oriundos do período republicano e que sobreviveram durante o início do Principado merecem ser observados com cautela: não há uma distinção aparente entre palavras como *libertas*, *dignitas*, *princeps*, e *auctoritas*. Igualmente, toda esta terminologia se adaptou lentamente, em conformidade à intenção de restabelecer as instituições republicanas colapsadas pela guerra civil, e encontraram ressonâncias diferentes em diferentes circunstâncias durante o período dos Césares Júlio-Claudianos (BÉRANGER, 1953: 132-3).

Diante desta conjuntura, um questionamento vem à tona: qual foi o impacto de todas estas mudanças para o cotidiano do Senado,

<sup>6</sup> A nosso ver, a resposta para esta pergunta - de caráter provocativo no prefácio desta obra - foi dada por ele mesmo anos antes (1996, p. 77): [...] *it was a mix of political calculation, pragmatism, a sure sense of the true nature of power and its use, and a genuine understanding and appreciation of Roman traditions and sensibilities - perhaps due in part to Augustus' upbringing in the small Italian town of Velletri - in addition to some deeply held convictions and a resulting vision and sense of direction.* [...].

instituição central do período republicano? Sabemos que a enérgica recomposição promovida com a ascensão de Augusto não existiu sem alguns efeitos colaterais. Por exemplo, entre os anos de 16 e 11 a.C., bem como em vários outros momentos pontuais do governo do primeiro *Princeps*, houve grandes dificuldades no arranjo do corpo institucional, especialmente entre as magistraturas iniciais. Vários senadores, mesmo em conformidade aos critérios censitários, preferiram permanecer como equestris, ou mesmo não se lançar à questura.

Além disso, outros já não desejavam se tornar tribunos ou edis e não raramente Augusto teve de promover equestris para estes cargos (CHASTAGNOL, 1992: 49-56; SYME, 1939: 372-3). E como resposta, ou como mais um fator inerente a este processo, Augusto impôs maior rigidez na presença dos senadores às assembleias: em 11 a.C., Augusto aboliu formalmente o quórum mínimo de quatrocentos senadores para a aprovação de medidas. Em 9 a.C., pela *lege Julia de senatu habendo*, tentou atenuar o baixo nível de comparecimento de senadores às sessões mediante a aplicação de multas, tendo estipulado também um calendário de reuniões com listas de comparecimento; criou uma “aposentadoria” e o comparecimento voluntário para os senadores de aproximadamente sessenta anos, e estabeleceu critérios de ordem para a realização das assembleias (TALBERT, 1984: 56-7; 2008: 328-9).

Mediante a exposição destes elementos, podemos afirmar que a supremacia de Augusto

inevitavelmente trouxe reações diversas como temor, relutância ou ressentimento entre membros do Senado, sobretudo entre aqueles cuja linhagem remetia-se às ilustres famílias republicanas. E pelo fato de ter sido requerido dos senadores que estes se ajustassem a esta quantidade de regulações e restrições, naturalmente houve uma interferência no vigor das deliberações senatoriais e na sua ideia de liberdade de expressão política (TALBERT, 1984: 60; 2008: 330-1). O *Princeps* podia se informar pelas decisões tomadas mediante a leitura das atas do Senado (*acta senatus*), especialmente sobre questões externas, religiosas ou financeiras, a despeito de sua assiduidade na Cidade de Roma (TALBERT, 1984: 165-171; 1984: 59-60). Nesse contexto, tendo estado presente ou mediante moções (*relationes*) enviadas por correspondência durante suas campanhas ou viagens, as prerrogativas de Augusto concediam-lhe de toda forma o direito de interposição ou veto a quaisquer medidas deliberadas nas sessões.

A posse da primeira ou última palavra sobre um assunto ao *Princeps* tornou-se um hábito, não obstante Augusto esforçasse-se por agir como um senador indistinto de seus pares, inclusive muitas vezes sem se manifestar, e quase nada que o *Princeps* requisitasse ou apoiasse poderia ser recusado. O reconhecimento de que o avanço de cada senador dependia em boa medida da aprovação do primeiro, e a compreensão de que o controle da maior parte de toda a atividade política se tornou exclusividade do

Imperador foram impactantes na presença e no estímulo da ordem senatorial diante das assembleias, ou mesmo no interesse de seus membros em continuar a perseguir os pré-requisitos para ascender na carreira pública (CHASTAGNOL, 1992: 56).

Por outro lado, mesmo diante de tantas restrições, o Senado continuou sendo uma instituição de prestígio, seus cargos amplamente disputados e devidamente reconhecidos, e nenhum Imperador podia subverter a posição desta sem incorrer em um sério risco à própria vida. Uma das grandes características do Senado imperial consistiu no fato de este ter se tornado uma corte de justiça, principalmente no trato com embaixadas e representantes provinciais, respondendo juntamente com o Imperador às necessidades e vicissitudes das mesmas, bem como deliberando sobre a maior parte das questões administrativas do Estado (SYME, 1939: 406). As decisões do Senado (*senatus consulta*) - posto que tenham se tornado cada vez mais dependentes dos pronunciamentos (*orationis*) do *Princeps* - adquiriram uma importância jurídica extraordinária ao período republicano (MILLAR, 2001: 341-50).

As consequências das dissensões no final do período foram significativas o bastante para que, à ruptura trazida pela ascensão de um soberano, a maior parte dos senadores (geralmente) se conformasse com um novo cenário de promoção social e política (ECK, 2007: 88). Isto não significa dizer que o Senado tornou-se um elemento

figurativo. Em troca de sua *libertas*, o Senado tornou-se uma espécie de porta-voz imperial, não obstante muitos dos poderes judiciais, eleitorais e legislativos tenham se tornado mais pronunciados do que outrora (ROWE, 2002: 42-3). A hierarquia de magistraturas modificou-se pela intrusão de novos cargos, mas principalmente por uma mudança em sua concepção: o serviço prestado à *res publica* tornou-se gradualmente um serviço prestado também ao *Princeps* (ALFOLDY, 1989: 118-9).

Mais ainda, no escopo de preservação das formas essenciais da República, Augusto buscou incessantemente alinhavar suas ações com a opinião e o consentimento desta ordem: consequentemente, foi preciso que Augusto e seus sucessores construíssem e reconstruíssem na prática e cotidianamente o conjunto de relações com os senadores dentro da instituição (BONNEFOND-CONDRY, 1995: 225-6; BRUNT, 1984: 423; TALBERT, 1984: 163).

Entretanto, com o falecimento de Augusto em 14 de Agosto de 14 D.C., o "programa político" engendrado por este *Princeps* e seus associados, empreendido processualmente durante décadas, desenvolveu uma de suas mais compulsórias fragilidades: a inerente ausência de um mecanismo oficial de sucessão, aspecto que naturalmente iria contra os fundamentos primordiais do próprio estabelecimento da República, sucessora esta da Monarquia encerrada pela tradição romana com a deposição de Tarquílio o Soberbo em 509 A.C.

Esta percepção nos remete a outro aspecto primordial que cristaliza-se com a ascensão de Augusto e o começo do estabelecimento do Principado: a constituição do palácio e de sua corte imperial como o cerne decisório político a partir de então. Em consonância com a difícil separação do que era “público” e o que era “privado” no ambiente familiar da aristocracia republicana, e em consideração à perenidade das relações entre patronos e clientes, condição que representava uma pedra angular das interações sociopolíticas entre os grupos sociais romanos, a figura do Imperador passou a concentrar sobre si a primazia do funcionamento destas relações.

Sem dúvida, uma das principais inovações que caracterizam a ascensão de Augusto foi a centralização do poder político da coletividade no âmbito da residência de seu soberano, e o desenvolvimento de uma corte imperial. A formação da residência dos Césares (*Domus Caesaris*) se deu de maneira simultaneamente original e involuntária. Sua estrutura compôs-se como um aglomerado de núcleos familiares menores, originários da vinculação consanguínea e parental entre seus membros, cuja autoridade emanou de Augusto enquanto um autêntico *pater familias* (chefe do domicílio) romano; enquanto princípio, a residência do *Princeps* foi semelhante a qualquer outro núcleo familiar aristocrático: um conjunto de residências em que os familiares se relacionavam mútua e cotidianamente, amparadas por

escravos, libertos, e frequentada por amigos e clientes.

Enquanto uma instituição social e política, que não se constituiu formalmente como o Senado, mas passou a compor significativamente boa parte das decisões sobre os rumos do Império, a corte imperial abarcou em sua própria concepção os paradoxos do regime de governo iniciado com Augusto: uma residência privada baseada nas formas e nas práticas de uma residência aristocrática republicana que se tornou o cerne decisório do Estado. O foco da atividade política transferiu-se de uma pluralidade de casas aristocráticas deslocou-se para apenas uma, inicialmente encapsulada no coração histórico e simbólico de Roma (WALLACE-HADRILL, 2008: 206, 286).

A importância da corte imperial para o governo do Império e a direta relação de seus acontecimentos internos com o cotidiano político da aristocracia e a instituição senatorial é extremamente valorizada pelas narrativas sobre o período. Dentre essas, a mais aguda análise é legada por Tácito. Para este autor, tão importante quanto apresentar como Tibério César assumiu o poder e passou a deliberar com seus pares, foi a descrição da maneira como sua ascensão se deu no ambiente restrito da corte; outros autores do período consequentemente comungam desta forma de leitura, embora não possamos determinar a constituição de um escopo comum de acesso à documentação da época, sua tipologia, ou mesmo quem exatamente leu quem.

Assim, pouco após o falecimento de Augusto em Nola, localidade próxima à Roma e na região da Campânia, Dion Cássio afirma<sup>7</sup> que embora não tivesse se proclamado como Imperador, Tibério teria agido como tal mediante o envio de correspondências às legiões e províncias. Constatção semelhante é apresentada por Suetônio<sup>8</sup>, indicando que o *Princeps* não hesitou em aceitar o Principado, fato demonstrado pelo imediato aparecimento público em meio aos soldados - indício efetivo de soberania. Tácito também associa<sup>9</sup> o envio de uma notificação à guarda pretoriana como efetiva demonstração de comando; o encaminhamento de correspondências para as legiões teria representado sua ascensão como soberano e a posse do Principado.

A data da chegada do corpo de Augusto em Roma provavelmente ocorreu em quatro de Setembro, e a cremação teria ocorrido quatro dias depois (LEVICK, 1999: 49-50). Possivelmente antes disso, Tácito afirma<sup>10</sup> que Sexto Pompeu e Sexto Apuleio, cônsules daquele ano, teriam sido os primeiros a jurar aliança ao novo *Princeps*; na presença destes S. Estrabão e C. Turrânio, respectivamente prefeito da guarda pretoriana e prefeito da distribuição de grãos na Cidade de Roma, também seguiram o exemplo, e por último empreenderam o pacto os demais senadores, soldados e a população.

Após a cremação do corpo e deificação de Augusto<sup>11</sup> ocorreu um período de luto que antecedeu ao segundo encontro com o Senado, o

primeiro em que de fato se tratou das questões políticas envolvendo o futuro da *res publica* e perante seu novo soberano. Neste novo encontro, Tácito afirma<sup>12</sup> que Tibério iniciou o debate com um discurso em que enfatizava aos senadores a grandeza do Império, suas limitações pessoais e a conclusão de que somente uma mente como a de Augusto foi capaz de tamanha empreitada; por ter compartilhado das responsabilidades deste último, a experiência havia lhe ensinado como era íngreme e imprevisível o fardo de tudo governar, e em meio à grande quantidade de homens ilustres, as responsabilidades do Estado seriam mais facilmente suportáveis com o apoio de muitos. Diante desta fala e em meio à forma insistente como diversos senadores reagiram, Tibério teria reafirmado a dureza desta tarefa, mas passado também a censurar estes senadores. Além disso, sua idade avançada e seus problemas de visão também seriam impeditivos alegados pelo *Princeps*<sup>13</sup> diante das responsabilidades do comando.

Sua proposição não parece ter ganhado muitos adeptos, com variadas reações de insatisfação<sup>14</sup>. Tibério prosseguiu com a apresentação de um documento que continha a descrição dos principais recursos públicos, o contingente de cidadãos e auxiliares no Exército, a quantidade de embarcações navais, protetorados e províncias, taxas e arrecadações, e ainda os gastos e as concessões públicas – todas listadas à mão por Augusto, junto de uma recomendação para manter o Império dentro de seus limites territoriais<sup>15</sup>. Em meio a esta

<sup>7</sup> Dion Cássio, 57.2.1.

<sup>8</sup> Suetônio, *Vida de Tibério*, 24.1.

<sup>9</sup> Tácito, *Anais*, 1.7.5.

<sup>10</sup> Tácito, *Anais*, 1.7.1.

<sup>11</sup> Ibidem, 1.8.6, 1.10.8; Veléio Patérculo 2.124.3, 2.126.1.

<sup>12</sup> Tácito, *Anais*, 1.11.1.

<sup>13</sup> Dion Cássio, 57.2.4.1; Suetônio, *Vida de Tibério*, 24.1.

<sup>14</sup> Suetônio, *Vida de Augusto*, 24.1; Tácito, *Anais*, 1.11.3.

<sup>15</sup> Tácito, *Anais*, 1.11.3.

situação, Tibério sugeriu aos senadores a possibilidade de assumir a tutela de qualquer parte do Estado que por eles lhe fosse confiada e em conformidade com o que melhor os conviesse, pois ninguém seria capaz de tamanha responsabilidade sem um colega, quiçá com vários<sup>16</sup>.

Desta maneira, O *Princeps* clamara por alguns associados, embora não com a intenção de que devessem conjuntamente governar todo o Império, como se estivessem em uma oligarquia, mas ao invés disso dividindo-o em três partes e assumindo uma dessas em detrimento das restantes. Sendo assim, a primeira parte consistiria da Cidade de Roma e do restante da Itália, a segunda parte consistiria das legiões e a terceira do restante da população e das províncias<sup>17</sup>. Entretanto, quando Tibério tornara-se insistente em consideração a este assunto, a maioria dos senadores ainda contrariou seu anunculado propósito e lhe implorou para que governasse o Estado como um todo<sup>18</sup>. Neste ínterim, o senador Asínio Galo teria então questionado a Tibério qual parte do Estado este gostaria que lhe fosse confiada. Abalado pela pergunta, após certo silêncio e recomposição, este último teria respondido que não era conveniente escolher ou evitar nenhum elemento de algo que preferiria ser completamente isento<sup>19</sup>.

A pergunta parece não ter causado uma boa impressão a Tibério. Galo teria tentado se justificar dizendo que a questão não teria sido colocada ao Imperador com a intenção de que este dividisse o que não pudesse ser separado, mas

admitisse mediante sua confissão que o Estado era uno e precisava ser governado pela mente de uma única pessoa: o *Princeps* não deveria ficar com apenas uma das partes, mas observar que o Império era indivisível<sup>20</sup>. Por fim, os senadores Quinto Hatério e Mamerco Escauro teriam também questionado a posição de Tibério, com o primeiro tendo desejado saber por quanto tempo mais Tibério não se permitiria assumir o Estado. Outros teriam inclusive ficado contrariados e impacientes; em meio à confusão, ao *Princeps* teria sido dito que este escolhesse a parte que desejasse, escolhesse ou desistisse, ou mesmo que Tibério era lento em reconhecer o que já estava fazendo<sup>21</sup>. Em meio a estas reações, o senador Escauro por fim afirmara haver esperanças de que as súplicas dos senadores não fossem em vão, uma vez que Tibério não havia usado o seu poder tribunício em veto à moção dos cônsules<sup>22</sup>.

Não sabemos o que de fato contivera nesta moção, e tampouco quais prerrogativas políticas teriam sido validadas pelo Senado. Tácito complementa<sup>23</sup> que, ao final do debate, Tibério finalmente aquiescera diante dos apelos individuais e imprecações coletivas, e com isso cessara a recusa ao poder, embora sem admitir que assumira o comando. De modo semelhante, outro desfecho é dado por Dion Cássio<sup>24</sup>, em que é apontado que Tibério, ao ter percebido que a população se mostrou favorável em relação à sua pessoa, esperou e procrastinou a confirmação de sua posição política até ter se tornado soberano do Império.

<sup>16</sup> Dion Cássio, 57.2.4; Suetônio, *Vida de Tibério*, T 25.2; Tácito, *Anais*, 1.12.1.

<sup>17</sup> Dion Cássio, 57.2.4-5.

<sup>18</sup> Idem, 57.2.5.

<sup>19</sup> Ibidem, 57.2.5; Tácito, *Anais*, 1.12.3.

<sup>20</sup> Ibidem, 57.2.7; Tácito, *Anais*, 1.12.3.

<sup>21</sup> Suetônio, *Vida de Tibério*, 24.1; Tácito, *Anais*, 1.13.4.

<sup>22</sup> Tácito, *Anais*, 1.13.4.

<sup>23</sup> Tácito, *Anais*, 1.13.5.

<sup>24</sup> Dion Cássio, 57.3.3-4.

Se houve alguma dúvida que pairou sobre o ambiente político imperial com a ascensão de Tibério, certamente não consistiu em saber se o *Princeps* queria ou não assumir o poder, mas sim de que maneira ele desempenharia o papel de soberano. Esta questão relaciona-se diretamente com o processo político engendrado por Augusto durante as quase cinco décadas de governo. De fato, com seu antecessor nenhum precedente formal foi estabelecido: em certa medida, Tibério sobreviveu a Augusto e obteve uma posição de poder equivalente à de Agripa em 12 a.C., com a diferença de que o primeiro sobreviveu ao próprio *Princeps*.

A década posterior à adoção de Tibério serviu para disseminar a orientação de que ele seria o sucessor de Augusto, pela conferência de títulos e pela demonstração de um consentimento que afirmasse que Tibério era o (único) candidato para o posto. Quando Augusto faleceu, Tibério estava em seu décimo sexto ano de poder tribunício, era *colega imperii* de Augusto – autoridade nas províncias orientais equivalente a do último e superior à dos governadores de província, estendida também à Cidade de Roma e, portanto, superior também à dos cônsules: *tribunicia potestas* e *imperium maius*, estes eram os grandes poderes do *Princeps*, resultado do acordo estabelecido em 23 a.C., conquanto sem protocolo ou rito político de passagem, além do consentimento do Senado e o povo de Roma em relação aos passos políticos dos príncipes da família imperial, indícios estabelecidos desde Marcelo com

elementos que denotavam a vontade do soberano para a mais pacífica transição possível.

Quanto à *auctoritas*, a deificação de Augusto transformou Tibério em um *Divi filius*, assim como ocorreu com o primeiro após a morte e deificação de Júlio César, e detentor do título 'Augusto' por herança. Deste modo, a supremacia do novo *Princeps* não foi posta em questão, ou pelo menos não fora abertamente confrontada dentro do Senado. Mais do que isso, tendo em vista a narrativa oferecida no conjunto da documentação sobre os primeiros encontros com o Senado, somos levados a crer no fato de que não houve um dia de aceitação dos poderes, mas sim um debate sobre o que para o Senado significara os poderes que Tibério herdara pelo testamento de Augusto, e de que maneira ele manteria, a partir de então, sua relação com este órgão e as demais instituições republicanas (KAMPFF, 1967: 27-32; LEVICK, 1999: 54-6; OBER, 1982: 326-8).

Neste sentido, podemos construir uma reflexão a partir de evidências em Dion Cássio. Em seu balanço sobre o governo de Augusto, o autor afirma<sup>25</sup> que sua contribuição teria sido a combinação de monarquia e democracia, a liberdade dos romanos e a preservação da segurança e da ordem; a liberdade da moderação sem a licenciosidade da democracia e a insolência da tirania, súditos e cidadãos sem discórdia: o restabelecimento da *res publica* sem a discórdia entre as facções, e com um poder maior e mais fortalecido. Evidentemente, a perspectiva de Dion Cássio contou com toda uma reflexão posterior de

<sup>25</sup> Dion Cássio, 56.43.4; 56.44.2.

mais de dois séculos para a elaboração desta síntese.

De todo modo, é interessante percebermos que Dion Cássio observa a diferença de personalidades entre Augusto e Tibério, o que ajuda reafirma a noção de que o governo de Tibério não foi uma mera continuidade, mas como todo novo governo imperial, marcado por experimentações e aspectos próprios; a morte deste *Princeps* foi também o anúncio de uma transformação evidente, pois Tibério era um homem diferente<sup>26</sup>. A moção encaminhada mediante os cônsules para o *Princeps* certamente disse respeito a uma definição (ou confirmação) do posto do *Princeps* como soberano.

A despeito da aparência de embuste, não podemos simplesmente considerar que os embates iniciais entre o *Princeps* e o Senado durante os primeiros encontros oficiais não tenham sido envolvidos por questões políticas genuínas. Conquanto sua narrativa carregue uma perspectiva “oficial” dos fatos, Veléio Patérculo afirma<sup>27</sup> que em meio à trepidação do Senado e os temores na Cidade de Roma, a segurança e ruína estiveram separados por um limite estreito, mas não que sofrera nenhum distúrbio devido à majestade de Tibério.

Mais ainda, teria havido um embate entre este e o Senado para que ele sucedesse ao posto de seu pai, ao passo que o último buscara dos senadores a permissão para agir mais como um cidadão em paridade aos demais do que como um *princeps*. Ao final deste embate, Tibério teria sido persuadido e

percebido que, sob sua pessoa, tudo o que não protegesse poderia perecer caso continuasse a recusar o principado por quase tanto tempo quanto outros lutaram para assegurá-lo<sup>28</sup>.

É provável que Veléio Patérculo, contemporâneo e associado do *Princeps*, bem como outros apoiadores de Tibério e do regime iniciado com Augusto, soubessem que este novo governo era um sistema político diferente; uma ruptura *de facto* dos antigos moldes republicanos, conquanto o Principado ainda não possuísse uma caracterização e designação mais bem definida como naturalmente o seria durante o período de Tácito, Suetônio e Dion Cássio. Mesmo em Tácito, cuja narrativa configura-se (com seus méritos e dificuldades) como o mais detalhado relato sobre o governo de Tibério, este autor estabelece uma tensa relação entre a percepção de que a fachada de sustentação de um restabelecimento da República é derrubada após o fim do Principado de Augusto, e uma memória da *res publica* enquanto nostalgia de um período que está claramente relegado ao passado.

Existe em Tácito (e na tradição da qual ele se valeu) a consciência de que o “restabelecimento da República” não significou uma verdadeira tentativa por parte do Imperador de restabelecer a autoridade do Senado nos moldes existentes antes da segunda metade do século I a.C., percebendo que a utilização do termo pelos sucessores Júlio-Claudianos respondeu a novas necessidades políticas, e um esvaziamento do sentido anterior da palavra. Todavia,

<sup>26</sup> Idem, 56.45.1.

<sup>27</sup> 2.124.1.

<sup>28</sup> Veléio Patérculo, 2.124.2.

podemos perceber a memória da República repaginada e remodelada para atender a um novo propósito: a República caracterizada pela autoridade soberana do Senado foi relegada ao passado, e a presença do Imperador com sua palavra final o marco desta mudança. Contudo, a memória política do Principado permaneceu entremeada a estas práticas republicanas, haja vista que a permanência do termo e sua rememoração serviram como maneira de reiterar o prestígio social e político da aristocracia senatorial romana, da qual dependia o *Princeps* e com a qual este último deveria sempre relembrar e reiterar seu vínculo de cooperação (CIZEK, 2003: 28-9).

O significado dos primeiros encontros de Tibério com o Senado nos serve como evidência para a compreensão de que o início de seu governo já apontava para o delicado conflito de posições entre o Imperador e esta instituição, e se constituiu como um indício do que ocorreria durante o restante de seu governo. Neste sentido, o equívoco não residiu no exame de sua aceitação ou não dos poderes, mas sim na falta de percepção do que Tibério faria com os mesmos a partir de então; provavelmente este último tivera de reconhecer que o resultado das experimentações políticas de seu antecessor e a detenção de poderes idênticos aos dele é que lhe fariam um soberano, e que seria com esses elementos que ele deveria redefinir e/ou reafirmar seu posto, tarefa que, conforme demonstrado pela tensão dos primeiros debates senatoriais, não foi algo simples, e cujo desgaste não arrefeceria pelos próximos anos,

fato que também influenciará o seu afastamento de Roma.

Os debates expuseram a dificuldade de convencer os senadores de que Tibério talvez quisesse exercer a soberania legada por Augusto sem ceifar por completo a iniciativa política desta aristocracia. De modo semelhante, expuseram como seria complicado modificar o sistema resultante da experimentação política à qual ele deu sua própria legitimidade, e ao mesmo tempo não forçar os senadores a desempenharem um papel de autonomia que eles temiam, não acreditavam, ou não estavam mais dispostos a fazê-lo. Consequentemente, o governo de Tibério apresentou as dificuldades de uma conciliação concreta entre as práticas deliberativas republicanas e a existência de um *Princeps*, e de um ajuste dos comportamentos tradicionais às novas condições políticas.

O governo de Tibério explicita – principalmente por ter sido relativamente bem documentado – as dificuldades que se mantiveram sob seus sucessores em consideração a um esforço de adequação e preservação de um equilíbrio entre a autoridade imperial e a iniciativa senatorial; estes dois componentes demandaram espaço dentro do sistema político do Principado, de forma mais ou menos harmoniosa, mas sempre tênue e instável. Em outras palavras, o Principado de Tibério serviu como uma demonstração de o quanto era difícil a harmonização entre uma instituição que representava o conjunto de uma tradição e outra, que embora não desejasse seu esfacelamento, não

abriu mão da condução das decisões políticas e da sociedade (BONNEFOND-CONDRY, 1995: 232-55; LEVICK, 1999: 58-9; SEAGER, 2004: 46-7).

Consequentemente, o período em que Tibério permaneceu em Roma pode ser sintetizado como o governo de um *Princeps* disposto a fazer com que o prestígio da instituição senatorial fosse evidenciado: o Senado deveria ser um organismo ativo e atuante na administração do Império. Neste sentido, Veléio Patérculo afirma que logo todos colheram os frutos pela escolha de Tibério, após os conflitos entre as legiões<sup>29</sup>; a credibilidade havia sido restaurada aos magistrados e as contendas banidas do fórum, o assédio por apoio eleitoral banido das assembleias populares, a discórdia do Senado; justiça, equidade e diligência restituídas. Foi adicionada autoridade aos magistrados, majestade ao Senado, e dignidade às cortes<sup>30</sup>.

Para Tácito<sup>31</sup>, 23 d.C. teria sido o nono ano de uma República em ordem, embora o destino subitamente tenha invertido esta situação. No que diz respeito aos assuntos públicos, estes – em conjunção às questões privadas excepcionais – foram abordados no Senado, e o debate fora livre para os seus mais ilustres membros, porquanto a subserviência fosse fiscalizada pelo próprio soberano. Na conferência de magistraturas, Tibério teria considerado a nobreza da linhagem do candidato, sua conduta militar, e a relevância de suas realizações políticas, tendo deixado claro que a escolha dos candidatos estivesse relacionada às qualidades

dos mesmos. O consulado e o pretorado mantiveram o seu prestígio, os poderes dos magistrados menores foram exercidos, e as leis – com a exceção dos processos por crimes de traição – foram bem utilizadas<sup>32</sup>.

Suetônio afirma<sup>33</sup> que Tibério inicialmente teria agido como um concidadão e com uma humildade semelhante à de um indivíduo privado; aceitou poucas das várias honras e ele propostas, como os votos ao seu aniversário, templos, flâmines, sacerdócios, e mesmo estátuas ou bustos sem sua permissão, ou que fossem erigidas em proximidade aos monumentos das divindades, e igualmente o prenome de "imperador" (*imperator*), o título de "pai da pátria" (*pater patriae*), a coroa cívica, e "Augusto" (*Augustus*) só fora permitido em correspondências imperiais.

Tibério recusara inclusive o pacto de obediência às suas ações, conforme oferecido pelo Senado; para ele, todas as questões que envolviam os mortais eram incertas: quanto mais alto estivesse, mais escorregadia era a sua posição. O *Princeps* também teria evitado a adulação, não hesitando em interromper seu interlocutor para que o interpelasse apropriadamente. Contrário à denominação de senhor e à caracterização de seus afazeres como sagrados, Tibério se considerava como um conselheiro para o Senado<sup>34</sup>. Dion Cássio afirma<sup>35</sup> que, a despeito de ter sido chamado por vezes de César, de Germânico (em decorrência dos feitos de Germânico César), Tibério preferira a designação de "chefe [ou príncipe] do Senado" (*Princeps*

<sup>29</sup> Veléio Patérculo, 2.125.1-2.

<sup>30</sup> Idem, 2.126.1-3.

<sup>31</sup> Tácito, *Anais*, 4.1.1.

<sup>32</sup> Tácito, *Anais*, 4.6.2.

<sup>33</sup> Suetônio, *Vida de Tibério*, 26.1-2; Tácito, *Anais*, 1.72.1, 2.87.1.

<sup>34</sup> Dion Cássio, 57.8.4-5; Tácito, *Anais*, 1.72.1, ST 27.

<sup>35</sup> Dion Cássio, 57.8.2.

*Senatus*), por atender ao sentido da antiga atribuição republicana, pela qual costumeiramente declarava que era senhor dos escravos, *imperator* dos soldados, e líder dos demais.

A conduta de Tibério em relação aos magistrados, tanto no ambiente público quanto privado, é caracterizada por uma preocupação inicial de não colocar sua pessoa acima da instituição e seus membros em Roma. Igualmente, sua postura de cooperação com as magistraturas e o desempenho das respectivas atribuições dos senadores escolhidos para os cargos fizera com que o Senado adquirisse uma notória condição de corte de justiça, cujas responsabilidades não ficaram restritas à existência do *consilium principis*.

Como exemplo, Dion Cássio<sup>36</sup> afirma que um tribunal teria sido construído em Roma para que Tibério participasse das sessões no Fórum, junto dos magistrados e sempre acompanhado de um consorte de senadores associados, como fizera também Augusto. Igualmente, Tibério teria introduzido uma aparência de liberdade ao seu governo pela manutenção do antigo prestígio e dos poderes do Senado e seus magistrados; nenhum assunto público ou privado foi excluído do conhecimento dos senadores, mesmo quando decretos eram contrários à sua expressa opinião ou propostos por uma minoria, da mesma forma como outras questões fossem exclusivamente conduzidas apenas pelos magistrados ou cônsules<sup>37</sup>.

Outra reflexão sobre este esforço nos é reportado por Tácito, ao afirmar que<sup>38</sup>, a despeito de este período ter sido maculado e

comprometido pela adulação dos senadores, não somente os líderes da comunidade, mas todos os consulares, a maioria dos pretores mais proeminentes, e mesmos os senadores abaixo deste ranque, competiram entre si na exposição de sugestões para o *Princeps*. Este autor não isenta a aristocracia, da qual ele mesmo fizera parte, de parte da responsabilidade por ter se tornado uma instituição subordinada aos desígnios do soberano. O ônus advindo deste estímulo parece evidente, uma vez que o autor complementa<sup>39</sup> que por várias vezes, quando Tibério deixava a Cúria, dizia em grego o quanto os senadores eram propensos à servidão; curiosamente, Tácito ironiza<sup>40</sup> que mesmo um *Princeps* que desaprovava a liberdade pública demonstrava verdadeira aversão à prontidão para a passividade dos senadores.

Mediante esta observação da relação cotidiana de Tibério com o Senado, e as necessidades práticas da administração imperial, podemos concluir que existiram duas tarefas essenciais promovidas pelo *Princeps*. A primeira delas teria sido a de assegurar que a instituição senatorial abarcasse todas as responsabilidades legítimas ao seu prestígio e esfera de atuação, e a segunda era a de garantir que o Senado por si mesmo deliberasse sobre as questões que julgasse realmente importantes.

Em consideração à primeira, uma vez que Augusto já havia estabelecido a existência do *consilium* com todas as suas funções preparatórias para a apresentação de demandas ao Senado, durante a permanência de Tibério em Roma

<sup>36</sup> Idem, 57.7.2.

<sup>37</sup> Ibidem, 57.7.1; Suetônio, *Vida de Tibério*, 29-31.2.

<sup>38</sup> Tácito, *Anais*, 3.65.1-2.

<sup>39</sup> Idem, 3.65.3.

<sup>40</sup> *Anais*, 3.65.3.

este comitê adquiriu características peculiares, e não exatamente igual ao de Augusto: consistiu não apenas dos mais próximos associados do *Princeps*, mas de vinte senadores provavelmente designados pelo próprio Senado. Embora tenha mantido uma grande semelhança com o *consilium* de Augusto, os senadores que acompanhavam Tibério teriam sido representantes permanentes que o aconselhavam nas tarefas administrativas, e a própria presença deles provavelmente realçou o poder e o prestígio da instituição, o que atribui mais sentido, por exemplo, à afirmação de Veléio Patérculo<sup>41</sup>. Certamente esta organização permitiu a presença cotidiana de Tibério na Cúria e no Fórum, em seus anos em Roma (LEVICK, 1999: 69-70).

Em contrapartida, assegurar a proatividade do Senado não foi algo tão simples. Tibério comunicava-se constantemente com o Senado pessoalmente ou por correspondência, assumindo a dianteira de questões que a ele fossem pertinentes ou por meio de sugestões; esta forma de interação não deixou de existir mesmo após seu afastamento para Capri, mas tornou-se padrão de interação: sua saída de Roma não representou um isolamento político absoluto, e tampouco o abandono da vida pública, não obstante sua ausência do contato cotidiano com os membros da aristocracia tivesse tido um impacto significativo nas interações sociopolíticas neste círculo de poder. Mais ainda, conquanto as intervenções pudessem ter um caráter auxiliar, as mesmas

diminuíram de maneira inevitável o prestígio dos senadores.

Apresentarei, dentre vários exemplos, uma ocasião emblemática nesse sentido. Conforme já havia ocorrido em 16 d.C., a questão da imposição de maiores restrições na extravagância dos banquetes, na posse e utilização de utensílios domésticos e vestimentas da aristocracia da Cidade de Roma foi pauta de acaloradas discussões entre os senadores, não obstante Tibério não tenha interferido na proposição de reforço e intensificação da aplicação da lei sumptuária<sup>42</sup>. Em 22 d.C., o assunto novamente veio à tona. Tácito afirma<sup>43</sup> que novamente se questionara no Senado a aplicabilidade do rigor contra o esbanjamento da aristocracia; seus gastos, realmente grandes, estavam sendo escondidos por uma onda de disfarces nos preços, embora as conversas cotidianas dos senadores revelassem a suntuosidade de seus artefatos, e junto disto a preocupação de que um *Princeps* inspirado na frugalidade dos antigos pudesse intervir com medidas mais severas.

C. Bibulo e outros edis apontaram publicamente que a lei estava sendo desprezada, e que o aumento diário nos preços dos víveres não poderia ser solucionado apenas com medidas convencionais. Os senadores, de sua parte, conduziram a questão de forma intocada para Tibério<sup>44</sup>. Por sua vez, este saudou os edis por terem demonstrado devoção ao seu dever público, mas apontou em correspondência que

<sup>41</sup> 2.126.2-3.

<sup>42</sup> Tácito, *Anais*, 1.33.1-4; Suetônio, *Vida de Tibério*, 34.

<sup>43</sup> Tácito, *Anais*, 3.52.1.

<sup>44</sup> Tácito, *Anais*, 3.52.2.

em outras ocasiões, padres conscritos, seria mais oportuno se eu estivesse presente para ser questionado e para dizer o que recomendo aos interesses da República [...] de minha parte não é nem honrável permanecer em silêncio e nem fácil ser sincero, pois não é a função de um edil ou a de um cônsul que eu desempenho. Algo maior e mais elevado é requerido de um *Princeps*; e enquanto o crédito de seus sucessos é arrogado por cada homem para si mesmo, malversação por parte de todos recai sobre apenas um<sup>45</sup>.

As obrigações do *Princeps* deveriam ser outras. Tácito expõe<sup>46</sup> que ao final da correspondência Tibério reembrou o Senado de que era seu dever manter o Império unido e assegurar que as províncias fornecessem tudo aquilo do qual a Itália necessitasse, a despeito das constantes ameaças dos ventos e do clima; caso contrário, seria a ruína. Para o que nos interessa, e em termos mais amplos, a discussão sobre a proposição de reforço da lei sumptuária e a maneira com a qual o Senado evitou tomar parte, sempre que possível, em questões delicadas que envolvessem (quase sempre) diretamente os interesses do *Princeps*, demonstrou simultaneamente a incapacidade do Senado em agir autonomamente e a dificuldade de Tibério em lidar com medidas que pudessem trazer descontentamento aos senadores (LEVICK, 1999: 143).

Definitivamente, um equilíbrio na esfera de atuação de ambos não foi algo fácil, mesmo enquanto Tibério permaneceu em Roma participando assiduamente dos assuntos públicos. Ao passo que, com Tibério em Roma, seu esforço

primordial tivesse sido o de assegurar que o controle das deliberações senatoriais ficasse a cargo de seus próprios membros, era de seu interesse – acima de tudo – demonstrar que mesmo as magistraturas menores possuíam o seu escopo de atuação bem definido.

No entanto, entre esta intenção e suas atitudes haviam obstáculos ocasionados, primordialmente, pela própria natureza do sistema político do Principado, ainda em experimentação e, além disso, pelo próprio posicionamento dos senadores em relação ao *Princeps*: ninguém queria arriscar sua carreira desagradando o soberano, e dificilmente os primeiros detinham a mesma motivação republicana de defesa da liberdade de expressão, em um contexto que, desde Augusto, em termos práticos centralizou a instância máxima de decisão na autoridade do Imperador.

Desta maneira, o cerne do problema, ainda com a presença de Tibério em Roma, teria sido o estabelecimento de um equilíbrio entre o limite da possibilidade de interferência do *Princeps* e os interesses naturais da aristocracia senatorial por promoção política individual. Embora todas as questões relevantes para o funcionamento do Estado e coexistência de seus membros devessem passar pelas mãos do Senado, o que se viu na prática foi a dificuldade de sustentação desta regra. Assim, os senadores atuavam na medida de seus interesses, e os limites de interação dos senadores deveriam ser estabelecidos pelo *Princeps*. Com Tibério, estes limites foram demasiado amplos, o que não refreou

o surgimento de incompreensões sobre a dimensão do poder do Imperador, quais eram as possibilidades de liberdade de expressão política de seus concidadãos, e aquilo que, em termos de iniciativa, ambos deveriam esperar um do outro.

Mas esta é uma ambiguidade concernente ao próprio processo de constante experimentação política que representou o Principado, especialmente durante seu início sob o comando dos Césares Júlio-Claudianos. Quando Tácito sintetiza os primeiros e “bons” anos do governo de Tibério, podemos compreender que se trata de um período em que Tibério incentivou – principalmente por meio de sua presença – que o Senado agisse como uma instituição formuladora da política imperial.

Esta prerrogativa não se modificou, mesmo quando o *Princeps* deixou Roma. Como detentor do *imperium*, a condução do exército era importante e delicada demais para ficar nas mãos do Senado; o mesmo podia ser dito da administração das províncias, cujos governadores estavam inevitavelmente vinculados à pessoa do Imperador; e os segredos da casa imperial passaram ao largo de qualquer debate: questões concernentes à manutenção do poder imperial eram resolvidas primeiramente entre o *Princeps* e seus conselheiros, fossem eles aristocratas, senadores ou não.

O Senado, tendo adquirido uma forte característica de corte de justiça e organismo deliberativo durante o governo de Augusto, e mais ainda durante o governo de Tibério, mantivera-se desde o final

da República às voltas com a exploração política de indivíduos e segmentos rivais. Com o Principado, seus membros tornaram-se cada vez mais dependentes e comprometidos ao posicionamento manifestado em seus votos, o que fez com que a vinculação a um ou outro grupo impedisse que a instituição realmente agisse como um genuíno corpo deliberativo.

Indubitavelmente, o afastamento de Tibério para Capri contribuiu para reforçar esta condição. Se por um lado é perceptível que o *Princeps* era assíduo participante das deliberações da assembleia e do fórum, e sua presença e interesse poderia manter a vitalidade dos debates políticos e das deliberações dos senadores. Dion Cássio sintetiza<sup>47</sup> como o comportamento de Tibério parecia tornar sempre muito difícil qualquer tentativa de compreensão sobre seus reais sentimentos e interesses políticos. Todavia, é inegável que, em relação ao que poderia ser ou não aventado ao *Princeps*, a presença do mesmo no cotidiano político tornava a possibilidade de ofender ou contrariar sua opinião algo um pouco mais difícil. Neste momento, o *Princeps* representava fisicamente o cerne de orientação da política imperial e de controle dos interesses aristocráticos em disputa.

Assim, o afastamento de Tibério foi um importante momento de inflexão política, pois uma vez que o centro do governo tornou-se o próprio Imperador, sua ausência fez com que a posição desta instituição consequentemente se enfraquecesse. Isto não se originou com Tibério; basta considerarmos os esforços de

<sup>47</sup> Dion Cássio, 57.1.

Augusto para retomar a assiduidade dos senadores aos encontros, e as divergências que provavelmente existiram perante a opinião pública senatorial diante da severidade de suas reformas. Igualmente, o Principado como processo de experimentação baseado em elementos republicanos fez com que Tibério recorresse à alternativa de estimular que os senadores agissem com (certa) independência: os referenciais disponíveis neste momento ou eram aqueles perceptíveis da prática política de Augusto, ou as anteriores matizes republicanas, cuja literalidade de suas concepções não significava a melhor escolha, se sua intenção fosse permanecer de fato no poder.

Igualmente, a aceitação ou o apreço pela figura do *Princeps* não era unânime no conjunto da aristocracia, e embora o Senado representasse um conjunto de interesses que tradicionalmente justificassem sua existência, o sistema político imperial em construção privilegiava, acima de tudo, as lutas por interesses, e em um segundo plano os debates sobre suas responsabilidades. As tensões entre as instituições republicanas e um sistema baseado na centralização do poder já apresentaram problemas durante o governo de Augusto (ALSTON, 1998: 37-39; LEVICK, 1999: 86-88; WIEDEMANN, 2008: 211). Unanimidade, portanto, não deveria ser uma regra também no governo de seu sucessor.

## Referências:

- ADCOCK, F.E. *Las ideas y la practica politica en Roma*. Tradução de F. Rubio Llorente. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1989.
- ALFOLDY, Geza. *História Social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- ALSTON, Richard. *Aspects of Roman History AD 14 – 117*. London: Routledge, 1998.
- BÉRANGER, Jean. *Recherches sur l'aspect idéologique du Principat*. Basel: Verlag Friedrich Reinhardt, 1953.
- BONNEFOND-COUDRY, Marianne. "Princeps et Sénat sous les Julio-claudiens: des relations à inventer". *Mélanges de l'Ecole française de Rome: Antiquité*, 107, N°1. Roma: 1995, pp. 225-254.
- BRUNT, Peter. "The Role of the Senate in Augustan Regime". *The Classical Quarterly - New Series*, Vol. 34, Nº 2. London: 1984, pp. 423-444.
- CHASTAGNOL, André. *Le Sénat Romain à l'époque impériale: recherches sur la composition de l'Assemblée et le statut de ses membres*. Paris: Les Belles Letres, 1992.
- CIZEK, Eugene. "Les problèmes du Principat et l'élection des magistrats chez Velleius Paterculus". *Revue de philologie, littérature et d'histoire anciennes*, Vol. 77. Paris: 2003, pp. 23-36.
- ECK, Werner. *The Age of Augustus*. London: Routledge, 2007.
- EDER, Walter. "Augustus and the Power of Tradition". In: *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. pp.13-32.

- EHRENBERG, Victor. "Some Concepts of State and Empire". In: *Man, State and Deity*. London: Methuen & Co Ltd., 1984. Pp. 107-126.
- FRITZ, Kurt Von. "Tacitus, Agricola, Domitian, and the Problem of the Principate". *Classical Philology*, Vol.52, n° 2. Chicago: 1957, pp. 73-97.
- KAMPFF, G. "Three Senate Meetings in the Early Principate". *Phoenix*, Vol. 17, No. 1. Toronto: 1963, pp. 25-58.
- GALINSKY, Karl. "Introduction". In: *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. pp. 1-12.
- \_\_\_\_\_. *Augustan Culture: an interpretative introduction*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- GRANT, Michael. *From Imperium to Auctoritas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- HAMMOND, Mason. *The Augustan Principate*. New York: Russel & Russel, 1961.
- \_\_\_\_\_. "The Augustan Constitution". *Greece and Rome*, Vol. 18, N° 54. London: 1949, pp. 97-112.
- LEVICK, Barbara. *Tiberius the Politician*. London: Routledge, 1999.
- LINTOTT, Andrew. "What Was the 'Imperium Romanum'?". *Greece & Rome*, Vol. 28, No. 1. London: 1981, pp. 53-67.
- MILLAR, Fergus. "Two Augustan Notes". *The Classical Review*, Vol. 18, No. 3. Cambridge: 1968, pp. 263-266.
- \_\_\_\_\_. "The first revolution: *Imperator Caesar*, 36-28 BC". In: *La Revolution Romaine après Ronald Syme*. Gèneve: Fondation Hardt, 2000. pp. 1-38.
- \_\_\_\_\_. "The Emperor at work: imperial functions and their social settings". In: *The Emperor in the Roman World*. London: Duckworth Publishing, 2001. pp. 203-274.
- OBER, Josiah. "Tiberius and the Political Testament of Augustus". *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Vol. 31, No. 3. Erfurt: 1982, pp. 306-328.
- ROWE, Greg. "The emergence of Monarchy: 44 BCE – 96 CE". In: POTTER, David (org.). *A Companion to the Roman Empire*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. Pp. 114-123.
- \_\_\_\_\_. *Princes and Political Cultures: The New Tiberian Senatorial Decrees*. Michigan: University of Michigan Press, 2002.
- SEAGER, Robin. *Tiberius*. London: Routledge, 2004.
- SYME, Ronald. *The Roman Revolution*. Oxford: Clarendon Press, 1939.
- TALBERT, Richard. J.A. "The Emperor in the Senate". In: *The Senate of Imperial Rome*. New Jersey: Princeton University Press, 1984. pp. 163-184.
- \_\_\_\_\_. "Augustus and the Senate". *Greece & Rome, Second Series*, Vol. 31. London: 1984, pp. 55-63.
- WALLACE-HADRILL, Andrew. "Mutatio Morum: the idea of a Cultural revolution". In: HABINEK, T (org.). *The Roman Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. pp. 3-22.
- \_\_\_\_\_. "The imperial court". In: BOWMAN, A.K.; CHAMPLIN, E.; LINTOTT, A. (org.). *The Cambridge Ancient History – Second Edition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. pp. 283-308.

WIEDEMANN, T.J.E. "Tiberius to Nero" In: BOWMAN, A.K.; CHAMPLIN, E.; LINTOTT, A. (org.). *The Cambridge Ancient History – Second Edition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. pp. 206-245.

## INQUISIÇÃO COMO TERRITÓRIO DE PUREZA: AS ESTRATÉGIAS DE PROPAGANDA NORMATIZADAS PELOS REGIMENTOS DE 1552 E 1613 E SUA ATUAÇÃO NO BRASIL

Carlos André Macedo Cavalcanti<sup>1</sup>  
José Runivaldo Marques Pascoal<sup>2</sup>

### Resumo

O escopo deste artigo é investigar a importância prática dos regimentos da Inquisição durante a primeira e segunda visitação à Colônia, nos territórios das capitâncias da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Itamaracá, e como foram essenciais para a tentativa de se disciplinar os referidos espaços visitados pelos representantes do Santo Ofício. Observando as estratégias fomentadoras de uma variadíssima rede de comunicações e propagandas que se estabeleceram com os ritos e atos promovidos pelos organismos de poder e seus funcionários com o objetivo de consolidar o discurso do perdão e misericórdia e um ideal de pureza da fé católica na pretensa labuta contra o mal das heterodoxias.

**PALAVRAS-CHAVE:** regimento, inquisição, propaganda.

### Abstract

The scope of this article is to investigate the practical importance of the regiments of the Inquisition during the first and second visitations to Cologne, in the territories of the captaincies of Bahia, Pernambuco, Paraíba and Itamaracá, and how were essential to attempt to discipline those areas visited by the Holy Office representatives. Watching the fueling strategies of a varied communications network and advertisements that were established with the rites and acts promoted by the power bodies and their officials in order to consolidate the discourse of

forgiveness and mercy and an ideal of purity of the Catholic faith in the alleged toil against evil heterodoxies.

**KEYWORDS:** regimento, inquisição, advertising.

### 1. INTRODUÇÃO

Para compreendermos o que foi a Inquisição, é importante lembrar, como nos ressalta Anita Novinsky (NOVINSKY, 1986: 23), que a Igreja Católica funcionava com uma determinada ordem e hierarquia, estabelecendo sua organização, suas leis e suas regras, e isto influenciou no prolongamento da sua existência - guardadas as devidas diferenças de épocas e lugares.

Conforme Sonia Siqueira (SIQUEIRA, 1978:117), a hierarquia administrativa da Inquisição portuguesa comportava uma cúpula diretora composta pelo Inquisidor-Geral - que delegava parte de sua autoridade ao Conselho por ele criado, como organismo assessor, e a órgãos subalternos (presos diretamente a essa estrutura de funcionamento, os tribunais inquisitoriais).

Uma diferenciação de faz necessária. A Inquisição moderna foi bastante diferente da medieval em termos institucionais. Desde sua fundação o clero contou com o apoio dos poderes régios. Os monarcas ibéricos tinham interesses políticos e econômicos na instauração de uma instituição que tinha como finalidade precípua averiguar a conduta moral e religiosa dos pretensos católicos que habitavam determinados espaços, interpretados às vezes como

<sup>1</sup> Doutor em História /UFPE. Professor da Universidade Federal da Paraíba. [carlosandrecavalcanti@gmail.com](mailto:carlosandrecavalcanti@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestrando em História/UFPB. [joserunivaldo@hotmail.com](mailto:joserunivaldo@hotmail.com)

transgressores (aos olhos dos representantes da doutrina cristã oficial), como também inquisitoriar aqueles que viviam em outras leis, mas conversos ao cristianismo - entenda-se: religiões.

O objetivo deste artigo é investigar a importância prática dos regimentos da Inquisição durante a sua primeira e segunda visitação à Colônia, nos espaços das capitâncias da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Itamaracá, e como foram essenciais determinadas estratégias para a tentativa de disciplinar os referidos locais visitados pelos representantes do Santo Ofício.

A teatralização criada pela presença dos dois visitadores em suas apresentações públicas pode ter se constituído, com seu forte poder simbólico, num estímulo para que certas sensibilidades aflorassem em determinados homens e mulheres pois é possível perceber a lógica de um roteiro aristotélico na cena inquisitorial (CAVALCANTI, 2001:71) presente nos ritos, autos-de-fé e outras representações públicas publicizadas e encenadas durante as visitações do Santo Ofício à Colônia, que fundamentalmente nos impelem a vislumbrá-las como uma espécie de teatro, cuja finalidade seria criar um enredo significativo para o desenrolar das cenas, onde cada ator social interpretaria seus personagens (conscientemente ou não) no cenário fomentado, a fim de representar o simbolismo, a cultura do tribunal e sua praxeologia, dando um sentido lógico para o agir inquisitorial, delimitando o seu território simbólico.

## 2. VISITAÇÕES E SEUS MÉTODOS JUDICIAIS NOS TERRITÓRIOS DA BAHIA, PARAÍBA E ITAMARACÁ E AS ESTRATÉGIAS DE PROPAGANDAS NORMATIZADAS PELOS REGIMENTOS 1552-1613.

É sabido que ao longo de sua trajetória a Inquisição conheceu diferentes momentos de apoio e de crítica ao seu enraizamento em determinados lugares, e que no império português beneficiou-se da experiência espanhola para estruturar sua ordem hierárquica e administrativa; embora possuindo as suas especificidades próprias. A bula *Cum ad nihil magis*, que estabelecia os critérios para o funcionamento da instituição, guarda semelhança com os ritos de fundação espanhola e se apropria do forte apoio das autoridades seculares que intencionavam desenvolver uma certa autonomia de estratégia que se diferenciasse das ações da curia romana e da inquisição medieval.

A estrutura da inquisição portuguesa é “*inspirada no modelo da inquisição espanhola, embora apresente algumas diferenças significativas. Há nela, a interferência da coroa lusitana que através do regime de padroado<sup>3</sup> estende seu poder sobre a Igreja*” (BETHENCOURT, 2000:78); todavia, essa tendência limitava-se a situações circunstanciais e de interesses políticos - como é o caso das indicações por parte das autoridades régias de indivíduos religiosos e não laicos para exercerem as funções inerentes ao cargo de inquisidor geral no Conselho da Inquisição lusitana.

<sup>3</sup> Nas definições dos Dicionários Aurélio e Houaiss, Padroado significa direito de servir de protetor, adquirido por quem funda ou dota uma igreja. / Direito de conferir benefícios eclesiásticos. / Território onde se exercia esse direito. Ou seja, o padroado foi criado através de sucessivas e gradativas bulas pontifícias, como resultado de uma longa negociação da Santa Sé com os Reinos Ibéricos com o propósito de garantir uma administração política e religiosa a todos os domínios de Portugal e Espanha numa atmosfera de aliança entre os representantes do poder temporal e do poder espiritual (Grifo nosso).

O acesso e a habilitação dos sujeitos às demais funções que fazem parte da rede de funcionários do Santo Ofício já vêm sendo objetos de diversas discussões teológicas desde o período medieval, e constam em manuais como o *Directorium Inquisitorium*<sup>4</sup>, escrito por Nicolau Eymerich no século XIV, revisto e ampliado pelo espanhol Francisco de La Peña no século XVI.

Como o modelo organizacional português é diferente do romano por possuir uma cultura administrativa territorialmente centralizada na influência dos poderes régios, e baseada em uma sedentarização precoce dos tribunais de distrito, constata-se que as vicissitudes que ocorreram no decorrer dos séculos foram modeladas por diversas formas de comunicação e instruções que resultaram numa sistematização de práticas. Estas, por sua vez, vão possibilitar a incorporação de mudanças oriundas das novas perspectivas da época moderna, através de um processo de maturação dos pensadores e teólogos responsáveis pela defesa da ortodoxia católica.

Destas mudanças, os novos regimentos que visaram conduzir a vida das pessoas a partir de um discurso que denotava a benignidade, a honestidade e a ação misericordiosa daqueles que representavam a Deus, e que no cotidiano colonial, na execução dessas normas, também podiam trazer a dor e o sofrimento para os considerados desviantes ou transgressores das leis e bons costumes, pois esses homens responsáveis pela aplicação e cumprimento de tais leis eram seres

divididos entre o seu livre arbítrio e as suas responsabilidades perante os órgãos dos quais faziam parte.

Não se sabe ao certo os motivos das visitas do Santo Tribunal ao território brasileiro, mas “*Portugal a partir de 1580 passa a ser governado pela dinastia espanhola dos Habsburgos que começa a implementar a sua política econômica e religiosa*” (FRANÇA, 1997:30) em todo o império ultramarino, procurando constituir e conservar os territórios físico e simbólico dos seus domínios.

Havia uma preocupação da metrópole com as condições espirituais e morais dos povoadores da colônia. As visitações procuravam inquirir sobre as práticas de frades e padres mal ajustados à castidade monástica ou ao celibato, e amancebamentos, poligamia, bestialidades, além de heresias que talvez estivessem vicejando nos espaços e exigindo uma adaptação dos comissários visitadores, que deviam seguir as normas e regras contidas nos regimentos para que a sua autoridade não se transmutasse em autoritarismo. Era a *defesa da ortodoxia da Igreja e defesa da unidade das consciências do trono amparadas nos ideais do absolutismo em consonância com as novas proposituras oriundas do Concílio de Trento* (SIQUEIRA, 2011: 34).

Para isso, o Santo Ofício, mesmo num contexto de adaptabilidades às circunstâncias do meio, ao território estranho e às fronteiras culturais, simbólicas e religiosas, procurou manter a rede de vigilância que o ambiente e as conveniências permitiram. Isso exigiu uma nova postura em relação aos

<sup>4</sup> Manual dos Inquisidores no qual constam os procedimentos que eram aplicados na Idade Média e posteriormente influenciariam a Inquisição Moderna.

desafios de um novo mundo e de uma nova época que alargava o campo cultural dos “dominadores” e “dominados”; culturas em processo de hibridação; modificação de comportamentos e, neste cenário, homens de fé políticos e/ou religiosos inquietando-se por “cristianizar” a vida.

Na política, a mudança dinástica portuguesa foi impulsionada com a morte, em 1578 durante a batalha contra os mouros marroquinos em Alcácer-Quibir, do rei português Dom Sebastião. Esse evento iniciou uma das mais complicadas crises sucessórias do trono lusitano, pois o jovem rei não teve tempo suficiente para deixar um descendente em seu lugar.

O cardeal dom Henrique, seu tio-avô, assumiu o Estado português, mas logo morreu sem deixar herdeiros. Imediatamente, Filipe II, rei da Espanha e neto do falecido rei português D. Manuel I, candidatou-se a assumir a vaga deixada na nação vizinha. Para alcançar o poder, além de se valer do fator parental, o monarca hispânico chegou a ameaçar os portugueses com seus exércitos para que pudesse exercer tal direito. *Com isso, observamos o estabelecimento da União Ibérica, que marca a centralização dos domínios espanhol e português sob um mesmo governo (FRANÇA, 1977: 35).*

A vitória política de Filipe II abriu oportunidade para que as finanças de seu país pudessem se recuperar após diversos gastos em conflitos militares. Para tanto, tinha interesse no comércio de escravos com os portugueses, que controlavam tal atividade na costa

africana. Além do mais, o controle da maior parte das possessões do espaço colonial americano permitiria a ampliação dos lucros obtidos pela arrecadação tributária e um maior controle sobre os territórios, as consciências e as condutas dos sujeitos.

Como a Inquisição moderna alinhava-se não apenas ao Papa, mas também ao rei, passou a ser um instrumento fundamental para tentar conciliar as ações temporais com as questões do espírito. Por isso, acreditamos que as visitas foram uma tentativa de uniformização das práticas morais e religiosas dos colonos, já que o rei espanhol passou a ser, de certo modo, o chefe administrativo da igreja em toda a extensão do império, e começou a promover estratégias para orientar as ações do clero em lugares e territórios distantes, almejando com tais atitudes impositivas disciplinar as condutas dos vários funcionários do Tribunal do Santo Ofício.

Procurava-se e encontrava-se no discurso religioso uma atmosfera de paz espiritual preceituada pelo clima das discussões propostas em Trento, buscando-se alternativas para enfrentar o anseio de mudanças numa época de intensas revoluções intelectuais - pois os séculos XVI e XVII traduzem-se num clima de profundas críticas ao absolutismo e ao cristianismo. Em contrapartida, é com este Concílio que se intensifica a disseminação de uma luta missionária para acalmar e apagar as críticas, converter os pagãos e oportunizar aos prováveis hereges “remédio” para as suas almas através da abjuração, ou propiciar a salvação de suas almas ao convencê-

los de seus erros e da possibilidade da reconciliação com Deus.

Com o discurso da piedade e da misericórdia divina, os representantes do Santo Ofício apregoam uma “tolerância” cristã que, em certa medida, possuía um caráter de enfrentamento às prováveis renovações propostas pelo humanismo.

Não medem esforços os representantes do clero na sua faina diária para pôr em ascensão uma variadíssima rede de comunicações que se estabelecem com os ritos e atos promovidos pelos organismos de poder do tribunal com o objetivo de propagandear o seu ideal de pureza de fé.

Essas ações são destacadas pormenorizadamente nos regimentos de 1552 e 1613, leis estas que normatizavam a conduta moral e religiosa, tanto de colonos como do clero e dos membros da Inquisição. Tais normas e regras merecem ser pensadas como novas estratégias elaboradas para fazer valer na cultura da época os princípios e valores políticos e religiosos da Coroa dos Habsburgos, dando maior ênfase à vigilância e disciplinarização dos espaços, o que aponta para o discurso da pureza contra o mal.

A época moderna pode ser visualizada como o processo de europeização do mundo e nessa lógica a chegada europeia aos territórios coloniais deve ser encarada de forma complexa em seus aspectos políticos, étnicos, religiosos e culturais.

O império íbero-cristão, que sob o domínio dos Felipes girava em torno da legitimação do absolutismo monárquico, procurava estender a

sombra do seu domínio a todas as partes possíveis. Havia uma grande vontade, por parte das autoridades, de transplantar toda sua cultura para outros lugares colonizados ou em fase de colonização.

*Visavam as autoridades da época, o transplante de ideias, sentimentos, costumes, língua, religião, instituições políticas, sociais e econômicas, da metrópole para a Colônia* (SIQUEIRA, 1978: 89-90). Surge este amálgama cultural que iria –inadvertidamente, é claro– produzir um hibridismo de culturas e crenças fomentador de mudanças nas condutas morais e religiosas de alguns colonos, considerado inaceitável por aqueles que se denominavam representantes de Deus, ou seja, o monarca absoluto, o inquisidor e seus subordinados. Estes todos eram defensores da moral e vigilantes da ortodoxia cristã, contrários a qualquer tipo de manifestação religiosa ou conduta relativa a hábitos e costumes que pudesse transgredir a mensagem do cristianismo.

Os representantes da Inquisição eram homens divididos entre as particularidades de sua vida íntima e o seu agir enquanto membros de instituições de uma dada coletividade, inseridos na empreitada de constituição de uma rede de informações e propagandas capazes de legitimar a imagem de um Santo Tribunal defensor das vontades divinas. A Inquisição almejava ser um território de pureza.

Suspeitamos que nesse contexto as visitas tornaram-se cada vez mais necessárias durante este período de estruturação do tribunal, detectando os problemas particulares

de cada lugar, investigando denúncias, estimulando as confissões, dirimindo conflitos. Foram escolhidos funcionários de carreira indicados pelos monarcas para esmiuçar determinados territórios e impulsionar a política da "tolerância"<sup>5</sup> inquisitorial. Os deputados do Santo Ofício Heitor Furtado de Mendonça e Marcos Teixeira foram os visitadores investidos por comissão do Conselho Geral da Inquisição portuguesa para visitar o Brasil na vigência dos regimentos analisados aqui.

A visita torna-se o meio pelo qual a propaganda e a comunicação são expostas nos mais variados lugares, passando a estabelecer a jurisdição do tribunal, tendo como missão disseminar o modo de proceder contra o erro radical da heresia e oportunizar a salvação da alma do pecador.

Agindo assim, a Igreja monopoliza o "caminho para a eternidade" – o que já vinha sendo prescrito desde a idade média em manuais como o de Eymerich, ao apontar detalhadamente os dez casos de forte ou veemente suspeita de heresia e indicar a maneira de proceder em relação aos mesmos<sup>6</sup>, e aparece consolidado no regimento de 1552 e ainda com mais acréscimos e reformulações no regimento de 1613.

Essa problemática da importância da visita amadurece ao longo dos séculos XV e XVI e vem a ser objeto de sistematização no primeiro regimento da Inquisição portuguesa datado de 16 de agosto de 1552 que em seu capítulo 5º determina:

Quando parecer tempo aos inquisidores para visitar a comarca em que residem ou alguns lugares

dela o farão desta maneira, irá um inquisidor com um notário e meirinho e solicitador se for necessário e os mais oficiais ficarão com outro inquisidor, e o inquisidor que for visitar antes que chegue ao lugar que a de visitar o fará saber às justiças do tal lugar para que o aposentem em parte conveniente e assim aos oficiais junto com eles e porém quando parecer necessário irem ambos os inquisidores visitar cada um por sua parte levará cada um seu notário e o promotor e solicitador que servirá de meirinho irá com um deles e com o outro o meirinho e o porteiro da casa da Santa Inquisição que servirá de solicitador ou também se parecer necessário irem ambos os inquisidores juntos fazer a visitação levarão consigo todos os oficiais e porém sempre em quanto poder ser os inquisidores nos farão a saber quando e como querem fazer a tal visitação para por nossa mandança e mandado fazer (SIQUEIRA, 1996, p. 575)<sup>7</sup>.

*A visitação encabeçada pelo licenciado Heitor Furtado, é o grande momento inaugural da ação inquisitorial no Brasil* (VAINFAS 2005: 07), mas não nos esqueçamos dos casos que antes eram de responsabilidade da justiça eclesiástica, que contribuía para observância das determinações tridentinas e para o combate às práticas desviante da moral e do catolicismo.

*Heitor Furtado de Mendonça, homem intelectual, deputado do Santo Ofício, quando recebeu as instruções para realizar a visita à Colônia era licenciado em teologia e tinha passado por inúmeras investigações de limpeza de sangue antes de habilitar-se ao cargo inquisitorial* (VAINFAS, 2005, p.17).

Seguindo o caminho proposto por Sonia Siqueira, pensamos o sujeito histórico nas suas múltiplas dimensões; assim, o primeiro visitador exerceria os diversos papéis exigidos pela sua condição humana:

<sup>5</sup> Entendemos essa política de tolerância como a tentativa do Tribunal do Santo Ofício, por meio de suas estratégias, publicizar e dar notoriedade ao seu discurso de perdão e às suas ações, concebidas por seus idealizadores, como misericordiosas. (Grifo nosso)

<sup>6</sup> Eymerich, Nicolau. Manual dos Inquisidores. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1993, p.78/79/80.

<sup>7</sup> Por escolha metodológica, os textos estão transcritos para o português atual para facilitar que o leitor compreenda os seus significados. No entanto, mantivemos algumas expressões da época para não alteramos o sentido do texto.

o de profissional- juiz investido de poder para o exercício de suas funções; o de homem da elite cercado por seus pares e pela cultura de seu meio; o de homem comum com suas paixões, ego, simplicidade ou arrogância. Além disso, nos esforçamos para pôr em destaque a mentalidade que permitiu a transformação desse homem em herói<sup>8</sup> cristão, instrumento de Deus na terra, capaz de se apresentar como o mensageiro de seus desígnios.

Desejo de reformar as almas, essas intenções purificadoras, essa fé isenta de máculas menos ortodoxas mesclam-se a exaltações de vaidades, afirmações de orgulho, a atualizações de despeitos. Esta tônica geral de Juízes, réus, testemunhos e assessores. Todos eram homens. Humorismo híbrido de espiritualização e de materialidades. (SIQUEIRA, 2011, p. 34).

*O historiador relata que Heitor Furtado possuía competência nas "letras e sã consciência" para exercer a função de visitador do bispado do Brasil* (VAINFAS, 2005:17). Em suas andanças pelo território, a documentação relativa aos livros das confissões e denunciações da Bahia e posteriormente de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá<sup>9</sup> em linhas gerais demonstram a sua preocupação, na maioria das vezes, em seguir os moldes estabelecidos pelo regimento vigente, mesmo em contextos tão díspares dos de Portugal. Esta transterritorialização dos regimentos foi sempre paradoxal, mas os ritos se estabeleceram aqui durante as visitações....

A critério de análise, tomaremos de empréstimo e como

referência algumas cenas dos ritos de sua primeira aparição à Bahia, por entendermos que se assemelha às visitas que realizou as outras capitâncias. E também por serem capazes de explicitar todo o esforço para criar uma espetacularização em torno do simbolismo da transformação do funcionário do Santo Ofício num herói da cristandade capaz de agir para construção de um cenário de aproximação do pecador com a sua reconciliação espiritual.

Em seu capítulo 5º o primeiro regimento expõe como o deputado deveria se apresentar ao chegar às cidades ou lugares afastados da metrópole, a apresentação dos diplomas régios às autoridades locais, a publicação do édito de fé, do monitório, do édito da graça, do sermão da fé e abertura solene e pública dos trabalhos<sup>10</sup>.

Notamos existir uma dada correspondência entre as recomendações regimentais e a atuação desse homem que simbolicamente apresentava-se como mensageiro e guerreiro da luz, que labutava contra as trevas e suas tribulações. Por isso, um verdadeiro cenário é idealizado e publicizado para animar e trazer a população para recepcionar o visitador-herói que veio purificar o pecador que quer se reconciliar com a Igreja e punir o herege impenitente.

Essas etapas da ritualística já estavam contidas de certo modo no *Directorium Inquisitorium*, todavia nos regimentos estão instruções mais esmiuçadas, que visam atingir as suas finalidades ao darem importância significativa à construção da imagem e do capital cultural e

<sup>8</sup> Ver DURAND, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário: introdução à arquetipologia geral do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Para perceber como se constrói o arquétipo de Herói da Cristandade por parte dos visitadores, que desejavam por meio de sua religiosidade normatizar uma verdadeira sociedade Cristã Católica. Não há caráter elogioso no uso da palavra herói em Durand.

<sup>9</sup> Trabalhamos com as fontes publicadas por José Antônio Gonsalves de Melo, Ronaldo Vainfas e Sônia Siqueira.

<sup>10</sup> Regimento de 1552, cit., p. 575. In Revista do IHGB, nº 392-jul/set, 1996.

simbólico<sup>11</sup> do Santo Ofício em espaços e lugares muito peculiares e de culturas bem diferentes da cultura barroca metropolitana. É o refinamento do imaginário inquisitorial.

No dia 9 de junho de 1591, desembarca o nosso primeiro visitador na Bahia, acompanhado do notário do Santo Ofício Manoel Francisco e do meirinho Francisco Gouveia. No dia 16 de junho houve a apresentação ao bispo, que lhe beijou os pés e prometeu solenemente ajudar no que fosse necessário. No dia 22, foi a vez das autoridades, nobres, juízes e vereadores prestarem-lhe homenagens, numa clara afirmação do poder de sua representatividade e nesse dia como já citamos anteriormente iniciou-se a visitação preludiada por pompa e muita espetacularização e com a presença do bispo, funcionários do governo e da justiça, clérigos, membros das confrarias e todo o povo de Salvador que foi alcançado pela publicização do evento (VAINFAS, 2005:19).

Nos capítulos 6º e 7º do regimento de 1552, notamos que aparece o discurso do perdão e da misericórdia presentes no sermão em favor da fé e louvor do Santo Ofício, para animar os culpados de heresia e apostasia a se arrependerem de seus erros e pedirem perdão para serem recebidos purificados pela Santa Madre Igreja ao declarar zelo e caridade para com as pessoas que confessarem e/ou denunciarem os crimes de jurisdição inquisitorial<sup>12</sup>.

São estratégias utilizadas, além dos já relatados éditos e sermões, que são lidos e publicados nas portas das igrejas, dando notoriedade às atividades previstas, além da ameaça de excomunhão-

instrumento muito importante num contexto de forte sentimento religioso do imaginário profundo português. Quem fosse excomungado teria que lidar com essa decisão sendo anunciada em público, e os responsáveis *tomam o cuidado com os casos de determinadas personalidades da época que deveriam ser resguardadas para que a excomunhão de alguém poderoso ou influente não viesse a atrapalhar o andamento das investigações* (SIQUEIRA, 1996: 576).

Está determinado no capítulo 7º do regimento de 1552 e no artigo 2º do Título II do regimento de 1613 que

O édito da fé e o da graça depois de serem lidos, serem afixados na porta principal da igreja onde se publicarem estarão afixados por espaço de tempo de que tudo o notário do Santo Ofício fará auto e assento na forma que faça fé e dará publicação. (SIQUEIRA, 1996, p. 576)

Esta passagem sublinha a importância da propaganda inquisitorial durante as visitas que ocorreram em vários espaços coloniais, sem desconsiderar as diocesanas, que também foram fundamentais para reafirmar o poder da Coroa e do Conselho Geral sobre a produção e sobre a circulação cultural nos distritos e colônias afastadas do reino, que precisavam ser controlados e vigiados por um poder disciplinador e controlador das consciências e dos bons costumes.

Os deputados deviam possuir conhecimentos específicos em teologia ou direito canônico, serem nobres e puros de sangue<sup>13</sup>. Nas colônias, quando exercendo a função

<sup>11</sup> Ver BOURDIER, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1998.

<sup>12</sup> Regimento de 1552, cit., p. 576. In Revista do IHGB, nº 392-jul/set, 1996.

<sup>13</sup> A pureza de sangue funcionava no contexto estudado como uma investigação para saber se o candidato ao cargo de funcionário da inquisição tinha reminiscência judaica ou moura, se era cristão puro sem máculas de sangue. Essa taxonomia era até certo ponto definidora do status social desses sujeitos na sociedade colonial.

de visitadores, deviam resolver quaisquer questões referentes às suas atribuições no combate às heresias.

Homem letrado, de boa consciência, prudente e constante, de vida honesta, exemplo de pureza e bondade: são alguns dos predicados que o Regimento de 1613 em seu Título I – Dos Ministros do Santo Ofício e qualidades e das coisas que são necessárias para o Ministério da Inquisição – exigia para tal cargo<sup>14</sup>.

Em outra perspectiva, para a espiritualidade inquisitorial se percebe que além dos aspectos da vigilância, nos mecanismos das visitações emerge primeiro a intenção do ato da caridade e do amor (SIQUEIRA, 2011:35). Ação de um pai duro e castrador que tentava corrigir os erros de seus filhos e ensinar-lhes um novo caminho. É no convívio desta mentalidade “espiritualizada” com a intolerância que está a chave para se compreender a Inquisição, inclusive a medieval, neste caso.

Essa atribuição de “amor paterno” era requerida e exigida consequentemente ao licenciado Marcos Teixeira, deputado da Inquisição e visitador designado para o Brasil que iniciou os seus trabalhos em 11 de setembro de 1618 e terminou em 21 de junho de 1620. Configura-se o representante do tribunal lisboeta, entre os diversos papéis sociais que representou, num tipo de jurista ligado à Igreja daqueles tempos que necessitava das prerrogativas do direito canônico no dia a dia das suas inquirições.

Era canonista licenciado em Coimbra, um homem de letras e de uma cultura universitária que se

transmuda para o outro lado do Atlântico (SIQUEIRA, 2011: 57), com o seu saber jurídico nutrido dos procedimentos que estavam contidos no Regimento de 1613 que havia revogado o de 1552.

Devia orientar o seu caminhar diante dos desafios oriundos de sua nova empreitada e de sua consciência humana acerca do que era certo ou errado. Talvez uma maneira de evitar que suas ações fossem tomadas no campo do arbítrio, ao se aproximar do estatuto legal, deveria ele procurar ao seu modo ser um homem que se pautava pelas determinações da palavra de Deus.

A sua presença na Bahia anos depois da primeira visitação executada por seu antecessor sugere, quiçá, a importância que a Coroa e a Igreja davam à vigilância constante das consciências religiosas e ao modo de viver dos colonos; por isso, mesmo os seus poderes podiam ser suprimidos ou restritos por determinação do Conselho Geral quando não cumprisse as suas obrigações sacerdotais e judicárias.

Dois visitadores, uma colônia. O dever de ambos os personagens era, em seus contextos culturais, não medirem esforços para constituir um cabedal de capital cultural e simbólico em função dos interesses governamentais e da fabricação de suas próprias identidades enquanto homens e representantes do sagrado. *Homens e divinos, misto de temporalidade e transcendência* (SIQUEIRA, 2011: 34).

Relacionavam e equacionavam, da maneira que podiam, as atitudes individuais com os interesses das instituições das

<sup>14</sup> Regimento de 1613, cit., p. 615. In Revista do IHGB, nº 392-jul/set, 1996.

quais faziam parte. Tentavam, dentro de suas idiossincrasias, construir a ritualística e propagandística capazes de os conduzir nos meandros de seus caminhos. Esse capital podia se tornar arbitrário se não fosse devidamente direcionado e pensado estritamente para o serviço de Deus e do Rei.

Tinham a faculdade para julgar- amparando-se em bulas inquisitoriais e nos regimentos, como funcionários de um tribunal de foro misto- os casos de bigamia, blasfêmias, solicitações, judaísmo, luteranismo e demais crimes que percebessem fazer parte da sua jurisdição e competência. Provavelmente eram de confiança do Inquisidor Geral, e em caso de dúvidas e ou impedimentos remetiam-lhe as causas mais complexas para apreciação e decisão do conselho<sup>15</sup>.

Constatamos que os ditos visitadores, de maneiras diferentes, mas com "intenção de melhor servir ao transcendente, por crerem em suas missões, reivindicam a sua condição de servidores de Deus e nessa condição eles haveriam de dar testemunho vivo em seus procedimentos e modo de viver, prestando tributo à glória do senhor, sendo fiéis e honrados" e de acordo com o que estava prescrito nos regimentos, percebiam no entanto serem exigências difíceis de serem cumpridas.

Claro que, por serem homens, estavam sujeitos às fraquezas dessa condição. Foi o caso de Heitor Furtado de Mendonça que, por não cumprir da forma desejada o que determinava as leis regimentais e exacerbar em algumas de suas

decisões, precipitando-se em alguns casos e falhando em outros, foi admoestado pelo Conselho Geral da Inquisição que exigiu ao mesmo que os fatos fossem comunicados como estava descrito no capítulo 49 do Regimento de 1552:

Tratando-se algum caso de sustância que pareça duvidoso e que haver confusão ou discrepância de maneira que os inquisidores com os letados não possam concordar, parecendo aos inquisidores que é caso de qualidade para remeter, enviarão o tal caso ou processo ao Inquisidor Geral ou ao Conselho da Inquisição por um oficial do Santo Ofício ou por outra pessoa segura e assim realcem da dúvida por escrito e bem declaro com seu parecer para se prover como for justiça e mais serviço de nosso Senhor. E havendo em tal despacho discrepância entre os inquisidores e ordinário em tal caso trabalharão de se conformar com os mais pareceres e votos dos letados e quando se não poderem conformar enviar-se-ão o tal processo e dúvida como dito é ao Inquisidor Geral ou ao Conselho da Inquisição para se determinar o que parecer justiça. (SIQUEIRA, 1996, p. 591).

De acordo com a referida autora, a sua competência estava limitada aos casos mais simples, porque os mais graves eram reservados ao Tribunal de Lisboa - o que no contexto colonial, ao nosso ver, talvez não diminuísse relevantemente a autoridade e representatividade do cargo que exercia. Cibia-lhe, segundo o regimento de 1552, julgar em última instância a bigamia, as blasfêmias e culpas menores, ficando determinado que suas sentenças deveriam se restringir a pena de "abjuração de leve", conforme estava estabelecida regimentalmente.

<sup>15</sup> Estes delitos se inscreviam numa série de atos cometidos contra a fé cristã, a moral e os bons costumes e eram passíveis de aplicação das diversas penas que constam nos Regimentos de 1552 e 1613.

Heitor Furtado de Mendonça para a suas atividades diárias devia obedecer ao que estava estipulado legalmente nas prerrogativas de seu ofício, como o descrito no capítulo 52, do referido regimento, o qual determinava que devia o visitador “receber aos heresiarcas com misericórdia”, mas contudo *de tudo primeiro deveria dar informação do caso ao Inquisidor Geral ou lhe mandarem o caso como passar por extenso para nisso prover como cumpre ao serviço de nosso senhor.*

Mas a confiança nos atos do visitador não era muito grande, pois aquele homem se excedeu, seja promovendo um precipitado auto de fé, seja remetendo a Lisboa processos mal instruídos que resultaram em absolvição por falhas nos procedimentos (SIQUEIRA, 1971: 199). Foi então severamente advertido<sup>16</sup>.

Há que se ter em conta que nesses espaços colôniais era difícil lidar com tantas exigências, pois numa sociedade do gesto e da aparência, como a barroca, dedicavam os visitadores e funcionários do Santo Ofício uma especial atenção à fabricação de uma rede de propagandas e comunicações que se estabeleciam através de ritos que hoje em dia não concebemos como instrumentos de comunicação, mas que, para a cultura da época, se ajustavam aos interesses e anseios dos homens das camadas dominantes e de seus discursos que visavam legitimar uma ordem harmônica. Culpados? Inocentes?

Nem uma coisa nem outra! Apenas homens de seu tempo tentando se adaptar ao seu meio sociocultural, o que muitas vezes

exigiu-lhes imenso esforço para solucionar questões novas que até então desconheciam, por serem oriundos da sociedade metropolitana. As circunstâncias do meio impunham novas maneiras de encarar os problemas, haja vista que o transplante dos hábitos e costumes intencionados não surtiu nos espaços coloniais o efeito desejado.

Nem sempre foi possível o cumprimento na íntegra de todas as exigências contidas nos regimentos, não obstante os clérigos e os leigos que compunham os quadros do Santo Ofício fossem religiosos e precisassem combater o “bom combate”.

As suas estratégias foram fomentadas com a incumbência de pôr em prática os dispositivos legais preceituados nas legislações inquisitoriais. O autor chama de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. (CERTEAU, 1994: 46)

Sem deixar de considerar a fluidez existente nas fronteiras políticas, econômicas, religiosas, culturais e étnicas e na relação de poderes existentes nas mesmas, a discussão certeauniana ressalta a dificuldade dos inquisidores advindos da Europa, quando tiveram de lidar com a multiplicidade das práticas culturais que foram operadas sorrateiramente na colônia por determinados usuários em seu cotidiano. Essas foram as táticas dos que jogaram com os mecanismos da disciplina e com ela não se conformaram a não ser para alterá-la através de movimentos “silenciosos”,

<sup>16</sup> “Tereis advertência que daqui em diante não façais semelhantes prisões sem ter prova bastante para isso, pelo muito que importa não se desacreditar o procedimento do Santo Ofício, além dos danos e perdas que recebem as partes em suas pessoas e fazendas de que lhes socrestam”.

Correspondência inédita publicada por Antônio Baião e citada por Sônia Siqueira em seu clássico A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial.

“desconstrutores” e “questionadores” dos discursos de poder.

Mesmo com todo o esforço sensibilizador e propagandístico, o Santo Ofício teve de enfrentar inúmeras situações manifestadas, nos espaços inquiridos, por operações “microbianas” que proliferaram no seio das estruturas e alteraram o funcionamento da ordenação sócio-política e religiosa,

através de resistências conscientes ou não, praticadas de diversas formas pelos usuários (confitentes, denunciantes e réus) em seu cotidiano aos quais certamente os “enviados de Deus” tiveram que se adaptar para dar sentido e lógica às suas ações durante o contexto das visitações coloniais ao território brasílico.

## Referências

- BETHENCOURT, Francisco. *História da Inquisição: Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- \_\_\_\_\_. *História da Inquisição: Portugal, Espanha e Itália*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.
- BOURDIER, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1998.
- CAVALCANTI, Carlos André Macedo. *O Imaginário da Inquisição: desmitologização de valores no Tribunal do Santo Ofício, no direito inquisitorial e nas narrativas do medo de bruxa, 1536-1821*. 2001. p. 213. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco
- CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. Tradução de Enid Abreu Dobránsky. São Paulo: Papirus, 2012.
- \_\_\_\_\_. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.
- DURAND, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário: introdução à arquetipologia geral do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A Imaginação Simbólica*. Tradução de Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Editora Edições 70 Lda, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Campos do Imaginário*. Tradução de Maria João Batalha Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- EYMERICH, Nicolau. *Manual dos Inquisidores*. Tradução Maria José Lopes da Silva. Brasília-DF: Rosa dos Tempos, 1993.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Confissões de Pernambuco 1594-1595: primeira visitação do santo ofício às partes do Brasil*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil*. Denunciações e Confissões de Pernambuco 1593-1595. Recife: Fundarpe, 1984.

- NOVINSKY, Anita Waingort. *A Inquisição*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Cristãos Novos na Bahia: 1624-1654*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Inquisição: prisioneiros do Brasil. Séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.
- SIQUEIRA, Sônia. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Confissões da Bahia 1618-1620*. 2. ed. Coleção Videlicet. João Pessoa: Ideia, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O Momento da Inquisição*. Ed. Coleção Videlicet. João Pessoa: Editora Universitária, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Os Regimentos da Inquisição*. In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n. 392, jul/set, 1996.
- VAINFAS, Ronaldo. *Brasil de Todos os Santos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Confissões da Bahia: santo ofício da inquisição de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

## MANOEL BOMFIM: CRÍTICA AO ESTADO PATRIMONIALISTAE UTOPIA EDUCACIONALEM AMÉRICA LATINA MALES DE ORIGEM (1905).

Luiz Carlos Bento<sup>1</sup>

### Resumo

Esse artigo busca refletir sobre as críticas produzidas por Manoel Bomfim em seu ensaio histórico *América Latina Males de Origem* em relação ao papel do Estado na construção da nacionalidade brasileira, dando maior ênfase para a sua defesa da necessidade de construir um novo sistema educacional capaz de formar o indivíduo para os novos desafios impostos pela sociedade brasileira depois das mudanças e da emergência de novos atores sociais alavancados pela abolição e pela proclamação da república. Além de suas críticas radicais ao pensamento racial dominante entre os intelectuais brasileiros de seu tempo, o texto de *América Latina*, também é inovador em relação à defesa da educação como uma alternativa viável para a construção de uma sociedade democrática e livre, que entendemos ser um horizonte político que permeia a obra deste intelectual sergipano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado, Nacionalidade e Educação.

### Abstract

This article reflects on the criticisms by Manoel Bomfim in his historical essay *América Latina Males de Origem* in relation to the role of the State in the construction of Brazilian nationality, giving greater emphasis to its defense of the need to build a new educational system capable of forming the subject to the new challenges posed by the Brazilian society after the changes and the emergence of new social actors leveraged by the abolition and the proclamation of

the Republic. In addition to its radical criticism to the dominant racial thinking between Brazilian intellectuals of his time, the text of *América Latina*, is also innovative in relation to the defence of education as a viable alternative for the construction of a democratic and free society, which we believe to be a political horizon that permeates the work of this intellectual sergipano.

**KEYWORDS:** State, Nationality and Education.

Manoel Bomfim, nascido em 1868, gozou de uma oportunidade rara e acessível a poucos homens, que foi a de poder acompanhar com certa maturidade os principais acontecimentos sociais e políticos que marcaram o processo de transição da Monarquia à República no Brasil. Desta forma, o projeto de Brasil produzido em suas obras não pode ser apartado deste quadro temático mais amplo a partir do qual a questão racial, a influência monárquica, o projeto republicano, as reformas sociais, a modernização, a construção do Estado e a formação da nacionalidade aparecem em primeiro plano.

Consideramos as temáticas abordadas por Bomfim em suas obras, como sendo questões que estão longe de serem novidades no campo intelectual brasileiro. Assim, o que o diferencia substancialmente de outros autores e até mesmo de instituições do período não são as suas temáticas, mas sim a leitura dissonante<sup>2</sup> que ele produz em relação à tradição brasileira na qual está inserido, mas da qual ele procura se afastar em suas obras produzindo uma crítica sistemática

<sup>1</sup> Doutorando em História/UFG. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. [luizc.bento@yahoo.com.br](mailto:luizc.bento@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Esse conceito faz uma referência direta a uma categoria de análise proposta por BARROS, José D'assunção, em sua obra. Teoria da História volume IV. Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. Rio de Janeiro: Ática 2011. Onde o autor utiliza-se desta metáfora musical para pensar aspectos dissonantes de autores clássicos da teoria da história.

no nível de suas referências teóricas, metodológicas e ideológicas.

Este aspecto “dissonante” da obra de Bomfim levou alguns de seus intérpretes, tais como Dante Moreira Leite (1992) e Tomas Skidmore (2012) a considerá-lo, de forma apressada, como sendo um homem a frente do seu tempo. Tal interpretação, além de ser descaracterizada por seu sentido a-histórico, deve ser compreendida na incapacidade de situar Bomfim no interior da tradição a qual ele critica, mas da qual ele não pode ser desvinculado, pois, se perderia o sentido histórico da leitura de seu próprio tempo e da sua visão histórica de mundo, que são chaves fundamentais para compreendermos as suas obras enquanto representações históricas de uma dada realidade historicamente constituída.

Outra reflexão comum em intérpretes de Bomfim, que está estreitamente relacionada com as interpretações anteriormente citadas, diz respeito ao seu pioneirismo em relação a algumas temáticas e posicionamentos sobre os seus pares intelectuais e institucionais, tais como sua crítica radical ao pensamento racial, ao cientificismo e ao imperialismo, seu anti-positivismo radical, sua negação à doutrina Monroe e sua defesa da educação popular e da expansão dos direitos democráticos, que parecem sugerir a alguns intérpretes o caráter de pioneirismo, para não dizer quase extemporâneo de suas ideias.

Mesmo que a leitura de suas obras pareça justificar essa ênfase na extemporaneidade de suas ideias, acreditamos que o caminho

históricamente mais coerente para compreendermos a extensão e a profundidade do pensamento histórico produzido pelo intelectual sergipano é o de situá-lo no interior da tradição com a qual ele está dialogando, no intuito de identificar no meio dela os seus pares, a partir dos quais se torna possível fazer frente a esta tradição historiográfica oficial. Neste sentido, Bomfim não está à frente de seu tempo e nem exerce um pioneirismo injustificável, o que ele faz é produzir uma leitura de seu tempo, uma síntese analítica e crítica de sua época.

Neste caminho, sua obra pode ser entendida como uma síntese heterogênea de uma tradição, permeada por influências teóricas distintas em um percurso em que pode ser detectado tanto o vínculo com as doutrinas evolucionistas, quanto à presença de uma perspectiva culturalista que representava uma novidade no Brasil neste período. Suas leituras e posicionamentos são lastreados no mesmo espaço de experiências dos pensadores deterministas, evolucionistas e darwinistas sociais, porém, assim como afirma Aloizio Alves Filho (2008), o intelectual sergipano inverte a lógica de sua análise ao indicar, em seu projeto de Brasil, um papel de protagonista ao povo, reconhecendo e valorizando as suas especificidades étnicas e apontando como fator preponderante para a compreensão do atraso social dos países *neo-ibéricos* o peso histórico do colonialismo.

Desta forma, a obra de Bomfim surge como um ataque direto às teorias deterministas que buscavam sustentar as desigualdades

sociais a partir da lógica do determinismo geográfico e biológico, amplamente aceitos no período como expressões legítimas de um saber científico inquestionável e isento de qualquer sentido político e ideológico por serem produzidos a partir da ciência experimental, aceita abertamente como único modelo possível de saber científico. Foi neste meio intelectual marcado pelas teses evolucionistas e deterministas que, em 1905, Bomfim vai lançar a sua primeira e mais famosa obra de cunho histórico-sociológico causando uma profunda inquietação no meio intelectual dominante, partidário das teses deterministas.

A obra de Manoel Bomfim intitulada *América Latina Males de Origem* (1905) causou impacto no campo intelectual de sua época. No ano de seu lançamento, Silvio Romero publicou na revista *Anais*, uma série de 25 artigos, posteriormente publicados em forma de livro, para refutar suas teses. Para Ronaldo Conde Aguiar (1999) a estranheza e a severidade das críticas de Silvio Romero se justificam em função de que a negação das teses deterministas colocava em cheque todo um projeto organizado por intérpretes brasileiros que encontravam nas teses evolucionistas e no darwinismo social um mecanismo de justificação das diferenças sociais no Brasil.

Em 1905, Bomfim se insere no debate acerca do curso das transformações sociais provocadas pelo fim da escravidão e pela proclamação da república. As teorias deterministas atenderam a necessidade de produzir legitimação na ordem interna, pois a partir das

teses do determinismo os povos africanos e indígenas eram entendidos como incapazes de se transformarem em nações civilizadas. Essa premissa demarcava o papel tutelar das elites brancas em meio a uma nação mestiça, ou seja, cabia a elas o papel de controlar as raças hierarquicamente inferiores. Bomfim rejeita veementemente estas posições ao atribuir ao processo de colonização portuguesa e espanhola a responsabilidade quanto ao aprofundamento da desigualdade social no processo de constituição dos povos latino-americanos.

Ao deslocar os problemas do domínio da natureza para o domínio histórico-social ele expõe o seu reconhecimento dos males de origens, defendendo que os problemas de nossa formação foram causados historicamente através de um processo secular de exploração de negros e índios. Como conclusão lógica dessas premissas ele entende que esses males de nossa formação histórica podem e devem ser corrigidos historicamente através de investimentos sociais, capazes de garantir a cidadania ao povo brasileiro que por séculos foi aviltado nos seus direitos.

A identificação do caráter histórico destas desigualdades levou Bomfim, ainda em sua primeira obra de 1905, a se tornar um defensor apaixonado da educação. Não a educação das elites, como pretendia Oliveira Viana entre tantos outros intelectuais do período, mas uma educação popular e democrática que fosse capaz de integrar no meio social, indivíduos historicamente excluídos dos direitos sociais no Brasil. Nas palavras de Bomfim

(1905) era urgente que se fizesse algo para se resgatar esses "indivíduos que nascem pobres vivem sofredores e morrem miseráveis".

## 1.0 Um Projeto Radical de Educação em América Latina Males de Origens

Este texto pretende analisar alguns aspectos do pensamento de Manoel Bomfim, presentes em seu ensaio histórico *América Latina Males de Origens* publicado no ano de 1905, dando ênfase para a defesa da educação como alternativa histórica para a construção de uma sociedade democrática e livre, bem como, pela crítica ao modelo de estado patrimonialista fundado pelo Império e mantido após a proclamação da república, que na perspectiva do pensador sergipano foi responsável pela construção de uma democracia sem povo.

A crítica às condições da educação de seu tempo e a defesa da difusão da instrução pública, obrigatória e gratuita como alternativa histórica para superação dos problemas sociais brasileiros, foi uma temática constante no pensamento de Bomfim a partir de 1895, mas tornou-se uma tese estruturada em seu pensamento com a publicação de *América Latina Males de Origem* em 1905. A alternativa para os países latino-americanos se vinculava ao reconhecimento dos caminhos e descaminhos de sua formação histórica para que no passo seguinte buscassem corrigir socialmente as heranças negativas herdadas da tradição ibérica por meio da educação<sup>3</sup>. Segundo Botelho (2002), Bomfim teria formulado um projeto de reforma moral da

sociedade brasileira entendida como condição essencial para a construção de uma identidade brasileira.

Como demonstra Botelho (2002), a educação não era neste "período apenas sinônimo de aprendizagem escolar, mas compreendia os diversos recursos sociais para proporcionar aos indivíduos e aos diferentes grupos sociais o tipo de formação requerido pelas transformações porque passava a sociedade brasileira" (BOTELHO, 2002 p, 24) Neste sentido, a preocupação com a educação se insere diretamente nas reflexões de Bomfim sobre os entraves ao processo de modernização do Brasil e da América Latina, ocupando uma função estruturante na lógica de seu pensamento.

Antônio Cândido (1995) em seu ensaio *Radicalismos* analisou as ambigüidades do pensamento radical no Brasil, encontrando em Nabuco (1881), Bomfim (1905) e Sérgio Buarque de Holanda (1936) uma tendência comum, pois embora esses pensadores conseguissem formular uma crítica radical ao pensamento conservador acabaram por formular proposições conciliatórias e reformistas.

Antônio Cândido argumenta que o radicalismo desses intelectuais expressa a visão de mundo da classe média em ascensão em fins do século XIX. A aproximação entre Nabuco e Bomfim, embora um pouco forçada, carrega algum sentido, mas dificilmente a comparação se estenderia a Holanda, cujas ideias escapam ao conceito e as filiações sugeridas por Antônio Cândido, pois embora encontramos em *Raízes do Brasil* uma defesa de transformações

<sup>3</sup> André Botelho (2002) defende em sua obra a ideia de que Bomfim partilhava da premissa de que os sistemas educacionais seriam capazes de moldar as sociedades, introduzindo no debate intelectual de seu tempo a crença de que a educação seria o caminho e o meio responsável pelas mudanças sociais capazes de corrigir os descaminhos históricos da formação do povo brasileiro, assegurando a longo prazo mudanças estruturais na forma de organização da sociedade que ele considerava retrograda, excludente e profundamente classista.

políticas e sociais como fundamento para a consolidação da sociedade brasileira, apontando para superação das estruturas agrárias defendidas por Oliveira Viana e sugerindo a urbanização como alternativa histórica para a modernização do Brasil, não vislumbramos em seu texto a defesa manifesta dos elementos excluídos da população brasileira como um horizonte político de sua obra.

Ao considerar a concepção de educação na obra de Bomfim como um estrangulamento lógico do seu radicalismo, Antônio Cândido conclui que tal perspectiva expressa certa ambiguidade e repõe ao campo político a proposta conciliadora e reformista, distanciando-se do diálogo e da mobilização da classe trabalhadora. Nas palavras de Cândido;

Mas ai entrou em cena o que chamei a ambiguidade do radicalismo, e as consequências revolucionárias se atenuaram em benefício de uma visão ilustrada, segundo a qual a instrução seria remédio suficiente para redimir as massas. Deixando de lado um eventual projeto político-social realmente transformador, a conclusão discrepa do radicalismo da argumentação precedente. (CÂNDIDO, 1995, p. 288.)

Antônio Cândido (1995) considera que, em relação ao conjunto da obra, a defesa da educação em *América Latina*, representa o limite de sua leitura histórica, pois, Bomfim foi incapaz de apresentar, como corolário de suas críticas, um projeto revolucionário. Tal perspectiva só ganhará forma com a publicação de o *Brasil Nação: Realidade da Soberania Brasileira* (1931). A crítica de Cândido

desconsidera a relação entre educação e a formação de uma sociedade democrática que se constitui no horizonte político da obra de Bomfim.

Neste sentido, sua conclusão é coerente em relação a sua tese e segue uma lógica argumentativa condizente com o seu pensamento que se apresenta a partir das três principais temáticas presentes na obra que era a de produzir uma imagem histórica mais realista das nações latino-americanas a partir do conhecimento de sua história, identificando nas trajetórias históricas das nações sua herança ibérica e colonial, destacando como fator decisivo para a compreensão dos problemas do presente a experiência do parasitismo colonial, distinguindo seus efeitos gerais e específicos e a partir deste "diagnóstico" indicar o "remédio" mais viável para a superação do atraso social brasileiro e latino-americano.

Mesmo que compartilhássemos as afirmações de Antônio Cândido (1995) quanto ao caráter ambíguo da proposta de superação do atraso latino-americano por meio da educação, essa proposição é seguida por críticas endereçadas ao processo de transposição do estado português para a América, antecipando, de algum modo, a leitura de Sérgio Buarque de Holanda acerca da formação do Estado brasileiro no clássico *Raízes do Brasil*. A proposta reformista de Bomfim carrega um projeto político que se afasta do pensamento conservador, pois exigia a presença ativa das classes populares no combate ao

conservadorismo das nossas elites políticas.

## 2.0 Bomfim e a Analise do Estado como Elemento Exógeno e Espoliador

Em sua obra *América Latina Meles de Origem*, Bomfim entende que o estado formou desde os primórdios da colonização "um corpo alheio à nacionalidade, vivendo a custa da colônia e alimentando toda a metrópole" (BOMFIM, 2005, p.208) e acrescenta: "dentre os diversos aparelhos e instituições sociais, não há nenhuma tão resistente ao progresso, e as reformas em geral como as máquinas governamentais" (BOMFIM, 2005, p.209) Embora o estado seja a instituição social mais desenvolvida em termos de ampliação e especialização de seu aparato burocrático, especializando funções cada vez mais específicas e estabelecendo hierarquias cada vez mais complexas para garantir a posse e o acesso ao poder, porém apesar de sua capacidade organizacional ele caracteriza-se por um perfil retrogrado, "uma simples máquina de perceber tributos armada com aparelhos especiais de opressão" (BOMFIM, 2005, p.209) O que evidencia na perspectiva bomfinia na a necessidade de superação do estado patrimonialista consolidado no processo de colonização.

Em sua análise histórica, Bomfim reconheceu com muita lucidez as profundas diferenças no processo de construção do estado no Brasil e na América Latina em relação à constituição dos estados nas nações europeias e nas colônias

inglesas da América do Norte. Para ele a diferença essencial se dava no fato de que nesses países o processo histórico de construção do estado seguiu o curso que ele considera legítimo e normal que é o estado surgir a partir dos anseios das comunidades, orientado na defesa dos seus interesses e associado a eles buscar se desenvolver e estruturar-se como uma força propulsora dos interesses coletivos nacionais.

No caso das nações da América Latina como o estado foi transplantado e sobreposto aos interesses dos grupos locais, neste caso, o estado sobrepuja-se as sociedades locais, mantendo um constante conflito de interesses com elas e buscando impor de forma hegemônica os interesses metropolitanos. Como nos processos de independências não ocorreram mudanças substanciais nas estruturas dessas sociedades, as elites locais, formadas por aristocratas e caudilhos substituíram os representantes da metrópole no controle do estado e "os impostos deixaram de ir para o tesouro da coroa de ultramar; mas o estado, em si, permaneceu igual era" (BOMFIM, 2005, p.210), ou seja, na análise histórica proposta pelo intelectual sergipano as independências e a proclamação de repúblicas nos países da América Latina não corrigiu o caráter elitista sob o qual estas sociedades foram constituídas.

Para Bomfim, os movimentos de independência trouxeram à baila as discussões sobre a soberania popular que não passavam de um disfarce para mascarar o triste fato de que o estado "só existe, aqui,

para cobrar impostos, coagir as populações e organizar as forças armadas que o defendem e representam o seu poder".(BOMFIM, 2005, p.211) Ao analisar os gastos do estado brasileiro referentes ao orçamento oficial do ano de 1903, Bomfim demonstra que mais de 75% do orçamento foram gastos com o pagamento de empréstimos públicos e com a manutenção da burocracia do estado e pouco mais de 10% eram empregados em gastos diretamente relacionados com serviços de utilidade pública com benefícios diretos para a população, no que tange as questões relativas à educação (*instrução*) como era referido na época. Assim sendo, concluiu que os investimentos públicos na educação representaram uma opção política pela cultura da ignorância como programa de governo, pois de um orçamento de 300.000:000\$000 apenas 28 mil contos eram empregados pela união e por todos os estados da federação para todas as questões relativas à educação.

Após transcrever e analisar minuciosamente diversos aspectos do orçamento de 1903 ele professa em tom de indignação; "gastam-se 73 mil contos com uma defesa material do estado; não se despende um tostão no intuito de melhorar as sortes destas populações, que nascem infelizes, vivem sofredoras e morrem miseráveis"(BOMFIM, 2005, p.217). Analisando o sistema tributário brasileiro ele ainda constata que a maior parte da arrecadação era obtida a partir de impostos;

Indiretos, aduaneiros e de consumo; quer dizer, impostos que pesam tanto sobre as classes desfavorecidas quanto as abastadas; e como o número de pobres e desfavorecidos é muito maior, sucede que são as classes proletárias que concorrem com a maior parte das rendas públicas. (BOMFIM, 2005, p.217)

O sistema de tributação, portanto, demonstra a iniquidade política do estado. Bomfim encerra a interpretação deste documento com duas observações: a primeira é marcada por um sentido amplo e generalizante, pois, sem lançar mão de dados estatísticos, afirma que essa mesma realidade pode ser aplicada aos orçamentos de outros países latino-americanos. A segunda observação se dirige ao debate acerca do papel da tributação em uma democracia:

Uma democracia não é democracia se não faz o imposto progressivamente proporcional aos recursos de cada contribuinte, e se não o emprega no custeio de serviços de interesse geral – preocupação quase fútil e ridícula em países, como estes nossos, onde o direito do proletário ainda não existe(BOMFIM, 2005, p.217).

Se aplicarmos seu conceito de democracia e analisarmos as formas atuais dos gastos públicos, comparando-os com o atual sistema de tributação seremos levados a constatar a permanência desta lógica que caracteriza o estado brasileiro, como uma instância legitimadora da hegemonia das elites.

A crítica de Bomfim ao estado brasileiro pautava-se pelo projeto político de redefinição do papel do estado nos países da América Latina: o estado deveria se pautar por uma política capaz de incluir os que foram

historicamente excluídos da sociedade por concepções e práticas disseminadas pelo colonialismo europeu. A concepção claramente idealista de estado (estado providência) defendida por Bomfim fundava-se no princípio de que o estado deve fazer pelo povo o que o povo não consegue fazer por si mesmo, estimulando desta forma o desenvolvimento social<sup>4</sup>.

Em seu pensamento histórico o conservadorismo das elites foi responsável por criar uma independência sem liberdade e uma república sem povo, já que a manutenção dos mecanismos tradicionais das oligarquias brasileiras excluía o povo da participação efetiva das esferas de poder. A culminância histórica de sua crítica ao modelo de estado sustentado pelas elites políticas imperiais e republicanas se justificava na convicção de que seria papel incontornável do estado nas nações latino-americanas buscar compreender as reais condições sociais em que se encontravam o “povo” por que sem redimi-lo dos problemas advindos, sobretudo da escravidão, seria impossível pensar em qualquer possibilidade de progresso social.

Seria preciso, sobretudo, que procurassem saber em que estado se acha a massa geral da população, esse elemento essencial na construção de uma nacionalidade, e a educassem, e interviewassem, trazendo-a ao nível da civilização atual, transformando em gentes úteis, instrumento de progresso, esses 90% da população que apodrecem por ai, apáticos, inúteis... Infelizes (BOMFIM, 2005, p. 308)

O nacionalismo de Bomfim era antirracista, popular e democrático. Diferente de muitos intelectuais brasileiros de seu tempo que pensaram o país virando as costas para o Brasil mestiço e analfabeto e idealizando um país almejado pelas elites brancas, tendo os olhos voltados para a Europa e buscando aproximar-se deste modelo na construção de uma identidade oficial que fosse capaz de definir o significado de ser brasileiro. Bomfim idealizou a possibilidade de construção de uma nacionalidade plural, tomando o povo (negros, índios, mamelucos, cafuzos, brancos, sertanejos, caboclos) como elemento central deste projeto.

Uma relação que ainda não foi abordada pelos comentadores da obra de Bomfim, mas que entendemos ser importante para pensarmos a extensão das diversas influências teóricas que formam o seu ecletismo é uma aproximação claramente presente em sua obra com algumas das teses de Friedrich Nietzsche<sup>5</sup> sobre a história e, sobretudo, sobre a influência negativa que a presença do passado experimentado como fardo, como uma tradição que escraviza o homem criando empecilhos para o seu agir livre exercem nas sociedades modernas.

Bomfim cita nominalmente Nietzsche em algumas passagens de *América Latina*, mas como era prática comum em sua escrita, não faz referência a nenhuma passagem específica ou título de obras consultadas, mas dialoga claramente com o autor alemão em algumas páginas do texto. A intertextualidade não é direta, mas pode ser percebida

<sup>4</sup> Bomfim era um republicano convicto, mas tornou-se crítico da república logo após sua proclamação porque entendia que a *República* não foi capaz de compreender “as reais necessidades da nação” não conseguindo neste aspecto distinguir-se da monarquia que a precedera. Em sua análise sobre a *República*, buscou demonstrar que o movimento republicano não logrou êxito neste sentido em função do conservadorismo, do apego ao passado que ele atribuiu as “classes conservadoras” que pode ser entendido como sinônimo de classe dominante.

<sup>5</sup> É importante ressaltar que o entendimento de Bomfim em relação às mudanças que estavam em curso na modernidade era completamente oposto a visão de Nietzsche que entendia a democracia como um mal, como a perda dos valores superiores da aristocracia. Bomfim pensava a democracia como a mais perfeita forma de governo, como a única capaz de promover a justiça social. Neste sentido, podemos dizer que são modos de pensar completamente excludentes, exceto em relação à interpretação do passado como peso, fardo a ser superado produzindo uma crítica ao espírito de conservação.

na sua crítica em relação ao sentido negativo exercido pela tradição nos países da América Latina. Segundo Bomfim;

Nietzsche tem razão quando diz ser o irrespeito e o desprestígio condição essencial de todo o progresso. As nações sul-americanas têm que recompor toda a sua vida política, administrativa, econômica, social e intelectual; se não querem morrer estanguidas, mesquinas e ridículas, têm que travar uma luta sistemática, direta, formal, conscientemente dirigida contra o passado (...). (BOMFIM, 2005, p 178.)

Como é possível notar na passagem anterior a crítica de Bomfim ao conservadorismo da tradição ibérica aproxima-se de algumas proposições feitas por Nietzsche em suas *Considerações Extemporâneas* onde o passado é narrado como um fardo, um peso morto que apreende o homem em uma rotina de repetição que lhe impede de conhecer o novo e valorizar a vida na sua dinâmica de vir a ser constante, neste sentido pensado por Nietzsche nas *Extemporâneas* e em *Assim Falou Zarathustra* o passado em certa medida é uma bagagem que deve ser descartada para rompendo com o espírito de conservação afirmar a vontade de potência. Segundo Bomfim esta necessidade não espera, ela é urgente "e nós, se não queremos ser devorados, devemos voar, aliviados de toda a bagagem que enchem os espíritos roncneiros" (BOMFIM, 2005, p 179.) O fato de Bomfim aproximar-se das concepções de Nietzsche na análise do significado do passado para os latino-americanos e em sua crítica a tendência conservadora das elites

não faz dele um adepto de suas ideias.

Seu procedimento em relação a ele é bastante semelhante ao que Bomfim fez com diversos autores que serviram como referências para pensar determinados problemas de seu tempo. Construindo desta maneira, uma forma de pensar o processo histórico marcado pela tendência heterodoxa de suas ideias que não podem ser diretamente vinculadas sem ressalvas a nenhuma corrente de pensamento como bem demonstrou Celso Noboru Uemori (2006) em sua tese de doutorado em que define a trajetória intelectual de Bomfim como sinuosa e de difícil caracterização conceitual.

## Considerações Finais

Este artigo procurou analisar de forma bastante esquemática alguns aspectos que caracterizam o pensamento educacional de Manoel Bomfim presentes em seu principal ensaio histórico publicado no ano de 1905. É importante ressaltar que a preocupação com a educação é uma temática constante em sua obra estando presente em textos anteriores e posteriores a América Latina Males de Origem constituindo-se em uma temática dominante em seus estudos sobre o Brasil e a América.

Destoado sensivelmente de outros intelectuais de seu tempo, Bomfim defendeu a educação como uma alternativa histórica viável para a superação dos atrasos sociais nos países da América Latina, para ele, essas desigualdades não poderiam ser explicadas através de determinismos naturais, geográficos ou raciais, mas sim, como

debilidades herdadas de um processo histórico de colonização que excluía a maioria da população dos direitos fundamentais para a constituição de uma nação moderna.

O horizonte político de sua obra é a defesa crítica e apaixonada da necessidade de efetivar os direitos democráticos nas nações latino-americanas, constituindo uma sociedade mais humana e coesa. Por essa e outras convicções suas obras foram relegadas ao esquecimento por um longo período desde a sua morte

em 1932 até a década de 1980, quando diversas de suas obras se tornaram objeto de reflexão em diversos programas de pós-graduação, trazendo a tona um pensamento radical e em muitos pontos inovador que atualmente está sendo retomado e refletido no intuído de ampliar a nossa compreensão histórica sobre a historiografia e a história da educação no Brasil.

## Referências

- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido: Tempo Vida e Obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Top books, 1999.
- BARROS, José D'assunção, em sua obra. Teoria da História volume IV. Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história. Rio de Janeiro: Ática 2011.
- BOMFIM, Manoel: *A América Latina: Males de origem* 3 ed. Rio de Janeiro:Topbooks1993.
- BOTELHO, André. *Aprendizado no Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais*. Campinas. Editora da Unicamp. FAPESP, 2002.
- CANDIDO, Antônio. *Vários Escritos*: terceira edição revista e ampliada. Livraria duas Cidades. São Paulo, 1995.
- FILHO, Aloizio Alves. *Manoel Bomfim: Combate ao Racismo, Educação popular e Democracia Radical*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.
- FILHO, Aloizio Alves. *Manoel Bomfim: Combate ao Racismo, Educação popular e Democracia Radical*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim*. Coleção Educadores. Editora Massangana, 2010. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.
- SANTOS, Alexandre do Nascimento. *Pátria, Nação, Povo Brasileiro na Produção Didática de Manoel Bomfim e Olavo Bilac: Livro de Leitura (1899) e Atravez do Brasil (1910)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.
- SUSSEKIND, Flora. *História e Dependência: Cultura e Sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento Brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

## AS FORMAS SIMBÓLICAS RETRATADAS NOS PORTÕES DA IGREJA ABACIAL DE NOSSA SENHORA DO MONSERRATE DO RIO DE JANEIRO – PREFÁCIO HISTÓRICO E DEVOCIONAL DE UMA SOCIEDADE

Mauro Maia Fragoso, OSB<sup>1</sup>

### Resumo

A proposta do presente ensaio é fazer um cruzamento do conceito de *paisagem*, segundo as abordagens da geografia e da teoria das artes visuais tendo como pano de fundo a trama dos portões da Igreja Abacial de Nossa Senhora do Monserrate do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. A referida trama é composta de formas simbólicas, ou atributos iconográficos, que transitam entre os primórdios do cristianismo ao final século XIX narrando a história desse credo religioso em linhas abrangentes que vão se estreitam até chegar o contexto particular do Império brasileiro. Neste sentido os diferentes elementos que compõem o temam mostram as diferentes redes vigentes entre cristianismo, os próprios beneditinos difundidos pela Europa medieval e poder do Brasil imperial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paisagem. Forma simbólica. Cristianismo. Monaquismo. Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

### Abstract

The purpose of this test is to make a cross of the concept of landscape, according to the approaches of geography and the theory of the visual arts with the background of the plot of the gates of the abbey church of Our St. Benedict Monastery of Montserrat Lady of Rio de January. That plot is composed of symbolic forms, or iconographic attributes, traveling through the early days of Christianity the end nineteenth century narrating the history of this

religious belief in comprehensive lines that will narrow until you reach the particular context of the Brazilian Empire. In this sense the different elements that make up the fear show the different existing networks between Christianity, the Benedictines own widespread in medieval Europe and power of imperial Brazil.

**KEYWORDS:** Landscape. Symbolically. Christianity. Monasticism. Monastery of São Bento do Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia/UERJ. Mestre em Artes Visuais/UFRJ. Professor da Faculdade de São Bento/RJ. [dmauro@osb.org.br](mailto:dmauro@osb.org.br)

### Introdução: o conceito de *paisagem* segundo a geografia e a teoria da arte

O tema *paisagem* tem despertado um crescente interesse nos mais variados campos do conhecimento. Segundo a linha historiográfica, o século XIX se impõem, por excelência, como o período da conceituação. Segundo o geógrafo Paul Claval, o termo *paisagem* remonta ao ano de 1549, tendo em vista “traduzir o novo termo holandês”, vinculado diretamente a um novo gênero pictórico que passou a retratar um cenário campesino com “a ideia de extensão de *pays*” (CLAVAL, 2012, p. 246), a partir do conceito anteriormente elaborado por Carl Sauer como “unidade da geografia, para caracterizar a associação peculiarmente geográfica de fatos”, o que “em certo sentido” equivale a “área” ou “região” (SAUER, 2012, p. 187). Para além do mundo pictórico, outras técnicas de retratação imagética como o relevo e a escultura tem sido objeto de estudos de geógrafos Casey (2002) e Cosgrave (1993).

No âmbito da pintura, há historiadores da arte que tentam remontar e emoldurar a *paisagem* a partir da obra de Giotto (1267 † 1337) desconsiderando a produção escultórica, as pinturas rupestres e em cerâmicas, afrescos, mosaicos e composições imagéticas tecidas em tapeçaria há milhares de anos antes da era cristã, como é o parecer da historiadora Wendy Beckett de que a “paisagem panorâmica” encontrou em Ambrogio (Siena, 1319 † 1348) “a primeira tentativa de mostrar um cenário real” (BECKETT, 2002, p. 53).

Corrêa e Rosendahl na apresentação da obra *Geografia cultural – uma antologia*, fazem uma resenha histórica da conceituação de *paisagem cultural*. Para os referidos autores “a paisagem é tema de forte e longo interesse por parte dos geógrafos” e pode ser visualizada segundo dois modos e dois períodos específicos a partir do ponto de vista analítico: um período “que se estende do final do século XIX a 1970”, no qual “a paisagem é analisada por meio de sua gênese e sua morfologia; e um segundo período “que se estende dos anos 1970 ao presente”, período em que a paisagem passa a ser analisada “por meio de seus significados”. Naquela primeira fase, “a paisagem era considerada expressão fenomênica da região, inserindo-se assim, entre os temas da geografia regional”, passando na segunda fase “a desfrutar de maior autonomia, constituindo-se objeto de pesquisa por si próprio” (CORRÊA e ROSEND AHL, 2012, p. 11).

No parecer de Claval, em conformidade com Rosendahl e

Corrêa, mais importante que a datação é o fenômeno da experiência do sujeito com o espaço. Segundo o geógrafo francês:

*a paisagem* traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo adaptando-o às suas necessidade. Ela é marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e molda para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos (CLAVAL, 1999, p. 14).

Fato é que ao longo dos séculos, com a ramificação das diversas áreas de conhecimento o tema *paisagem* tem se expandido e com isso, da imagem idílica retratada pelos pintores, passa a englobar também as formas geográficas, campestres ou urbanas, o que acaba por englobar também a sociologia, a arquitetura e outras disciplinas, com o genérico termo de composição cenográfica.

Zeny Rosendahl e Roberto Corrêa também vem se dedicando ao tema da *paisagem* seguindo a mesma trilha de Claval. Para Rosendahl e Corrêa, “as paisagens culturais” são o resultado da ação humana que transforma as “paisagens naturais” através de ferramentas, técnicas e “gênero de vida” (ROSEND AHL e CORRÊA, 1999, p. 7). Em outras palavras, *paisagem* é o topônimo de um conjunto de formas naturais e sociais que como bem como nas artes visuais compõem determinada cena. Mas para que isso aconteça é necessário haver o trinômio espaço, lugar e tempo (COSGRAVE, 1999, p. 18). Como a tendência dos estudos acadêmicos tem se restringindo cada

vez, sem no entanto deixa de vincular ao todo, só no referido trinômio é possível encontrar estudiosos que se dediquem a cada conceito dessa trilogia, sem no entanto ignorar os outros que são indispensáveis a uma experiência plena do ser humano enquanto indivíduo que ocupa um espaço (COSGRAVE, 1999), transformando-o, ou não, em lugar (TUAN, 2011), segundo o tempo que lhe é concedido (ADAM, 2004).

Destarte, as formas que necessariamente exigem materialidade, quer no conceito de morfologia da paisagem em si, como espaço geográfico, quer como conceito artístico, incluindo paisagismo e as artes visuais em geral, fato é que nas últimas décadas do século XX surgiu um novo conceito para a paisagem como resultado da elaboração de uma paisagem resultante da intervenção humana na natureza que a transforma segundo os critérios de uma determinada cultura. Neste contexto, ao longo da história, a *paisagem*, intimamente ligada ao solo, desde imemoráveis datas, foi retratada e difundida largamente por toda a humanidade como imitação da obra da criação.

No século XVII, particularmente na Flândria, surgiu uma série de artistas, incluindo pintores, escultores e gravadores, que sob a influência contra reformista procuraram retratar a paisagem com a maior vitalidade possível, substituindo desse modo as imagens sagradas pelas composições denominadas sobretudo de *paisagem* e *natureza morta*. Não que as sagradas imagens tivessem sido

totalmente banidas das novas composições imagéticas. Mas os personagens que passaram a ter maior destaque foram aqueles retratados nos relatos bíblicos inseridos na num contexto paisagístico. A *natureza morta*, incluindo nessa categoria a *vanitas*, são composições pictóricas que mostram o fim último da criação, como os frutos colhidos na lavoura que repousam no cesto enquanto aguardam a consumação pela ingestão humana; as composições com utensílios ou joias que ostentam as posses do possuidor; os arranjos florais que ornamentam ambientes; o fruto das caçadas que divertem o espírito e alimentam os homens; e particularmente os crânios descarnados pela degeneração cadavérica (TAPIÉ, 1991; FRAGOSO, 2013, p. 36-39).

A partir da segunda metade do século XVIII, mais sob a influência laicista do iluminismo do que dos ditames eclesiásticos, a retratação de paisagens foi significativamente incrementada. Era o surgimento de uma nova era, na qual as artes plásticas passavam a tratar o imaginário visual com mais serenidade. Mais do que a persuasão pela exuberância visual, o que mais contava era o simbolismo expresso em formas mais contidas e alongadas, deixando transparecer o vazio como forma de infinitude, fazendo prevalecer a conotação espiritual pela sobriedade em detrimento da excessiva materialidade empregada na era anterior (CLARK, 1949).

## A difusão da família beneditina

Seguindo o conceito de *paisagem cultural* que considera a organização do espaço como o resultado da intervenção humana sobre a natureza e, para melhor esclarecimento do leitor, faz-se necessário uma sinopse da Ordem Beneditina e sua implantação no Brasil.

Em primeiro lugar, faz-se mister esclarecer que as casas beneditinas são autônomas e regidas por costumeiros locais. A família beneditina tem sua origem no território hodiernamente conhecido como Itália, nos primórdios do século VI, a *Regra* escrita e dedicada aos cenobitas por São Bento de Nursia (480 † 547). Ao longo dos séculos, a espiritualidade delineada pela *Regra de São Bento* se difundiu por toda a Europa Ocidental.

Dentre os numerosos estudiosos que tem se dedicado a temas vinculados aos beneditinos, merece destaque o historiador Geraldo Coelho Dias. Em publicação de 2011 intitulada *Quando os monges eram uma civilização... beneditinos: espírito, alma e corpo*, baseado na teologia paulina, mais particularmente na I Epistolo aos Tessalonicenses (5,23), Coelho Dias explica que a

*alma* seria o contributo que, na diacronia da história e na interpretação da mesma *Regra*, os monges empregaram para transmitir, esclarecer e completar segundo os tempos e as circunstâncias, a , a *Regra de S. Bento*; isto constituiria a "tradição monástica" e o "espírito beneditino", que vai perpetuando e adaptando a *Regra* ao longo dos tempos. O *corpo*, necessariamente seriam os monges, as congregações e os mosteiros em que a *Regra* e a

tradição beneditina se materializam e propagam através da história e na vivência dos séculos (DIAS, 2011, p. 14).

A implantação dos beneditinos no Brasil foi definida pelo capítulo geral da Congregação Portuguesa, reunido em Lisboa no ano de 1580. Quando, então, Frei Antônio Ventura do Latrão foi enviado à cidade de Salvador juntamente com outros confrades para estabelecerem o primeiro mosteiro americano. Frei Antônio Ventura do Latrão, por sua vez, enviou à cidade do Rio de Janeiro dois dos oito fundadores do cenóbio soteropolitano: Frei Pedro Ferraz e Frei João Porcalho, como consta no *Dietario da Abadia fluminense* (p. 3).

## Os beneditinos no Rio de Janeiro

Na capital fluminense, inicialmente os dois fundadores se abrigaram na Ermida de Nossa Senhora do Ó, posteriormente, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, na atual Rua Primeiro de Março. A grande afluência do povo que ali desembarcava fez com que os monges procurassem uma localidade mais propícia ao recolhimento. Encontrada a Ermida de Nossa Senhora da Conceição, no morro de mesmo nome, para onde se mudaram em 1590 (ROCHA, 1991, p. 129).

Depois dessa brevíssima apresentação da chegada dos beneditinos na capital fluminense, é possível então iniciar a exposição dos elementos iconográficos da historiografia cristã em geral, e beneditina, em particular, retratando diferentes elementos simbólicos ou personagens que viveram ao longo dos séculos ora representados nas

grades que cerram as três arcadas de ingresso a Igreja Abacial fluminense executadas arquitetonicamente segundo as normas da Congregação beneditina luso-brasileira como é possível observar em alguns mosteiros portugueses, especialmente o de Santo Tirso, e nos cenóbios brasileiros como o de Salvador e Olinda. Também a fachada da igreja do primitivo mosteiro paulista era constituída de portada tríplice. O tema das portas tríplices nos cenóbios beneditinos tem sido objeto de estudos do historiador português Paulo Oliveira e pode ser visto em seu artigo intitulado *O coro alto da igreja do mosteiro de Tibães* (2014, p. 178-192).

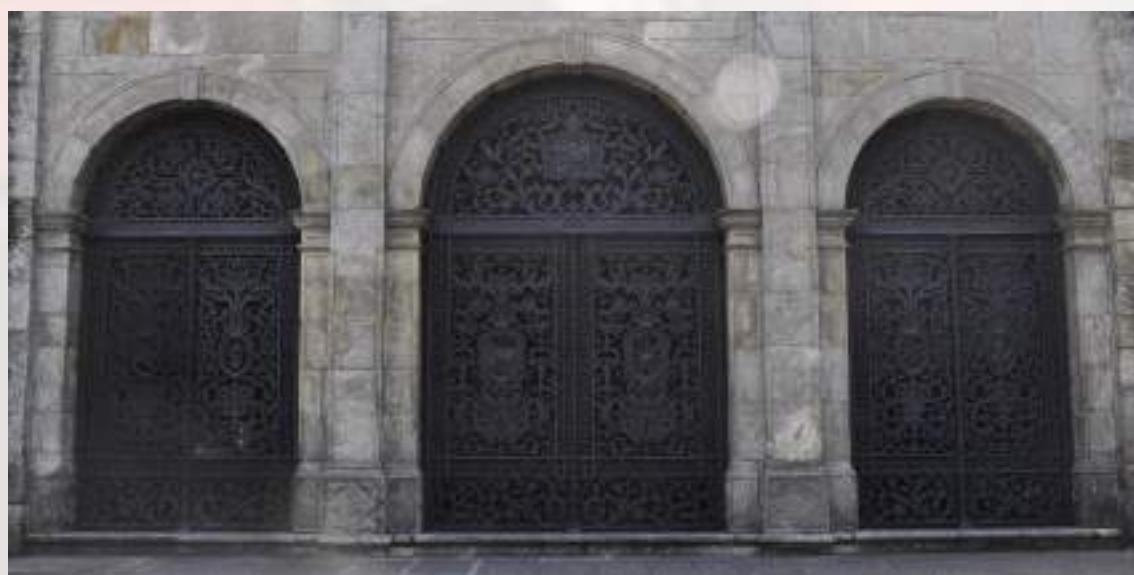
Como a responsabilidade desta padronização arquitetônica imposta pelos primeiros Capítulos Gerais da Congregação estava nas mãos de dois arquitetos leigos e de um Beneditino, Fr. João Turriano. Trata-

se de uma tipologia intimamente ligada à *Regra de São Bento*, tendo com intuito comunicar ao fiel a espiritualidade trinitária vigente na *Regra*<sup>2</sup> e retratada dessa maneira já nos átrios da “Casa de Deus” (*Regra de São Bento*).

### As grades da igreja abacial fluminense e suas formas simbólicas

As três arcadas da fachada revestida de cantaria contam com três imponentes grades de ferro alemão, artisticamente trabalhado na Inglaterra. Nessas três referidas grades estão contidas algumas representações simbólicas relativas às devoções praticadas no interior do templo (Il. 1). O que serve como um *rito de passagem* para o visitante que adentra o templo vinculando individualmente cada pessoa que passa pela referida *paisagem* a um contexto temporal distante de sua realidade.

<sup>2</sup> *Regra de São Bento*: que seja dito em primeiro lugar o versículo, repetido três vezes: Senhor, abrirei os meus lábios e minha boca anunciará vosso louvor. 9,1; que sejam lidas três leituras 9, 5; três responsórios 9, 9; 10, 2; três cânticos dos Profetas 11, 6; três salmos 17, 2; 17,4; três salmos 17, 9; três salmos 18, 4; 18, 16; No domingo, logo que acabarem as Matinas, os semanários que entram e os que saem prostrem-se no oratório aos pés de todos, pedindo que orem por eles. Aquele que termina a semana diga o seguinte versículo: Bendito és tu, Senhor Deus que me ajudaste e consolaste. Dito isso três vezes e recebida a bênção, sai; prossiga o que começa a semana dizendo: Ó Deus vinde em meu auxílio; Senhor, apressai-vos em socorrer-me. Também isso seja dito três vezes. 35, 17s.



Il. 1. Portada em ferro fundido, 1880. Fonte: Do autor

Nas duas grades centrais o báculo, insígnia Abacial ou Episcopal

que reporta ao cajado do pastor de ovelhas, imagem frequente nos

Textos Sagrados, e utilizado pelas autoridades eclesiásticas como pastores de almas; e o coração flamejante de Santa Gertrudes (Il. 2) fazendo par com o báculo, a pomba e a *Regra de São Bento* portados por Santa Escolástica (Il. 3); do lado esquerdo do visitante. No par de grades do lado direito do visitante, a grelha e a palma do martírio de São Lourenço (Il. 4), acompanhadas pelo báculo e a mitra de São Brás (Il. 5). À esquerda de quem olha para as grades que dão para o lado da hospedaria, a coroa e a estrela, dois atributos marianos, constantes da ladainha lauretana (Il. 6), que dialogam com os atributos de São Caetano de Tiene, o Evangelho e à Cruz (Il. 7).

Santa Gertrudes foi uma religiosa mística que viveu no século XIII, mosteiro de Helfta, atual Alemanha, num contexto espiritualmente muito conturbado. Viveu sob a *Regra de São Bento* e a espiritualidade dos escritos de São Bernardo de Claraval; entre a direção espiritual dos incipientes dominicanos e franciscanos; mediante contínuas repreações do bispo e clero locais. Não obstante a tamanhas dificuldades, foi a iniciadora da devoção ao Sagrado Coração de Jesus, culto que se difundiu em forma de rede não só entre os beneditinos, mas sobretudo em outras Ordens religiosas e no cristianismo em geral, incluindo o Brasil (TÓTH, 2003). Na igreja Abacial fluminense, o altar dedicado à Santa Gertrudes foi significativo ponto de convergência de abastada irmandade que tinha tal virgem como padroeira. Dentre os devotos de Santa Gertrudes, merece destaque a

figura de Frei Mateus da Encarnação Pina, um dos principais propagadores da devoção ao Sagrado Coração de Jesus no século XVIII e que nessa capela encontrou repouso no ano de 1764 (*Dietario*, p. 317). Segundo Mateus Ramalho Rocha, essa irmandade vigorou entre 1758 e 1788 (ROCHA, 1991, p. 40).

Santa Escolástica, apresentadas pelos *Diálogos* de São Gregório Magno Capítulos XXXIII e XXXIV) como irmã de São Bento é tida como patrona das beneditinas e por isso tem por atributos iconográficos a o báculo e a *Regra*. A esses dois elementos iconográficos é acrescido um terceiro que é a pomba, figura da alma de Escolástica que voa rumo aos céus.

São Lourenço, diácono, é representado com uma grelha por ter sido esse o instrumento de seu martírio ao ser cozido, em Roma, sobre brasas incandescentes por apresentar os pobres aos saqueadores como maior tesouro da Igreja. A palma corrobora sua firmeza no martírio e representa sua coroa de vitória (Ap 7,9).

Como insígnias de seu múnus episcopal, São Brás que viveu entre os séculos III e IV é representado com a mitra e o báculo. Foi Bispo de Sebaste na Arménia e deu testemunho de sua fé até o martírio. No período de dominação da América portuguesa foi um santo de considerável prestígio entre os portugueses. Popularmente é invocado para livrar os males da garganta. Das irmandades que prestaram culto aos santos na referida igreja, a irmandade de São Brás é a única que sobrevive até os

dias atuais. No entanto em vias de extinção.

São Caetano de Tiene, representado pela cruz e as Sagradas Escrituras foi um dos consideráveis implementadores da reforma do Concilio de Trento. Tendo em vista a formação do clero, fundou em Roma um instituto religioso devotado a esse fim.

Dentre os numerosos títulos da Virgem Maria, o medalhão em foco traz a coro como símbolo da realização da divindade e rainha dos cristãos. A estrela representa o pequeno faixo de luz que anuncia a aurora e precede o astro rei. Além de 14 painéis que retratam aparição da Virgem Maria a santos beneditinos, a referida Igreja Abacial tem ainda três altares dedicados à mesma Virgem: o altar mor, dedicado à Nossa Senhora do Monserrate e dois altares laterais, um dedicado à Nossa senhora do Pilar e outro à Nossa Senhora da Conceição, respectivamente, à esquerda e à direita de que adentra o

templo. Dentre as irmandades que tiveram altar dedicado no referido templo, uma das que mais se destacou durante o regime do padroado foi a dedicada à Virgem do Pilar. Tal irmandade vigorou entre os anos de 1688 e 1902 (ROCHA, 1991, p.140)

Além desses atributos hagiográficos, outros elementos simbólicos, enriquecem ainda mais a narrativa historiográfica dos beneditinos brasileiros. Dentre eles destaca-se o brasão de armas, da antiga Congregação Beneditina Luso-Brasileira, remontando à Congregação de Valladolid, formada pelos reinos de Leon e Castela (Il. 8), da qual os mosteiros portugueses receberam apoio para restauração, dando origem a Congregação lusitana no século XVI. A fonte que jorra do castelo simboliza os beneditinos portugueses que atravessaram o Atlântico para a implantação da *Regra* na América portuguesa.



II. 2. Atributos iconográficos de Santa Gertrudes. Fonte: Do autor



II. 3. Atributos iconográficos de Santa Escolástica. Fonte: Do autor



II. 4. Atributos iconográficos de São Lourenço. Fonte: Do autor.



II. 5. Atributos iconográficos de São Brás. Fonte: do Autor



II. 6. Atributos iconográficos da Virgem Maria. Do Autor



II. 7. Atributos iconográficos de São Caetano de Tiene. Fonte: Do autor.



II. 8. Brasão de Armas da Congregação Beneditina do Brasil. Fonte: Do autor

O Brasão de Armas da extinta Congregação lusitana (1834), agora pertencente à heráldica da Congregação Beneditina do Brasil, colocado no alto e no centro da grade principal é composto pelas insígnias abaciais (mitra e báculo), por um sol que ilumina um castelo do qual brota uma fonte, e um leão que sustenta um báculo. O báculo reporta a figura do Abade, o Pastor que no mosteiro faz às vezes do Cristo, devendo iluminar a todos os súditos pela sua doutrina como o Sol de Justiça ilumina a todos os cristãos. Neste sentido o sol remete a figura de São Bento, aludindo a origem da Ordem dos monges negros, no atual território italiano. A cifra 1880, que se encontra logo abaixo do Brasão, remete ao ano da fundição das referidas grades na Grã-Bretanha.

Aos atributos iconográficos e as insígnias abaciais, são acrescentados elementos da fauna e flora que oferecem maior transcendentalidade ao espaço delineado pela moldura em ferro vazado que separa dois ambientes. Entre os elementos fitomorfos destaca-se a folha de acanto, como que aludindo ao Éden no qual jaz a serpente em forma de dragão a espreita do fiel.

O acanto é uma planta nativa do litoral mediterrâneo que desde a antiguidade clássica foi utilizada no combate à peçonha de cobras e escorpiões, representados pelo dragão, símbolo do mau (Il. 9). Por volta do século XIV, devido ao seu caráter decorativo, passou a ser largamente utilizada na ornamentação de lapides sepulcrais, o que lhe atribuiu conotação de

ressurreição e imortalidade, simbolizando o próprio Cristo, o Verbo Divino que pelo mistério da Encarnação, Morte e Ressurreição, se fez unguento de salvação. Ainda

vinculada à Paixão de Cristo, a cruz, principal elemento simbólico do cristianismo, é repetidamente retratada no espaço por ora abordado.



Il. 9. Dragão e folhas de acanto. Do autor.

Já antes do cristianismo, a cruz possuía um significado profundamente espiritual, onde veiculam tempo e espaço, céu e terra. Antes da era cristã, ela já simbolizava a maldição e o mediador, a união entre o céu e a terra. Todavia, é com a morte do Redentor, que este símbolo adquiriu vigoroso significado, mais precisamente a partir do Edito de Milão (313), quando o Imperador Constantino concedeu a liberdade de culto aos cidadãos romanos.

Ao longo da história, a cruz vem sendo artisticamente estilizada e,

consequentemente denominada segundo cada estilo marcado pelo seu contexto social. Assim, a cruz latina toma a dianteira em meio à cultura ocidental (Il. 10), sendo seguida pelo modelo da cruz grega, pela cruz em tau, a décima nona letra do alfabeto grego, pela suástica germânica, e muitas outras. Valendo-se da cruz grega, o escultor inglês faz como que um jogo com o número quatro, usando quatro cruzes de apoio, uma em cada um dos quatro ângulos que contorna o painel central de cada grade (Il. 11).



Il. 10. Cruz latina. Fonte: Do autor



Il. 11. Cruz grega, com apoio ou muleta. Fonte: Do autor

As cruzes, que intercalam com as estrelas (Il. 12), se revestem de um particular detalhe ao ser representada em forma de quatro espigas. A espiga, estado de florescência máxima da maioria dos vegetais, traz em si um simbolismo de fertilidade. Não só uma fertilidade genética, mas, sobretudo, espiritual. Os grãos que formam a espiga, além de garantirem a perpetuidade da sua própria espécie, também alimentam o homem garantindo-lhe a

sobrevivência.

Trata-se especificamente de espigas de trigo, cereal com que se fabrica o pão, o mais acessível de todos os alimentos a toda humanidade e por isso mesmo transformado em Corpo de Deus para alimento espiritual das almas. Assim, cruzes e estrelas se intercalam formando as bordas das grades: mescla de dor e alegria. Dor causada pela morte que faz descer a sepultura, mas que transforma em alegria pelo anúncio da ressurreição.



Il. 12. Cruzes e estrelas. Fonte: Do autor

Também o tema da estrela já é amplamente difundido desde os tempos mais remotos, sendo retomado por diversas vezes nas Sagradas Escrituras e frequentemente empregado na liturgia. Já no livro do Gênesis, o Senhor promete dar a Abrão uma descendência tão numerosa quanto às estrelas do céu (Gn 15,5). Aquelas que no princípio foram criadas para iluminar a noite, e fixadas no céu, perto do seu Criador, vivendo em íntima união com Ele que as enumera e chama cada uma por seu nome (Sl 147, 4) convidando-as para o louvor eterno.

Como estas também durante o dia para o louvor divino, carregando cada qual a sua cruz. E como recompensa os que tiverem ensinado sabedoria, “brilharão como brilha o firmamento e os que convertem os outros, como estrelas por toda a eternidade” (Dn 12, 3).

Cada uma das estrelas aqui retratadas se encontra envolta por um

aro ou círculo simbolizando aliança e eternidade, onde não há começo nem fim. Símbolo do próprio Criador, do Deus Pai que ama, conhece e circunda a cada um dos Seus. O que segundo a fenomenologia de Edith Stein pode ser interpretado com o entrelaçamento do *Ser finito* e *Ser eterno* que garante não só a transcendentalidade, figurada nas mesmas estrelas, mas também a dos monges que vivendo no mosteiro são convidados, não só no meio da noite, mas continuamente à elevação de sua condição humana (1950).

Nas grades laterais, botões e flores corroboram o sentido de imortalidade conferido ao acanto (Il. 9). De duas cornucópias que simbolizam a fertilidade (Il. 13), jorram botões e flores, também símbolos de fertilidade, símbolos da vida que se renova continuamente, como a vida espiritual do cristão que é renovada a cada dia através da Sagrada Liturgia.



Il. 13. Cornucópia. Fonte: Do autor

## Considerações finais

A guisa de conclusão, a elaborada paisagem representada nas grades que dão acesso ao interior da Igreja Abacial Fluminense podem ser consideradas partes integrantes de um *rito de passagem* para o devoto, à medida em que o desperta para a percepção do espaço e simultaneamente o vincula com a tradicional crença ali vivida por seus antepassados, ou simplesmente um aglomerado de formas para aqueles que não compreendem a mensagem veiculada na paisagem de ferro fundido por um ferreiro do outro lado do Atlântico. Desse modo, o conjunto de formas ora apresentado como *paisagem* englobando o conceito de história da arte e geografia apresenta ao visitante uma espiritualidade vivida na Europa e que através de diferentes redes chegaram ao Brasil ao longo dos regimes régio e imperial que há mais de um século vem ligando devotos ou visitantes de diferentes contextos e diferentes épocas, tornado viva a

memória do passado que se perpetua no presente<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Especiais agradecimentos a Designer Bárbara da Paz pelas fotografias.

## Referências

- ADAM, Barbara. *Itinerari*. Cambridge: Polity, 2006.
- BECKETT, Wendy. *História da pintura*. São Paulo: Ática, 2002.
- BENTO. *A Regra de São Bento*. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1992.
- BÍBLIA do peregrino. São Paulo: Paulus, 2002.
- CASEY, Edward. *Representing place & maps*. Minneapolis / London: University Minnesota Press, 2002.
- CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAL, Zeny (Organizadores). *Geografia cultural – uma antologia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, p. 7-14.
- CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos in CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAL, Zeny (Organizadores). *Geografia cultural – uma antologia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, p. 245-276.
- CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: UFSC, 1999.
- CONSTITUTIONES monachorum nigrorum ordini S. P. Benedicti Regnum Portugaliae. Coimbra: Didacum Gómez Loureiro Academiae Typographum, 1629.
- COSGROVE, Denis. *The Palladian landscape – geographical change and its cultural representations in sixteenth-century Italy*. Pennsylvania: University Park, 1993.

- COSGROVE, Denis. Geografia cultural do milênio *in* ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (Organizadores). *Manifestação da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 17-46.
- DIAS, Geraldo Coelho. *Quando os monges eram uma civilização... beneditinos: espírito, alma e corpo*. Porto: CITCEM e Afrontamento, 2011.
- DIETARIO do Mosteiro de N. Senhora do Monserrate do Rio de Janeiro da Ordem do P. S. Bento. Mosteiro de São Bento: Rio de Janeiro (manuscrito), 1773-1798.
- FRAGOSO, Mauro Maia. Antônio Teles: escravo e mestre pintor setecentista no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro *in* R. IHGB, a. 174, n. 458, p. 13-50.
- KLARK, Kenneth. *Paisagem na arte*. Lisboa; Ulisseia, [1949].
- MAGNO, Gregório. *Vida de San Benito*. Buenos aires: ECUAM, 2010.
- OLIVEIRA, Paulo. O coro alto da igreja do mosteiro de Tibães *in* Nínia. N. 13, III série, Portugal, 2014, p. 178-192.
- ROCHA, Mateus Ramalho. *O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro: 1590/1990*. Rio de Janeiro: Studio HFL LTDA, 1991.
- ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (Organizadores). Apresentação *in* *Manifestação da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
- SAUER, Carl. A morfologia da paisagem *in* CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Organizadores). *Geografia cultural – uma antologia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, p. 181-217.
- STEIN, Edith. *Ser finito y ser eterno: ensayo de uma ascensión al sentido del ser*. México: Fondo de cultura econômico, 1962.
- TAPIÉ, Alain (Diretor). *Les vanités: dans la peinture au XVII siècle, méditations sur la richesse, l'é dénuement et la rédemption*. París: Musée du Petit Palis, 1991.
- TÓTH, Veremundo. *Por sinais ao invisível – o simbolismo de Santa Mectildes e Santa Gertrudes*. Juiz de Fora: Mosteiro da Santa Cruz, 2003.
- TUAN, Yi-Fu. *Space and place – the perspective of experience*. Minneapolis: University of Minnesota, 1977.